

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ALEXANDRA LIS ALVIM

**DESSA GENTE QUE VAI EM FRENTE:** Uma história visual sobre  
modernização e periferia em Porto Alegre (1975-1979).

Porto Alegre  
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA CATÓLICA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ALEXANDRA LIS ALVIM

**DESSA GENTE QUE VAI EM FRENTE:** Uma história visual  
sobre modernização e periferia em Porto Alegre (1975-1979).

Porto Alegre

2023

## **Ficha Catalográfica**

A475d Alvim, Alexandra Lis

Dessa gente que vai em frente : Uma história visual sobre modernização e periferia em Porto Alegre (1975-1979) / Alexandra Lis Alvim. – 2023.

258 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Charles Monteiro.

1. modernização. 2. fotografia. 3. periferia. 4. Porto Alegre. 5. Ditadura Civil-Militar. I. Monteiro, Charles. II. Título.

ALEXANDRA LIS ALVIM

**DESSA GENTE QUE VAI EM FRENTE:** Uma história visual sobre modernização e periferia em  
Porto Alegre (1975-1979).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Escola de Humanidades da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul como  
requisito parcial para a obtenção do título de Doutor  
em História.

Aprovada pela banca de defesa em: --/--/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Charles Monteiro – PUCRS (Presidente)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zita Rosane Possamai (PPGED – UFRGS)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Daniela Marzola Fialho (PROPUR – UFRGS)

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudia Musa Fay (PPGH – PUCRS)

Orientador: Prof. Dr. Charles Monteiro (PUCRS)

Porto Alegre

2023



## DEDICATÓRIA

*Essa tese foi escrita sob o peso  
de um tempo fascista,  
antidemocrático  
e pandêmico.*

*Aos que lutaram,  
aos que se foram,  
aos que choraram  
e aos que padeceram  
entre 2018 e 2022.*

## AGRADECIMENTOS

Esta tese nasceu das inquietações de uma criança que teve a oportunidade de desfrutar o caldo cultural que os anos noventa ofereciam no Centro de Porto Alegre enquanto sua mãe Andréa e avó Janete brigavam com o sistema financeiro para que permanecêssemos ali. Essa tese, e tudo que eu já fiz, sempre foram por e para elas.

Essas páginas também não existiriam se não fosse o apoio e o incentivo do Prof. Dr. Charles Monteiro, um exemplo enquanto pesquisador e professor, especialmente empático por àqueles que, como ele, lutam pela educação e pelo direito à cidade neste país.

A vida me deu muitos amigos corajosos (e a lista seria imensa para escrever aqui): obrigada principalmente que ofereçam ânimo e apoio nos dias mais cansativos. Aqueles que disseram que eu era capaz de terminar uma tese de doutorado enquanto exercia o magistério na escola pública durante uma pandemia. Um abraço especial àqueles que ainda lutam pela docência e pela pesquisa nesse país, àqueles que não desistem, que choram, mas semeiam a justiça social e a democracia.

Neila Araújo, Bárbara Groff, Paula Azevedo, Lucas Klever: essas páginas têm as marcas das boas inquirições e incentivos de vocês.

À CAPES, que me manteve com uma bolsa de estudos e ainda mantém, apesar de todos os ataques, boa parte da pesquisa nesse país.

Ao Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo e suas servidoras dedicadas em mantê-lo como um lugar plural e democrático sobre as histórias e as memórias da cidade.

As minhas colegas, em especial à equipe diretiva da EMEF Paraná em Eldorado do Sul, que me acolheram e me incentivaram mesmo sabendo que não seria fácil ser professora e doutoranda simultaneamente. Não foi fácil, mas vocês me ajudaram a chegar aqui.

Aos meus alunos, que me ensinaram a ser gente: compartilharam suas histórias humanas, suas vitórias e vulnerabilidades. Retiraram-me da torre de marfim e me mostraram que o chão da escola é o lugar que nos dignifica e constrói a democracia. Que existam políticas públicas para eles possam chegar até aqui também, se quiserem – e onde mais quiserem.

Para essa cidade, esse antigo porto, esse lugar contraditório da alegria e tristeza. Que histórias como as das páginas dessa tese possam fortalecer a tua gente a lembrar que Porto Alegre é feita de gente e não da especulação dos deuses do mercado.

*Tem certos dias  
Em que eu penso em minha gente  
E sinto assim todo o meu peito se apertar  
Porque parece que acontece de repente  
Feito um desejo de eu viver sem me notar  
Igual a como quando eu passo no subúrbio  
Eu muito bem, vindo de trem de algum lugar  
E aí me dá como uma inveja **dessa gente que vai em frente**  
sem nem ter com quem contar*

(Gente Humilde – Chico Buarque)

## RESUMO

As folhas de contato arquivadas no Acervo Fotográfico Permanente da Coordenação de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito conformam uma extensa quantidade de imagens produzida para documentação institucional e para a divulgação das ações das administrações municipal de Porto Alegre (RS, Brasil). Funcionam como uma imersão visual na história da metropolização da cidade. A partir de 1975, no primeiro mandato de Guilherme Socias Villela, outros corpos e paisagens passam a ocupar as imagens do Acervo: espaços e corpos periféricos, comunidades totalmente relacionadas com os processos de expulsão e modernização ocorridos durante a Ditadura Civil-Militar. Na história visual que as imagens arquivadas do Gabinete do Prefeito contam, por quê, entre os anos de 1975 e 1979, as comunidades desses núcleos passaram a receber uma maior atenção do governo municipal? Quais fatores explicam o surgimento de uma insistente visualidade de comunidades pouco pavimentadas e crianças descalças nos arquivos produzidos pela Prefeitura? Esta tese tenta responder estas respostas a partir de uma amostra de folhas de contato da Restinga, Vila Nova Brasília, Vila Mapa, Vila Batista Xavier e Vila São José e conclui que estas imagens se inseriam na grande batalha sobre cidade que se construía no momento - a presença do prefeito nas vilas pode ser considerada tanto um sintoma quanto uma consequência do movimento reivindicatório das vilas populares que emergia em Porto Alegre.

Palavras-chave: Modernização. Fotografia. Periferia. Porto Alegre. Ditadura-Civil Militar.

## **ABSTRACT**

The contact sheets filed in the Acervo Fotográfico Permanente da Coordenação de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito comprise an extensive amount of images produced for institutional documentation and for the dissemination of the actions of the municipal administrations of Porto Alegre (RS, Brazil). They function as a visual immersion in the history of the city's metropolization. From 1975 onwards, in the first term of Guilherme Socias Villela, other bodies and landscapes began to occupy the images of the Gabinete do Prefeito: peripheral spaces and bodies, communities totally related to the processes of expulsion and modernization that occurred during the Brazil Civil-Military Dictatorship. In the visual history that the archived images of the Gabinete do Prefeito tell, why, between 1975 and 1979, did these communities receive greater attention from the municipal government? What factors explain the emergence of an insistent appearance of poorly paved communities and barefoot children in the files produced by the City Hall? This thesis tries to answer these answers based on a sample of contact sheets from Restinga, Vila Nova Brasília, Vila Mapa, Vila Batista Xavier and Vila São José and concludes that these images were part of the great battle over the city that was being built at the time - the mayor's presence in the communities can be considered both a symptom and a consequence of the popular communities' demand movement that emerged in Porto Alegre.

Keywords: Modernization. Photography. Periphery. Porto Alegre. Civil-Military Dictatorship.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

### FOTOGRAFIAS DO ACERVO FOTOGRÁFICO PERMANENTE DA COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GABINETE DO PREFEITO (FOTOTECA SIOMA BREITMAN/MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM FELIZARDO)

Fotografia 1 - Miniaturas do conjunto 1060 - Inauguração da 3ª Unidade Vicinal da Nova Restinga (28/08/1976, de Octacílio Freitas Dias) .....	20
Fotografia 2 - Miniatura do conjunto 0418 - Prefeito visita Vila Brasília (23/10/1975, de Humberto Alencastro).....	33
Fotografia 3 – Miniatura do conjunto 0928 - "Prefeito Villela visita Vila São José" (24/06/1976, de Octacílio Freitas Dias) .....	37
Fotografia 4 – Miniaturas do conjunto 0415 - “Prefeito visita Nova Restinga” (30/10/1975, de Humberto Alencastro).....	102
Fotografia 5 Miniatura do conjunto 0916 - Prefeito na Vila Tupinambá (07/07/1976, de Floriano Antonieto) .....	105
Fotografia 6 – Miniatura do conjunto 1120 - “Visita à Vila Brasília” (22/09/1976, de João Ludes Nodari) .....	107
Fotografia 7 – Folha de contatos do conjunto 1120 – “Visita à Vila Brasília” (22/09/1976, de João Ludes Nodari) .....	111
Fotografia 8 – Folha de contato do conjunto 1177 - “Prefeito nas Vilas MAPA e CEFER” (14/10/1976, de Octacílio Freitas Dias) .....	113
Fotografia 9 – Miniatura do conjunto 1177 - “Prefeito nas Vilas MAPA e CEFER” (14/10/1976, de Octacílio Freitas Dias) .....	115
Fotografia 10 Miniatura do conjunto 1177 – “Prefeito nas Vilas MAPA e CEFER” (14/10/1976, de Octacílio Freitas Dias) .....	118
Fotografia 11 - Miniaturas do conjunto 1060 - “Inauguração da 3ª Unidade Vicinal da Nova Restinga” (28/08/1976, de Octacílio Freitas Dias) .....	129
Fotografia 12 Miniatura do conjunto 1070 - “Villela na Vila Restinga” (28/08/1976, de Octacílio Freitas Dias) .....	130
Fotografia 13 - Miniatura do conjunto 1070 -“Villela na Vila Restinga”( 28/08/1976, de Octacílio Freitas Dias) .....	132
Fotografia 14 - Miniatura do conjunto 1070 - “Villela na Vila Restinga” ( 28/08/1976, de Octacílio Freitas Dias) .....	133

Fotografia 15 - Miniaturas do conjunto 1120 -“Visita à Vila Brasília” (22/09/1976, fotógrafo João Ludes Nodari): à esquerda, ambiente aberto, à direita, ambiente fechado .....	140
Fotografia 16 - Miniatura do conjunto 0928 - "Prefeito Villela visita Vila São José" (24/06/1976, de Octacílio Freitas Dias) .....	142
Fotografia 17 – Miniatura do conjunto 1961 - inauguração de rede de iluminação na Vila Restinga Velha (20/10/1977, de Octacílio Freitas Dias).....	144
Fotografia 18 – Miniatura do conjunto 0379 - “Prefeito visita a Vila Batista Xavier” (09/10/1975, de João Ludes Nodari): o cenário é aberto e a vista é parcial.....	146
Fotografia 19 – Miniatura do conjunto 2510 - "Entrega de obras na Vila Mapa” (06/07/1978, de Octacílio Freitas Dias): é possível identificar arborização, morro, várzea, vegetação baixa	148
Fotografia 20 - Miniatura do conjunto 3568 - " Inauguração do centro infantil professora Maria Zulmira Abreu Lima - Restinga Nova” (19/10/1979, de João Bicca): é possível identificar os postes de iluminação ao fundo .....	150
Fotografia 21 – Miniatura do conjunto 2716 – “Reunião do prefeito com moradores da vila São José e inauguração de iluminação” (07/10/1978, de Walter Borba).....	152
Fotografia 22 - Miniatura do conjunto 2716 – “Reunião do prefeito com moradores da vila São José e inauguração de iluminação” (07/10/1978, de Walter Borba).....	153
Fotografia 23 - Miniatura do conjunto 1120 – “Visita à Vila Brasília” (22/09/1976, de João Ludes Nodari): falta de pavimentação e construções precárias .....	155
Fotografia 24 - Miniatura do conjunto 1572 - “Prefeito visita a Vila Mapa” (28/04/1977, de João Bicca) .....	157
Fotografia 25 - Miniatura do conjunto 0714 – “Obras nas vilas Mapa, Passo das Pedras e Nova Brasília” (04/12/1975, de Humberto Alencastro): prefeito, moradores e outras autoridades, como Reginaldo Pujol.....	159
Fotografia 26 Miniaturas do conjunto 0903 – “Vila Nova Restinga” (10/06/1976, de Octacílio Freitas Dias).....	161
Fotografia 27 - Miniaturas do conjunto 0903 – “Vila Nova Restinga” (10/06/1976, de Octacílio Freitas Dias).....	163
Fotografia 28 - Miniaturas do conjunto 0903 – “Vila Nova Restinga” (10/06/1976, de Octacílio Freitas Dias).....	165
Fotografia 29 - Miniatura do conjunto 1572 - “Prefeito visita a Vila Mapa” (28/04/1977, de João Bicca) .....	166
Fotografia 30 - Miniaturas do conjunto 0903 – “Vila Nova Restinga” (10/06/1976, de Octacílio Freitas Dias) .....	168

Fotografia 31 - Miniatura do conjunto 3622 – “Villela inspeciona obras na Vila Nova Brasília” (12/11/1979, de João Ludes Nodari): enquadramento tipo câmara alta. ....	170
Fotografia 32 - Miniatura do conjunto 1961 - “Inauguração de rede de iluminação na Vila Restinga Velha” (20/10/1977, de Octacílio Freitas Dias): enquadramento em câmara alta e articulação de planos do tipo direção centrípeta. ....	172
Fotografia 33 - Miniatura do conjunto 1717 – “Obras na Vila Mapa” (01/07/1977, de Simpliciano Lisboa): arranjos do tipo cadência e profusão. ....	174
Fotografia 34 - Miniatura do conjunto 0928 - "Visita à São José" (24/06/1976, de Octacílio Freitas Dias): efeitos de atividade, pose, contraste de escala e tom e fragmentação por contextualização espacial.....	177
Fotografia 35 - Miniatura do conjunto 0714 - “Obras nas vilas Mapa, Passo das Pedras e Nova Brasília” (04/12/1975, de Humberto Alencastro): estrutura baseada na bicentralidade.....	179
Fotografia 36 - Miniatura do conjunto 3568 - "Inauguração do centro infantil professora Maria Zulmira Abreu Lima - Restinga Nova" (19/10/1979, de João Bicca): padrão tipo inauguração.	186
Fotografia 37 Miniatura do conjunto 0418 – “Prefeito visita Vila Brasília” (23/10/1975, de Humberto Alencastro): padrão tipo visita. ....	189
Fotografia 38 Miniatura do conjunto 0579 - “Água na Vila Brasília”( 22/01/1976, fotógrafo Humberto Alencastro): padrão tipo obra.....	192
Fotografia 39 - Miniatura do conjunto 3622 - “Villela inspeciona obras na Vila Nova Brasília” (12/11/1979, de João Ludes Nodari).....	200
Fotografia 40 - Miniaturas do conjunto 3622 - “Villela inspeciona obras na Vila Nova Brasília” (12/11/1979, de João Ludes Nodari).....	204
Fotografia 41 Miniatura do conjunto 3622 – “Villela inspeciona obras na Vila Nova Brasília” (12/11/1979, de João Ludes Nodari).....	206



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Maloca e família na Vila Marginal retratadas pela reportagem da Revista do Globo de 1945.....	45
Imagem 2 – Retrato de um maloqueiro da Vila Marginal pela Revista do Globo de 1945.....	49
Imagem 3 - Mapa da localização das “doze” vilas de malocas identificadas por Laudelino T.Medeiros .....	59
Imagem 4 - Maloca do tipo “D!”, “inominável”, na classificação de Laudelino T Medeiros: “um amontoado de coisas na intenção de abrigo” .....	60
Imagem 5 – A Vila Doca das Frutas, no centro de Porto Alegre, com o Edifício Sulacap ao fundo, construído na década de 1940. ....	61
Imagem 6 – Avenida Ipiranga atravessada pelo Arroio Dilúvio e pela Ponte da Azenha. Em vermelho, o destaque de Vieira à Ilhota.....	70
Imagem 7 - A Vila Mapa em imagem do relatório dos quatro anos da Administração de Celio Marques Fernandes (1965-1969). Destaque para a forma planejada e os contrastes entre as casas, o setor administrativo e o território.....	78
Imagem 8 A modernidade e o Monumento dos Açorianos na capa do relatório dos seis anos da administração de Telmo Thompson Flores .....	84
Imagem 9 Inauguração do Viaduto Loureiro da Silva e o aniversário de Porto Alegre de 1970 na contracapa do jornal Correio do Povo.....	87
Imagem 10 Malocas e maloqueiros removidos da Ilhota na Restinga na reportagem de Zero Hora de 18/05/1967 .....	97
Imagem 11 A "antiga Ilhota" esvaziada registrada no relatório da administração municipal de 1969 .....	100
Imagem 12 Mapa de Porto Alegre e comunidades da amostra.....	122
Imagem 13 - Parte da capa da Zero Hora de 22/06/1979.....	201

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Total de imagens, conjunto de folhas de contatos e comunidades .....	123
---	-----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade da amostra por imagens por ano .....	125
Gráfico 2 – Quantidade de fotografias por núcleo urbano.....	137
Gráfico 3 - Quantidade de imagens por tipo de cenário no total da amostra.....	139
Gráfico 4 - Tipologia urbana da totalidade das fotografias da amostra .....	141
Gráfico 5 - Quantidade de imagens no total da amostra por temporalidade.....	143
Gráfico 6 - Quantidade de imagens no total por tipo de abrangência espacial.....	145
Gráfico 7 - Acidentes Naturais e Vegetação no total da amostra .....	147
Gráfico 8 - Quantidade total de imagens por tipo de infraestrutura: processos e serviços ....	149
Gráfico 9 – Quantidade total de imagens por tipo de infraestrutura: comunicações .....	151
Gráfico 10 - Quantidade de imagens por tipo de infraestrutura: deficiências .....	154
Gráfico 11 - Quantidade de imagens por tipo de estruturas: tipo de edificação .....	156
Gráfico 12 - Elementos móveis: personagens.....	158
Gráfico 13 - Quantidade de imagens por tipo de elementos: gênero e faixa etária .....	160
Gráfico 14 - Quantidade de imagens por tipo de elementos móveis: prefeito e autoridades. 162	
Gráfico 15 - Quantidade de imagens por tipo de elementos móveis: moradores adultos.....	164
Gráfico 16 - Quantidade de imagens por tipo de elementos móveis: moradores crianças ....	165
Gráfico 17 - Quantidade de imagens por tipo de elementos móveis: transportes.....	167
Gráfico 18 - Quantidade total de imagens por tipo de enquadramento .....	169
Gráfico 19 - Quantidade total de imagens por tipo de articulação dos planos.....	171
Gráfico 20 - Quantidade total de imagens por tipo de arranjo.....	173
Gráfico 21 - Quantidade total de imagens por tipo de efeito .....	175
Gráfico 22 - Quantidade total de imagens por tipo de estrutura .....	178
Gráfico 23 - Quantidade de imagens por fotógrafo .....	181
Gráfico 24 - Quantidade de imagens por ano .....	182
Gráfico 25 - Tendência de tipo de padrão no total da amostra .....	183
Gráfico 26 - Padrão Inauguração - Data .....	185

Gráfico 27 - Padrão Visita - Data.....	188
Gráfico 28 - Padrão Obras - Data.....	191

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>2 CAPÍTULO I – ESTRATIGRAFIA [DA SEGREGAÇÃO]</b> .....	<b>44</b>
2.1 A MISÉRIA ORGANIZADA.....	44
2.2 TRAÇADO DE UMA QUESTÃO.....	50
2.3 A GUERRA CONTRA AS “MALOCAS”.....	68
2.4 MARGENS E MODERNIZAÇÃO.....	81
2.5 A NOVA ILHOTA.....	92
<b>3 CAPÍTULO II - ARQUEOLOGIA [DAS MARGENS]</b> .....	<b>102</b>
3.1 AS FOTOGRAFIAS DO GABINETE DO PREFEITO.....	103
3.2 SISMÓGRAFOS: AS FOLHAS DE CONTATO.....	106
3.3 MARGENS VISÍVEIS.....	113
3.4 ESTRATOS ARQUIVADOS.....	119
3.5 IMAGENS COMO RELATO.....	126
<b>4 CAPÍTULO III - TIPOLOGIA [DAS IMAGENS SEGREGADAS]</b> .....	<b>136</b>
4.1. DESCRITORES ICÔNICOS.....	138
4.1.1 Cenário.....	139
4.1.2 Tipologia urbana.....	140
4.1.3 Temporalidade.....	143
4.1.4 Abrangência espacial.....	145
4.1.5 Acidentes naturais e vegetação.....	147
4.1.6 Infraestrutura: processos e serviços.....	149
4.1.7 Infraestrutura: comunicação.....	151
4.1.8 Infraestrutura: deficiências.....	154
4.1.9 Estrutura: tipo de edificação.....	156
4.1.10 Elementos móveis: personagens.....	158
4.1.11 Elementos móveis: gênero e faixa etária.....	160
4.1.12 Elementos móveis: prefeito e autoridade.....	162
4.1.13 Elementos móveis: moradores adultos.....	164
4.1.14 Elementos móveis: moradores crianças.....	165

4.1.15 Elementos móveis: transportes .....	167
4.2. DESCRITORES FORMAIS .....	169
4.2.1 Enquadramento .....	169
4.2.2 Articulação de Planos .....	171
4.2.3 Arranjo .....	173
4.2.4 Atributo (tipo de efeito) .....	175
4.2.5 Estrutura .....	178
4.3. PADRÕES .....	180
4.3.1 Padrão Inauguração .....	185
4.3.2 Padrão Visita .....	188
4.3.3 Padrão Obra .....	191
<b>5. ATRAVESSAMENTOS FINAIS.....</b>	<b>194</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>207</b>
6.1 FONTES PRIMÁRIAS:.....	207
6.2 BIBLIOGRAFIA .....	208
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>217</b>
7.1 ANEXO I – NEGATIVO E ENVELOPE: PAULO FREIRE E PREFEITO SERENO CHAISE EM 19/03/1964 (ACERVO DO GABINETE DO PREFEITO – FOTOTECA SIOMA BREITMAN/ MUSEU DE PORTO ALEGRE) .....	217
7.2 ANEXO II – GAROTA BRANCA DA VILA MARGINAL NA CAPA DA REVISTA DO GLOBO (JUNHO/1945).....	218
7.3 ANEXO III – BEBÊ CHORA EM PORTA DE MALOCA DA VILA MARGINAL (REVISTA DO GLOBO, JUNHO/1945).....	219
7.4 ANEXO IV – CELIO PREPARA SUA GUERRA CONTRA AS MALOCAS DA CIDADE (ZERO HORA, 10/03/1967) .....	220
7.5 ANEXO V – ÊNCHENTES PODEM REPETIR-SE EM 67 (ZERO HORA, 26/01/1967).....	221
7.6 ANEXO VI – PROPAGANDA ALBARUS S.A. (CORREIO DO POVO, 08/11/1970).....	222
7.7 ANEXO VII – PROPAGANDA SIDERÚRGICA RIOGRANDENSE (CORREIO DO POVO, 08/11/197 .....	223
7.8 ANEXO VIII – CAPA DA ZERO HORA DE 18/05/1967 .....	224
7.9 ANEXO IX – REPORTAGEM PRINCIPAL DA ZERO HORA DE 18/05/1967.....	225
7.10 ANEXO X – CONJUNTO DE CONTATOS 0415 (PREFEITO VISITA NOVA RESTINGA, 30/10/1975, HUMBERTO ALENCASTRO) .....	226

7.11 ANEXO XI – CONJUNTO DE CONTATOS 903(VILA NOVA RESTINGA, 10/06/1976, OCTACÍLIO FREITAS DIAS) .....	227
7.12 ANEXO XII– CONJUNTO DE CONTATOS 1060 (INAUGURAÇÃO DA 3ª UNIDADE VICINAL DA NOVA RESTINGA, 28/08/1976, OCTACÍLIO FREITAS DIAS) .....	228
7.13 ANEXO XIII – CONJUNTO DE CONTATOS 1070 (VILLELA NA VILA RESTINGA, 28/08/1976, OCTACÍLIO FREITAS DIAS) .....	229
7.14 ANEXO XIV – CONJUNTO DE CONTATOS 1961 (INAUGURAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO NA VILA RESTINGA VELHA, 20/10/1977, OCTACÍLIO FREITAS DIAS) .....	230
7.15 ANEXO XV – CONJUNTO DE CONTATOS 2069 (VILA RESTINGA, INÍCIO DA PAVIMENTAÇÃO, 06/12/1977, JOÃO BICCA).....	231
7.16 ANEXO XVI – CONJUNTO DE CONTATOS 3568 (INAUGURAÇÃO DO CENTRO INFANTIL PROFESSORA MARIA ZULMIRA ABREU LIMA - RESTINGA NOVA, 19/10/1979, JOÃO BICCA).....	233
7.17 ANEXO XVII – CONJUNTO DE CONTATOS 0418 (PREFEITO VISITA VILA BRASÍLIA, 23/10/1975, HUMBERTO ALENCASTRO) .....	234
7.18 ANEXO XVIII – CONJUNTO DE CONTATOS 579 (ÁGUA NA VILA NOVA BRASÍLIA, 22/01/1976, HUMBERTO ALENCASTRO) .....	236
7.19 ANEXO XIX – CONJUNTO DE CONTATOS 714 (OBRAS NAS VILAS MAPA, PASSO DAS PEDRAS E NOVA BRASÍLIA, 04/12/1975, HUMBERTO ALENCASTRO) .....	236
7.20 ANEXO XX – CONJUNTO DE CONTATOS 1120 (VISITA À VILA BRASÍLIA, 22/09/1976, JOÃO LUDES NODARI).....	238
7.21 ANEXO XXI – CONJUNTO DE CONTATOS 3622 (VILLELA INSPECIONA OBRAS NA VILA NOVA BRASÍLIA, 12/11/1979, JOÃO LUDES NODARI).....	239
7.22 ANEXO XXII – CONJUNTO DE CONTATOS 1177 (PREFEITO NAS VILAS MAPA E CEFER, 14/10/1976, OCTACÍLIO FREITAS DIAS).....	240
7.23 ANEXO XXIII – CONJUNTO DE CONTATOS 1572 (VILA MAPA, 28/04/1977, JOÃO BICCA) .....	241
7.24 ANEXO XXIV – CONJUNTO DE CONTATOS 1717 (OBRAS NA VILA MAPA, 01/07/1977, SIMPLICIANO LISBOA) .....	242
7.25 ANEXO XXV – CONJUNTO DE CONTATOS 2510 (ENTREGA DE OBRAS – VILA MAPA, 13/07/1978, OCTACÍLIO FREITAS DIAS) .....	243
7.26 ANEXO XXVI – CONJUNTO DE CONTATOS 0928 (VISITA VILA SÃO JOSÉ, 24/06/1976, OCTACÍLIO FREITAS DIAS) .....	244
7.27 ANEXO XXVII – CONJUNTO DE CONTATOS 2716 (REUNIÃO DO PREFEITO COM MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ E INAUGURAÇÃO DE ILUMINAÇÃO, 07/10/1978, WALTER BORBA).....	245
7.28 ANEXO XXVIII – CONJUNTO DE CONTATOS 0379 (PREFEITO VISITA A VILA BATISTA XAVIER, 09/10/1975, JOÃO LUDES NODARI) .....	246
7.29 ANEXO XXIX – CONJUNTO DE CONTATOS 2507 (ROTEIRO DO PREFEITO NA VILA BATISTA XAVIER, 06/07/1978, OCTACÍLIO FREITAS DIAS) .....	248

7.30 ANEXO XXX – FORMULÁRIO DO GOOGLE FORMS UTILIZADO PARA FICHAR AS MINIATURAS.....	249
7.31 ANEXO XXXI – ZERO HORA DE 22/06/1979 .....	254



## 1 INTRODUÇÃO

Fotografia 1 - Miniaturas do conjunto 1060 - Inauguração da 3ª Unidade Vicinal da Nova Restinga (28/08/1976, de Octacílio Freitas Dias)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Um pouco de mofo corrói duas folhas de contatos fotográficos da caixa número noventa abrigada no sótão do Solar Lopo Gonçalves, na outrora chamada Rua da Margem do Riacho, em Porto Alegre. Com o título de *“Inauguração da Terceira Unidade Vicinal da Nova Restinga”*, as duas folhas são compostas por pequenas miniaturas de imagens que contam uma pequena história do dia vinte e oito de agosto de 1976. Tem cheiro de pó e de tempo, como frequentemente costumam ser as coisas do passado. Ainda que se tratasse da inauguração de uma parte de um grande projeto habitacional desenvolvido em Porto Alegre durante a Ditadura Civil-Militar, pouco vemos nelas seus moradores. As autoridades, proferindo seus discursos, tomam boa parte dos enquadramentos das fotografias, as quais por vezes dividem espaço com os automóveis imponentes das comitivas e o contorno das casinhas que compõem a paisagem do bairro. Um grande palanque e suas pessoas absorvem as lentes do fotógrafo Octacílio Freitas e destaca, junto aos corpos das autoridades, uma grande faixa: *“Este é um país que vai pra frente”*.

Estamos na metade dos anos setenta e o golpe de Estado conduzido pelas Forças Armadas já estava no seu décimo segundo aniversário. A faixa remetia a um dos *slogans* do quarto presidente militar, o General Ernesto Geisel, e sua empreitada em manter o estado autoritário confiante ao mesmo tempo em que a economia começava a sentir os efeitos do fim do tão propalado “Milagre

Econômico”<sup>1</sup>. Muita coisa havia ocorrido naqueles doze anos: os generais que se intercalaram no poder abriram as portas do país ao capital internacional, instauraram um regime de censura e perseguição aos opositores e insuflaram os abismos sociais entre ricos e pobres no país. Estradas foram abertas, viadutos foram construídos e muitos corpos foram violados para afastar a “ameaça” comunista e manter um determinado *status quo* favorável aos grupos no poder.

Neste íterim de anos, entre o início da ocupação da Restinga e a inauguração de sua terceira unidade planejada, a cidade também se modificara: de Brasília partiram coordenadas que fizeram das cidades, em especial das capitais, lugares estratégicos na organização da modernização do tipo autoritária e conservadora (MOTTA, 2014) que o regime buscava imprimir. Porto Alegre mergulhou em um período de intensas reformas urbanas entre a segunda metade dos sessenta e os setenta. Novos parques, avenidas, viadutos, monumentos. Novos projetos que remodelavam espaços tradicionais e alteravam sua morfologia e mobilidade. Substituíam-se os bondes pelos automóveis, a cidade se verticalizava e perseguia a aura de metrópole. Mas entre prédios enormes e avenidas, aglomeravam-se as vilas de pobreza naquela cidade que só fazia crescer, e se transformavam num empecilho, físico e moral, para a concretude da imagem da cidade moderna que os prefeitos nomeados pelos ditadores almejavam construir.

A placa no palanque amparava as autoridades no evento, protegidas e destacadas na cerimônia que simbolizava a realização dos ideais habitacionais e sociais defendidos por militares e apoiadores. Dez anos antes das fotografias, a Restinga era uma imensa e pouco povoada região rural na fronteira do município com Viamão, uma margem da cidade pouco tocada pelos homens do concreto. Em 1969, quando as políticas que resultariam no “Milagre Econômico” começavam a esboçar sinais, o engenheiro Telmo Thompson Flores, o prefeito nomeado pelos generais, anunciava a assinatura dos empréstimos que iniciariam a construção das unidades planejadas da Restinga. Em 1971, era inaugurado o primeiro loteamento da Vila Nova Restinga, projeto que se enquadrava nas diretrizes

---

<sup>1</sup> Período entre 1967 e 1973 em que o Brasil conseguiu manter altas e inéditas taxas de crescimento em decorrência das políticas implementadas pelo Ministro da Fazenda nos governos dos generais Costa Silva e Médici e por uma conjuntura internacional favorável. Sobre a conjuntura econômica ver PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. Vol. 4. O tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Por outro prisma, a relação entre a aplicação de certas medidas liberalizantes e os novos condicionantes políticos e econômicos que emergiam com a crise do “milagre” foram trabalhadas por Carvalho em artigo publicado em 2005 na Revista Dados: CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 115-147, Mar. 2005. Em uma edição posterior da mesma revista, há uma interessante reflexão de Salomão e Marques Junior sobre a adoção de políticas econômicas que privilegiam o crescimento a curto prazo no Brasil: SALOMAO, Ivan Colangelo; MARQUES JUNIOR, Karlo. De Milagres e Espetáculos: O Ciclo Vicioso do Eterno País do Futuro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 3, p. 735-772, Set. 2018.

do Banco Nacional de Habitação e que urbanizava uma parte do bairro aos moradores que se adequassem a algumas exigências prévias, como renda fixa. Chegou a receber mais de duas mil famílias até 1976 (FEDOZZI, 2000, p. 24).

Entre a Restinga Velha e a Nova, a planejada, na segunda metade dos anos sessenta, as margens do Arroio do Salso se transformaram em um espaço de confluência de centenas de famílias da região central da cidade, das vilas Ilhota, Teodora, Marítimos e Santa Luzia. Famílias que, frente à “violência sistemática do deslocamento e isolamento em espaço sem nenhuma estrutura (ARAÚJO, 2017, p.02)”, viram suas vidas transformadas de maneira “traumatizante e brutal (PORTO ALEGRE, 1990, p.08)” – mas, ainda que desamparadas pelo poder público, seguiram em frente e reconstruíram suas vidas e suas sociabilidades naquele que hoje é um dos maiores bairros da capital. Com o olhar para o alto do palanque, as fotografias não revelam os rostos dos sujeitos cujas vidas foram atravessadas pela Ditadura no ínfimo e no violento do cotidiano. Expulsos por coerção física ou econômica, os moradores da Restinga personificaram a forma de condução da construção da cidade pelas margens de seu perímetro tradicional em um período de singular e emblemático crescimento das disparidades sociais.

A arquitetura imprime nas cidades a função que o relato imprime ao tempo. Para Paul Ricœur (2002, p.11), as duas ações funcionam como operações configuradoras que dispõem a trama no tempo. Ao caminhar pelas cidades, entre lugares de ode e horror ao estado autoritário brasileiro, sentimos sensíveis marcas materiais que também narram outras temporalidades e outras formas de pensar e habitar os espaços urbanos. Por entre as ruas dos bairros centrais de Porto Alegre, a Ditadura é rememorada nas avenidas batizadas com os nomes dos seus generais, com os viadutos que carregam as personalidades homenageadas por um regime que defendia um perigoso nacionalismo ao mesmo tempo que praticava a tortura de seus dissidentes em uma casa nobre do bairro Independência. No parque da elite, o Monumento ao General Castello Branco, de 1979, vigia “os destinos da Pátria” na ideia de ser uma “consustanciação do espírito contemporâneo de um país em luta pelo progresso (ALVES, 2004, p.179)”.

Mas do mar das memórias que disputamos, entre todas as imprescindíveis defesas da legalidade e da não violabilidade de seres humanos, pouco a historiografia tem conseguido se dedicar a outros tipos de vítimas deste mesmo denso passado. Do mesmo modo como a Ditadura expandiu os logradouros da cidade, também nós, enquanto historiadores, relegamos ao esquecimento, fruto de interesse e ocasião, um olhar mais atento aos sujeitos que permaneceram debaixo do palanque – ou talvez à distância mesmo, observando a festa burocrática ao longe, levianamente sempre tratados como bestializados (CARVALHO, 1987).

Ainda que os pobres da cidade tenham sido tematizados por algumas célebres referências da historiografia da cidade (PESAVENTO, 2001), e dos ainda escassos trabalhos recentes (ARAÚJO, 2018; KLAFKE; WEIMER; FURINI, 2022; ROSA, 2014; WEIMER, 2017), falta muito o que ser dito e investigado sobre estes sujeitos que carregam nas costas os fardos mais pesados do nosso capitalismo. Como outras cidades do Brasil, Porto Alegre assistiu a um crescimento vertiginoso no número de seus habitantes entre as décadas de 1940 e 1980, saltando de um pouco mais de 270 mil para 1.125.477 habitantes (CABETTE; STROHAECKER, 2015), período em que o país passou a concentrar 2/3 de sua população nas áreas urbanas. No início da década de 1970, a cidade irregular e informal remetia a 11,14% do total da população porto-alegrense, que se dividia em cerca de cento e vinte e quatro vilas, com um crescimento de 8% a 9% ao ano (FEDOZZI, 2000, p.17 e 22). Através de remoções forçadas e violentas, a expulsão da população de baixa renda para áreas distantes do centro da cidade foi um dos métodos mais utilizados pelas administrações da Ditadura para lidar com este aumento populacional, vinculado à migração, à concentração de riquezas e o empobrecimento interno dos habitantes da cidade (FEDOZZI, 2000, p.22).

As fotografias do contato 1060 funcionam como uma certa metonímia do olhar que se fixa nos eventos e nas personalidades e ignora a multidão daqueles invisibilizados que sofreram outros tantos tipos de violência pelo mesmo momento ditatorial. Elas suscitam questionamentos sobre como a Ditadura operou mudanças físicas, estruturais e sociais no espaço urbano brasileiro enquanto simultaneamente fomentava políticas desenvolvimentistas e transformava os hábitos de consumo – mas, principalmente, como estas alterações envolveram diretamente a vida das camadas sociais urbanas mais pobres, consumando um processo de segregação espacial brutal. A cidade formal, isto é, a cidade que foi dotada de amplas perimetrais durante a Ditadura, a cidade do Parque Moinhos de Vento e do Complexo Viário da Conceição, não pode ser dissociada, ao contrário do desejo de muitos, da cidade ocupada pelas vilas de “*malocas*” constantemente expulsas e realocadas para regiões ainda mais longínquas. Esses sujeitos providos de “vidas de sanduíche”<sup>2</sup>, vidas em iminente despejo (WEIMER, 2017), tiveram suas vidas drasticamente alteradas por canetadas burocráticas pois, junto com as remoções, iam-se também formas de habitar, sociabilidades, espaços de educação, lazer e pertencimento.

---

<sup>2</sup> “Vidas em sanduíche” é uma expressão utilizada por Weimar (2017), cunhada pela antropóloga Cláudia Fonseca, para referir-se a “(...)precariedade e a instabilidade de projetos de ascensão social, sobretudo em um contexto de iminente despejo (...) que evidencia deslocamentos espaciais, no mais das vezes compulsórios, que não vêm sendo suficientemente observados e adequadamente dimensionados pela historiografia em sua importância para o processo de metropolização das cidades brasileiras (WEIMAR, 2017, p.03)”.

O contato 1060 pertence a uma das centenas caixas com fotografias, contatos fotográficos e negativos que constituem o *Acervo Fotográfico Permanente da Coordenação de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito*, que hoje pertence a Fototeca Sioma Breitman do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. As imagens do Acervo conformam o registro fotográfico mais completo sobre as atividades desenvolvidas por todas as secretarias municipais entre 1960 e 2005, constituindo a documentação visual retrospectiva mais importante da Prefeitura<sup>3</sup>. Apesar disso, este conjunto documental foi pouquíssimo explorado pela historiografia, uma vez que, estando sob guarda do Museu de Porto Alegre desde 2009, apenas em 2015 passou a ser organizado e disponibilizado para pesquisa.

O debruçar sobre o conteúdo das caixas revela toda uma narrativa visual sobre a ação do poder público municipal, registrando espaços antes, durante e depois da execução de obras, arrolando cerimônias, celebrações, festas e inaugurações, como também escolas, centros culturais, parques, monumentos, vias e edificações. Abrir as caixas das décadas de 1960 e 1970 torna-se uma verdadeira experiência de imersão na história da metropolização da cidade, das burocracias da ação estatal, da morfologia e na toponímia dos lugares. Elas passeiam pela nossa história política recente e testemunham imagens curiosas, como as de um encontro entre Paulo Freire com o prefeito Sereno Chaise, poucos dias antes do golpe que cassaria seu mandato<sup>4</sup>. Percorre-se, com elas, a construção do polêmico Muro da Mauá, observa-se nelas o aumento do fluxo viário, a construção dos viadutos e das perimetrais, a inauguração de linhas de ônibus e as borbulhantes aglomerações humanas na Rua dos Andradas.

Na imensidão de informações visuais que o Acervo abriga, saltam aos olhos os conjuntos fotográficos que deslocam as lentes dos funcionários da prefeitura das áreas centrais para as crescentes áreas vulneráveis em suas margens. Se entre as caixas que abarcam as imagens da década de 1960 o tema é bastante presente, na década seguinte o tema torna-se muito mais frequente, especialmente absorvendo uma quantidade significativa das fotografias produzidas na administração

---

<sup>3</sup> Estima-se que o acervo seja composto por cerca de 800.000 itens entre negativos, positivos, contatos e slides, acondicionados em envelopes de papel pardo, caixas plásticas e de papelão e organizados em 470 caixas box plásticas identificadas com as datas-limite e o tipo de suporte (negativo, contato, ampliação, slide) que contém, alocadas em dois espaços (torreão e sala na reserva técnica) na sede do Museu Joaquim Felizardo. Desde 2015, a arquivista Karina Santos é a responsável pela guarda do acervo junto a Fototeca Sioma Breitman, organizando e realizando ações emergenciais de preservação dos itens danificados. Até o momento, em junho de 2020, foram contabilizados e inseridos em um banco de dados cerca de 40% do acervo: 200 caixas, 347.000 fotogramas, negativos, 4.800 ampliações, 39.000 folhas de contatos, 1.000 slides. Foi graças a prestatividade desta servidora e deste banco dados que foi possível chegar nas caixas que conformam esta pesquisa.

<sup>4</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Ministro da Educação e Paulo Freire com o Prefeito no Salão Nobre**. 19/03/1964. Negativos com seis chapas. Fototeca Sioma Breitman (Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo).

de Guilherme Socias Villela, economista nomeado como prefeito de Porto Alegre em 1975. Nelas, sua imagem política é construída no corpo a corpo das visitas que realiza em distintos espaços da cidade que, desta vez, não se limitam ao espaço da cidade formal. *Na história visual que as imagens arquivadas do Gabinete do Prefeito contam, por que, entre os anos de 1975 e 1979, as comunidades desses núcleos passaram a receber uma maior atenção do governo municipal? Quais fatores explicam o surgimento de uma insistente visualidade de comunidades pouco pavimentadas e crianças descalças nos arquivos produzidos pela Prefeitura?*

As vidas precárias (BUTLER, 2011), tornadas foco pelas lentes dos fotógrafos, trazem consigo para o arquivo também novas legendas a serem somadas à agenda das preocupações administrativas que as caixas do Gabinete tornam monumento: inaugurações de redes de iluminação, encanamentos, escolas e ruas pavimentadas. Imagens que percorrem comunidades que cresciam alheias ao desenvolvimento urbano que a Porto Alegre metrópole construía, dão rostos e corpos aos sujeitos herdeiros das vilas de “malocas” e das conseqüentes políticas de habitação decorrentes. As fotografias constroem enquadramentos e tornam visíveis certos corpos subalternos invisíveis neste processo de modernização, permitindo algumas perguntas que esta tese irá percorrer: *como as fotografias do Acervo do Gabinete do Prefeito ajudam a interpretar a história do processo brutal de modernização que foi efetuado em Porto Alegre durante o último período autoritário militar? Isto é, como as fotografias do acervo constroem uma narrativa visual acerca da história da periferia de Porto Alegre, entendida, como o próprio acervo sugere, não como uma história à parte de um processo maior, mas como a faceta intrínseca de um desigual momento de produção do espaço urbano?*

A farta documentação imagética do Acervo permite elaborar a *hipótese* de que a modernização empreendida pelos grupos no poder durante a Ditadura Civil-Militar não pode ser dissociada do processo de segregação espacial que insuflou a construção da periferia nas margens da cidade. A recorrência dos temas das imagens parece ser sintomática da emergência de determinadas temáticas na esfera pública, assuntos que necessitavam ser registrados imageticamente e difundidos pelos meios oficiais e pela mídia no período. As fotografias, deste modo, permitem a análise da função da fotografia como dispositivo de controle, legitimidade e propaganda da administração de Porto Alegre, bem como o caráter e a função do arquivo que juntas elas insinuam constituir. A partir delas, deste modo, pretende-se contribuir com a renovação dos estudos historiográficos que, cada vez mais, vêm se dedicado a dar outros enfoques aos estudos sobre as cidades brasileiras, enxergando a produção destes espaços como sintomático de outros diversos problemas historicamente emaranhados na

História deste país, como raça, classe e gênero, e a negação de direitos com os quais uma grande parcela dos habitantes de nossas cidades frequentemente é privado.

Em maio de 1964, a cassação do prefeito trabalhista Sereno Chaise e a nomeação de Célio Marques Fernandes resultariam no início de uma longa sequência de sucessivos administradores municipais que passaram a ser escolhidos dentro da política do novo regime. Pouco tempo antes, o Primeiro Plano Diretor da cidade havia sido aprovado pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, um projeto das administrações de Leonel Brizola e Tristão Sucupira Vianna, correligionários de Chaise. O Plano foi o primeiro implantado através de legislação específica e uma tentativa de controlar a cidade que crescia vertiginosamente, fosse para os lados, fosse para o alto dos novos arranha-céus e construções monumentais. Promulgado em dezembro de 1959, foi inspirado nos preceitos modernistas da Carta de Atenas<sup>5</sup> em aspectos como a racionalização das atividades e vias e a instituição de índices urbanísticos – isto é, na esteira do desenvolvimentismo construtor de Brasília.

O Plano Diretor, mesmo objeto de atualizações ao longo da década, continuou como referência para as ações dos administradores até 1979, indicando limites e direções de expansão da cidade que a todo momento recebia novos fluxos humanos. Desde o final da década de 1940, com a intensificação do êxodo rural, o crescimento da cidade e a expansão dos núcleos de subabitação passaram a ser consideradas pelas autoridades locais como problemas políticos, resultando na criação da Superintendência de Habitação, primeiro órgão criado para executar políticas habitacionais de caráter social no município (D'ÁVILA, 2000, p.28). Na medida em que os anos transcorriam e a polarização política se intensificava, aumentavam os debates sobre a questão habitacional e sobre crescimento das comunidades vulneráveis na cidade. Uma das soluções encontradas para responder as demandas do crescimento demográfico foi a construção de loteamentos pelo serviço municipal, que na década de 1950 passaria a se chamar Departamento Municipal da Casa Popular (que, em 1965, se transformaria no DEMHAB). Estes loteamentos regulares, contudo, não conseguiram evitar a formação de novos núcleos irregulares de “*subabitação*”, tanto nas áreas mais próximas quanto distantes do centro da cidade, determinado um “quadro de ocupação caótica do espaço urbano (FEDOZZI, 2000, p.21)”.

Em 1969, Telmo Thompson Flores foi nomeado prefeito municipal pelo governador Walter Peracchi Barcellos. Engenheiro e ex-Diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento

---

<sup>5</sup> A Carta de Atenas é o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933, e propõe quatro funções básicas na cidade: habitação, trabalho, recreação e circulação. Assim, a Carta em si mesma se organiza sob estas premissas, expondo observações e proposições para cada um.

(DNOS), Flores foi um tecnocrata de confiança e habituado a pensar e executar grandes obras de infraestrutura, “com um perfil político que o regime militar procurou imprimir à administração pública, marcada por um caráter técnico-burocrático e aparentemente neutro de suas intervenções no espaço público (MONTEIRO, 2006, p.336)”. Nos anos em que administrou a cidade, Thompson Flores priorizou a execução dos princípios do Plano Diretor por meio de um número significativo de grandes obras realizadas em pouquíssimo tempo. Avenidas, viadutos, parques e monumentos foram subsidiados pelos recursos auferidos daquilo que foi chamado de “Milagre Econômico”: “um produto de uma confluência histórica, onde condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo Castelo Branco (PRADO, L.C.D.; EARP, F.S., 2003, p.234)”. Ao mesmo tempo em disparavam as diferenças entre o topo e base da pirâmide social, o “Milagre Econômico” lançava as bases de uma moderna e diversificada sociedade de consumo, ampliava o crédito para as classes médias e formava um grande mercado urbano.

Este cenário, porém, começaria a se modificar quando, em abril de 1975, Guilherme Socias Villela assumiu a administração municipal. No ano anterior, a posse na Presidência da República do General Ernesto Geisel foi acompanhada pela expectativa de afrouxamento do regime e pelo crescimento do Movimento Democrático Brasileiro, MDB, nas eleições legislativas que, no Rio Grande do Sul, chegou a eleger um senador. Concomitantemente, o início de uma crise econômica ofuscava o sucesso do “Milagre” e elevava os custos de vida da população. Com medo do crescimento do MDB nas eleições municipais de 1976, o governo federal promulgou a chamada “Lei Falcão”, que restringia o debate político no rádio e na televisão, obrigando os candidatos a vereador a intensificarem a campanha no contato direto com os eleitores. Neste ano, o partido governista passou a controlar 83% das prefeituras brasileiras e a maioria das câmaras de onze capitais (RODEGHERO; GUAZZELLI; DIENSTMANN, 2013, p.131). Em Porto Alegre, dois vereadores eleitos pelo MDB, Glênio Peres e Marcos Klassmann, mal chegariam a assumir seus cargos, sendo cassados em janeiro de 1977.

O movimento estudantil e o movimento sindical, por outro lado, passariam a ocupar cada vez mais importância na luta pela redemocratização nacional na segunda metade dos anos setenta. Foram acompanhados por diversos movimentos sociais que entre a oscilação de acirramento e abertura política encontravam brechas para levantarem novas bandeiras e assim proporem novas formas de participação política. Nesta conjuntura nacional de lutas cresceram em Porto Alegre movimentos de associações de moradores de bairros. Estes passaram progressivamente a desenvolver um conjunto de demandas relacionadas a reivindicação de direitos urbanos, como o uso do solo, dos equipamentos públicos e dos serviços urbanos.



O ano de 1977 seria marcado pela retomada da autonomia das atividades da Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairro (FRACAB). Fundada na década de 1950, a FRACAB havia permanecido muitos anos sob a influência das práticas autoritárias e clientelistas da administração municipal (FEDOZZI, 2000, p.29). Entre as manifestações do Movimento Contra a Carestia, que com um forte apelo popular questionava o aumento do custo de vida, a FRACAB ajudou a concatenar práticas opositoras ao modo como as políticas do regime executavam a administração urbana. Segundo Fedozzi (2000, p.29), neste momento, os movimentos sociais formalizariam suas demandas percebendo-as como direitos e reagindo às concepções de ação meramente burocráticas que delegavam aos agentes comunitários o status de sujeição e sub-representação política nas decisões sobre a cidade.

O crescimento das lideranças nas áreas periféricas enfrentou as velhas práticas de cooptação frequentemente utilizadas pelos políticos, tanto da ARENA como do MDB. Estas práticas de tutela, que também funcionaram como formas de obter benefícios para as localidades, passaram a cada vez mais sofrer resistência por parte das associações de moradores, permitindo a emergência de novos discursos que “ressaltavam os direitos sociais da cidadania como algo a ser conquistado e universalizado (FEDOZZI, 2000, p.30)”. Tal contexto fomentou novas ações por parte do poder municipal, entre as quais a criação de um programa de audiências nos bairros da cidade, a elaboração de projetos de educação na periferia e a criação do Gabinete de Atendimento das Reivindicações dos Bairros (GAREB), além de meios para a participação da população no Conselho do Plano Diretor.

Uma onda de mobilizações partiu da periferia de Porto Alegre no final dos anos setenta, incorporando às discussões sobre a retomada das liberdades democráticas as demandas das comunidades da cidade informal e contribuindo com o caráter de retomada democrática do momento. Estas manifestações incitaram que a opinião pública e as autoridades ouvissem as demandas destes núcleos marginalizados de Porto Alegre. Sessenta e um núcleos realizaram algum tipo de manifestação entre 1978 e 1979, produzindo cerca de 485 notícias nos jornais locais que denunciavam o abandono e as condições precárias a que eram submetidas estas regiões. Para o sociólogo Luciano Fedozzi, a comparação entre as regiões mais mobilizadas neste período com as que mais significativamente estariam organizadas no fim dos anos 1980 sugere “um elo histórico entre as reivindicações do final da década de 1970 com a construção da experiência do Orçamento Participativo (FEDOZZI, 2000, p.31)” nas vésperas dos anos noventa.

Guilherme Socias Villela esteve à frente da Prefeitura de Porto Alegre por dois mandatos consecutivos: entre abril de 1975 e abril de 1979 e entre abril de 1979 e abril de 1983, quando foi

substituído por João Antônio Dib, o último prefeito não escolhido em uma eleição direta. Enquanto a administração de Telmo Thompson Flores foi marcada pela força do estado autoritário e das políticas econômicas da Ditadura em grandes obras públicas e mudanças físico-urbanísticas, os oito anos de Villela corresponderam ao ajustamento do crescimento da cidade a estas e a uma reestruturação do planejamento, consolidando um modo de pensar o espaço urbano que vinha sendo elaborado nas décadas anteriores (TOCHETTO; SOUZA, 2019). Isto é: se, por um lado, a administração do primeiro imprimiu, com a autoridade do regime, uma sequência de obras públicas e transformações que haviam sido delineadas no Plano Diretor de 1959, a segunda reorganizou a forma como a cidade era planejada, tracejando diretrizes que absorviam certas questões decorrentes dos problemas que haviam emergido nos anos 1960 e 1970 e, por conseguinte, institucionalizando um formato de planejamento e uma nova imagem urbana coerentes com os princípios e o legado que o regime buscava instalar.

Em junho de 1979, a gestão de Villela promulgou o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PPDU), resultado das discussões que envolviam uma discussão técnica conduzida pela prefeitura desde a década de 1960 e que incorporavam a premissa de planejar a cidade de forma integrada e global, substituindo a ideia de processo e de modificações pontuais na estrutura da cidade (do Plano de 1959) pela ideia de desenvolvimento e pela multiplicação de olhares envolvidos, mas ainda predominantemente técnicos e científicos. O PPDU expressou a consolidação jurídica local de um olhar que era perpassado por distintas e intensas variáveis que haviam modificado as cidades brasileiras nas duas décadas de regime. Desde 1973, a criação das regiões metropolitanas de Porto Alegre e outras sete capitais pelo governo federal sinalizava a necessidade do entendimento destas cidades para além dos limites municipais, abrangendo em seu planejamento as interações e as relações de dependência que tais espaços desenvolviam com seus entornos (VIEGAS, 2016). Em outras palavras, ao longo dos anos setenta ninguém mais poderia contestar que Porto Alegre havia se tornado oficialmente uma metrópole e que qualquer planejamento que não levasse em conta sua relação com os municípios vizinhos era descabido. O PPDU, por isto, se materializava como um conjunto escrito e científico das proposições das administrações tecnicistas da Ditadura e, principalmente, como instrumento de gestão que se direciona a cidade do porvir: que cava um lugar para o futuro.

Em paralelo, 1979 também foi o ano da criação do Museu de Porto Alegre. O Museu foi um dos resultados das muitas discussões preservacionistas que foram travadas desde a década de 1960 por alguns setores locais, como jornalistas e intelectuais, incomodados com as agressivas reformas urbanas promovidas no período (POSSAMAI, 2000, p.29). A ideia de abrigar em um espaço o acervo histórico e cultural da cidade é indissociável do processo de metropolização imediatamente anterior,

cujos impactos ajudaram a articular uma emergente noção de patrimônio regional e contribuíram para que Porto Alegre se tornasse uma das primeiras municipalidades brasileiras a legislar sobre o tema (POSSAMAI, 2000, p.29). Com a crescente preocupação preservacionista, a prefeitura, através da criação de órgãos voltados ao patrimônio catalogou cerca de quarenta e sete imóveis antigos “considerados de valor histórico e cultural e de expressiva tradição para a cidade de Porto Alegre (PMPA, 1977 apud POSSAMAI, 2000, p.29)”.

Entre estes imóveis constava o Solar Lopo Gonçalves, cujo projeto de patrimonialização sempre esteve associado a ideia de futuramente abrigar um museu da cidade. E isto foi o que de fato ocorreu em 1982 quando, depois de restaurado, a antiga casa da rua João Alfredo tornou-se a sede do Museu de Porto Alegre. Erguido entre 1845 e 1855, o Solar foi construído com a finalidade de ser a casa de campo do comerciante português Lopo Gonçalves, que na época era proprietário de uma loja de fazendas e de um armazém de molhados no centro da cidade. Outra ocupação de Gonçalves era o comércio de escravizados, cujas marcas se fazem presentes na senzala do Solar e no fato de que a própria edificação fora por eles construída. O Solar também era associado à fundação da Associação Comercial de Porto Alegre, uma vez que era recorrente a história de que nele esta teria sido fundada em 1858. Este dado, segundo Possamai, seria determinante no processo de patrimonialização e escolha da casa como sede do museu, uma vez que a associação patrocinou tanto seu restauro quanto sua transformação em museu, o espaço “passou a ter um caráter eminentemente comemorativo e celebrativo da memória da entidade e de seus fundadores (POSSAMAI, 2000, p.31)”.

Com efeito, no século XIX, o bairro Cidade Baixa configurava uma região rural no entorno do núcleo central urbano com uma significativa e crescente comunidade negra, não distante do Areal da Baronesa, hoje reconhecida área quilombola. Na antiga “Rua da Margem”, toponímia da rua novecentista do Solar, corria um riacho que, no início do século XX, contornaria o terreno alagadiço da Ilhota. Por ser um terreno pantanoso, a Ilhota foi, durante muitas décadas do século XX, um território desvalorizado economicamente, ao mesmo tempo que simbólico para a comunidade negra, como lugar de residência, entre outros, do sambista Lupicínio Rodrigues. O Plano Diretor de 1959 transformou o conjunto de “malocas” da Ilhota em um dos grandes projetos de gentrificação organizados pela Prefeitura nos anos seguintes, de modo que, ao fim da década de 1970, com o sucesso do Projeto Renascença<sup>6</sup>, a região estivesse totalmente remodelada.

---

<sup>6</sup> O Projeto Renascença foi implementado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre entre os anos de 1975 e 1979 com o objetivo de transformar a área que então abrangia a Ilhota e seu entorno. Ver: SOUZA, Anita. **Projeto Renascença: um**

É dentro deste contexto de profundas alterações da malha urbana que a opção pelo Solar como sede do museu municipal tornou-se relevante: dentre as múltiplas eleições possíveis, foi escolhido, em um território significativamente negro, uma edificação centenária representante do poderio branco, colonial e escravagista da cidade associada à memória de um importante grupo social local, os comerciantes. Também não por acaso que esta escolha foi realizada em um momento de reorganização política e social, passados o período mais agressivo e turbulento da Ditadura e perante as novas configurações que sugeriam a emergência de novos atores e novas demandas na agenda pública. Se o PPDU era uma maneira institucional de determinar o futuro, a criação do Museu de Porto Alegre fixava um passado oficial, materializado pela escolha do Solar.

Neste sentido, este contexto também foi significativo de um momento de disputa pela cidade, em que a ação da prefeitura foi reorientada para uma melhor assimilação destas demandas e dos atores emergentes, ao mesmo tempo em que construía lugares de memória do regime no âmbito municipal. Entre o PPDU e o Museu, a municipalidade atualizava uma imagem da cidade e, na cruza entre tempo e espaço, reordenava atores e o jogo social de um presente incerto e de embate entre forças conservadoras e democráticas – refazia os contornos e o desenho de uma cidade transformada em metrópole, com mais de um milhão de habitantes e que se concentravam agora já muito além dos limites da primeira Avenida Perimetral<sup>7</sup>. Os dois eventos funcionavam, desta forma, como marcos no tempo que permitem observar um emblemático momento de absorção e avaliação realizado por vários e distintos setores da sociedade que pesavam os resultados das reformas modernizantes implantadas desde o Plano de 1959 e da forma autoritária e conservadora como estas foram levadas a cabo pela Ditadura: o PPDU e o Museu se tornam, assim, produtos e instrumentos de um momento de disputa pela cidade.

A partir destas constatações, o ano de 1979 apareceu como um ano alegórico frente as contradições que as fotografias do Acervo do Gabinete sugeriam. Primeiro, porque não só este foi o ano da promulgação do PPDU, como foi o ano em que o Plano de 1959 comemorava vinte anos. Isto

---

**caso de gentrificação em Porto Alegre durante a década de 1970.** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS (dissertação de mestrado). Porto Alegre, 2008.

<sup>7</sup> Entre as décadas de 1950 e 1970, a taxa de crescimento anual de Porto Alegre manteve-se acima dos 3%, chegando em 5% na década de 1960. Se a primeira versão do 1º Plano Diretor, de 1959, abrangia apenas 1/6 da área do município, tal ritmo impôs à Prefeitura a necessidade de estender o planejamento a outras áreas, sendo adicionadas a extensão A em 1964, a extensão B em 1967, a C em 1972 e a D em 1975, quando reconheceram que já era o momento de elaborar outro plano diretor. Na década de 1980, Porto Alegre chegaria a 1.125.477 habitantes (em contraste com os 641.173 de 1960) e inauguraria a segunda Avenida Perimetral. Sobre dados demográficos, ver: CABETTE, Amanda; STROHAECKER, Tânia Marques. A dinâmica demográfica e a produção do espaço urbano em Porto Alegre. **Cadernos Metropolitanos**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 481-501, Nov. 2015. Uma comparação entre os planos diretores de 1959 e 1979, ver: TOCHETTO, Daniel; SOUZA, Celia Ferraz de. Do planejamento urbanístico ao planejamento integrado: a trajetória de Porto Alegre nas décadas de 1960 e 1970. **Anais do XVIII ENANPUR**. Natal: ANPUR, 2019.

é, completavam-se ali duas décadas da organização de uma lei que legitimou todo o processo reformador que mudou drasticamente as dinâmicas da cidade, destruiu e construiu patrimônios edificados e redefiniu as concepções sobre o que era e o que poderia ser Porto Alegre. Segundo, porque toda a década passava simbolicamente por revisão: a emergência de brechas democráticas com a expectativa da chegada dos anos oitenta promoveu uma onda nostálgica que permeou páginas de jornais, programas de TV e filmes no país – em 1979 até as paredes de Porto Alegre suplicavam o fim dos anos setenta (ALVIM, 2016).

Setenta e nove foi um ano de ebulição: um “agora” por onde concorriam linhas de distintas temporalidades, portadoras de perspectivas e interesses diversos, com objetivos e expectativas díspares. A partir dos anos oitenta, estas linhas, que neste derradeiro ano tomavam um corpo mais consistente, envergariam por caminhos específicos que, em combate, definiriam os contornos da política nacional, entre a consolidação do Partido dos Trabalhadores, do atentado do Riocentro, nas marchas pelas Diretas Já, na forma como generais passaram os altos postos para civis, na agenda e na crise política e econômica do Governo Sarney até a Assembleia Constituinte e a promulgação da Constituição de 1988. Linhas que também concorriam na dimensão cotidiana da vida urbana da metrópole mais ao sul do Brasil: nas ruas novamente ocupadas pelo movimento estudantil, na articulação dos quarteis, na reorganização dos partidos políticos e nas vozes que, distantes do poder, ecoavam da periferia a sua existência.

Como um ponto estratégico para a observação de um estado de coisas prestes a tomar rumos intensos, 1979 encerrava a primeira administração de Socias Villela, um prefeito da Ditadura concentrado em vincular sua imagem a uma inaudita aparente proximidade com a população, entre a consecução de uma nova lei de planejamento e um museu da história municipal, enquanto os setores conservadores articulavam suas estratégias de permanência no poder, setores da esquerda se reorganizavam em torno do novo movimento trabalhista e as periferias se insurgiam exigindo um lugar para suas demandas. Dez anos depois, algumas destas linhas se encontrariam e, a partir de algumas associações comunitárias da periferia, o Partido dos Trabalhadores organizaria o Orçamento Participativo em sua primeira administração do município.

A escolha do eixo que orienta esta tese surgiu após muitas inquietações. Entre as dezenas de caixas com fotografias, contatos e negativos abrigadas no sótão do Solar, o Acervo do Gabinete do Prefeito desperta inúmeras possibilidades de investigação, uma vez que as imagens registram o cotidiano institucional da cidade e de suas transformações desde os anos sessenta. A tônica dos acontecimentos políticos e das reformas urbanas acompanha o olhar dos fotógrafos do município que

em um primeiro momento, se ocupam mais por registrar encontros burocráticos e as grandes obras que se proliferavam na cidade. Progressivamente, imagens de vilas e comunidades deixam de ser esporádicas e vão tomando alguma regularidade até que, em determinado momento, passam a ocupar uma parte significativa do conteúdo das caixas. Em seus títulos, carregam toponímias de lugares que, ainda existentes ou não, preencheram a agenda do prefeito. Em suas legendas, uma cidade sem direitos aparece: uma Vila Santa Rosa sem água, uma Vila São José sem luz. Casas paupérrimas ganham o lugar dos grandes edifícios e sujeitos que talvez nunca tenham sido fotografados aparecem diante das câmeras em caminhadas ao lado do prefeito. Sai o Menino Deus e o Moinhos de Vento, surge a Vila Mapa ou a Vila Nova Brasília.

Fotografia 2 - Miniatura do conjunto 0418 - Prefeito visita Vila Brasília (23/10/1975, de Humberto Alencastro)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Estas fotografias, portanto, trazem para dentro da construção da visualidade oficial e institucional da Prefeitura a construção das margens urbanas e a história de uma demanda social: *o direito à cidade*. O fato de que a incidência mais significativa das visitas às vilas começa no ano de 1975, o ano em que Socias Villela assumia seu primeiro mandato em Porto Alegre, permite a associação destas imagens com as novas conjecturas que começam a se delinear na segunda metade dos anos setenta. Isto é, entre 1975 e 1979, durante o primeiro mandato de Villela, começam a ser articulados movimentos associativos nas comunidades que passam a exigir, entre outras, melhores condições de saneamento e mobilidade, associados ao complexo e lento esmorecimento do regime.

É neste momento, concomitantes às discussões sobre o PPDU e o museu municipal, que se impõe uma necessidade de tornar visual e presencial a ação institucional – enquanto o prefeito se faz presente, em corpo e imagem, nas visitas, faz-se possível conhecer, naquele presente e no futuro em que hoje escrevo esta tese, os contornos visuais das margens de Porto Alegre em um momento de efervescência e reorganização<sup>8</sup>.

Diante de um contexto abafado e ditatorial, a imprensa foi utilizada como uma instância de legitimação sobre as mudanças físicas que envolvem o habitante da cidade. Era ela a responsável pela organização e divulgação das imagens oferecidas pelos agentes de comunicação da prefeitura. Impressas nas páginas dos jornais, essas imagens participaram da construção pública da memória desses tempos, espaços e sujeitos.

Não foi o objetivo deste trabalho perseguir o caminho que essas imagens ao fim percorreram, mas sim evidenciar que as fotografias retomam um passado em que uma parte da cidade, excluída e marginal, reivindicava o direito de existir e ser ouvida. Funcionam como uma narrativa visual possível do passado da cidade, possibilitam feições, corpos, rostos e paisagens para a história de pedaços pouco abordados dentro da historiografia. Seu significativo crescimento frente às outras legendas do arquivo sugere que a reivindicação pelo direito à cidadania começava a se tornar um problema para a administração municipal.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em conferência proferida no XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS (2018), perguntava se era possível a construção de algum futuro sem que as mortes do passado venham a doer nas consciências do presente. Se o presente é constituído por linhas de violência, racismo e segregação que, uma vez não cicatrizadas, deixam o tecido social doente; o historiador pode, ao dar um enterro digno aos mortos, escolher do passado as linhas que possam encorajar os habitantes do agora na direção da construção de novas realidades possíveis, “(...) que signifiquem o acerto de contas e a ruptura com o cortejo de horrores que a história humana acumula sob os nossos pés (ALBUQUERQUE, 2018)”.

---

<sup>8</sup> Impulsionada pela pressão de movimentos sociais, a demanda por uma reforma urbana acompanhou as lutas pela redemocratização nacional durante a década de 1980. Este processo resultaria na inserção de um capítulo na Constituição de 1988: através dos artigos 182 e 183, que reconhecem a moradia como um direito humano, afirmam a função social da cidade (e da propriedade) e reconhecem a necessidade de gerir os assentamentos informais, através da implementação de políticas públicas e da democratização da gestão urbana. Ainda assim, apenas em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, a expressão "direito à cidade" seria utilizada legalmente pela primeira vez, aprofundando a compreensão da função social do fenômeno urbano. Ver: ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, p.31-50, nov. 2009.

Benjamin já nos advertia a duvidar da linearidade ostensiva do progresso e convidava a uma história a contrapelo: uma história que se preocupasse com os corpos que tombaram diante desta grande marcha homogeneizadora e que reencontrasse neles centelhas de esperanças, arrancando a História de todo conformismo (BENJAMIN, 1987, p. 224). Tais fotografias, por esta perspectiva, proporcionam uma narrativa visual alheia aos relatos que fazem das regiões centrais uma “*sinédoque*” do todo urbano (CERTEAU, 2013, p.168).

Usualmente não fotografadas, carentes e distantes dos espaços do poder administrativo, as imagens inserem na documentação institucional os corpos dos sujeitos que constituíam a base do sistema econômico vigente, cujas vidas haviam sido marcadas pela negação sistemática de direitos culminada pela segregação espacial. Nelas, este sistema, presentificado pelo prefeito, obriga-se a enxergá-los olho a olho e participar de um jogo corporal de gestos que encenam diante da câmera o estabelecimento de um diálogo da prefeitura e destas margens. Registram, assim, os que outrora foram conhecidos como vencidos de um processo de espoliação do perímetro urbano, os despossuídos da civilização moderna – aqueles que, vítimas das remoções, foram empurrados pelo trem do progresso para as margens da cidade.

Entre 1975 e 1979, certos fatores resultaram na produção de uma quantidade significativa de imagens que retratam as margens e as vidas precárias da cidade. Estes fatores são indissociáveis da conjuntura política nacional e municipal, por onde emergiam novos atores e novas demandas. Anos que compõem um momento singular em que a Ditadura necessitava olhar e ser vista pela periferia: as remoções já não podiam ser feitas apenas com a violência e novas lideranças ameaçavam enfrentar a legitimidade de um estado de coisas. Um diálogo precisava ser estabelecido, ou ao menos ensaiado, e não era mais possível ignorar o cinturão de pobreza e as suas necessidades mais imediatas – até porque, como sabemos, neste período estes espaços começavam a se organizar politicamente.

Foi difícil em um primeiro momento estabelecer critérios para a seleção das imagens, uma vez que, mesmo determinando um recorte temporal preciso (entre abril de 1975 e abril de 1979), a quantidade de material era ainda imensa. O estabelecimento de descritores foi baseado no proposto por Lima e Carvalho (1997) que analisaram as relações entre imagem e cidade em álbuns fotográficos relativos à cidade de São Paulo entre 1887 e 1954. Apoiadas em uma análise inicial da documentação, as autoras isolaram conjuntos documentais com base em qualidades formais e de conteúdo distintas que remeteram a modos específicos de tratamento fotográfico do espaço urbano, com o objetivo de perceber, nas noções de cidade, “a vida subliminar de representações e valores associados ao poder público, a estética, a racionalidade, a organização do espaço, ao trabalho, ao consumo, aos lugares



sociais (LIMA; CARVALHO, 1997, p.13-14)”, assim como aos conceitos de riqueza, pobreza, desenvolvimento e formas de acesso e mobilidade.

A partir da proposta de Lima e Carvalho (1997)<sup>9</sup>, que objetiva reconhecer o material fotográfico no contexto cultural das temporalidades em que se inserem e parte de um padrão de visualidade que este contexto produziu, elaborei um conjunto de descritores icônicos e formais que permitissem a seleção e a análise das imagens com base nas características que respondessem a pergunta central desta tese: como as fotografias construíram uma história visual possível para a periferia de Porto Alegre na conjuntura do período 1975 e 1979? Para tal, pareceu-me sensato excluir os contatos fotográficos que não apresentassem simultaneamente elementos humanos e paisagísticos do lugar, isto é, que se detivessem exclusivamente em um dos pontos e não abrangessem o conjunto. As imagens escolhidas, por sua vez, adequaram-se ao perfil “*Prefeito visita*”, legenda utilizada pela documentação para nomear certas fotografias que, na maior parte dos casos, narram a visita da autoridade a uma determinada comunidade, expondo seus moradores e sua paisagem.

Conjuntos contatos fotográficos são folhas de contatos que carregam o mesmo registro e costumam ser grampeadas ou guardadas juntas compartilhando apenas informações, escritas à mão, sobre seu fotógrafo, data e título (que costuma carregar a localidade). Raramente possuem outro tipo de informação, como o nome de um algum jornalista do Gabinete que também cobriu o evento.

Os conjuntos da amostra são conjuntos de contatos fotográficos que, em primeiro lugar, foram tirados grande parte em espaços abertos, permitindo a observação de sua paisagem, suas habitações, ruas e estruturas. Em segundo, são tomados em visitas oficiais em que o prefeito percorre o lugar e é acompanhado por moradores. Mesmo quando a visita tem o objetivo específico de inaugurar alguma obra, a imagem se concentra em registrar o diálogo que a autoridade estabelece com o lugar e seus moradores, compondo um jogo de gestos, uma ritualística de poder e negociação, por vezes quebrado por alguma criança ou animal que, desconhecendo tais arranjos, desconcentra o roteiro do fotógrafo. Imagens que, principalmente, enquadram corpos, rostos e expressões destas vidas às margens:

---

<sup>9</sup> A tese da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zita Possamai, intitulada “Cidade Fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930” (PPGH-UFRGS) foi a pioneira em se inspirar na metodologia proposta por Lima e Carvalho (1997) para estudar fotografias sobre Porto Alegre. Seu trabalho é excelente, mas diferencia-se muito deste por analisar imagens do centro da cidade e de períodos históricos muito distintos.

registram táticas de obtenção de recursos, recepções convenientes, rejeições sutis ou indiferenças – captam o assombro diante da câmera, vestimentas, o pé descalço das crianças.

Estes elementos são visíveis, por exemplo, no contato número 0928 de 24 de junho de 1976, que traz a legenda “Prefeito Villela visita Vila São José”. O contato é composto por uma folha de dezessete imagens em preto e branco em que a comitiva do prefeito percorre caminhos de chão batido na Vila São José, localizada na zona leste da cidade. Em uma das imagens, as lentes do fotógrafo Octacílio Freitas Dias (o mesmo da fotografia anterior da inauguração da Restinga) enquadram o prefeito cumprimentando com um casal de idosos negros a porta de uma “maloca” construída com restos de madeira que não deveria ter mais do que um cômodo. O enquadramento todo dela é preciso: o casal está sentado e o prefeito, de pé, inclina-se para oferecer sua mão o homem enquanto a mulher olha com espanto para Villela. Atrás das mãos se esconde um bebê e uma mulher jovem que olha para a autoridade com ternura. A luz chega pela direção do prefeito e provoca um jogo de contrastes que ilumina e dá um tom bucólico a cena.

Fotografia 3 – Miniatura do conjunto 0928 - "Prefeito Villela visita Vila São José" (24/06/1976, de Octacílio Freitas Dias)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Ana Maria Mauad denominou de “fotografias públicas” o material fotográfico produzido por agências de produção de imagens que desenham papéis na elaboração da opinião pública (MAUAD, 2016, p.13). Fotografias públicas, produzidas ou reproduzidas pelos meios de comunicação, instituições ou Estado, acabam por funcionar como suportes de memórias públicas que registram, retêm e projetam no tempo histórico versões sobre os acontecimentos, isto é, tornam-se narrativas visuais que produzem interpretações sobre o espaço público nas sociedades contemporâneas, sempre em compasso com as visões de mundo das quais se associam (MAUAD, 2016, p. 13). Estas imagens públicas, voltadas para o registro de processos, sujeitos e eventos, contribuíram para a produção e configuração dos sentidos que foram e vem sendo atribuídos aos espaços públicos (MAUAD, 2016, p.15): referem-se ao espaço público, ainda que indiretamente, e trabalham sobre ele. Neste sentido, Mauad enfatiza que o valor histórico destas produções reside na capacidade que elas adquirem ao responder as demandas visuais, organizadas por diferentes instâncias da cena pública, através de recursos técnicos e estéticos, com potencial de mobilizar memórias e acionar representações históricas sobre o passado (MAUAD, 2016, p. 19).

O trabalho historiográfico, por sua vez, transforma estas fotografias: exila-as das suas funções originais para estabelecê-las como objetos “abstratos” de um saber (CERTEAU, 1982, p.81): retira-as do universo do uso, procuram-nas fora destas fronteiras e mudam-nas de lugar e estatuto. Trata-se de uma operação técnica que, ao organizar, recortar, redistribuir e reordená-las, reveste-as de outros sentidos dos planejados, forjando-as como peças que visam preencher lacunas do conhecimento. Como recorda Foucault, a História é inseparável da massa documental a qual reelabora e dá um novo significado (FOUCAULT, 1987, p.8.): manipulando-a, ela produz séries, cuja ordenação obedece às questões que um presente coloca para um passado. Estas séries configuram espécies de quadros, estratos de tempos e cronologias próprias dos acontecimentos: definidos características específicas, tipos de acontecimentos, e que permitem que apareçam escalas “(...) rebeldes diante de uma lei única, frequentemente portadoras de um tipo de história que é própria de cada uma, e irreduzíveis ao modelo geral de uma consciência que adquire, progride e que tem memória (FOUCAULT, 1987, p.9)”.

As caixas abrigadas no sótão do Museu de Porto Alegre abrangem uma grande quantidade de material fotográfico sobre a história da periferia da cidade, contemplando um número significativo de comunidades e nomenclaturas de distintas partes do território: das ilhas aos extremos sul, leste e norte. Diante de tal volume, foi necessário escolher cinco espaços que dos quais se pudesse estabelecer uma história visual possível da periferia de Porto Alegre entre os anos de 1975 e 1979. Estas escolhas foram dadas a partir da quantidade e da qualidade dos materiais do acervo e também a partir da historicidade específica da formação destes espaços na cidade, numa tentativa de compor

séries que, articuladas, consigam compor um quadro maior que ofereça uma interpretação da história urbana de Porto Alegre, e compreendem a Vila São José, a Vila Batista Xavier, a Vila Nova Brasília, a Vila MAPA e a Restinga.

A *Vila São José* e a *Vila Batista Xavier* correspondem as iniciativas de construção de moradias populares que passaram a ser desenvolvidas nas décadas de 1940 e 1950. Elas fazem parte do contexto que buscou algumas respostas diante do rápido crescimento urbano do período, atrelado à industrialização, ao êxodo rural e a miséria gerada pela falta de estrutura local para absorver essas mudanças. As duas se localizam nas imediações da avenida Bento Gonçalves e da avenida Ipiranga: duas das maiores avenidas que dão acesso ao centro da cidade e se relacionam com o trajeto que o riacho Ipiranga, cujo entorno, à época, era foco de um grande projeto de retificação e modernização. Sendo assim, as duas comunidades surgem como alternativas à profusão daquilo que na época era chamado de "vilas de 'malocas'", e eram vistas como uma forma de organizar, dentre estas, as "melhores" famílias em comunidades não tão distantes da área central. Tanto a Vila São José quanto a Batista Xavier eram locais permeados por carências, mas resultantes de uma etapa inicial e talvez menos agressiva do processo segregador. Na década de 1970, ainda possuíam muitas carências e foram visitadas pelo prefeito com alguma frequência. A Vila São José, curiosamente, foi palco de uma experiência inédita através da parceria entre várias instituições para converter o Centro Médico-Social São José do Murialdo em um sistema inédito de saúde coletiva<sup>10</sup>, baseado "no modelo de assistência personalizada, integral e continuada à saúde, que deveria associar tarefas preventivas, curativas e reabilitadoras (SILVA, 2002, p. 110)".

A *Vila Nova Brasília* localiza-se no bairro Sarandi, nos limites setentrionais da cidade, com algumas características singulares de ocupação: loteamentos regulares, de planificação pública ou particular e de áreas clandestinas ocupadas por trabalhadores da indústria e da construção civil e, de forma semelhante, carente em infraestrutura e serviços. A quantidade expressiva de imagens sobre a Vila é ainda mais significativa por sua proximidade física com a Vila Respeito, espaço em que a influência da municipalidade era bastante enfraquecida devido ao crime e a uma organização comunitária ativa, uma vez que sua origem está associada como esconderijo de infratores e era evitada até pela polícia (FEDOZZI, 2000, p.197). Em 1979, os moradores da Vila Respeito, ameaçados de remoção pela Prefeitura, reuniram-se em assembleias e organizaram formas de luta que garantiram

---

<sup>10</sup> Esse projeto foi uma das experiências piloto desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais do Ministério da Saúde nas décadas de 1960 e 1970 com as secretarias estaduais de saúde e universidades. Estas experiências foram basilares para a posterior construção e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído em 1988. Cf: [http://www.boletimdasaude.rs.gov.br/download/20140521075959v16n2\\_10murialdo.pdf](http://www.boletimdasaude.rs.gov.br/download/20140521075959v16n2_10murialdo.pdf)

sua permanência no local, chegando inclusive a protestar em frente ao Palácio Piratini (FEDOZZI, 2000, p. 38). Provavelmente, desta forma, frente a comunidade vizinha desafiadora, a Vila Nova Brasília foi tornando-se em que a municipalidade apoiava e coordenava suas ações junto aos líderes locais e à região.

O nome *Vila Mapa* homenageia o Movimento Assistencial de Porto Alegre criado em 1964 e dirigido pela esposa do primeiro prefeito nomeado pela Ditadura, Célio Marques Fernandes. A história da relação do movimento com a vila que leva o seu nome é narrada pelas fotografias do Acervo que, entre jantares da alta sociedade nos anos 1960, organizaram um loteamento para abrigar famílias afetadas pelas enchentes no centro de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2000, p.80). O loteamento se localizava em uma margem direita da Estrada João de Oliveira Remião na Lomba do Pinheiro, antiga região rural e hoje um dos bairros mais habitados da cidade. A ocupação da Vila Mapa foi iniciada ainda na década de 1960 e foi alimentada pela intensificação dos processos de remoção que eram promovidos pela Prefeitura.

Gestada na pretensão de conformar “um gueto da pobreza”, a Restinga foi o destino dos argumentos de intelectuais, gestores públicos e jornalistas sobre riscos de contágio sanitário e social (ARAÚJO, 2017, p.01), de muitos sujeitos que eram indesejados na cidade que se recriava metrópole: “quase-cidadãos”, moradores de “*malocas*”, desempregados e pobres em geral, sobretudo negros. A má conservação dos registros fotográficos da Restinga no Acervo também é em si um indício, a marca de uma memória visual pouco lembrada sobre a história da modernização de Porto Alegre.

Esta tese foi organizada em *três capítulos* que traçam uma história possível dessas margens através da documentação fotográfica disponível no *Acervo Fotográfico Permanente da Coordenação de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito* e de outras fontes que apontam a construção visual e espacial do período, como relatórios oficiais e páginas de jornais. Eles também se combinam em um arranjo que descreve a construção da cidade, a construção das margens e a construção dos corpos destas nas imagens e permitem o diálogo entre a fotografia como instrumento de conhecimento e construção do passado; a modernização tardia e autoritária brasileira; o espaço, fenômeno que marca e é marcado pelo tempo; a restrição e a luta contra um regime politicamente fechado; e as vidas precárias que estes processos atravessam, materializadas pelas imagens e organizadas em formato de arquivo sobre a cidade.

O *primeiro capítulo* apresenta uma breve história do crescimento da cidade: como a expansão urbana foi tradicionalmente interpretada pela historiografia, como ela se relaciona com o processo de metropolização que se concretizou no início da década de 1990 e como ela reproduz, para o espaço,

divisões sociais, como raça e classe. Desta forma, o capítulo busca associar o crescimento da cidade à reprodução de estrutura sociais e indaga, através da historiografia e de outras ciências, a existência de lugares de pobres e negros em Porto Alegre. Esta interrogação, que perpassa a construção da periferia e dos territórios negros locais, possibilita uma reflexão sobre a função de como o conceito “espaço” pode contribuir com o pensamento histórico e da importância do diálogo desta disciplina com a geografia e o urbanismo. A partir de algumas publicações da imprensa e de alguns relatórios produzidos pela municipalidade sobre periferia de Porto Alegre, o olhar sobre a modernização da cidade gira em torno da discussão de espaço como proposta pela geógrafa inglesa Doreen Massey: um produto de inter-relações, de práticas encaixadas e constitutivas, que não possui uma autenticidade e uma coerência contínuas, mas que funciona como um processo sempre em aberto e jamais produto de uma simultaneidade completa (MASSEY, 2009, p.30-38). É a partir dessa reflexão teórica que percebe o espaço como uma totalidade plural que o capítulo traça o contexto modernizante dos primeiros anos da Ditadura em Porto Alegre, contexto que dita o tom da conjuntura urbana dos anos seguintes.

O *segundo capítulo* aborda a relação que a história da fotografia estabelece com a história das cidades: ambas são resultantes e instrumentos das ondas de modernização dos últimos séculos. A associação entre reformas urbanas e a produção de imagens técnicas inicia questiona as necessidades que envolveram na década de 1960 a constituição de um acervo fotográfico pela Secretaria de Comunicação da Prefeitura e a história da fotografia no estado. O capítulo se detém nas características iniciais dos conjuntos de imagens encontrados entre 1975 e 1979: os tipos de contatos encontrados, os dados referenciados e o material utilizado, bem como mapeia os fotógrafos que as produziram e a história desta profissão em Porto Alegre. Neste sentido, a história do acervo é conjugada à figura de Guilherme Socias Villela e as formas como ele construiu a imagem e a memória de sua administração. A articulação entre o contexto político da administração de Socias Villela e uma nova conjuntura nas periferias da cidade balizam a construção do arquivo visto, tal qual sugere a arqueologia foucaultiana, como um sistema de enunciados que existem em razão de um jogo de relações e de regularidades específicas (FOUCAULT, 1987, p.148-149).

O *terceiro e último capítulo* deslinda as características icônicas e formais que compõem as miniaturas da amostra deste estudo. Os descritores desenvolvidos a partir da metodologia proposta por Lima e Carvalho (1997) permitem a identificação de padrões de visualidade nestas imagens, em que saltam espaços, sujeitos e gestos que reencenam possibilidades de cidadania. Através dessa análise, novas informações se conectam à amostra e um esboço do que foi a tentativa de arquivar visualmente partes “marginais” da cidade pode ser desenhado.

No final da década de 1980, a promulgação da Constituição de 1988 e a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições para a Prefeitura de Porto Alegre incorporaram as demandas pela cidade que foram travadas nas periferias nos anos setenta. A representação popular, o direito à moradia, às estruturas urbanas e a minimização das precariedades tornaram-se constitucionais e ganharam instrumentos oficiais de reivindicação. Em Porto Alegre, a implantação do Orçamento Participativo também foi acompanhada pelo projeto Memória dos Bairros que escreveu a memória de dezesseis comunidades da cidade, utilizando primordialmente a história oral. Este material produziu uma nova memória institucional acerca das margens da cidade, contrapondo-se as memórias forjadas pelo Acervo do Gabinete do Prefeito, já que destacam a agência e as táticas de resistência e sobrevivência desenvolvida por tais comunidades. Neste sentido, alguns destes livros foram significativos para esta tese, pois ofereceram outra perspectiva, ainda que também institucional, sobre o processo de expansão urbana – e não deixam de ser, em alguma medida, resultados posteriores de algumas demandas no período aqui estudado.

A escolha destas cinco comunidades foi pensada tanto a partir da quantidade de imagens disponíveis e de suas qualidades estéticas e historiográficas, quanto pela relevância que estes lugares possuem para representar o que foi, o que é e o que costuma se pensar sobre a periferia de Porto Alegre. As cinco pertencem a regiões densamente populosas, carregam altos índices de criminalidade, se situam fora do eixo das avenidas perimetrais, em regiões limítrofes do município, e tem sua história associada a um movimento de preenchimento das margens dos centros de poder. Possuem, assim, uma história de ocupação do solo que não consegue ser resumida apenas na história da municipalidade da qual fazem parte, mas também da qual não são exilados: são uma história de Porto Alegre assim como são uma história das cidades do país e da forma como capital e terra são distribuídos desigualmente por aqui: herdeiras de histórias tão longas quanto a história que construiu os porões do atual Museu de Porto Alegre.

Na imagem mofada da inauguração de uma unidade da Restinga, o registro municipal destaca o palanque com a propaganda do governo Geisel: *“Este é um país que vai pra frente”*. Entre as décadas de 1960 e 1970 o Brasil restringiu as liberdades políticas e os instrumentos de ampliação da cidadania para embarcar em um projeto de modernização e autoritarismo que transformou radicalmente nossa sociedade. Fez-se um país urbano, de fáusticas construções e cidades abertas à hegemonia dos automóveis, pagando o preço com o sangue dos opositores e com a dilatação da pobreza. Porto Alegre cresceu, para o alto e para os lados, virou metrópole, construiu viadutos e ocupou as regiões limítrofes com as cidades vizinhas. Olhando para o alto do palanque, costumamos esquecer as vidas que sustentavam o crescimento deste país: os herdeiros de uma tradição de direitos

negados, os despossuídos do progresso e os que, indo sempre em frente, reconstruíram os instrumentos de participação política e ousaram exigir a cidade.



## 2 CAPÍTULO I – ESTRATIGRAFIA [DA SEGREGAÇÃO]

*Ilhota, arrabalde de enchente*

*E que nem assim a gente*

*Pensa em se mudar de lá.*

*(Ilhota - Lupicínio Rodrigues, 1937)*

Porto Alegre, junho de 1945. Das máquinas da famosa editora da Rua dos Andradas, saía para circulação uma nova edição da Revista do Globo, em cuja capa uma moça branca se debruçava sorridente em uma cerca humilde. A manchete, sugestivamente em vermelho, denunciava a existência de uma “*Miséria Organizada*” em uma localidade escolhida pela Prefeitura para assentar os sujeitos indesejáveis do centro da cidade. As cinco páginas de fotografias que acompanham a reportagem trazem, ao contrário da capa, corpos negros: corpos negros, casas miseráveis, ao relento, abandonados, formando “um agrupamento tragicamente pitoresco, onde se pretende organizar um pouco da grande miséria com os poucos recursos da caridade semioficial (Revista do Globo, 1945, p.21)”.

Estávamos às vésperas do fim da II Guerra Mundial e, conseqüentemente, do Estado Novo. Uma nova conjuntura mundial se organizava. O Brasil assistia aos últimos meses do governo daquele que, com um golpe de estado, quinze anos antes, desencadeara no país uma transformação sem precedentes, abrindo o Brasil para uma onda de industrialização e modernização que invadiu também a capital do Rio Grande do Sul. Em 1945, já era possível sentir que as cidades nunca mais seriam as mesmas e talvez perceber que o mesmo movimento de modernização que varria os centros urbanos também era o movimento que produzia as novas hordas da pobreza.

### 2.1 A MISÉRIA ORGANIZADA

As fotografias em preto e branco de Ed. Keffel e o texto dramático de Justino Martins dão um tom de passeio denunciativo à reportagem. Chão batido e céu compõem os dois eixos que constroem a imagem que introduz este percurso. Uma perna estendida corta a fotografia, revelando o corpo de

uma pessoa, que descansa próximo ao olhar do fotógrafo, e de um gato, provavelmente incomodado com a visita dos jornalistas. Ao fundo, pedaços de madeira e de móveis encenam um lar, enquanto dois de seus habitantes, uma criança e um adulto, parecem posar para as lentes dos forasteiros. A foto enquadra a habitação e dá a ela nome: a foto revela uma “maloca”.

Imagem 1 – Maloca e família na Vila Marginal retratadas pela reportagem da Revista do Globo de 1945



Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

A reportagem era mais uma das incursões às entranhas urbanas que passaram a ilustrar as páginas da Revista do Globo quando, em 1939, Justino Martins assumiu sua direção<sup>11</sup>. Militante do

---

<sup>11</sup> A Revista do Globo foi um quinzenário publicado em Porto Alegre entre 1929 e 1967 e fazia parte das empresas da família Bertaso, proprietárias da editora e livraria de mesmo nome, ambos importantes espaços de consagração intelectual no Rio Grande do Sul. Ao analisar a frequência e o conteúdo das reportagens sobre o comunismo e a União Soviética (ou Rússia) veiculadas na revista durante a chamada Era Vargas (1930-1945), Martins (2010) constatou que a revista, ao passar por diferentes linhas editoriais, se adaptava e dialoga com os “esquemas de pensamento e expressão” do período e com a posição ocupada por seus dirigentes “no espaço de relações sociais da época, de suas inserções em outras esferas de atividade e de seus interesses (MARTINS, 2010, p. 103)”. Tal característica auxilia no entendimento dos diferentes tratamentos que os soviéticos e as questões sociais receberam quando a revista esteve sob a direção do ultra católico Mansueto Bernardi (entre 1929 e 1931), do intelectual progressista Érico Veríssimo (entre 1931 e 1936), do anticomunista Luiz Estrela (entre 1936 e 1939) e do comunista Justino Martins (entre 1939 e 1947).

Partido Comunista do Brasil, o jornalista ingressou na editora de José Bertaso muito jovem, onde conquistou a confiança do patrão e desempenhou um papel estratégico na consagração de escritores comunistas durante o Estado Novo (MARTINS, 2013). Sua posição política ficou ainda mais evidente na diretoria da revista, investindo em reportagens sobre as contradições urbanas e os dramas vivenciados pelas classes populares, e projetando, desta forma, certa visibilidade a temas negligenciados pelas elites e parte da população porto-alegrense. Entre os anúncios da crescente sociedade de consumo, notas sobre arte e comportamento impregnados do universo estético hollywoodiano que ditava o gosto da burguesia, a reportagem funciona como um convite que retira o leitor da elegância do prédio da editora na Rua dos Andradas e o defronta com a violência de uma comunidade marginal.

Com seu texto e com as fotografias de Ed. Keffel, a Revista toma a rua que leva ao Cemitério São João, em uma das margens à leste da cidade, e chega à Vila Marginal, onde viviam cerca de oitocentas pessoas em um cenário melancólico (Revista do Globo, 1945, p.22). A comunidade originava-se de uma prática que seria bastante difundida na constituição das grandes cidades brasileiras: a contínua expulsão de determinados sujeitos das áreas centrais e a frequente realocação destes em áreas marginais do perímetro urbano. De fato, tendo o impulso à modernização e à urbanização como alguns dos propulsores, foi na década de 1940 que as condições de extrema miserabilidade de uma parcela significativa da população urbana tornaram-se expressivas nos debates públicos, demandando a formulação de políticas públicas por parte das autoridades que, até aquele momento, apenas concentravam esforços em afastá-las das regiões abastadas: passavam a ser, assim, gradualmente direcionadas a áreas destinadas a projetos habitacionais implementados pelo Estado (D'ÁVILA, 2004, p.17).

Neste sentido, as palavras de Martins iam ao encontro de muitas discussões sobre as novas feições que os projetos de modernização começavam a imprimir na até então provinciana Porto Alegre, ao passo que imensas edificações eram construídas ao lado de vilas de “*malocas*”. Nos anos quarenta, na medida em que as regiões centrais das cidades concentravam possibilidades de trabalho e o acesso a serviços de saúde e educação, passavam a concentrar também a miséria: a modernização adentrava o campo, insuflava o êxodo rural e, tomando a cidade, tornava-a objeto de desejo e expectativas, sem que, contudo, tivesse estrutura para comportar tamanho fluxo de pessoas.

“E, de súbito, por amor à limpeza da City, alguém teve a ideia de ocultar o pecado (Revista do Globo, 1945, p.21)”, escrevia, um pouco abaixo da foto que acompanha o título da matéria. Diante da proliferação de barracos contíguos aos bairros da burguesia local, o jornalista apontava a

emergência da Vila Marginal e suas congêneres como a aposta da municipalidade em resoluções fáceis para um problema altamente complexo, multiplicando a vulnerabilidade destes miseráveis que, apartados de assistência, eram expostos à fome, à pobreza, ao desemprego, suscetíveis à promiscuidade e à delinquência. A reportagem deixa bem explícita à crítica do jornalista, abusando de um tom dramático para despertar a sensibilização do leitor para a situação dos moradores das duzentas “malocas” da comunidade, “jogados à desgraça pela incongruência dos tempos (Revista do Globo, 1945, p.21.)”.

Nos anos em que Justino Martins a conduziu, a Revista sofreu por um processo de modernização, onde passaram a predominar reportagens jornalísticas de cunho social e internacional. Segundo Massia (2008, p.80) o uso crescente e constante da fotografia pela revista enquanto elemento decisivo no processo comunicativo, articulava-se com um momento de transição da atuação dos fotógrafos que, operando máquinas portáteis, abandonavam os grandes estúdios e passavam a produzir imagens acompanhando o ritmo acelerados dos espaços urbanos<sup>12</sup>. Nos anos 40, desta forma, o tamanho das imagens gradualmente aumentou, ocupando um espaço que antes era mais ocupado pelo texto. A fotografia, vista como uma espécie de síntese dos assuntos tratados, tornava-se, assim, um suporte tão importante quanto o verbal, e seus produtores recebiam os créditos individuais pelo clique, tal qual já vinha ocorrendo em grandes revistas da época como “Life” e “O Cruzeiro” (MASSIA, 2008, p.81).

Na reportagem, que ocupa um pouco mais de cinco páginas da publicação, texto e fotografias se articulam em um passeio pelas histórias de sofrimento da comunidade. As imagens de Ed. Keffel<sup>13</sup> exploram a dramaticidade dos tons de preto e branco e traçam um retrato romântico e melancólico da pobreza do lugar, que produz uma narrativa tão intensa quanto as palavras do jornalista Martins. A geografia do lugar é transformada em metáfora da vida dos habitantes pois, impelidos a habitar próximo ao cemitério, eram tratados como quase mortos, menos vivos, condenados ao abandono e ao esquecimento pela cidade que pulsava à beira do Guaíba. “Aquilo é o campo de concentração da miséria porto-alegrense mais visível (Revista do Globo, 1945, p.25)”, comparava o jornalista, em

---

<sup>12</sup> Massia destaca que a forma como a fotografia consolidou o discurso da Revista na grande enchente de Porto Alegre de 1941: as imagens produzidas pela publicação tornaram-se, hoje, indissociáveis do acontecimento, sendo quase impossível pensar no evento sem elas (MASSIA, 2008, p.82).

<sup>13</sup> Ed.Keffel, também segundo Massia (2008, p.87), foi um dos mais importantes fotojornalistas do período e, desta forma, um dos responsáveis pela nova situação das imagens na revista. No fim dos anos 1940, abandonaria Porto Alegre para integrar a equipe da revista O Cruzeiro na cidade do Rio de Janeiro.

uma alusão extremamente expressiva, sobretudo quando consideramos que a reportagem havia sido publicada apenas poucos meses após a libertação de Auschwitz-Birkenau<sup>14</sup>.

Com esta comparação, o texto associava a condição desumanizadora impingida à Vila Marginal aos horrores praticados pelo Holocausto. Ao utilizar as duas alegorias, de tragédia e de morte, o jornalista buscava, através de duas figuras significativas à época, construir uma narrativa capaz de sensibilizar seus leitores de classe média e alta para o drama daqueles que, desprovidos do capital, eram condenados a “*sub-vidas*”<sup>15</sup>.

Ao visibilizar a situação da miséria jogada próxima ao cemitério, a Revista do Globo construía uma posição dentro de debate que tomaria grandes proporções nas décadas seguintes e registrava um movimento de expulsão e abandono que sustentaria o fenômeno periférico e a conformação das metrópoles brasileiras consequentemente. Matérias como “Miséria Organizada” possibilitavam a Justino Martins, desta forma, descortinar pedaços da cidade, que destinados ao esquecimento, não eram apazíveis aos olhos do público da revista. Histórias tristes, compiladas como se o jornalista e o fotógrafo guiassem os leitores em um tétrico passeio a uma margem da sociedade, compondo o panorama daquela “realidade dura, feia e constrangedora –mas possivelmente reversível – que muitos deles não desejavam conhecer ou lembrar (MARTINS, 2013, p.09)”.

Pelas páginas da reportagem, textos e fotografias produziam narrativas para a miséria da cidade e operavam na difusão dos termos “vila de *malocas*” e “*maloqueiros*” que, correspondentes locais às favelas e favelados cariocas, passariam a constar cada vez mais como uma grande questão nas discussões públicas e na documentação institucional. Deste modo, também configuravam retratos para “*malocas e maloqueiros*”, dotando-os de características e possíveis narrativas que não deixariam de influir sob as percepções dos porto-alegrenses sobre o espaço e os habitantes da cidade.

---

<sup>14</sup> O complexo de campos de concentração de Auschwitz-Birkenau se localizava a cerca de 60 quilômetros de Cracóvia, na Polônia, e foi libertado pelo exército soviético em 27 de janeiro de 1945, portanto cinco meses antes da publicação desta edição da Revista do Globo, de junho de 1945.

<sup>15</sup> Nas páginas da reportagem, somam-se histórias de pobreza extrema, abandono e sobrevivência: "Mamãe foi trabalhar, papai se encontra doente. E Maria, à porta da maloca, chora, abandonada. Muito poucas vezes em sua curta vida ela teve o gosto do leite na bôca, mas a natureza faz prodígios! (Revista do Globo, 1945, p..25)"

Imagem 2 – Retrato de um maloqueiro da Vila Marginal pela Revista do Globo de 1945



Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Ainda que motivada pelas orientações subversivas de seu redator, a reportagem não se eximia de ser um olhar de uma parte da cidade, branca, eurocêntrica e burguesa, sob outra, explorada, configurando estereótipos que, entre a chave de leitura do que é e do que não é civilização, não deixavam de oferecer uma leitura racista e colonial para a Vila Marginal.

Nas fotografias de Ed. Keffel, o tempo da metrópole é suspenso e os sujeitos surgem diante das câmeras acompanhados de uma melancólica pobreza e em uma postura passiva e inerte. Na imagem número 2, o maloqueiro é retratado como um corpo negro que, apoiado numa casa de madeira pobre, olha displicente para o horizonte e é descrito como não estando apto a trabalhar. Sobre sua cabeça, uma placa rudimentar sinaliza o lugar como uma rua. Aqui tudo se opõe ao imaginário de metrópole propagandeado pelos filmes hollywoodianos e aspirado pela elite porto-alegrense: o corpo, que não trabalha; a casa, que mal abriga; a rua, indicada por uma placa feita à mão. O maloqueiro é, desta forma, o avesso da sociedade moderna e industrial, um corpo vadio que não produz e não quer

se sujeitar ao trabalho, e a vila é um simulacro do progresso, um rascunho triste da sociedade, um aglomerado de sujeitos que em tudo são livres e negligentes.

Apesar disto, com a intenção de sensibilizar seus leitores para as trajetórias dos miseráveis, a matéria assinada por Martins e Keffel constrói um relato e fornece imagens para uma outra existência da cidade que, embora tenha deixado poucos vestígios, foi tão parte desta quanto qualquer outra. A matéria, sobretudo, tece uma denúncia contra o apagamento e a invisibilidade que condenava aqueles sujeitos a uma vida menos humana, largada junto ao morro dos mortos, excluída do resto da cidade, e registra o fragmento de um movimento que, progressivamente, conformaria um novo cinturão de pobreza nos limites do município. Por um lado, corrobora com uma visão que dissocia o espaço marginal do espaço nuclear, estabelecendo duas cidades, ou “*uma cidade*” e “*uma não-cidade*” quase justapostas, mas não correspondentes. Por outro, denuncia, e instaura uma inconveniência no discurso metropolizador: *com quantas “malocas” se faz um arranha-céu?*

## 2.2 TRAÇADO DE UMA QUESTÃO

O intuito de invisibilizar e silenciar o progressivo afluxo de miséria para as regiões limítrofes da cidade foi tão exitoso e intenso que, embora gigantesco, também se tornou quase invisível na historiografia local. Fosse por violência física ou econômica, o movimento de expulsão de famílias pobres das zonas centrais de Porto Alegre e o crescimento volumoso de áreas carentes em regiões quase adjacentes aos municípios vizinhos se tornou objeto de pesquisa mais recorrente em áreas como Sociologia, Geografia e Urbanismo. Isto pode ser explicado, em parte, pela natureza das poucas fontes a respeito, concentradas em sua maioria em estatísticas demográficas e mapas sobre a evolução da ocupação do solo na cidade. Conjugam-se a isto também o fato de que, enquanto membros de comunidades marginalizadas, estes sujeitos pouco tiveram espaço para produzir vestígios que documentassem sua história, ocupando, em muitos casos, apenas o espaço de páginas de periódicos e de documentos que os criminalizavam.

Apenas recentemente é que a historiografia começou a registrar um gradual interesse pelas histórias que conformaram as zonas periféricas de Porto Alegre, refletindo, não por menos, na última década, os novos olhares trazidos à academia oriundos das ações afirmativas. Grande parte dos trabalhos produzidos até então, contudo, recaía sobre uma certa dificuldade em dimensionar as histórias destas comunidades como integrantes da história da cidade, isto é, como *parte dos processos*

*constitutivos de um todo que é, intrinsecamente, excludente* – e, desta forma, ao recair em uma perspectiva, legítima, de histórias de bairro, acabavam por reiterar a lógica que dissocia e não promove o pertencimento de tais espaços com o resto da cidade. De todo modo, cabe destacar a importância das valiosas pesquisas que identificaram e historicizaram os territórios negros de Porto Alegre (ROSA, 2014; VIEIRA, 2017), temática específica que não é a proposta desta investigação, mas é a ela totalmente atrelada, bem como outros trabalhos que trouxeram contribuições que tangenciam questões importantes ao estudo das histórias da expansão da pobreza na cidade (FEDOZZI, 2000; GIOVANAZ, 1999; POSSAMAI, 2000; SANTOS, 2017).

A despeito do contínuo esquecimento político, a periferia é tão constitutiva do lugar quanto suas zonas centrais, da mesma forma como a história dos processos que a conformaram depõe tanto a respeito da história da cidade quanto a história de qualquer outra parte desta, mesmo quando conflitiva com as matrizes da historiografia oficial. Neste sentido, parto aqui da premissa que pretende enxergar o movimento de constituição das bordas da cidade como intrínseco e parte dos movimentos que construíram e reconstruíram os espaços tidos como tradicionais da mesma, e que assumir tal postura é reconhecer que a escrita acadêmica é um tipo particular de prática do espaço (MASSEY, 2000, p.55), determinada por concepções que tem óbvias implicações políticas (MASSEY, 2000, p.34). Dentro desta perspectiva, ele se torna indissociável do processo de modernização da cidade por onde atuam um movimento centrífugo, que acarreta a promoção da segregação de seus habitantes e do alargamento de suas margens, e um movimento centrípeto (ELMIR, 2004, p.111), que as incorpora por força do mercado e influi em uma nova rodada do movimento de expulsão – ao passo em que crescem discursos que endossam a ideia de uma cidade única, maquiando e apagando os conflitos que a produzem.

Investigando este ângulo, destaca-se a produção de Sandra Jatahy Pesavento, cuja variada obra historiográfica sobre o Rio Grande do Sul e, especificamente Porto Alegre, se ocupou de forma significativa com a história da produção desigual do espaço, principalmente relacionando-a com as transformações ocorridas na virada do século XIX para o século XX e a reorganização do trabalho no pós-abolição. O delinear de um espaço conflitivo nos primeiros anos de república e a gênese da construção do cinturão pobre nas décadas seguintes aparecem inicialmente, com maior relevância, em “A Emergência dos Subalternos”, de 1989. O livro analisou as formas de subordinação do trabalhador frente à desagregação da ordem escravocrata e o conjunto de práticas disciplinadoras que a burguesia local passou a infundir para pautar o comportamento das classes populares urbanas.



Por meio de crônicas, jornais e documentos institucionais, a autora investigou se a população egressa da escravidão havia sido absorvida pela atividade industrial, tida como essencial para os positivistas que, com a República, passaram a dominar a política estadual. Sua conclusão é negativa: aos sujeitos outrora escravizados nos centros urbanos foram destinados majoritariamente trabalhos irregulares, ocupações que não demandavam qualificação. Nos jornais da época, os egressos da escravidão aparecem associados a atividades negativas, como prostituição, aliciamento de menores, feitiçaria, mendicância e furto. Enquadrados com o duplo estigma da pobreza e da escravidão, a massa liberta formava, assim, um grande contingente de subalternos, exercendo tarefas inerentes à vida urbana, mas marginais ao mercado de trabalho regular:

Assaltantes, prostitutas, assassinos, bêbados, desordeiros, bruxos, agressores e agredidos, encerrar-se-ia por aí a passagem dos ex-escravos pelos jornais do fim do século? Resta ainda um papel: o daqueles que, não absorvidos pelo mercado de trabalho, marginais ao sistema, recorriam à mendicância (PESAVENTO, 1989, p.82)

Pesavento voltaria a tematizar o assunto com “Os Pobres na Cidade”, livro de 1994 que trata do projeto de disciplinarização de Porto Alegre com o advento da República. Entre as décadas de 1850 e 1860 a cidade tornou-se um centro escoadouro dos gêneros produzidos pela zona colona alemã, crescendo para além dos limites da área central. Aos olhos da elite castilhistas, o centro tornava-se o ponto de uma promiscuidade indesejável entre pobres e ricos e, portanto, necessitava ser alvo da articulação de esforços que promovessem sua limpeza e higienização. Para tal, a intendência municipal comandada por José Montaury estipulou aumentos nas taxas prediais e regras para a construção de moradias no centro da cidade, na tentativa de impedir a proliferação de habitações insalubres, o que provocou um aumento expressivo nos aluguéis e o despejo de moradores de baixos salários. Para a autora, estas medidas marcaram o início da expulsão dos pobres do centro da cidade sob a justificativa que tais habitações não se adequavam na linha higienista, moralizante e estética (PESAVENTO, 1994, p. 86) condizente com a imagem de uma cidade progressista. Através do Código de Posturas, as habitações que a burguesia julgava enfeiar a cidade e não se adequavam as normas e padrões, poderiam ser demolidas pela Intendência, o que abria, “legal e publicamente, espaço para uma campanha contra as moradias dos pobres no Centro da cidade (PESAVENTO, 1994, p.88)”:

Logo, a imagem do cidadão morador da urbe era de alguém que tivesse propriedade para morar, dinheiro para pagar impostos, correto proceder na vida familiar e pública e saúde para não empestar a vizinhança com doenças. Quem não se enquadrasse, que demandasse às zonas mais afastadas (PESAVENTO, 1994, p.96).

Desta forma, se estabelecia um tipo de cidadania, inferior, para aqueles que não compartilhavam dos mesmos recursos materiais e sociais e que eram cada vez menos desejados habitando os espaços que a política castilhista iria reformar. Artistas, operários, pequenos vendedores, biscates, mendigos: tal assimetria social era reproduzida na ocupação desigual do espaço urbano (PESAVENTO, 1994, p.89), empurrando os grupos subalternizados para as regiões vizinhas e engendrando o cinturão de pobreza que seria transformado em uma triste característica morfológica do espaço da cidade.

Os quarenta anos de administração municipal castilhista foram o tema da tese de doutorado de Margareth Bakos, defendida alguns anos antes do lançamento de “A Emergência dos Subalternos”. A tese, transformada em livro alguns anos depois, percorre pontos importantes do período em que apenas três homens conduziram a Intendência Municipal, destacando as soluções por eles apontadas para gerir a deflagração de conflitos sociais que o considerável crescimento da cidade à época acarretou. Neste sentido, a tese dialoga com as duas já referidas publicações de Pesavento, dado que foram produzidas em um contexto de rearticulação democrática, reorganização das pautas sociais com a redação da Constituição de 1988 e reflexão sobre os cem anos de abolição da escravidão.

Bakos propõe analisar a ação dos três intendentes como uma política de continuísmo (1996, p.50) do castilhismo em Porto Alegre que, com o objetivo de modernizar a cidade, era encarada como “sala de visitas” do governo positivista gaúcho. Efetivada com uma intensa remodelação urbana, a política continuísta remodelou o espaço, destruindo suas características de cidade colonial e erigindo uma quantidade de palacetes públicos, além do icônico Viaduto Otávio Rocha, entre outros serviços que visavam retirá-la do que era considerado atrasado e provinciano. A destruição dos antigos becos que se interpunham entre as ruas centenárias pretendia, em nome dos preceitos científicos e moralizantes, expulsar os focos de pobreza que “adoeciam” a região, tanto de um ponto de vista médico quanto moral. Em seu lugar, novas avenidas foram abertas, batizadas com os nomes do grupo político no poder: o beco do Rosário dava lugar a Praça Otávio Rocha, continuada pela Avenida Alberto Bins, e, não por acaso, sucessor do intendente (BAKOS, 1996, p.38). Deste modo, a toponímia urbana era utilizada como uma estratégia de legitimação pela política continuísta, que via no culto aos heróis do passado uma forma de diluir os conflitos sociais que passavam a ser progressivamente latentes.

Bakos também apontou que a utilização das terras nas cercanias da cidade foi difundida pelos jornais como uma das possíveis soluções para o aumento das dívidas e da pobreza urbana, dado que a agricultura seria capaz de encaminhar “tanta atividade que se desperdiça (BAKOS, 1996, p.37)”.

A moradia das classes populares tornar-se-ia uma questão crucial na medida em que as tensões sociais se multiplicavam e, se por um lado, o castilhismo entendia a habitação como um importante modo de integração ordeiro do proletariado à sociedade, por outro a questão também era uma das principais reivindicações levantadas pelo grupo que fundaria o Partido Socialista em 1897 na cidade (BAKOS, 1996, p.123-124).

Tal como concordaria mais tarde Pesavento (1999), os quarenta anos de administração castilhista configuraram um momento significativo no processo de privatização do solo sob auspícios do poder público (BAKOS, 1996, p.126). Em meio as tentativas de regulação do espaço urbano no período, foram criados novos impostos nas ruas servidas pelos novos itinerários de bonde: enquanto a Intendência incentivava a melhoria das habitações através de um discurso estético e científico, acabava por afastar o proletariado do centro e influenciava o surgimento das regiões conhecidas como Terceiro e Quarto Distritos.

A virada do século XIX para o XX experimentou, por conseguinte, o início de uma ação objetiva em que o poder público se tornava um mediador na conformação social do espaço da cidade. As medidas da administração castilhista, como a encomenda do Plano Geral de Melhoramentos de Moreira Maciel, de 1914 e as obras efetivadas nos períodos de Otávio Rocha e Alberto Bins (que chegaram a incluir um primeiro projeto de moradia operária a ser executado pela municipalidade) dilatariam as barreiras sociais e delimitariam a exclusão e a discriminação social em um momento de consolidação da cidadania. Em um artigo de 1999, na Revista Brasileira de História, Pesavento (1999) retomou a cidade oitocentista para propor um olhar sob a alteridade condenada que foi construída em seus espaços nos anos iniciais do pós-abolição por meio das expressões que foram usadas para significar certas partes da cidade e seus moradores. Sua análise constatou que, por dentro da cidade concreta que investia em um poderoso projeto de modernização, cresceu uma “outra” cidade condenada, indesejável e problemática (PESAVENTO, 1999, p.04).

Neste artigo, o problema de Pesavento era os espaços ocupados pelos pobres na cidade. Por meio dos jornais do período, ela organizou dois tipos de lugares que eram vistos como obstáculos para a construção de uma imagem progressista para Porto Alegre (1999, p.05). Becos, meretrícios, cortiços e “malocas” postos na região central funcionavam, nesta ótica, como “lugares de enclave”, pois, lado a lado dos espaços de ordem, materializavam a pobreza e o atraso diante do transeunte. “*Lugares de exclusão*”, por sua vez, configuravam os espaços circundantes à área central, para onde os pobres fugiam do progresso que os violentava com impostos e aluguéis impraticáveis. Desta forma, o crescimento da cidade foi acompanhado pelos chamados segundo e terceiro distritos,

correspondentes aos Campos da Várzea, a Cidade Baixa, ao Menino Deus, ao Praia de Belas, ao Areal da Baronesa e a Ilhota, tratados como lugares de não-trabalho, vícios e crimes, e ao tipo de habitação dos pobres, a “maloca”, esconderijo de criminosos:

A topologia simbólica dos lugares estigmatizados da urbe associa assim a pobreza ao perigo e à contravenção, estabelecendo ainda correlação entre cor, condição social e comportamento desviante. No caso específico da “maloca”, procede-se a uma associação entre uma palavra de um determinado contexto para outro, mas onde o sentido depreciativo se acentua para potencializar a estigmatização (PESAVENTO, 1999, p.13).

No final da década de 1930, a prefeitura de Porto Alegre passou as mãos de Loureiro da Silva que, substituindo os nove anos de administração de Alberto Bins, intensificou os projetos modernizadores de seus antecessores, valendo-se do apoio e da legitimidade da conjuntura estado-novista. Este contexto desencadearia a necessidade de reelaborar memórias, com o intuito de produzir uma história local que pudesse contemplar as experiências e as representações sobre espaço e tempo transformados. Determinado em função das intensas reformas urbanas, este movimento de ressignificação das memórias foi o tema da tese de doutorado de Charles Monteiro defendida em 2001. Por meio de textos de intelectuais, políticos e gente comum, o autor analisou o lugar institucional e social da produção de memórias e saber histórico sobre Porto Alegre em dois momentos: a administração de Loureiro da Silva, entre 1937 e 1943, e a administração de Telmo Thompson Flores, entre 1969 e 1975. Em ambas, os prefeitos, escolhidos de forma indireta, valeram-se dos recursos de períodos autoritários para executar alterações drásticas na morfologia urbana e, do mesmo modo, recorreram ao passado para celebrar tais transformações, consumadas em duas comemorações do bicentenário da cidade (em 1942 e 1972, respectivamente).

O início da década de 1940 propiciou condições favoráveis ao crescimento do Rio Grande do Sul, em virtude da guerra e do desenvolvimento da indústria nacional. Porto Alegre contava com bons índices em áreas como indústria, construção civil, eletrificação e saneamento (MONTEIRO, 2006, p.38). As reformas da administração de Loureiro da Silva promoveram a execução de grandes obras viárias e a remodelação da cidade, que iniciava, assim, um intenso processo de verticalização, expressado através da inauguração de altas edificações, como o prédio do Instituto de Previdência do Estado, o Hospital de Pronto-Socorro, Posto de Saúde Modelo e o Instituto de Educação, além da abertura de grandes avenidas, como a Farrapos e a 10 de Novembro (atual Senador Salgado Filho).

Para concretizar tantas transformações, os agentes da municipalidade varreram do mapa da cidade quadras inteiras. Isto significou, em termos práticos, a subtração derradeira de algumas das

experiências urbanas nos espaços que Pesavento (1999) nomeou de “lugares de enclave”: becos, cortiços e “malocas” foram postos abaixo, expondo a violência e a arbitrariedade do processo modernizador (MONTEIRO, 2006, p.86). As desapropriações não eram compensadas devidamente aos proprietários e, deste modo, expunham uma significativa quantidade de trabalhadores aos caprichos do mercado imobiliário, endossando o movimento que bania os menos abonados da região central.

O processo de modernização destruía não só as moradias dos pobres como os resquícios da cidade colonial que se atravessavam no caminho das novas avenidas. A transformação abrupta dos espaços despertou um interesse crescente pela memória da cidade: ao mesmo tempo em que as máquinas destruíam o passado e refundavam a cidade, intelectuais o reviravam em busca das “origens” do lugar (MONTEIRO, 2006, p.88). Um texto da Revista do Globo, citado por Monteiro, questionava as consequências do processo em curso através da figura de “João Macaco, o demolidor”, “Onde vai morar essa gente que fica sem teto de uma hora para outra? Na rua? Isso é caso de polícia... (MONTEIRO, 2006, p.87.)”.

Monteiro deteve-se, especialmente, na produção de dois cronistas que, nos dois períodos em questão, serviram à demanda por memória da cidade: Nilo Ruschel, na década de 1970, e Aquiles Porto Alegre, para o período de Loureiro da Silva. As crônicas de Aquiles, por sua vez, foram escritas no período das grandes reformas do início dos anos 1920, mas, no contexto das obras de 1940, haviam sido selecionadas e republicadas por um funcionário do município, que nelas adicionou notas explicativas. Estas notas tornaram ainda mais clara a distância entre as temporalidades da cidade: sem se preocupar com a datação exata, a republicação buscou “indicar a grande transformação da paisagem e a distância que separavam a experiência boa da ‘velha’ cidade da ‘moderna capital’ da administração de Loureiro da Silva (MONTEIRO, 2006, p.303)”. Por elas, o leitor poderia atravessar as margens semirrurais da cidade oitocentista que funcionavam como um “contraponto na elaboração da memória e da identidade urbana da sociedade porto-alegrense (MONTEIRO, 2006, p.283)”. Estas margens, à época, eram compostas por espaços como o arrabalde pouco populoso e religioso do Menino Deus, os espaços de lazer junto às águas da Praia de Belas, as chácaras que se partilhavam para brotar a cidade ou os “rústicos Morro Santana e Belém Velho” (MONTEIRO, 2006, p.290-291):

Os limites estabelecidos entre a área central e os antigos arraiais ou arrabaldes desapareciam por causa do rápido crescimento e expansão da cidade. Uma nova ordem, baseada na mobilidade dos habitantes, tornava obsoletos os antigos marcos espaciais da experiência urbana (MONTEIRO, 2006, p.286).

Ao construir um passado para os limites da cidade, Aquiles observava que, nos anos vinte, estes lugares passavam a funcionar já como artérias da cidade, integrados ao progresso que se expandia do centro. No momento em que as crônicas eram reeditadas, as reformas urbanas dos anos quarenta conectavam ainda mais estas regiões à área central, através da abertura de avenidas e da instalação de novas linhas de bonde. Rememorado por Aquiles, o bairro Navegantes, originado pela transferência de uma capela do Menino Deus para as margens norte do Guaíba, no momento da reedição das crônicas, não estava apenas integrado ao centro, mas convertido na principal direção do crescimento da cidade. Uma das grandes empreitadas das reformas urbanas de Loureiro da Silva, a abertura da Avenida Farrapos colaborava com esta opção, viabilizando a expansão da zona industrial nesta região e a criação de vilas operárias. Não por acaso, era nesta direção que, nos mesmos anos quarenta, a Vila Marginal se localizava:

A gente percorre a “vila” e vai encontrando uma queixa e um drama em cada “maloca”. Aqui, é o ex-operário de sessenta anos, incapacitado para qualquer trabalho, que foi descendo, descendo até a última miséria... Hoje, êle frita pipocas para vender na cidade (Revista do Globo, 1945, p.57),

Em 1951, alguns anos após a publicação de “A Miséria Organizada” na Revista do Globo, a expansão da pobreza em Porto Alegre seria abordada em um levantamento municipal<sup>16</sup> e em, pelo menos, três publicações acadêmicas (OTTES, 2019, p.02): um trabalho de conclusão do curso de Serviço Social, outro apresentado no IX Congresso Higienista e um livro do sociólogo Laudelino Teixeira de Medeiros, que era professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Centro de Estudos da Universidade Federal. O livro do último, “Vilas de ‘malocas’: ensaio de sociologia urbana”, foi uma das primeiras análises do fenômeno em Porto Alegre e constrói, com alguns dados e imagens, o esboço de uma questão emergente.

De acordo com Medeiros, no início dos anos 1950, em torno de 18 mil pessoas habitavam Porto Alegre, em condições de precariedade, “aglomerações irregulares, sem qualquer alinhamento (MEDEIROS, 1951, p.15)”, junto ou muito próximo às linhas de transporte coletivo ou aos bairros industriais (MEDEIROS, 1951, p.16). Para o autor, o fenômeno vinha adquirindo características novas e certa intensidade, pois, desde pelo menos 1946, eram observados o aparecimento mais

---

<sup>16</sup> Levantamento estatístico sobre as vilas de malocas apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Ildo Meneghetti, do Partido Social Democrático (PSD) que, mais tarde, ocuparia por duas vezes o posto de governador do Estado. MENEGHETTI, Ildo. **Relatório apresentado pela Câmara Municipal**. Porto Alegre, 1952. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

frequente de grupos de casebres em várias partes da cidade em um ritmo acelerado, surgindo, “da noite para o dia, verdadeiras vilas”, sem autorização dos proprietários do terreno e das autoridades públicas (MEDEIROS,1951, p 15).

As “*malocas*”, definiu, seriam casebres construídos com restos de materiais, tábuas, telhas e piso de lama, que contrastavam com o padrão médio das habitações “que as nossas condições de povo civilizado proporcionam (MEDEIROS,1951, p.16)”, caracterizados pela deficiência do espaço, a falta de instalações sanitárias e, muitas vezes, “a inexistência de divisões entre os quartos, forçam a uma vida miserável e de promiscuidade a mais inconveniente (MEDEIROS,1951, p.16)” – tal situação não se encontrava apenas nas vilas de “*malocas*”, pois estaria dispersa “por todos os quadrantes e arrabaldes da cidade (MEDEIROS,1951, p.15)” e também em outros tipos de moradias, como os cortiços, que mesmo não sendo propriamente “*malocas*”, possuíam tantas deficiências que eram quase tão impróprios quanto estas.

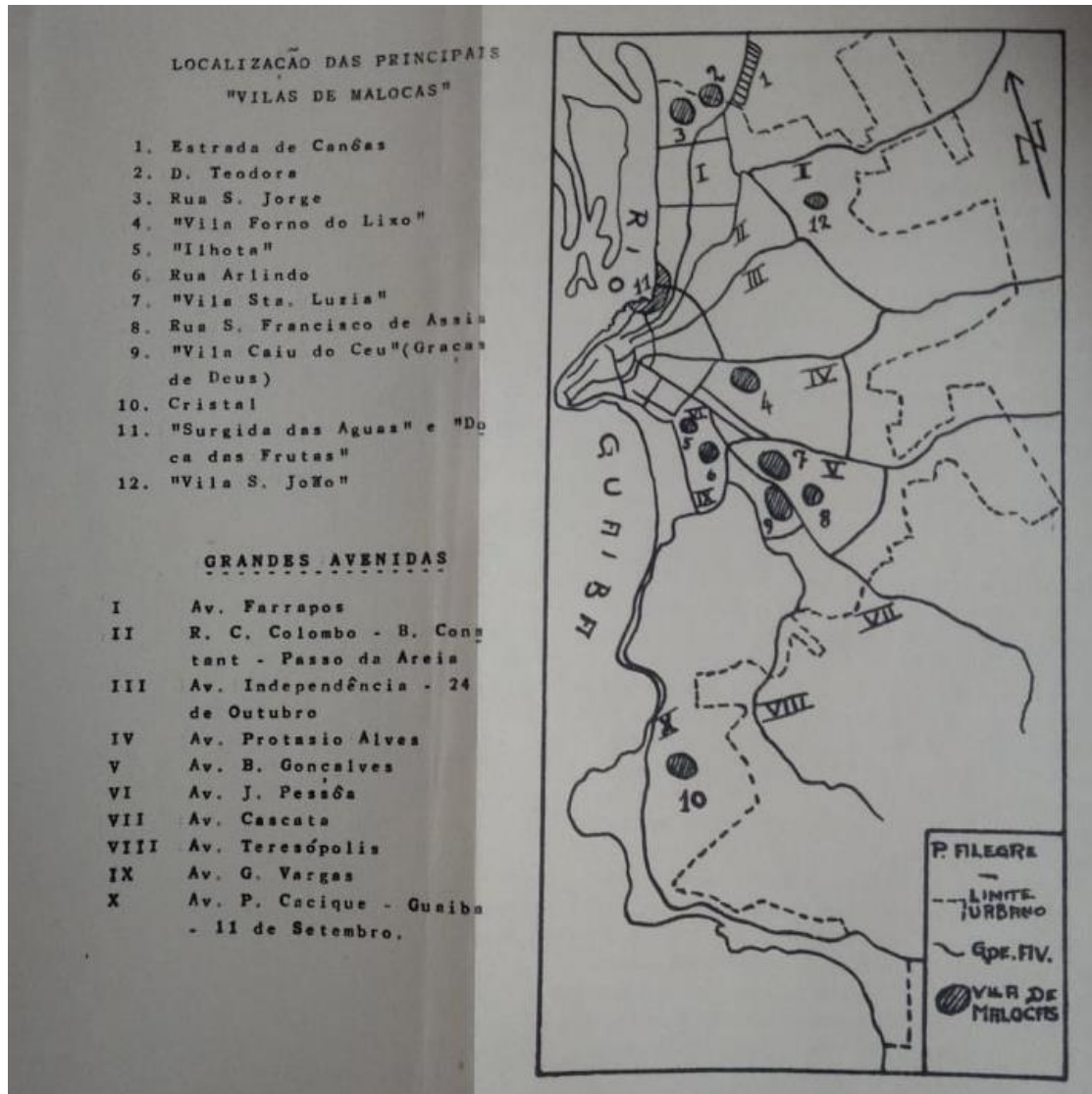
Medeiros procurou colocar a questão como um problema global: dissertou sobre o aumento da população urbana mundial, a heterogeneidade característica dos habitantes citadinos, o alto grau da especialização das atividades econômicas e a maior estratificação social apresentada nas cidades em comparação ao campo (MEDEIROS, 1951, p.8). O livro foi, sobretudo, sintomático de uma situação que se intensificava em Porto Alegre, trazendo alguns dados colhidos pelo autor no momento em que a discussão sobre habitação popular começava a tomar forma. Representou, também, uma espécie de resposta que parte da elite intelectual procurava dar para esta crise, e tomava, segundo o mesmo,

O caráter de surto epidêmico, de *quasi* calamidade pública, de revolução em matéria de ocupação, de abrigos improvisados, e improvisados *quasi* instantaneamente, e de uma extensão desproporcional à cidade, deram-lhe uma fisionomia especial (MEDEIROS, 1951, p.19).

O livro traz algumas estatísticas e tipologias que estimavam a situação da moradia precária em Porto Alegre. Para Medeiros, existiam um pouco mais de 4500 “*malocas*” na cidade em 12 vilas, quase todas inseridas no perímetro urbano e próximas da região central, à exceção da localizada em um extremo da Avenida Farrapos (na “Estrada de Canôas”) e da localizada no bairro Cristal. A quantidade de comunidades visíveis no mapa é relativamente inferior aos dados que, no mesmo ano de 1951, foram apresentados pelo Levantamento Econômico-Social das “*malocas*” Existentes em

Porto Alegre, um relatório encomendado pela prefeitura da cidade, à época administrada por Ildo Meneghetti<sup>17</sup>.

Imagem 3 - Mapa da localização das “doze” vilas de malocas identificadas por Laudelino T. Medeiros



Fonte: MEDEIROS (1951, p.17)

O mapa permite visualizar que no início dos anos 50 a maioria das vilas de “malocas” se localizava em regiões ainda não muito distante da região central, equivalentes aos antigos arrabaldes descritos pelas crônicas de Aquiles Porto Alegre, como Menino Deus e Partenon. O número nove identifica a Vila Caiu do Céu, que em alguns anos seria removida para a construção do Estádio Olímpico, do Grêmio Football Porto-alegrense. Próximo também já aparecia a Vila Santa Luzia, uma

<sup>17</sup> MENEGHETTI, Ildo. **Relatório apresentado pela Câmara Municipal**. Porto Alegre, 1952. Arquivo Histórico de Porto Alegre.



grande comunidade assentada junto a Avenida Bento Gonçalves até a década de 1970, quando também sofreria violentas remoções. Na imagem, é possível perceber o esboço da constituição de um cinturão de pobreza nas margens das regiões centrais e o aparecimento de algumas comunidades nas áreas mais afastadas. Uma destas que no mapa atende por Vila São João possivelmente se trataria da Vila Marginal descrita em texto e fotografia pela Revista do Globo.

Medeiros, em sua tentativa de traçar uma visão geral da população que habitava as “vilas de *malocas*” porto-alegrenses, elaborou um levantamento dos moradores da vila Forno do Lixo, localizada a alguns metros da avenida Santana e da avenida Protásio Alves, no qual elencou fatores como sexo, idade, profissão, raça, conjugalidade e origem. Em outra parte do livro, estabeleceu uma classificação para os tipos de “*malocas*”: tolerável, quando bem feita de madeira ou alvenaria; precária, com paredes, piso ou cobertura insuficiente; má, quando apresenta duas ou mais características deficientes; miserável, quando tais condições se agravam; e inominável, “quando não for casa, mas um amontoado de coisas com intenção de abrigo (MEDEIROS, 1951, p.27)”. Para construir esta tipologia, Medeiros anexou ao conteúdo do livro fotografias que funcionaram como um suporte explicativo da miséria porto-alegrense. Uma destas imagens tinha como objetivo identificar o tipo classificado como “inominável”:

Imagem 4 - Maloca do tipo “D!”, “inominável”, na classificação de Laudelino T Medeiros: “um amontoado de coisas na intenção de abrigo”



Fonte: MEDEIROS (1951, p.17)

Chão, sujeira, restos de materiais e um céu aberto cobrindo o horizonte compõem a imagem e recordam a fotografia que estampava o título da matéria de Justino Martins. Apenas uma nota explicativa a acompanha: “As pessoas presentes e mais o marido da que está junto à “maloca” moram, todas, aí (MEDEIROS, 1951, p.28)”. Mesmo sem se deter muito neste material iconográfico, que é inédito em relação ao levantamento produzido pela Prefeitura, as imagens dialogam com as informações descritivas do texto e corroboram com a carga de veracidade com que o sociólogo tenta construir sua argumentação – além de tornar o livro um farto testemunho de um momento em que a miséria da cidade começava a se impor visualmente aos olhos da elite.

Imagem 5 – A Vila Doca das Frutas, no centro de Porto Alegre, com o Edifício Sulacap ao fundo, construído na década de 1940.



Fonte: MEDEIROS (1951, p.17)

Medeiros inseriu, em outra página do livro um mapa com a localização dos óbitos de bebês na cidade (que, para ele, coincidem com as zonas das “vilas de *malocas*”) junto a imagens três registram duas vilas situadas no centro da cidade, a “Vila Surgida das Águas” e a “Doca das Frutas”. Na fotografia número 11 (Imagem 5 deste trabalho), um corredor de chão batido entre as casas de madeira aponta a direção do prédio de dezessete andares inaugurado no final dos anos 1940, obra do

arquiteto e engenheiro Alberto Agache, também autor de um plano diretor encomendo pela Prefeitura de Porto Alegre em 1944. O Edifício Sulacap e seus dezessete andares, ícones do projeto modernizador local, haviam sido construídos dentro das normas municipais estipuladas no início da década e que exigiam um mínimo de seis pavimentos para as obras construídas no eixo entre a rua dos Andradas e as avenidas Borges de Medeiros e 10 de Novembro (BRANDS, 2015, p.04).

A Vila Doca das Frutas, de onde a fotografia observa o prédio, era uma vila que existia em função das atividades portuárias na região próxima à antiga rodoviária, ao prédio Ely e a antiga rua da Conceição. Sua origem se relacionava com a movimentação de pessoas pelos barcos que viviam do comércio de frutas dos municípios vizinhos e que acabavam por se fixar nas margens do Guaíba, próximos aos estabelecimentos comerciais e junto à movimentada vida local e aos serviços que a região central de Porto Alegre proporcionava. A formação da comunidade de “*malocas*” ali, em casebres improvisados ou com palafitas, acabava por reunir tanto trabalhadores quanto “não trabalhadores” envolvidos em atividades ilícitas e configurava, assim, um espaço de difícil assimilação e segregação pelo mundo da ordem, frequentemente noticiados pela imprensa.

Recentemente, o crescimento das vilas de “*malocas*” em Porto Alegre na metade do século XX vem se tornando objeto do olhar de historiadores, nos quais se destaca a expressiva produção de Rodrigo de Azevedo Weimer. Entre os muitos artigos que publicou com a temática, Weimer manifestou uma crítica ao silêncio com o qual a historiografia vem considerando a pobreza urbana, fechada sob narrativas que a naturalizam, a aceitam como auto evidente e, por conseguinte, desconsiderando seu papel junto aos processos de metropolização que desencadearam transformações violentas a partir da década de 1950 (WEIMER, 2017a, p.02). Em seus artigos, Weimer também questionou a atribuição comum de causas externas à periferização dos centros urbanos neste período, como o destino dos escravos emancipados no pós-abolição, e o êxodo rural, que teria acarretado o fluxo de libertos das grandes propriedades rurais para as cidades (WEIMER, 2018, p.499). Esta perspectiva, enraizada no senso comum, desconsidera a historicidade dos processos de segregação na constituição das cidades brasileiras que, através de muitos fatores endógenos, vem produzindo a desigualdade e a exclusão de grupos pobres e negros. Weimer, desta forma, vem explicitando a preocupação de se pensar as “*malocas*” como parte da cidade e não apenas como enxerto exterior (WEIMER, 2018, p.498): partes da historicidade deste grande espaço, que não é habitado apenas pelos homens brancos letrados, mas também pelos analfabetos e despossuídos – e esta é lógica que pretendo defender nas páginas desta tese.

Weimer analisou as “*malocas*” como um fenômeno que se faz presente nas cidades do país desde a década de 1930 e que configura uma situação de pobreza ou extrema pobreza em um conjunto heterogêneo de moradias precárias e com pouco acesso à infraestrutura urbana e a formas de legalizar a titulação das propriedades (WEIMER, 2017a). Embora o elo entre a história da escravidão e das favelas seja sedutor, Weimer rejeita a explicação causal que, sem dados estatísticos suficientes, relaciona a formação das áreas periféricas ao fim da escravidão. Os dados raciais só registram a preponderância da comunidade preta nestes espaços urbanos a partir da década de 1970, sugerindo que, na metade deste século, as periferias eram lugares “com diversidade racial mais marcante do que se poderia supor (WEIMER, 2017a, p.513.)”.

Ademais, antes mesmo que os espaços periféricos se tornassem espaços negros nas estatísticas, a imprensa construiu discursos que associaram a periferia aos herdeiros dos egressos da escravidão. A partir da análise do noticiário e de reportagens nos jornais gaúchos das décadas de 1950 e 1960, Weimer observou sobreposição dos estigmas da pobreza e da negritude nas páginas em que as vilas de “*malocas*” eram mencionadas. Este reforço de preconceitos, se não tinha concretude na realidade das estatísticas, influenciou nas formas de percepção da realidade pelos habitantes das zonas centrais e periféricas e, desta forma, corroborou na operacionalização de uma realidade segregada ao longo das décadas seguintes.

Dado que aos brancos eram associados espaços de civilização, higiene e estética, aos negros eram associados espaços atravessados por características como devassidão, crime e violência. Do contrário, ao perceber a existência de brancos em espaços construídos pejorativamente com as associações atribuídas aos espaços estigmatizados, os jornalistas expressavam estranhamento, visto que “a pobreza branca era julgada desconfortável ao olhar dominante, por deixar evidente que o predomínio do branco não está previamente dado, mas é historicamente construído (WEIMER, 2018, p.513)”. As observações inferidas por Weimer vão ao encontro à reportagem citada no início deste texto: se a capa da Revista do Globo traz uma moça branca junto à uma cerca da Vila Marginal, a reportagem constrói um argumento que destaca a presença negra no lugar, associando a mesma negritude a características de sofrimento, devassidão e violência – a jovem branca é uma “flor no lôdo (Revista do Globo, 1945, p.25)”, uma figura que uma visão racista não poderia compreender habitando aquele lugar.

Neste sentido, Weimer também constatou que a condição racial dos sujeitos era afirmada pejorativamente quando os sujeitos eram postos em narrativas como vítimas passivas ou violentadores da ordem social e que, naquelas em que não conseguiam ser enquadrados desta forma,

tal condição era silenciada. A raça, desta forma, foi trabalhada pelo autor como um fenômeno social, construído e reafirmado na produção de privilégios na história do Brasil (WEIMER, 2018, p.497.), cujos sentidos são reorganizados pelo olhar que os veículos de imprensa organizam da realidade. O autor também desdobrou este olhar para as estatísticas trazidas pelo livro de Medeiros ao questionar a metodologia empregada pelo sociólogo e a composição de seu lugar acadêmico, que lhe permitiam se arrojar no poder de decidir a raça dos sujeitos observados e negar a branquitude da Forno do Lixo, mesmo que seus dados sugerissem o contrário:

Não há nada de novo na constatação de que a condição do branco se constrói de forma naturalizada ao apresentar-se como fato social isento de qualificativos, reservados ao outro, ao diferente. No entanto, perceber que esta mesma dinâmica se impôs nos discursos sobre as “malocas” nos leva a crer que, mesmo que elas tivessem maioria de brancos ou parcela significativa destes, elas foram inscritas em um espaço simbólico no qual uma série de adjetivações retroalimentaram os significados de “negro” e maloqueiro (WEIMER, 2018, p.523).

As considerações de Weimer, assim, problematizam algumas concepções estanques com que as periferias vêm sendo abordadas, ou negligenciadas, especialmente na historiografia de Porto Alegre, e se articulam com as novas proposições temáticas que, gradualmente, passaram a pluralizar as narrativas construídas pelo História. A periferia é retratada como um espaço de heterogeneidade, saturado de fissuras e menos óbvio do que o raciocínio do intelectual branco de classe média pode supor. Sob ela, recaíram décadas de discursos racistas, higienistas e moralizantes que visavam legitimar uma certa “sub-cidadania” e a violência impostas a estas comunidades e que estão no seio de um pensamento nefasto que, infelizmente, sobrevive até hoje (WEIMER, 2019). Diante dessas problemáticas, o estudo dos marginalizados toma ainda mais relevo, uma vez que historicizar os processos de segregação conformadores dos nossos espaços urbanos é penetrar nas fragilidades de nossa democracia construída em um país estruturado sob rígidos alicerces autoritários e patriarcais.

Em outro artigo, Weimer insiste na questão que, para mim, é a central deste trabalho: *a função percursora das comunidades pobres nas dinâmicas de ocupação do solo em Porto Alegre*, viabilizando a implantação de estruturas em determinadas regiões de onde, sistematicamente, foram expulsos (WEIMER, 2017a, p.11). Esse jogo violento, ampliador das bordas pobres da cidade, envolvia coerções econômicas e extraeconômicas, não obstante as lutas e os movimentos reivindicatórios encetados pelas vítimas das remoções e da especulação imobiliária. Os deslocamentos espaciais engendraram um ciclo de instabilidade na vida de uma parte expressiva da população da cidade, decretando um contexto de iminente despejo com que conviviam as vilas de “malocas” e que os não os possibilitava se fixar em um lugar por mais de uma geração. Quando os

despejos aconteciam, fazia-se necessário uma intensa readaptação das condições de vida que envolvia frequentemente a construção de uma mínima infraestrutura nos novos lugares:

O desenvolvimento urbano de Porto Alegre se deu por ondas concêntricas – o mapa da cidade assemelha-se a um leque, ou semicírculo, em cujo vértice situa-se a península onde se localiza o Centro Histórico. O crescimento espacial acompanha impulsos em torno deste centro, e à medida que a cidade cresce, as “vilas” são “empurradas” para áreas mais afastadas, e isso ocorre sucessivamente. Esse processo não é linear, já que alguns logram permanecer em áreas de menor valorização no mercado imobiliário. Todavia, o movimento centrífugo dos mais pobres é tendencial e, a longo prazo, contínuo (WEIMER, 2017a, p.04).

Como é evidente a partir da leitura dos trabalhos de Pesavento, Bakos e Monteiro, as remoções dos pobres do centro da cidade ocorrem de forma contínua desde as primeiras tentativas de reorganização urbana no século XIX, ainda que em momentos mais autoritários, quando os poucos mecanismos de acesso à cidadania minguam e os projetos de modernização mais radicais ganham fôlego, se tenha se intensificado. A varredura dos “maloqueiros” dos espaços mais valorizados não só foi constante, como foi substancial para a conformação dos espaços ocupados dentro do município, definindo regiões inteiras de onde, muitas vezes, seriam expulsos para dar novos lugares às classes mais privilegiadas. No artigo referido, Weimer traça alguns percursos que desenham os movimentos destes “peões no grande jogo de xadrez do planejamento urbano e da especulação imobiliária (WEIMER, 2017a, p.05)”, como o caso dos moradores da rua São Jorge, no bairro Navegantes. Em 1953, estes moradores seriam removidos para a Vila Dona Teodora, já nas divisas do bairro com o Humaitá e, cinco anos depois, uma parte desta última seria removida para o Passo das Pedras, localizado a 10 km de distância do centro, o dobro do caminho entre o centro e a Rua São Jorge. Nos anos 70, outras partes da Teodora seriam removidas para a Restinga, localizada no extremo sul da cidade, e para o Passo do Feijão, já no município vizinho de Alvorada (WEIMER, 2017a, p.05).

Para a estruturação deste cenário, foi fundamental o surgimento de órgãos, dentro da Prefeitura, responsáveis por lidar diretamente com a questão da moradia popular. Para Naida D’ávila (2000) a iniciativa remete as tentativas de intervenção do poder público no problema habitacional ainda no século XIX através da Inspetoria de Higiene, mas apenas tomariam corpo em 1946, com a breve existência da Comissão da Casa Popular – uma ação que tinha por objetivo viabilizar a construção de casas baratas através dos recursos da Fundação Nacional da Casa Popular estabelecida pelo Governo Dutra. Insatisfatória, a ação não teria dado certo, retornando com algum fôlego efetivamente apenas em 1949 através criação da Serviço de Habitação Popular, cujo objetivo era conter a expansão das vilas de “malocas” e viabilizar os processos de remoção das áreas indesejadas. Por conseguinte, os anos cinquenta seriam marcados pela intensificação das remoções, o que, não

raramente, teria ocasionado protestos da parte da população maloqueira e que foi observado pela historiadora através da documentação oficial do órgão e das atas da Câmara dos Vereadores. D'ávila cita, por exemplo, um trecho de um abaixo-assinado apresentado por 102 mulheres das vilas Doca das Frutas, Novo Caes e Vila Seca na Câmara contra as remoções que ocorriam nas vilas da cidade, em 12 de julho de 1952:

Vimos protestar contra os atos arbitrários e desumanos que os governadores de nosso Estado tem levado a efeito contra o povo e os moradores de Vilas Pobres, como é o caso das demolições da Vila "Caiu do Ceu" (ANAIS DA CÂMARA DOS VEREADORES, vol.IV, 1952,p.178 APUD DAVILA, 2000, p.29)

Neste ano, o órgão mudaria de nome, passando a se chamar Departamento Municipal da Casa Popular. Com o formato de autarquia e incumbência institucional para trabalhar a questão da moradia, o órgão objetivava a construção de vilas populares, acompanhadas por serviços de assistência social e conservação do lugar, além de colônias de readaptação social, das quais D'ávila não encontrou nenhum documento que abordasse sua efetivação. A função mais emergencial da autarquia era suprir a falta de moradias baratas através da construção de núcleos habitacionais para pessoas de baixa renda, que eram obtidos pela Prefeitura pela desapropriação de extensões de terras, subdivididas em lotes de 300 metros, com ou sem casas construídas e vendidos em prestações sem correção monetária (DÁVILA, p.39). Para ajudar no custeio das ações, foi criada a Taxa de Financiamento da Casa Própria que cobrava 3% sob o custo total de cada edificação construída acima de 150 metros quadrados.

De acordo com D'ávila, ao menos no campo das ideias, o Departamento era não apenas responsável pelos loteamentos, mas pelo cuidado das habitações e pela oferta de assistência aos núcleos de poucos recursos – ainda que, na compra, a maioria das unidades não dispusesse de um mínimo de saneamento básico (D'ÁVILA, 2000, p.39). A ação da autarquia, desta forma, pretendia solucionar a curto prazo o problema habitacional aos olhos das elites, removendo os pobres e permitindo um crescimento vertiginoso da cidade. Isto resultava que, ao invés de priorizar a qualidade das novas habitações, o Departamento tenha optado por disponibilizar uma grande quantidade de loteamentos, originando, ao longo da década as vilas Santa Anita e Sarandi (1953), Vargas (1955), Santo Agostinho (1956) e São Borja (1958) (D'AVILA, 2000, p.44).

A Vila Santa Rosa foi outra consequência da ação do Departamento: uma antiga zona de chácaras, a região vinha se modificando com as transformações decorrentes do crescimento da zona industrial na zona norte da cidade e o conseqüente o aumento no fluxo de pessoas que buscavam se

estabelecer ali também em função de seus terrenos possuírem preços mais baixos. Durante a década de 1950, o adensamento populacional foi, gradativamente, transformando-a, atribuindo características urbanas que seriam formalmente efetivadas quando, em 1959, se tornou um alvo das políticas de loteamento do Departamento e passou a receber moradores removidos de outras partes da cidade.

As ações do órgão, portanto, funcionavam com o intuito de regular os regimes de ocupação do solo, manejando as populações que eram consideradas “excedentes” pelos grupos no poder em direções às áreas da cidade que poderiam ser estrategicamente ocupadas por trabalhadores, como a Santa Rosa. Exerciam, assim, uma importante função nos projetos de modernização da malha urbana (D’AVILA, 2000, p.46.), pois seu trabalho acabava envolvido em qualquer construção que precisasse da remoção de moradias. Segundo D’ávila, as remoções eram ora solicitadas pelos agentes públicos responsáveis pelas autorizações da Prefeitura para a execução de obras, ora por cidadãos que se sentiam incomodados com o aparecimento de “malocas” em sua vizinhança. Em 1993, no livro sobre a memória do bairro Grande Santa Rosa lançado pela Prefeitura, um dos primeiros depoimentos ilustraria exatamente este contexto:

Eu morava na Ilhota, então eles removeram as casas de lá e nos trouxeram para cá. O pessoal da Vila Areia e da Vila Dona Teodora também foram trazidos pra cá e largados aqui. A prefeitura trazia e depois mandava a gente ir na Casa Popular para fazer a papelada toda (Depoimento de Amadeus Soares da Silva, comerciante, Vila Santa Rosa) (PORTO ALEGRE, 1993, p.13).

O depoimento foi colhido por pesquisadores ligados ao Partido dos Trabalhadores, quando este, na administração da Prefeitura Municipal, buscava estimular e legitimar a participação dos moradores no Orçamento Participativo – que, por sua vez, tem certos laços com os processos que serão discutidos a partir das fotografias do Acervo do Gabinete do Prefeito ao longo desta tese. Ele é o segundo depoimento que constrói a página sobre “O Lugar”<sup>18</sup>, testemunhando a importância da recordação destes fluxos urbanos: Amadeus recorda a Ilhota, a Vila Areia e a Vila Dona Teodora, três comunidades que o tempo conduziu a diferentes desfechos, mas que sentiram a imposição de um grande projeto de realocações de sujeitos.

---

<sup>18</sup> O primeiro depoimento também é ilustrativo do contexto e merece ser mencionado: “Eu vim da Vila Santa Clara, no Partenon. Os milicos do Exército que me trouxeram pra cá, em 59. Era terrível, vim pras casas de emergência do Demhab, perto da igreja (Depoimento Fredolino Machado dos Santos, autônomo, Vila Santa Rosa) (PORTO ALEGRE, 1993, p.12).



### 2.3 A GUERRA CONTRA AS “MALOCAS”

Das memórias de Amadeus e dos outros depoentes do livro, é possível extrair um caldo de lembranças destas vidas que improvisavam a sobrevivência. Entre as décadas de 1950 a 1970, a cidade sofreu alterações em várias instâncias: fossem sociais, econômicas, demográficas e simbólicas. Apenas entre 1950 e 1960, Porto Alegre aumentou 2,3 vezes sua população (TOCCHETTO; SOUZA, 2019, p.03), chegando a um crescimento de 4,9% ao ano e saltando de 263mil habitantes, na década de 1940, para 626 mil nos anos sessenta (SOUZA; MULLER, 1997, p.105). Em termos intermunicipais, sua função também se alterou, reforçando sua tendência a polo prestador de serviços enquanto, progressivamente, a indústria se deslocava no caminho da BR 116 rumo aos municípios ao norte como Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul e Novo Hamburgo.

Todos estes aspectos, conjugados, passaram a ser suturados nos estudos que preparavam o Plano Diretor Municipal. O projeto foi fomentado pela administração municipal e foi conduzido pelo urbanista Edvaldo Pereira Paiva e pelo arquiteto Demétrio Ribeiro que, baseando-se nas proposições de Gladosch da década de trinta elaboraram um planejamento que tinha em conta análises do crescimento da população e da expansão da cidade articulados com especificidades históricas, sociais e econômicas – um conjunto de normativas que organizava o espaço e propunha ações que delineassem seu futuro. O projeto em formato de lei implicava na ideia de um planejamento contínuo em curto, médio e longo prazo que integrasse e disciplinasse o espaço conforme as prerrogativas estipuladas pela Carta de Atenas (1933), marco do modernismo urbanista:

O plano organizou a cidade em zonas de caráter residencial comercial e industrial, de modo a definir as atividades permitidas em cada zona conforme seu perfil, bem como o limite de densidade de população por meio do uso do solo, índice de aproveitamento, taxa de ocupação e altura permitida. Para as áreas residenciais, o plano trouxe o tratamento da unidade de habitação, do urbanismo racionalista. As unidades seriam limitadas por vias de tráfego geral e, no seu interior, seria possível o sossego e a tranquilidade onde haveria uma unidade escolar e áreas verdes públicas (TOCCHETTO; SOUZA, 2019, p.08).

O Plano, assim, estipulava uma rearticulação da malha urbana para facilitar a circulação entre estas zonas, ampliar o centro comercial e desafogar o tráfego, principalmente na região central, com a criação da grande Avenida Perimetral, responsável por conectar as radiais que levavam os trabalhadores para os bairros. O Plano tornou-se lei em 30 de dezembro de 1959 e, ao longo de duas décadas, foi submetido a várias revisões e extensões, tendo sua publicação definitiva em 1964. Compreendia um pouco além da área central e alguns projetos específicos: a construção da Avenida Perimetral, a nova urbanização do bairro Praia de Belas e o reloteamento da Ilhota. A Ilhota era uma

área alagadiça e vulnerável do antigo Segundo Distrito, cuja ideia de planejamento remontava à administração de Loureiro da Silva nos anos quarenta, mas não concretizada por falta de verbas. Declarada utilidade pública desde essa época, as obras na localidade seriam impulsionadas pelo Plano e pelos recursos auferidos do Fundo Especial para Execução do Plano Diretor em 1962 – quando começaria sua lenta agonia até seu fim na década de 1970 com a implantação do projeto que seria chamado, cinicamente, Renascença.

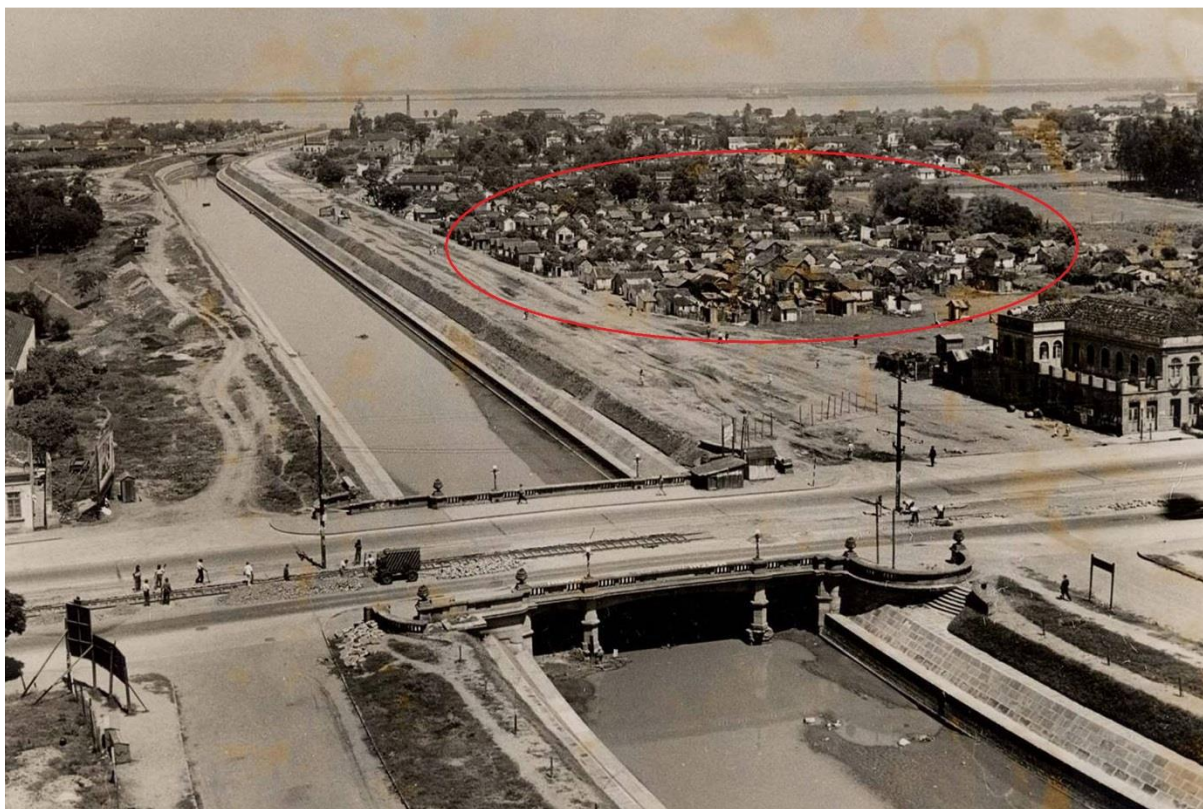
A história da Ilhota relaciona-se diretamente com as cheias do Guaíba e de um de seus cursos d'água que, não por acaso, é hoje conhecido como Arroio Dilúvio. Os problemas da cidade com suas águas são conhecidos desde, pelo menos, a metade do século XIX. Nesta época, seu traçado iniciava no município de Viamão, atravessava Porto Alegre em um sinuoso percurso paralelo do que seria mais tarde a avenida Ipiranga, e por fim, desaguava na Ponte de Pedra, já no bairro Cidade Baixa. Em 1905, o intendente José Montauray executou a primeira tentativa de conter suas cheias, unindo dois extremos de um meandro que o riacho formava na altura da antiga Rua Arlindo, próximo à Praça Garibaldi. Essa obra formou uma pequena “ilha” que ganhou o nome de Ilhota e nos anos seguintes já contava com as características lhe tornariam emblemática por algumas décadas: a sua ligação com resto da cidade por pontes de madeira, suas terras baixas e alagadiças e seus moradores empobrecidos (VIEIRA, 2017, p.122),

(...) e, desde o início, sempre foi ocupada pelas camadas mais pobres da população, na sua quase totalidade, negros e mulatos. Na verdade, a situação de "ilha" se configurava pela estigmatização do espaço. A zona era de fato segregada, "ilhada" do resto da cidade, num deslocamento do sentido da palavra original: além de pedaço de terra isolado pelas águas, era também um espaço de isolamento social e exclusão (PESAVENTO, 1999, p.12.)

Por algumas de suas peculiaridades, esta região ilhada foi, gradualmente, tomando um certo lugar simbólico nas referências da história porto-alegrense do século XX. Retomando Pesavento (1999), a Ilhota configurava um dos “lugares de exclusão” que se constituíram como contrapartida aos processos de modernização executados no início deste século, sendo inserida no “antigo cinturão negro” formado na margem sul da cidade. Em cerca de sete décadas, seus becos e “malocas” foram conhecidos por serem espaço do batuque, sociabilidades e festividades religiosas afro-brasileiras, e espaços de boêmia das classes baixas entre as décadas de 1930 e 1940, além de sede de um popular carnaval. Da mesma forma, a imagem da Ilhota foi associada à desordem: um espaço onde o crime e a perversão poderiam ser cometidos, onde as bordeis, botecos e antros criminosos eram camuflados entre caóticos casebres que não pertenciam ao reino da ordem, da moral e da estética – e tudo isto há menos de três quilômetros do Paço Municipal.

Vieira (2017, p. 28) apontou que a construção de tais representações pejorativas pela imprensa serviram, de forma análoga com as construções discursivas que haviam sido feitas sobre os bicos centrais no final do século XIX, para forjar um ambiente possível para a incidência e a repressão que o poder público exerceria na localidade nestes meados do século XX. É importante destacar a contribuição do trabalho de Daniele Machado Vieira (2017) para estas questões, pois sua dissertação sobre a cartografia da presença negra em Porto Alegre combina uma apurada interpretação histórica com a análise cartográfica. Sua investigação questiona os modos como população racializada e pobre foi tratada pelos projetos urbanísticos e pela academia e constrói um aporte pertinente ao tratamento da questão, rompendo com a forma convencional com que nós, historiadores, frequentemente recaímos ao investigar a historicidade da produção dos espaços.

Imagem 6 – Avenida Ipiranga atravessada pelo Arroio Dilúvio e pela Ponte da Azenha. Em vermelho, o destaque de Vieira à Ilhota



Fototeca Sioma Breitman/ retirado de VIEIRA, 2017, p.128

Na imagem 6, da década de 1950, da Fototeca Sioma Breitman, o destaque que Vieira (2017, p.128) adiciona ao bairro deixa bem explícita a dicotomia entre a representação das áreas de “malocas” e das áreas modernizadas, intensificada desde os anos quarenta. O “nó” que regula a construção da imagem é a ponte de 1935, marco das comemorações do centenário farroupilha, e por

onde algumas pessoas parecem caminhar ou trabalhar. A ponte e seus postes de luz são a modernidade, o riacho canalizado, que corta os extremos da fotografia até parecer alcançar o Guaíba, é a natureza domesticada, triunfo de uma cidade que ambicionava o progresso. Nas margens, contudo, “áreas incautas”: a fotografia parece construir um paralelo entre a zona baldia à esquerda e a vila de “malocas”, à direita – entraves à modernização.

O trabalho confronta a relação das transformações urbanas com a área geográfica: em 1941, a famosa enchente se tornaria determinante nas relações conturbadas da Ilhota com as autoridades municipais, dado que a tragédia impulsionou a execução das obras de retificação do Dilúvio e, conseqüentemente, os projetos de desapropriação e urbanização da área. Tais transformações obrigariam a Ilhota a adotar estratégias, se estendendo próximo à Ponte da Azenha e em direção ao sul das ruas Lima e Silva e Sebastião Leão. Tal como a imagem sugere, a canalização do Dilúvio diminuiria os conflitos locais com suas águas e atrairia investimentos para suas adjacências, convertendo suas margens em espaços de valor para as classes ascendentes que necessitavam expandir suas áreas residenciais do congestionado centro urbano. Conseqüentemente, a Ilhota passava a ser cobiçada pelos interesses imobiliários e, tendo seus terrenos valorizados, passava a sofrer com uma contínua coerção econômica (e, quando não, extraeconômica), como bem analisa Vieira:

Paradoxalmente, o processo que saneou a área para realizar o tratamento urbanístico e incorporá-la ao tecido urbano, foi o mesmo que removeu os antigos habitantes, que tanto sofreram com a falta de urbanização e com os constantes transbordamentos do Arroio Dilúvio (VIEIRA, 2017, p.84).

Com a vigência do Plano Diretor, o fim da Ilhota ganhava o peso da lei. Sua existência era vista como uma expressão do atraso que os anos sessenta não permitiriam que sobrevivesse em uma área extremamente visível para a burguesia. Paulatinamente, as administrações municipais concentraram recursos para esvaziar seus becos, destruindo e removendo as “malocas” do caminho do progresso. A intensidade deste processo, endossada pela imprensa, convertia a Ilhota em uma espécie de sinônimo de miséria e obstáculo à imagem metropolitana que a cidade almejava ter. A despeito da violência das tentativas, a Ilhota ainda sobreviveria ao início dos anos setenta, quando o Projeto Renascença, financiado pelo Plano Cura, do BNH<sup>19</sup>, decretaria definitivamente seu fim,

---

<sup>19</sup> O Projeto Renascença foi apresentado em 1975 pelo então prefeito de Porto Alegre, Guilherme Socias Villela, que visava revitalizar 427 hectares localizados entre os bairros Cidade Baixa, Menino Deus, Praia de Belas, Azenha e Medianeira, através de recursos do Plano C.U.R.A., do Banco Nacional de Habitação. O projeto, ao transformar completamente a região, consumou com a Ilhota. Cf: SOUZA, Anita. **Projeto Renascença : um caso de gentrificação**

redesenhando completamente seus espaços e permitindo poucos vestígios daquela que foi uma das comunidades pobres mais simbólicas da cidade.

A transformação do antigo “arrabalde da enchente”<sup>20</sup> em uma região para o lazer e moradia das classes médias representou um melancólico episódio da história das classes pobres da cidade. Com o projeto Renascença, saía vitorioso um plano de esquecimento e expulsão daqueles sujeitos que, segregados espacialmente, não eram considerados cidadãos em plenitude, mesmo no calor das discussões de nossos períodos democráticos. Inobstante a importância cultural que a cidade lhe consagraria, poucos indícios sugerem ao transeunte a localização da vila do músico Lupicínio Rodrigues e do futebolista Tesourinha.

Durante muito tempo, a Ilhota foi para mim, historiadora habitante da cidade, uma espécie de lugar mítico, cuja inexistência de vestígios materiais claros exigiam um certo grau de imaginação, transpondo as fotografias conhecidas aos traços das ruas modernizadas. Tal dificuldade denota este grandioso processo de apagamento e diz muito sobre a construção de nossas bordas urbanas e nossas narrativas sobre a história deste espaço, invisibilizando quase completamente a existência de uma comunidade que perdurou por mais de meio século e que, não obstante, marcou significativamente a produção cultural da cidade.

A análise de Vieira, deste modo, vem ao encontro da interpretação defendida por Weimer (WEIMER, 2017b, p.4), de que as comunidades mais afetadas pelos despejos, entre as décadas de 1950 e 1970, foram justamente as localizadas próximas às margens do Dilúvio, nas divisas dos bairros Cidade Baixa, Menino Deus e Santana – isto é, comunidades como a Ilhota, suas vizinhas DTO e a Eucaliptos e a Forno do Lixo, estudada por Laudelino Teixeira de Medeiros. Seu trabalho insere esta lógica dentro do exame da presença de territorialidades negras em Porto Alegre (VIEIRA, 2017, p.163.), distinguindo três momentos da constituição destes espaços: um primeiro, até o fim do século XIX, quando os territórios negros se colocavam nos espaços centrais da cidade; um segundo, após as reformas positivistas, quando estes territórios passam a se fixar no entorno da região central (ocupando as áreas do chamado antigo segundo distrito); e um terceiro, a partir dos anos 1940, um momento de periferização destes grupos e de desmantelamento destes territórios em função dos

---

**em Porto Alegre durante a década de 1970.** Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS (dissertação de mestrado). Porto Alegre, 2008.

<sup>20</sup> A expressão, epígrafe deste capítulo, foi retirada da música “Ilhota” de Lupício Rodrigues que consta no livro Almanaque Lupi (CAMPOS, 2014).

processos de reurbanização do centro, retificação do Dilúvio e construção da Avenida Perimetral e do bairro Praia de Belas (VIEIRA, 2017, p.162).

Uma outra abordagem possível para as questões que permeiam este sensível momento da história da cidade foi a desenvolvida na tese de doutorado de Danielle Heberle Viegas sobre o processo de constituição da Região Metropolitana de Porto Alegre e os acordos de cooperação técnica entre os governos do Brasil e da Alemanha (2016). Para a historiadora, as noções de desenvolvimentismo, prática que esteve atrelada às ações das políticas nacionais entre as décadas de 1950, 1960 e 1970, perpassaram indissociavelmente a questão urbana no país, dado que era associada ao crescimento da atividade industrial e ao planejamento estatal. Para o desenvolvimentismo, a industrialização integral era vista como o único meio de superação integral da pobreza, já que estava

(...) relacionado com as práticas promovidas por um Estado forte e voluntarista que efetua altos investimentos públicos pretendendo dar à luz a uma nova economia e sociedade, o que inclui a materialização de um novo espaço público (VIEGAS, 2016, p.40).

Desde a década de 1930 as cidades frequentemente passaram a ser vez associadas à industrialização e, assim, concebidas como provedoras do desenvolvimento nacional (VIEGAS, 2016, p.40), já que eram os *loci* receptores dos fluxos migratórios e sedes das operações industriais. Estes fluxos determinariam as aglomerações nas cidades que, nestas décadas, iam se tornando metrópoles. Neste quadro, Viegas aponta as novas funções que o urbanismo e o planejamento urbano passam a adquirir após o Estado Novo, pois, se antes eram uma ferramenta de embelezamento das cidades, com a criação da Fundação Casa Popular e das incipientes políticas habitacionais trabalhistas, passam a se tornar instrumentos para sob a circularidade e a indução social nestes novos aglomerados humanos (VIEGAS, 2016, p.43).

A rápida experiência democrática ocorrida até a década a metade da década de 1960 também seria caracterizada por uma profunda discussão sobre o padrão de desenvolvimento que o país deveria atingir e como este desenvolvimento seria conquistado (VIEGAS, 2016, p.42). No Rio Grande do Sul, a zona industrial de Porto Alegre e entorno viu expandir a atividade calçadista, alimentícia, químico-farmacêutica, metalúrgica e de vestuário – e até o início dos 1970 seriam instaladas a Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, a Companhia Siderúrgica Rio-Grandense, em Sapucaia, a Aços Finos Piratini, em Charqueadas e a Rio Grande Companhia de Celulose, em Guaíba (SOARES, 2017, p.301.). A partir da década de 1950, esta conjuntura se materializou de maneira mais intensa, através da expansão nas cidades contíguas à capital, fazendo surgir as primeiras referências ao

conceito de “Grande Porto Alegre”: surgiam os “subúrbios industriais” devido a posição industrial de alguns municípios como como Canoas, Guaíba, Esteio e Sapucaia do Sul; e surgiam as chamadas “cidades dormitório”, como Cachoeirinha, Alvorada e Viamão, que cresciam com a expansão de loteamentos direcionados à população de baixa renda (SOARES, 2017, p.301).

Ao mesmo tempo, paralelo às transformações na ocupação física do espaço da cidade e no descomedido crescimento populacional, Porto Alegre refletia a intensa polarização que caracterizava a política nacional. As eleições de 1963 confirmaram a alternância de partidos no poder, uma tendência local na década anterior, e elegeram o trabalhista Sereno Chaise contra as candidaturas do Movimento Trabalhista Regional (MTR) e da coligação UDN-PL-UDC (FLACH; CARDOSO, 2017, p.78). O governo estadual, por sua vez, era ocupado por Ildo Meneghetti, eleito no pleito de 1962 em uma coligação “anti-trabalhista”. Em meio às crescentes tensões políticas, Porto Alegre chegava em março de 1964 neste cenário paradoxal: se, por um lado, o Paço Municipal recebia Paulo Freire e defendia a presidência de João Goulart<sup>21</sup>, por outro lado, o Palácio Piratini dava aval para as marchas anticomunistas (FLACH; CARDOSO, 2017, p.79). Com o golpe e suas listas de cassações, Chaise teria uma administração curta: assumindo como prefeito eleito em janeiro, se tornaria alvo da “Operação Limpeza” e, junto o vice-prefeito, seria cassado em oito de maio, perdendo também seus direitos políticos por dez anos cassações (RODEGHERO, 2017, p.85).

Substituindo Chaise, assumiria o até então presidente da Célio Marques Fernandes, do PSD. Sua administração, que se encerraria somente em 1969, seria marcada pela continuidade dos processos de remoções das vilas de “malocas” e de consecução das obras previstas pelo Plano Diretor. Quase três anos após o golpe, uma reportagem do jornal Zero Hora relatava uma reunião do prefeito com os responsáveis pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) e pela Divisão de Fiscalização que tinha como objetivo “evitar a construção de novas “malocas”, além da já existentes” (Zero Hora, março de 1967, p.03). O título da reportagem era igualmente violento: “Celio prepara sua guerra contra as “malocas da cidade”, e deixava explícita a intenção de frear o expressivo aumento dos casebres que eram vistos “não só nas vilas, mas nos diversos bairros, alguns dos quais, até bem centrais”, proibindo a construção das “malocas” e removendo imediatamente as que fossem construídas, levando seus moradores “de volta ao seu local de origem (Zero Hora, março de 1967, p.03)”.

---

<sup>21</sup> Ver anexo A: negativo de fotografia do educador Paulo Freire com prefeito Sereno Chaise em 19/03/1964 (Acervo do Gabinete do Prefeito – Fototeca Sioma Breitman/ Museu de Porto Alegre)

Zero Hora era, neste momento, um jornal diário vespertino ainda recente: começou a circular em maio de 1964, apenas dois meses após o golpe, substituindo a sucursal local do emblemático Última Hora<sup>22</sup>. Desde as primeiras edições, o jornal editado por Ari de Carvalho sustentou apoio ao novo governo instalado e o total rompimento com a posição trabalhista do jornal de Samuel Wainer (BAUER, 2015; BORGES, 2008). As palavras utilizadas pela reportagem descrevem, de forma bastante crua, o incômodo que a pobreza representava para as classes mais abastadas e as soluções que estas propunham para seu crescimento. Sem nenhuma tentativa de aprofundamento da questão ou problematização das causas que levavam à proliferação de vidas miseráveis, e muito menos das consequências que tais ações estatais gerariam, o pequeno texto sentenciava, através das palavras do prefeito, a necessidade da segregação espacial entre as classes com mais privilégios e as despossuídas. Também anunciava que o processo de extermínio da Ilhota estava sendo realizado:

Por outro lado, voltou a reafirmar o Sr. Marques Fernandes que a remoção das “malocas” da Ilhota prossegue em ritmo acelerado, devendo até o fim do mês estar concluída aquela “operação”. Até agora já foram removidas cerca de 300 “malocas” daquela vila (Zero Hora, março de 1967, p.03).

A publicação ainda concluía avisando que “com relação ao assunto, o prefeito informou que outras vilas, após o término da remoção da Ilhota, serão deslocadas para a Estrada da Restinga (Zero Hora, março de 1967, p.03)”. Pois foi neste mesmo ano, 1967, que os primeiros “maloqueiros” da Ilhota começaram a ser removidos para esta região, até então rural, localizada cerca de 22km do centro de Porto Alegre e recortada pelo Arroio do Salso (ARAÚJO, 2018, p.01). Feitas de maneira traumatizante e brutal (PORTO ALEGRE, RESTINGA, 1997, p.8), as remoções frequentemente se davam de um dia para o outro, colocando os objetos dos moradores em caminhões e largando-os na futura comunidade<sup>23</sup>. Com este movimento, configurava-se os primórdios da ocupação daquela que

---

<sup>22</sup>“Última Hora” foi um jornal muito importante editado no Rio de Janeiro, fundado em 1951 por Samuel Wainer. Vinculado ao trabalhismo, a partir de 1961 o jornal passou a ter edições regionais em várias cidades do país, como Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Niterói, Curitiba, Campinas. Com o golpe, Ari de Carvalho assume a propriedade da gaúcha, que passa a ser chamado Zero Hora. Nos anos seguintes, Zero Hora passaria oficialmente às mãos dos irmãos Maurício Sirotsky Sobrinho e Jaime Sirotsky, então proprietários da Rádio Gaúcha e seria modernizado. Segundo Borges (2008, p.11), já no editorial de sua primeira edição, em 04/05/1964, o jornal declarou apoio “a defesa dos princípios cristãos” e “a todos que, sem medir esforços ou sacrifícios, lutam para impedir a implantação em nosso país de ideologias contrárias as nossas tradições democráticas”.

<sup>23</sup> Dois relatos ilustram bem esta situação. O primeiro é o da moradora Maria Eloirdes da Rosa, que consta no livro sobre a Restinga do Projetos Memórias dos Bairros (PORTO ALEGRE, 1997): “Nós estávamos lá na Ilhota, perto da Praça Garibaldi, do Centro (...) Foi de lá que eles nos trouxeram nessa época. Chegaram aqui, nos largaram e depois vieram para levantar a casinha. Nós estávamos numa barraquinha e nós viemos num barracão da prefeitura (...) eles avisaram que todos viriam para cá e quando nós viemos, eles chegaram (...) disseram que nós éramos obrigados a vir por que tinham que entregar as terras para fazerem escritórios (...) No começo, quando vim pra cá, eu ia trabalhar, me sentava ali na Praça



seria chamada Restinga Velha, o início de um grande projeto segregador construído pela Ditadura Civil-Militar em Porto Alegre.

A “*guerra às ‘malocas’*” e as remoções compulsórias para a Restinga se enquadravam como uma das respostas que foram dadas pelo governo autoritário e seus prefeitos escolhidos ao colapso habitacional instalado nos anos 1960. Conforme Viegas, “às vésperas do Golpe Militar, em 1964, a questão urbana era cotada como um dos mais impactantes problemas da nação, ao lado de temas como a saúde e a educação (2016, p.45)”. Para contorná-la, o governo militar reorganizou as políticas públicas habitacionais, investindo pesados recursos em programas pautados por padrões tecnocratas e estabelecendo a tendência de esvaziar o papel de mediação das lideranças populares, não reconhecendo os grupos economicamente desfavorecidos como constituídos por sujeitos portadores de direitos – e, tampouco, interlocutores legítimos para negociar suas demandas (FEDOZZI, 2000, p.21). Em Porto Alegre, especificamente, a ação municipal foi orientada, com a intensificação do novo regime, de forma a priorizar os interesses empresariais e investir em áreas já estruturadas da cidade, habitadas pelas classes médias e altas, ou em áreas que pudessem ser integradas futuramente ao mercado imobiliário (FEDOZZI, 2000, p.21).

Para tanto, foi imprescindível a reformulação das políticas nacionais de habitação através da reestruturação dos órgãos competentes. Em 1965, nascia o Banco Nacional de Habitação, instituição responsável por fornecer créditos imobiliários em articulação com os também recém-criados Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e Sistema Financeiro de Saneamento (SFS). Para Chiarelli (2014), a criação do banco funcionaria como um “pó de cal” nas experiências habitacionais desenvolvidas no país até 1964 pela Fundação da Casa Popular e pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), responsáveis pela construção de moradias operárias emblemáticas em muitas cidades do país:

---

Garibaldi e ali eu chorava que nem sei, para não vir embora para casa (...) (PORTO ALEGRE, 1997, p.09). O segundo é um depoimento ouvido pela historiadora Neila Prestes de Araújo (2018):

“ARAÚJO: Na Ilhota, você viu as primeiras casas serem retiradas?

SR. ANTONIO: Sim, a nossa foi uma das primeiras.

(...) É como eu te falo né, quando cheguei lá, só tava a marca da casa no terreno, tive que dormi por lá,..., ai tinha um Russo lá, o cara que tinha uma tendinha, que disse - não, tu fica aqui que, amanhã nois vamo indo pra lá e tu vai com nois. Ai tá, quando eles vieram tinha um caminhão lá,..., era uma trazera de ônibus, a cabine eles cortaram...era a trazera de ferro, era o caminhão...

(...) A cabine e a atrazeira do ônibus, dava umas dez pessoa sentada no lado do motorista, o resto era carroceria de ferro, botava tudo os negócios ali e viam embora. Dai quando nos viemo de lá que via que não chegava nunca... eu queria me atirá de dentro do caminhão! ...não chegava nunca! Eu acostumado... ai a pé pro centro...eu vinha de lá e olhando ...olhava pra um olhava pra outro...e...só tinha o pessoal conversando e uns brabo né, porque vieram tudo...eu digo, eu vo me atira disso aqui e vo volta correndo!!!...dai disseram não, tu não te atira e fecharam as janela e me colocaram no meio do corredor sentado, eu loco pra me atira pra fora (ARAÚJO, 2018, p.11).

O Ministério do Trabalho logo após o Golpe Militar intervém nos IAPs, buscando desmontar o aparato nacional popular e a estrutura que dava suporte a carteiras hipotecárias dos IAPs além de desestruturar a Fundação da Casa Popular<sup>157</sup>. Em seu lugar, é elaborada uma nova política habitacional, criado o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e fundado o BNH, órgão gestor do SFH. A partir daí se enuncia, pela primeira vez, uma política habitacional propriamente dita, articulada em esfera federal (CHIARELLI, 2014, p.66).

A memória das mobilizações populares e das reformas de base que tinham, até 1964, a Reforma Urbana como uma de suas principais pautas, transformaram, no novo regime, a habitação em uma das primeiras áreas de investimento prioritário (CHIARELLI, 2014, p.67). O BNH orientava e controlava os afluxos do SFH, que por sua vez eram provenientes das cadernetas de poupança e do FGTS, uma contribuição compulsória de empregadores e trabalhadores. O objetivo desta estrutura era promover a construção e a aquisição de moradias especialmente pelas classes baixas, aliviar a tensão resultante da extrema concentração de desempregados e subempregados e impulsionar novos investimentos na construção de habitações em massa. Segundo Chiarelli, uma das principais diferenças das políticas habitacionais da era BNH para a anterior era que a base do sistema passava a ser um banco e, deste modo, era instituída correção monetária em cima dos saldos devedores e das prestações de acordo com os índices da inflação. Sendo um banco, o BNH transferia não só a outros agentes, públicos ou privados, os recursos financiados, como também a responsabilidade pelas cobranças, eximindo-se, assim, das críticas quanto as qualidades das habitações (CHIARELLI, 2014, p.68).

Fortificando o sonho da “casa própria” e a construção civil, o banco foi apontado como um dos mais importantes marcos do desenvolvimento urbano nacional (VIEGAS, 2017, p.67), desdobrado, muitas vezes, em órgãos estaduais e municipais – as COHABs (Companhias Metropolitanas de Habitação e, no caso de Porto Alegre, o DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação). Por conseguinte, O DEMHAB, adquiriu uma importância capital na gestão do espaço urbano nos anos seguintes, pois, ao organizar os recursos advindos das instâncias federais capitaneadas pelo BNH, coordenou os novos loteamentos e executou os planos de urbanização e construção de moradias de baixo custo, bem como o apoio nas remoções das habitações consideradas inapropriadas.

Uma forma de acompanhar os modos como tais questões foram tratadas a partir de 1965 é através das páginas dos relatórios oficiais das atividades realizadas pela Administração Municipal. Estes relatórios, anuais ou periódicos, tinham por objetivo divulgar e legitimar as ações do poder público através de textos e fotografias, corroborando com a imagem “legalista” e modernizadora que

o regime buscava construir para si e, portanto, elaborando uma narrativa oficial das obras executadas e um lugar no futuro para estas administrações.

Com a proximidade do término do período de cinco anos ocupando o executivo municipal, a equipe de Célio Marques Fernandes produziu um relatório com as principais realizações da administração<sup>24</sup>. O relatório é curto se comparado aos que seriam produzidos por seus sucessores, mas traz informações concisas divididas em tópicos similares com os quais seriam montados os relatórios das administrações posteriores (educação, cultura, saúde, transportes, água e esgoto). Uma página inteira é dedicada à habitação popular, informando que uma das atividades da Prefeitura havia sido “iniciar a extinção desses aglomerados de “malocas”, transferindo as famílias para outras áreas onde encontrassem melhores condições de vida”<sup>25</sup>, entre as quais a Restinga, a Santa Rosa, a Santo Agostinho, a Vila Célio e a MAPA. A MAPA, criada no período, ocupava o resto da página:

Imagem 7 - A Vila Mapa em imagem do relatório dos quatro anos da Administração de Celio Marques Fernandes (1965-1969). Destaque para a forma planejada e os contrastes entre as casas, o setor administrativo e o território



Fonte: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 1969, p.06 - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

<sup>24</sup> A administração foi executada sob os efeitos dos Ato Institucional nº 3, que estabelecia, entre outras coisas, eleições indiretas para os governos estaduais e as prefeituras das capitais e que, desta forma, havia o mantido no poder.

<sup>25</sup> PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Porto Alegre. 4 anos de progresso.** Administração CÉLIO MARQUES FERNANDES. Porto Alegre, 1969, p.06.

Um conjunto de casas metricamente ordenadas compõe a fotografia que, à distância, tenta dar conta de uma parte do loteamento. Compõe o cenário disciplinar a posição de uma casa grande, possivelmente administrativa, que ocupa o lado inferior direito da imagem. Tudo aqui parece significar o estabelecimento de hierarquia e ordem em detrimento da natureza e das habitações – a terra arrasada, o horizonte com mato, o lugar ainda desabitado e a grande casa que parece de ali tudo observar e cuidar. A fotografia é tão expressiva do ideário administrativo quanto o texto – e no relatório ambos funcionam reiterando e articulando a narrativa que o documento visava constituir.

A Vila MAPA se originou da organização de mesmo nome, sigla para Movimento Assistencial Porto Alegre. Na época, o MAPA era liderado pela esposa de Célio Marques Fernandes e reunia doações do empresariado local em medidas que visavam atenuar a pobreza urbana acentuada pelas fortes chuvas que inundaram a cidade em alguns anos da década de 1960 (TUCCI, 1999, p.03). Mesmo não podendo ser comparadas com a de 1941, as enchentes da década de 1960 tiveram, pelo menos, duas consequências importantes: instigaram o poder público a terminar as obras de controle das águas do Guaíba, que resultariam, anos mais tarde, no polêmico Muro da Mauá; e insuflaram o discurso remocionista, uma vez que as enchentes haviam destruído muitas “malocas localizadas na região central, ocasionando em um grande número de flagelados. A ideia do loteamento da Vila Mapa era contribuir com a falta de moradias que deflagrava tal tipo de tragédia. Com uma ampla divulgação pela imprensa, em 1965 o MAPA começou a comercializar as unidades residenciais de baixo custo, em madeira, com a dimensão de 2,5m por 5,5m. Tamanha foi a divulgação que, meses antes da inauguração das primeiras unidades, ocorrida em dezembro de 1965, um protótipo das habitações foi exposto de forma permanente na sede da Prefeitura, no centro da cidade (PORTO ALEGRE, 2000, p.80).

O lugar escolhido para sediar a nova vila foi um terreno na Lomba do Pinheiro que, na época, era um imenso contingente de terras localizado na região limítrofe entre Porto Alegre e Viamão. A região era tida como inexplorada e rural até a década de 1950, quando suas terras passaram a ser divididas e loteadas – primeiramente pela iniciativa privada, que entregava aos compradores terrenos quase sem infraestrutura e, muitas vezes, próximos a arroios, em áreas de risco (PORTO ALEGRE, 2000, p.80). O terreno, localizado na margem direita da Estrada João de Oliveira Remião, fora desapropriado pelo poder público em 1952, já com a intenção de, futuramente, construir “uma vila de maloqueiros removidos”, tal qual era a Marginal descrita pela Revista do Globo. A estrada em que o terreno se localiza, por sua vez, foi batizada com o nome do pai de uma importante figura política na região, João de Oliveira Remião, pai de Osmar Remião, ligado ao PSD e influente na Câmara dos Vereadores (PORTO ALEGRE, 2000, p.73).

A criação da Vila MAPA, desta forma, era executada concatenando diferentes interesses que enxergavam na região uma possibilidade de expansão das atividades urbanas, do fluxo dos recursos estatais para habitação e do deslocamento de populações que eram indesejadas na região central. Diante da miséria das “vilas de “malocas”, e dos problemas advindos das enchentes, não é difícil desacreditar no poder que tal ideia tenha adquirido, dado a força que o discurso da casa própria e de uma habitação minimamente estruturada têm diante da miséria das construídas com restos de materiais. Contudo, o modo recorrente da execução de tais projetos, que não previa o diálogo com os sujeitos deslocados, e muito menos enxergava-os como cidadãos capazes de discernir corretamente suas necessidades, resultava em comunidades com carências estruturais e as quais eram negadas o gozo dos serviços urbanos.

Vim pra cá porque eu, em sessenta e cinco, morava no Beco do Carvalho, era verdureiro. Um dia, as madres do convento ali perto foram falar comigo: (...) ‘o senhor vai ter que sair daqui, porque nós vamos fazer um colégio aqui e vamos mandar tirar essas casinhas tudo daí’ (...). Era muita chuvarada, na época, muita enchente. Nós não tivemos tempo nem de fazer a casa, algum movelzinho que tinha se foi, a gente só tapava as crianças com lona de carroça e o resto se danava. Essa vila foi feita pra flagelado da enchente, isso aqui era brabo, ouviu? Eles vendiam terreno aqui. O senhor sabe quanto custou? Setecentos e cinquenta mil cruzeiros para pagar em vinte anos, mas eu resolvi pagar em doze. (...) Tinham só dois ou três ônibus da Prefeitura que passavam lá em cima. Às vezes vinham, às vezes não. A gente ia até Viamão pegar. Teve muita que foi embora da Vila por causa da falta de condução (...) Nauber da Silva Lima, comerciante (PORTO ALEGRE, 2000, p.80-81)

As memórias do morador Nauber da Silva ilustram o cotidiano de um setor urbano que, em uma realidade de dificuldades e ausência de recursos, optou por adquirir uma moradia no lugar que estava se tornando a Vila Mapa. Em seu depoimento, publicada no ano 2000 no projeto municipal sobre a memória da Lomba do Pinheiro, se atravessa a conjuntura social dos anos 1960 e a precariedade deste contexto de loteamentos incentivados pelas políticas habitacionais da Ditadura. Por um lado, a memória da enchente parece endossar um papel que algumas vezes desempenharam as águas da cidade: encharcando ruas e “malocas” e expondo as desigualdades latentes, as inundações ressaltavam as deficiências da cidade e endossaram, mais de uma vez, as políticas remocionistas. Por outro, loteamentos como o da Vila Mapa, ao não priorizarem serviços de infraestrutura e mobilidade, culminavam reiterando as condições de precariedade e marginalidade social de seus habitantes, isolando-os – jogados em um lugar sem recursos e sem transporte.

## 2.4 MARGENS E MODERNIZAÇÃO

Os avanços tecnocráticos e a restrição ao Estado Democrático de Direito constituíram uma aparente polarização que vem sendo bastante discutida pela historiografia, especialmente na última década. O termo “modernização conservadora” foi utilizado de forma mais elaborada pela primeira vez por Marcelo Ridenti, em 2003, em artigo em que discorre sobre as interpenetrações entre cultura e política nos anos 1960 e 1970. O autor percebe a modernidade como um processo de crescente urbanização e industrialização, no avanço do complexo financeiro-industrial, na expansão das classes médias, da escolarização e dos meios de comunicação, no desenvolvimento e na chegada de bens tecnológicos, assim como na extensão do trabalho assalariado da racionalidade capitalista no campo (RIDENTI, 2003, p.137).

No Brasil, o anseio pelo moderno foi impelido pela expectativa de abandonar o rótulo que julgava o país como “atrasado” e “em desenvolvimento” e se tornou uma das principais pautas dos grandes embates a respeito nacionais a partir dos anos 1920, tanto pela esquerda quanto pela direita. Nos anos decorrentes ao golpe de 1964, se consolidaria o processo de implementação de uma modernização do tipo autoritária e conservadora, através de investimentos do capital internacional e da construção de um Estado autoritário, sem contrapartida na ampliação dos direitos dos trabalhadores e paralelo ao cerceamento das liberdades democráticas, a censura e a repressão aos opositores do regime.

O caráter paradoxal do processo de modernização implementado durante a última ditadura militar brasileira e a sua relação com a política universitária também foi desenvolvido por Motta (2014). O autor partiu da premissa de que as universidades funcionavam como *loci* da modernização, campos de batalha estratégicos entre valores de esquerda e a lógica tecnocrática dominante nas políticas desenvolvidas pelos militares e, desta forma, espaço singular para observar os paradoxos sugeridos por Ridenti, entre estratégias de cooptação do estado autoritário e flexibilização de normas e valores dominantes. Assim, o emprego de políticas universitárias no período foi visto a partir de uma dupla dimensão: a destrutiva, ansiosa por realizar uma limpeza ideológica nas universidades, bloquear a livre circulação de ideias e responsável por punir aqueles que se opusessem ao regime (afastando alunos ou aposentando professores, prendendo, torturando e muitas vezes matando); e a construtiva, promotora de reformas de impacto duradouro no sistema de ensino, as quais o autor considera resultado também das pressões de estudantes e docentes perseguidos (MOTTA, 2014, P.7).

Deste modo, desenvolvimento e modernização constituíram-se em um imperativo ao qual convergiam as diferentes e efusivas tendências políticas que marcariam os anos antecedentes período

ditatorial, ainda que divergentes quanto aos meios e fins do processo. Este debate também marcou as discussões sobre as polêmicas de reformas de base propostas pelo governo João Goulart, interrompidas pelo golpe de 1964. Diante desse contexto, o golpe de 1964 não era antirreformista: as reformas eram julgadas necessária por uma parte dos apoiadores do golpe, desde que fossem conduzidas de maneira diferente da qual Goulart estava as conduzindo, isto é, afastando-as de qualquer perigo de radicalização e suspeita revolucionária.

Circulavam, às vésperas do golpe, múltiplos sentidos, caminhos e propostas que tinham como mote a ideia de transformar o país através da modernização – que poderia ser por um viés revolucionário, um viés democrata ou um viés autoritário. Venceu, com o golpe, o projeto de modernização da perspectiva autoritária e liberal-conservadora que, conforme Mota (2014), paradoxalmente incorporaria algumas demandas dos projetos vencidos:

Os militares tornaram-se agentes modernizadores, tal como previam alguns cientistas sociais e líderes políticos, mas nem sempre seguiram o script que lhes estava destinado, desbordando na direção de práticas repressivas mais drásticas do que desejavam os parceiros norte-americanos, e também ousando se afastar do Estados Unidos nos anos 1970 (MOTTA, 2014, p.11).

Nos vinte anos em que permaneceu no poder, a aliança militar-tecnocrática se esforçou por implementar uma modernização do tipo conservadora e autoritária, combinando impulsos modernizantes com um projeto conservador e repressivo. Para Motta, baseado no conceito de Barrington Moore Jr, as políticas desenvolvidas pelos militares seguiriam o modelo de alguns países onde o medo de uma revolução social fomentava a aliança entre setores conservadores, como latifundiários e burguesia, visando modernizar a estrutura econômica através do poder estatal (MOTTA, 2014). Fundamentado na inspiração contrarrevolucionária, conjugou-se o propósito modernizador com o projeto autoritário conservador: de um lado, a perspectiva econômica e administrativa que visava o crescimento, a aceleração da industrialização e a maior eficiência da máquina estatal; de outro, em manter os segmentos subalternos excluídos, retirando direitos políticos e perseguindo dissidências que destoassem dos valores tradicionais, como pátria, família e propriedade.

A modernização autoritária e conservadora fez modernização e repressão caminharem juntas, permitindo a existência simultânea de “anos de chumbo” e “anos de ouro”, principalmente durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Motta relaciona este tipo de experiência com outras recorrências anteriores do passado nacional, onde o novo negocia com o velho, que

mantém o vigor e atualiza certos traços do passado, enquanto outros são transformados (MOTTA, 2014, p.15). Assim, embora o estado incorporasse demandas para romper com o passado, sofria influência de elementos tradicionais da cultura política brasileira, como conciliação, acomodação e personalismo. A modernização conservadora e autoritária seria, desta forma, a materialização do princípio expresso na “ordem e progresso” inscrito na bandeira nacional, isto é, o compromisso com a busca por soluções que evitem o caminho de rupturas radicais.

Os anos Médici coincidiram, em Porto Alegre, com o período em que Telmo Thompson Flores comandou o executivo municipal. Engenheiro e ex-Diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), Thompson Flores havia sido um dos responsáveis pelas obras de contenção do Guaíba na década de 1960<sup>26</sup>, compondo um perfil que se adequava às expectativas governistas de então: um tecnocrata sério e confiável, amigo dos militares e acostumado a gerir obras de grande vulto. Seu mandato, renovado em 1971 pelo governador Euclides Triches, foi conservado em fartos

---

<sup>26</sup> Uma notícia publicada na Zero Hora de 26 de janeiro de 1967 alertava sobre o perigo das chuvas e destacava o papel de Thompson Flores, à época diretor do DNOS, à frente das obras de contenção das águas do Guaíba: “Se vier enchente neste inverno, o Rio Grande do Sul ficará à mercê das águas, podendo repetir-se tôdas as tragédias que viveram as populações das cidades do Interior e algumas vilas da Capital. Segundo o sr. Telmo Thompson Flôres, chefe do distrito do DNOS do Rio Grande do Sul, apenas uma das obras pôde ser completada, não havendo expectativa de melhoramentos nas demais zonas perigosas, até o inverno, pela falta absoluta de recursos financeiros para continuidade das obras” (ÊNCHENTES podem se repetir em 67. **Zero Hora**, Porto Alegre: 26 de janeiro de 1967 – sem página, recorte de jornal cedido por Neila Prestes de Araújo)



materiais explicativos de sua gestão, elaborando desde já um lugar na memória do município para o prefeito e o então período.

Imagem 8 - A modernidade e o Monumento dos Açorianos na capa do relatório dos seis anos da administração de Telmo Thompson Flores



Fonte: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 1970, capa - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Tabelas e gráficos compõem as páginas ao lado de imagens de obras grandiosas nos vastos relatórios para cada ano da administração: os números meticulosamente apresentados dão uma aparência de racionalidade e eficiência no uso da máquina pública e na gestão do espaço; as fotografias nos sugerem a grandeza e a magnitude estética da cidade que era construída pela Ditadura. Os relatórios desenhavam uma metrópole de prédios altos e avenidas movimentadas. Ao fim do mandato, sua equipe publicou um grande relatório que reunia os feitos administrativos dos seis anos em que Thompson Flores esteve no Paço Municipal<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Seis anos de Realizações**. Porto Alegre 1969-1974. Administração Telmo Thompson Flores. Porto Alegre, 1975.

Na capa, o lastro de luz dos carros circunda o recém-inaugurado Monumento aos Açorianos, junto ao viaduto homônimo e à avenida Borges de Medeiros: uma região outrora aterrada que, com o efeito luminoso dos movimentos dos carros, insinua a velocidade de uma cidade que era conduzida ao progresso, sugerido pelo *skyline* das luzes dos grandes prédios no fundo da imagem. Nele são arrolados seis viadutos, homenageados com personagens caros à então ordem imposta: Loureiro da Silva, o prefeito reurbanizador do Estado Novo, Dom Pedro I, Tiradentes, Imperatriz Dona Leopoldina, Açorianos e Obirici; o Complexo de Túneis e Elevadas da Conceição, o calçadão da Rua dos Andradas, as pontes da Ilha da Pintada e da Avenida Ipiranga à Silva Só, o parque Moinhos de Vento, o Planetário, a retificação e pavimentação de uma grande quantidade de logradouros, centros comunitários, prédios escolares, algumas casas populares e a Vila Nova Restinga.

O conjunto de imagens e estatísticas apresentados no relatório constituem um discurso onde o governo Thompson Flores é o responsável por dotar a administração da cidade de princípios de racionalidade e eficiência. Prerrogativas que faziam parte da resposta que o regime autoritário instalado a partir do golpe de 1964 encontrou para gerir a crise urbana catalisada pelos processos intensos de urbanização nas décadas de 1960 e 1970. A “administração centralizada”, como se refere o subtítulo do primeiro relatório de exercício do governo Thompson Flores<sup>28</sup>, foi assentada em um planejamento minucioso das ações a serem executadas, não com o fim de mediar conflitos ou consultar os afetados pelas ações, mas “como um instrumento de introdução de racionalidade no processo de implementação de ações tendentes a atingir os objetivos do bem-comum (SERRA, 1991, p.147)”.

Planejamento, centralização de decisões e autoritarismo estavam associados ao domínio da máquina pública exercido no pacto militar-tecnocrático. Para Serra (1991), a primeira fase do centralismo autoritário, é a proposta de racionalidade nas decisões administrativas, através de planejamentos detalhados de investimentos e espaços. Confiava-se apenas nos especialistas, supostos donos de algum saber, as soluções para eliminar o atraso:

Esse era o projeto nacional para deixar de ser um país subdesenvolvido. A ideologia fundamental era ainda a do desenvolvimento (...). É importante notar a apropriação da racionalidade pelo centralismo autoritário. O direito de impor sua própria visão de mundo e sua linha ação provém não apenas da vitória do golpe, mas também da “racionalidade” das suas proposições (SERRA, 1991, p.146).

---

<sup>28</sup> PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Relatório do Exercício de 1969. Administração Telmo Thompson Flores.** Porto Alegre, 1970.

Com as reformas administrativas instituídas pelo governo militar, a noção de planejamento tornou-se indissociável da ideia de funcionalização: um órgão estatal só poderia operar obedecendo alguma função pré-estabelecida em relação a algum outro órgão complementar (VIEGAS, 2016, p.54). A partir da lógica de “dinamizar” os procedimentos burocráticos, as reformas administrativas garantiram que a sistematização promovida fortalecesse e controlasse mais o aparelho estatal assegurando que a execução de projetos controvertidos, como as reformas urbanas, não fossem ameaçados e fossem silenciados possível debates. Segundo Viegas, a Ditadura Civil-Militar também foi hábil em absorver uma extensa gama de técnicos nos muitos órgãos criados pelo regime, a despeito dos outros muitos que foram perseguidos pelo aparelho repressivo (VIEGAS, 2016, p.60-61).

Bem detalhados, os relatórios colaboravam para construir uma ideia de eficiência e racionalidade apregoada pelo ritmo político do período. Fossem através de fotografias de uma cidade que “funciona”, adquirindo modernos equipamentos de engenharia ou saúde, ou com funcionários tranquilamente realizando suas funções e zelando pelo bem-estar público, ou fossem através dos desenhos que projetavam o monumental complexo de túneis e elevadas da Conceição, parte da realização da I Avenida Perimetral, salta das páginas do relatório a cidade da ditadura, uma Porto Alegre metrópole. A implantação da cidade da ditadura impulsionava a construção civil, em um ritmo de euforia percebido pelos anúncios na edição dominical do *Correio do Povo* da XI Semana de Porto Alegre em 1970. *"Albarus S.A. é peça muito importante no progresso de Porto Alegre"*<sup>29</sup>, anunciava a empresa de produtos para a indústria automobilística. *"Estamos por dentro do progresso de Porto Alegre"*<sup>30</sup>, parabenizava pelo aniversário da cidade a Siderúrgica Riograndense junto de imagens do viaduto Loureiro da Silva, do Túnel da Conceição em obras e da nova rodoviária municipal recém-inaugurada.

Três dias antes, outra edição do mesmo jornal apresentava, em uma imagem panorâmica, a inauguração do viaduto Loureiro da Silva: na fotografia aérea ele é um "x" que abre espaço do centro para a Avenida João Pessoa. Um "x" que inspira eficiência e técnica como solução viária, o tráfego de carros, pontos pequenos contrastados com os grandes prédios constituintes de uma metrópole. *"Porto Alegre faz hoje, com nova imagem, 230 anos"*<sup>31</sup>, acompanha, abaixo da imagem, o título da pequena matéria na contracapa do *Correio do Povo*, que destaca que 'elementos diferentes, de

---

<sup>29</sup> ANÚNCIO da Albarus S.A. **Correio do Povo**: Porto Alegre, 8 de nov. de 1970, p.25

<sup>30</sup> ANÚNCIO da Siderúrgica Riograndense. **Correio do Povo**: Porto Alegre, 8 de nov. de 1970, p.18.

<sup>31</sup> PORTO ALEGRE faz hoje, com nova imagem, 230 anos. **Correio do Povo**: Porto Alegre, 5 de nov. 1970, p.28.

grandeza metropolitana, estão marcando a nova paisagem da capital rio-grandense" e enfatiza a inauguração do viaduto, concretização da busca de "seu destino de sede da *terceira* região metropolitana do Brasil".

Imagem 9 - Inauguração do Viaduto Loureiro da Silva e o aniversário de Porto Alegre de 1970 na contracapa do jornal Correio do Povo



Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Se o período entre 1940 e 1970 foi consagrado como a fase de metropolização da cidade (SOUZA; MULLER, 1997, p.105), para Viegas (2016, p.113), nas vésperas da década de 1970, Porto Alegre já possuía as características próprias de um espaço metropolitano: a região conformava uma população de cerca de um milhão de habitantes com territórios conturbados e fluxo de mobilidade. Além disso, nesta altura, todos os municípios limítrofes estavam emancipados, e a cidade se configurava como o centro econômico e urbano do Estado e tinha um polo industrial regional fortificado e com capacidade crescente de absorção da mão-de-obra (VIEGAS, 2016, p.108). No período entre fim da década de 1960 e o início da 1970 também se destacaram a ascensão de políticas públicas voltadas ao planejamento da questão metropolitana, através das ações coordenadas pelo grupo técnico resultante do Acordo de Cooperação Técnica firmado em 1963 em Bonn, na antiga República Federativa Alemã (VIEGAS, 2016, p.21), que estabelecia uma cooperação internacional para planejar a Região Metropolitana de Porto Alegre.

O acordo estabelecia a vinda de vários técnicos estrangeiros ao país, bem como equipamentos e recursos – o que, de fato, se constituía em algo inédito para a realidade nacional, pois as regiões metropolitanas só seriam oficializadas pelo governo federal em 1973<sup>32</sup>. As ações que decorreram do acordo envolviam o fornecimento de um campo técnico para fomentar o planejamento físico da região e o desenvolvimento de medidas que possibilitassem a regularização dos problemas sociais decorrentes da metropolização. Entendia-se, assim, que a questão perpassava problemas em áreas como educação, saúde, abastecimento e transporte e, desta forma,

as regiões metropolitanas sintetizavam diversos dos problemas urbanos do país, tais como: mau uso do solo, ocupações em áreas inapropriadas, falta de habitação e infraestrutura, sem contar os danos ao meio ambiente (VIEGAS, 2016, p.95).

A Região Metropolitana de Porto Alegre foi configurada por meio da combinação de múltiplos fatores decorrentes de diferentes tipos de ocupações do solo e de processos estruturais, mas que podem ser sintetizados em dois grandes pontos: a proliferação de indústrias e o estabelecimento de loteamentos com o objetivo de conformar núcleos de moradias para a população de baixa renda. Assim,

O processo de periferização é correlato ao de metropolização, sendo que resguardam semelhanças entre si, tais como a ocupação de áreas distantes do centro da cidade e, porventura, as más condições ou a inexistência de equipamentos urbanos. Mas o elemento chave foi o direcionamento dessa ocupação na malha citadina, novamente marcada pela expansão da cidade no sentido norte, corroborando um processo de média duração iniciado no século XX e perpetuado nas décadas de 1930 e 1940 com as intervenções urbanísticas direcionadas ao chamado 4º distrito. O lançamento das rodovias RS-030 e RS-020 estimularam a ocupação de cidades como Cachoeirinha e Alvorada na década de 1950, como um contrabalanço (VIEGAS, 2016 P.112).

Nos anos 60, o fenômeno do crescimento da periferização e da metropolização fez explodir o uso indiscriminado do termo “*marginalidade*”, tanto pela imprensa quanto na literatura sobre subdesenvolvimento. As distintas tessituras da relação problemática entre modernização e pobreza nos países da periferia do mundo foram trabalhadas por Aníbal Quijano, sociólogo peruano que, à época, participava das discussões da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Quijano desenvolveu uma significativa reflexão sobre a modernidade e suas relações com a distribuição de poder, riqueza e pobreza no globo, contribuindo para a formulação de alguns conceitos do que seria

---

<sup>32</sup> Além de Porto Alegre, foram estabelecidas como metrópoles as cidades de Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Belém, Recife, Salvador, Fortaleza e, em 1974, após a dissolução do Estado da Guanabara, Rio de Janeiro (VIEGAS, 2016, p.92).

conhecido como pensamento decolonial. A obra que Quíjano escreveu em 1966 “Notas sobre o Conceito de Marginalidade Social” é, hoje, fonte histórica e material de reflexão sobre o período. O livro, que foi publicado no Brasil em 1978, parte de uma constatação: a popularização e o uso indiscriminado da expressão “marginalidade” na América Latina àquela altura, fossem pela imprensa ou pela literatura especializada em subdesenvolvimento.

Quíjano foi o primeiro a utilizar a expressão “marginalidade” e serviu, em um primeiro momento, como uma tentativa de nomear o brusco novo fenômeno que constituíam as comunidades de baixa renda aglomeradas ao redor dos centros urbanos das principais cidades latino-americanas após a Segunda Guerra Mundial. Quíjano salienta que a popularização do termo esteve associada a forma como tal fenômeno escandalizava as classes hegemônicas, assustadas não com as precárias condições com que sobreviviam os marginalizados, mas com seu volume explosivo e as invasões que praticavam em terrenos públicos e privados (QUÍJANO, 1978, p.18). O uso do termo era, assim, utilizado para dar um aspecto técnico ao fenômeno que afetava algumas das bases da ordem tradicional estabelecida<sup>33</sup>:

Como, precisamente, esses povoamentos se levantavam, em regra geral nas bordas ou nas margens do corpo urbano tradicional das cidades, o mais fácil era denominá-los “bairros marginais” e seus habitantes “populações marginais”, porque os nomes cunhados pelo próprio povo – *callampas*, *barriadas*, favelas, *cantegrilles*, *rancheríos* etc. - tinham uma cor local que os tornava inutilizáveis como designação técnica. O problema que esses agrupamentos encerravam se constituiu no problema das “populações marginais” (QUÍJANO, 1978, p.19).

Para construir uma conceituação mais adequada do termo e do fenômeno, Quíjano propôs um exame das condições de integração das estruturas das sociedades dentro das quais se identificam existências sociais marginalizadas (QUÍJANO, 1978, p.28). O argumento foi conduzido a partir da

---

<sup>33</sup> Quíjano, desta forma, enquadra o crescimento urbano das cidades latino-americanas através da intensificação da capacidade de suas zonas industriais e dos afluxos humanos resultantes da nova situação econômica mundial do pós-guerra, bem como o papel que as economias da região passaram a desempenhar neste cenário. Desta situação, o elemento que era tornado mais perceptível era a precariedade das moradias: o déficit habitacional era consagrado como a principal explicação desta miséria e a moradia era elevada a problema nacional por excelência dos países latino-americanos (QUÍJANO, 1978, p.19). Tal conjuntura, para o autor, foi modificada quando a opinião pública passou a perceber a existência de moradias igualmente precárias localizadas dentro dos perímetros urbanos tradicionais, fazendo com que a questão fosse deslocada da habitação para todo o conjunto de serviços comunais de certas partes da cidade, como água, esgoto e transporte (QUÍJANO, 1978, p.19). Deste modo, o termo marginalidades deixava de prescrever somente determinadas regiões urbanas e era estendido às condições sociais dos habitantes destes lugares, intercambiando as duas noções e propiciando o entendimento de que “os habitantes desses povoamentos “marginais”, por este fato, são “marginais” eles mesmos” (QUÍJANO, 1978, p.20).

premissa do estruturalismo histórico, que entende que o modo fundamental de conformação das sociedades é conflitivo e descontínuo, não sendo sustentado sob um consenso universal entre os diversos setores, que se explicam pelo conjunto de circunstâncias históricas que determinaram suas incorporações à estrutura da sociedade (QUÍJANO, 1978, p.30). Estes setores não compõem um conjunto totalmente integrado, mas estabelecem uma interdependência recíproca, de maneira conflitiva e contínua, a partir destes condicionantes históricos. Um determinado elemento é marginalizado do resto da estrutura da sociedade quando, em sua integração com esta, reside um conflito radical entre aquilo que “implica a existência de tal estrutura e a do elemento ou conjunto de elementos considerados (QUÍJANO, 1978, p.31)”. Isto é, uma existência marginal pode ser o resultado da forma como os padrões e tendências fundamentais da estrutura social vigente se articulam: dado que não existe integração plena e que a integração é feita de modo dependente e conflitivo, uma existência marginal pressupõe a presença de um conflito que demanda a destruição ou a modificação radical do outro termo na relação de interdependência (QUÍJANO, 1978, p.31).

É por este prisma que Quíjano observou a complexidade paradoxal das sociedades latino-americanas: por um lado, dotadas de modelos políticos correspondentes a níveis avançados das sociedades burguesas, por outro, de estruturas econômicas, sociais e culturais correspondentes a outros “estágios de desenvolvimento”. Esta equação ajudaria a explicar as dificuldades e o fracasso de integração da região, dado que “nas discontinuidades manifestas entre o nível sociocultural que caracteriza alguns setores urbano-industriais e o que é próprio das áreas rurais, nessas mesmas sociedades (QUÍJANO, 1978, p.32)”. Deste modo, considerando a sociedade um campo de interações, o autor dividiu a análise em dois níveis: o modo de integração da sociedade, isto é, a forma como os elementos se integram na estrutura global de uma sociedade; e o modo de integração na sociedade, a forma como os membros da sociedade se integram nos elementos que compõem a estrutura global. Os elementos, por sua vez, seriam divididos em três tipos: os que correspondem ao caráter fundamental desta sociedade, a sua estrutura básica (naquilo em que ela se assenta); aos que correspondem as estruturas secundárias e que são importantes na medida que ajudam a dar forma a sociedade e à estrutura básica; e aos que correspondem a um terceiro grupo,

a estrutura cuja existência não deriva das tendências que movem a estrutura básica da sociedade, porém trazem à luz as limitações dessa estrutura básica em cada momento histórico e, por isso, as incongruências na integração da sociedade (QUÍJANO, 1978, p.36).

Este último grupo é o que foi alcunhado de marginal. Quíjano enfatizou que toda estrutura social é ordenada por hierarquias que permeiam todos os níveis de análise e todos os elementos

(QUÍJANO, 1978, p.41). Dentro de uma mesma forma produtiva, dentro de um elemento, os membros recebem níveis hierárquicos distintos: um empresário e um operário, ainda que compartilhem o mesmo plano básico da estrutura social, ocupam níveis hierárquicos muito diferentes. Por esta lógica é que a produção da miséria é diagnosticada no pensamento do autor: quanto maior a congruência de uma sociedade, maior é o nível de integração de seus elementos, e conseqüentemente, seus membros. Esta congruência varia, sobretudo, em virtude de circunstâncias históricas concretas: as circunstâncias que moldaram estas sociedades e que tomam parte nas tendências de continuidade, desenvolvimento e mudança dela.

A marginalidade, desta forma, se configura em uma “situação social” em que membros ou elementos institucionais se localizam em funções marginais dentro da estrutura geral da sociedade (QUÍJANO, 1978, p.44). Ademais, sendo as sociedades realidades complexas, os indivíduos-membros que participam de um ou outro elemento marginal podem participar de estruturas básicas desta sociedade em outros aspectos: os elementos marginais dentro da estrutura geral da sociedade são compostos por indivíduos que podem estar parcial ou totalmente inseridos nestes. Destarte, a marginalidade funciona como uma situação social total ou como situação social setorial, um

modo limitado e inconsistente de pertencimento e de participação na estrutura geral da sociedade, seja a respeito de certas áreas dentro de suas estruturas dominantes ou básicas, seja a respeito do conjunto destas, em todos ou em parte de seus setores institucionais (QUÍJANO, 1978, p.43).

Ao argumentar a marginalidade como uma “situação social” e ao frisar a não existência de integração completa mesmo nas sociedades com maior congruência entre elementos e membros, Quíjano buscou incluir o fenômeno dentro das próprias condições que produziram as estruturas “centrais”, ou seja, na medida em que a sociedade foi analisada em relação as formas como seus elementos e membros se integram, e uma vez verificada a não existência da integração total nas sociedades modernas, Quíjano concluiu que é próprio e parte destas configurações a existência de grupos cuja relação conflituosa é mais intensa, pois é inerente à estrutura geral marginalizar um de seus polos em conflito. Tal configuração, como escreveu o sociólogo, é intrínseca aos processos de integração social dos grupos que inseridos na sociedade e, portanto, se refere a grupos participantes dela, ainda de que forma desigual e, por vezes, perversa. Elementos e membros marginalizados, ao contrário do que parte da imprensa e algumas correntes sociológicas poderiam descrever, não estão alheios ao todo, mas são também resultado dos conflitos que são estabelecidos entre as estruturas e



funções que compõem a sociedade<sup>34</sup>, dado que os elementos das sociedades se desenvolvem “em uma permanente relação recíproca de interdependência, conflitiva e descontínua (QUÍJANO, 1978, p.34)”.

O exame crítico que Quíjano exercita sobre as cidades latino-americanas suscita, sobretudo, a imprescindibilidade de tratar a miséria urbana como uma questão investigativa e política. Ao perscrutar os sentidos implicados no termo "marginalidade", Quíjano incitou sua ressignificação em um sentido denunciativo que desvela e aponta as condições a que são submetidas uma parte do corpo de nossas sociedades. Esta denúncia também enuncia a potencialidade de estudo destas bordas e jogam uma luz sob outras faces dos processos de modernização e as dramáticas formas de inserção da América Latina no mundo moderno.

## 2.5 A NOVA ILHOTA

Em 18 de maio de 1967, o jornal Zero Hora estampava a seguinte manchete: “*Restinga, a nova Ilhota*”<sup>35</sup>. A reportagem, que trazia texto da jornalista Tania Jamardo Faillace<sup>36</sup> e fotografias de Reinaldo Soares, descrevia o processo de remoção das “malocas” da Ilhota e a realocação das famílias na Restinga. O velho arrabalde era assim descrito:

---

<sup>34</sup> Neste sentido, existiriam tipos diferentes de marginalidade que variam conforme a natureza da relação conflitiva. Quando o conflito é dado através da inconsistência da relação entre dois elementos incorporados ao plano básico da sociedade, ele não é necessariamente radical e pode ser superado ao longo do tempo com medidas que homogeneizem as diferenças, adaptem-nas ou modifiquem-nas. Do contrário, quando o conflito afeta formas e necessidades fundamentais da existência social, ele afeta o caráter próprio da estrutura vigente e o conflito não pode ser solucionado sem alterar a natureza básica desta estrutura. Isto ocorre quando os elementos marginalizados que formam a situação marginal de um indivíduo, regulam a própria existência e sobrevivência dele, como no caso dos sujeitos a que são relegadas funções marginalizadas na estrutura produtiva da sociedade. A radicalidade deste conflito consiste, então, na incapacidade da sociedade de incorporar a situação de marginalidade de um grande escopo da população que, a despeito de tentativas pontuais de minimização das diferenças, só cresce, uma vez que esta sociedade “existe, precisamente, com o caráter que tem, sobre a base de existência de uma vasta população afetada por situações de marginalidade (QUÍJANO, 1978, p.48)”.

<sup>35</sup> FAILLACE, Tania Jamardo. Restinga, a nova Ilhota. **Zero Hora**. Porto Alegre, 18 de maio de 1967, p.central.

<sup>36</sup> Tania Jamardo Faillace era, então, uma jovem repórter e contista porto-alegrense que havia ingressado na equipe do vespertino no ano anterior. Sua passagem, contudo, seria breve, uma vez constaria nas demissões do jornal consequentes da censura advinda com a instauração do quinto Ato Inconstitucional (AI 5) em fins de 1968. Na década seguinte, publicaria o livro de contos em que a experiência em reportagens de cunho social e a perspectiva feminina balizam histórias sobre a construção do espaço da cidade e as relações de poder que o permeiam (POLESSO, 2011, p.90). Cf: FAILLACE, Tânia Jamardo. **Tradição, família e outras estórias**. São Paulo: Ática, 1978. E a dissertação que infere estas questões: POLESSO, Natalia Borges. **As relações de poder e o espaço urbano como região nos contos de Tania Jamardo Faillace**. Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul (dissertação de mestrado). Caxias do Sul, 2011.

Era uma vez um aglomerado de gente pobre, mas pobre, no duro. Gente que morava em “malocas”. Não por gosto, mas é preciso uma certa renda para obter financiamentos, é preciso salários para acompanhar o aumento dos aluguéis. Então, toda essa gente morava em “malocas”. “Malocas” que deixavam os transeuntes perturbados. Tantos edifícios bonitos em volta... tanto dinamismo nas ruas vizinhas... E ali, aquele charco, aqueles casebres imundos, aquelas crianças seminuas, aquelas mulheres desgrenhadas... Que espetáculo para uma cidade civilizada! Era a Ilhota (Zero Hora, 18 de maio de 1967, p.central).

O texto descreve o bairro como isolado da cidade, não pelas características geográficas que haviam o marcado, mas pela condição de miserabilidade que assolava seus moradores. A ilha de “malocas” é posta em dicotomia à cidade dinâmica ao seu redor: a Ilhota é, mais uma vez, descrita como um corpo estranho junto ao centro da cidade – um corpo pobre, negro, maloqueiro, perturbador. A reportagem registrava um momento em que o projeto de desmantelamento da ilha ganhava fôlego: tanto pelo anseio de modernizar o lugar, quanto pela ideia de transferir seus moradores para a longínqua Restinga. Questões que eram perpassadas pela conjuntura autoritária nacional do final dos anos sessenta, pelos interesses do mercado imobiliário em expandir seus negócios e pela pressão para a efetivação dos projetos arrolados no Plano Diretor, onde algumas páginas eram dedicadas exclusivamente para a transformação da área. Um novo momento no processo segregador de Porto Alegre era desenhado: novas características eram acionadas ao velho movimento de expulsão dos pobres para as bordas da cidade.

A Ilhota foi mais do que um obstáculo no caminho da modernização das cercanias do Arroio Dilúvio: foi um sinônimo de pobreza visível, uma grande vila de “malocas”, um núcleo de sobrevivência de uma parte desprotegida da cidade. Foi, sobretudo, um território negro, e ademais, um território tornado mítico e emblemático para a cultura da cidade. Esvaziando o pertencimento do espaço ao conjunto urbano e esquecendo a importância cultural pelo qual era conhecido, a reportagem, ao contrário, reforça o discurso que contrasta o “*dinamismo das ruas*” com a “*feiúra das ‘malocas’*” (Zero Hora, maio de 1967, pg. central)”, apontando a impossibilidade daquela existência para a modernização da cidade. Mais adiante, o próprio texto deixa explícita esta proposição ao associar o fim da Ilhota à remodelação da Avenida Ipiranga:

Um dia, surgiu a avenida. Já existia, mas agora tornara-se a AVENIDA... Iluminação a mercúrio. Uma beleza. Mas iluminada demais, ressaltava a feiúra das “malocas”. Era preciso removê-las e rapidamente (Zero Hora, 18 de maio de 1967 pg. central)

A relação da Avenida Ipiranga e da Ilhota ressaltava, mais uma vez, o caráter contraditório da modernização, pois se a retificação do Dilúvio fez surgir o arrabalde e a possibilidade de traçado da

avenida, sua canalização e a conseqüente importância da via decretavam seu fim. Esta complexa relação conformou, segundo Quijano, uma situação social de marginalidade do tipo ecológica: “um modo caracteristicamente segmentário e precário de integração de um núcleo habitacional, dentro de um povoamento urbano (QUIJANO, 1978, p.61)”. Esta situação seria caracterizada por três elementos: a diversidade de padrões de um povoamento urbano, a rede de conexões e comunicações deste lugar e a rede de serviços urbanos dele. A presença de tais elementos determinaria muito mais a integração de uma comunidade com o resto da cidade do que sua localização física – e, para Quijano, é impossível um grupo pertencer a cidade sem se vincular a algum destes, ainda que muito precariamente.

Muitos padrões ecológicos formam as cidades latino-americanas: seus núcleos de povoamento são marcados por diferentes modos de habitar, organizar e significar o espaço urbano. Contudo, esta pluralidade costuma ficar de fora da imagem das cidades, como se estas fossem fundamentalmente constituídas apenas pelos “arcabouços urbanos tradicionais”, espaços em que frequentemente as elites de origem burguesas constroem as narrativas de legitimação e que soem ser sedes do poder – como se as cidades fossem só esses espaços, excluindo todos aqueles que são julgados como periféricos e distantes de seu raio urbano. Para Quijano, o discurso da marginalidade ecológica se manifesta na medida em que uma parte do urbano é denominada cidade e outra parte é denominada periferia, como se o espaço urbano só fosse legítimo nas áreas tradicionais e nas áreas planejadas pelo traçado dos urbanistas (QUIJANO, 1978, p.60). Além de elitista, tal pensamento caracterizaria uma distorção da realidade e, sendo assim:

[...] não existe nenhum motivo para sustentar que a imagem da cidade deve conter apenas as áreas tradicionais ou as áreas novas construídas conforme os padrões urbanos modernos generalizados, e excluir todos os núcleos novos estabelecidos com características claramente abaixo de tais padrões (QUIJANO, 1978, p.61).

A observação da marginalidade ecológica, desta forma, convida ao exercício de olhar a cidade através dos mecanismos por onde se reproduzem, no e pelo espaço, as fricções sociais. Uma interpelação possível, neste sentido, pode ser feita a partir da observação dos padrões de povoamento dominantes em determinadas estruturas urbanas, dado que a variação do que torna alguns mais preponderantes que outros radica em critérios orientados por aspectos culturais e sociais dos espaços e de determinados momentos históricos (QUIJANO, 1978, p.63). Notoriamente, os padrões dominantes nas cidades latino-americanas se originaram de padrões importados das sociedades altamente industrializadas que, em muitos aspectos, detém a hegemonia. A marginalidade ecológica

aqui, por isto, seria construída não tanto pela localização física e periférica de algumas comunidades, mas pela distância e pela falta de integração que estas estabelecem em relação aos padrões socioculturais dominantes (QUÍJANO, 1978, p.63-64). Se, por um lado, o estabelecimento de bairros com padrões dominantes nas margens urbanas corrobora com o argumento de que a distância física não constitui uma característica fundamental das comunidades marginalizadas, por outro, isto não significa que tal característica não tenha peso na constituição dos grupos marginalizados, dado que

[...] os limites e a localização física com relação ao resto da cidade cumprem a função de realçar e de tornar mais visíveis (se assim se quiser dizer) os distintos fatores desta “falta” de integração nos padrões e *standards* ecológicos dominantes (QUÍJANO, 1978, p.64)

E esta função fica bastante evidente na última reportagem citada da Zero Hora, de maio de 1967: o confinamento da população maloqueira na Restinga realçava as desigualdades sociais destes vulneráveis, impossibilitando ainda mais seu acesso aos serviços urbanos e, desta forma, tornando nítida sua condição de “não-pertencimento” à cidade. Se a intenção da jornalista era humanista, a lógica em que a reportagem se insere não escapa da argumentação que julga o destino destes indivíduos pelas formas de integração que estabelecem com os referenciais instituídos pelos grupos dominantes. Em um determinado momento do processo de modernização de Porto Alegre, a Ilhota foi um símbolo espacial do processo de marginalização social que era colocado a determinados habitantes: sujeitos não apenas moradores do lugar, mas habitantes das várias vilas de “malocas” espalhadas pelo centro e arredores, exercendo postos de trabalho marginalizados ou simplesmente mal remunerados, sujeitos que poderiam ter na cor da pele a marca de um estigma desumanizador e secular, sujeitos professantes de uma fé não euro-centrada e, muitas vezes, sujeitos amantes da vida boêmia e do carnaval.

O poder público, por sua vez, justificava sua ação com a premissa de que solucionar o déficit habitacional era uma forma de sanar a emergente questão urbana nacional. Esta ação, muito longe de resolvê-lo, apenas o transferia de lugar, silenciando-o e invisibilizando-o. Não era inédita, mas, com a criação do BNH, ganharia outro nível institucional (CHIARELLI, 2014, p.68). Ao fazê-la, o poder público abria os quilômetros que separavam as vilas marginais para a rentabilização fomentada pela especulação imobiliária, ao mesmo tempo que recriava os eixos de expansão urbana:

Quilômetros, quilômetros de estrada... E ao final, deserto... (...)

A restinga

Não é um seriado de televisão sobre um planeta distante e remoto. Mas estranhas são aquelas “malocas” perdidas num imenso areal... Estranhas são aquelas pessoas que, apesar de seu isolamento, continuam a lutar pela sobrevivência. Já não estão enfeando a paisagem urbana... a paisagem da Restinga... ora, a Restinga não é estância turística.

A Restinga não tem coisa alguma. Isto é, tem gente. E “malocas”. Favela da Ilhota, que na solidão da Restinga tornou-se cinco vezes favela (Zero Hora, 18 de maio de 1967, p.central)

A reportagem, deste modo, encontra as sentenças de Quijano: não eram as experiências de precariedade que incomodavam na Ilhota, mas a presença crescente de seus casebres ao lado da imagem de metrópole que a cidade queria ser. Se era uma ilha de pobreza que não se conectava com o seu entorno, não importavam às autoridades competentes estabelecer pontes e caminhos de comunicação: optava-se por isolá-la ainda mais. Deste modo, a ação incentivada pela Prefeitura reforçava o estigma de não-pertencimento destes habitantes, criando, em “*um planeta distante*”, uma outra cidade para os maloqueiros. Em um período em que os direitos constitucionais eram atacados, a ação também reforçava a negação da condição destes sujeitos, relegando-os à um sub-cidadania representada pela realocação em um lugar “*sem coisa alguma*”, se não gente e “malocas”.

A matéria de 1967 e a reportagem da Revista do Globo de 1945 configuram fotorreportagens: um formato específico de matéria jornalística que correspondia um novo tipo de relação entre texto e imagem que passou a ser cada vez mais recorrente entre as décadas de 1940 e 1960 e no qual a fotografia não necessitava estabelecer uma relação estritamente dependente com o escrito. Entre os tipos de fotografias mais utilizadas pelo fotojornalismo, as duas publicações parecem compor, da mesma forma, “*pictures stories*”: séries de imagens que compõem, juntas, narrativas ou várias versões sobre algum tema, aprofundando, visualmente, frequentemente problemas sociais. As imagens das publicações têm o mesmo peso que o texto e exigiram tempo e envolvimento de seus fotógrafos, similar ao de seus redatores. Monteiro (2016, p.72) destaca que as imagens, nestes contextos, ao atender a demanda de produção do veículo de comunicação ao qual se filiam, constroem a apresentação de um acontecimento de uma forma que facilite seu consumo imediato por um público mais amplo.

Tanto em “*Miséria Organizada*” quanto em “*A nova Ilhota*” texto e fotografia funcionam como uma espécie de passeio recreativo a terras afastadas, habitadas por “moradores exóticos” que carecem de condições básicas de sobrevivência. Os dois excertos jornalísticos constroem uma visão romântica dos espaços periféricos: a natureza é destacada junto às “malocas”, os maloqueiros são descritos como abandonados e fazendo grandes esforços para conseguir ter acesso ao mínimo de dignidade, tendo sempre algum sendo descrito como preguiçoso ou indolente. Entre as palavras

escritas e as imagens colocadas, as duas reportagens descrevem estes espaços através do sentimento de melancolia, de uma tristeza romântica associada ao bucolismo da paisagem, contemplativa, que não convida à revolta e à modificação desta realidade. Uma tristeza definida principalmente pela sensação de primitivismo com que as imagens são construídas: a natureza conjugada com a rusticidade das habitações, que se confundem com o chão batido, com animais, crianças e a simplicidade dos moradores, em uma fusão que soa infantilização e ingenuidade – itens sempre destacados em oposição aos valores da modernidade da cidade, ressaltando e justificando sua não integração e, deste modo, influenciando em uma concepção colonialista destes lugares.

Imagem 10 - Malocas e maloqueiros removidos da Ilhota na Restinga na reportagem de Zero Hora de 18/05/1967



Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

A imprensa, deste modo, corroborava com a produção de um sentido que veiculava o não-pertencimento destes espaços marginalizados à urbe e, conseqüentemente, a “*não-cidadania*” ou a “*sub-cidadania*” de seus habitantes – características que inviabilizavam a reivindicação e a luta contra a precariedade imposta. Ao legitimar este discurso de não pertencimento, os veículos também sancionavam leituras racistas e classicistas da cidade, além de negar o usufruto desta pela população

mais vulnerável – destarte negavam-se seus espaços de saúde, de educação, de cultura e de lazer. Todavia, o fato destas comunidades não se integrarem totalmente aos padrões hegemônicos da cidade, não corresponderem aos ideais de vida burguesa, ocuparem os postos mais baixos na exploração do trabalho e terem sido postos às margens, não significava que tivessem deixado de pertencer a cidade:

Em resumo, do ponto de vista da natureza dos padrões de povoamento, a “marginalidade ecológica” das populações que podem admitir tal qualificação consistiria, antes de tudo, em sua deficiente integração nos padrões e *standards* de povoamento urbano que são social e culturalmente dominantes na cidade à qual pertencem (QUÍJANO, 1978, p.64).

Enquanto para Aníbal Quijano a modernização latino-americana foi perpassada por uma progressiva penetração e aceitação dos padrões e *standards* provenientes das sociedades consideradas modernas pelo alto desenvolvimento tecnológico, Doreen Massey enfatiza como, em muitos discursos sobre a modernidade, as diferenças contemporâneas são reduzidas a sequências temporais: os lugares são categorizados como estágios em uma “fila do tempo”, através da imposição de uma fase a qual devem chegar – e esta fase é ocupada pelo ponto de desenvolvimento social e tecnológico de determinadas sociedades industriais (MASSEY, 2008, p.24). Esta concepção temporal, ao ser utilizada para explicar as diferenças entre comunidades coetâneas, menospreza a multiplicidade de trajetórias e possibilidades de desenvolvimento alternativos e, ao fim, torna-se uma forma de aumentar as distâncias sociais a partir do imperativo definido posto por um único tipo de marco regulador que, se julgando universal, dissimula seu lugar enquanto produtor das medidas do mundo (MASSEY, 2008, p.111).

Dito de outra forma, Massey questiona como alguns discursos sobre a modernidade categorizam os lugares do globo a partir de uma visão hegemônica, que enxerga, como único futuro viável, para um resto, o presente de algumas sociedades burguesas, como as europeias e norte-americana. Tal visão, a despeito de sua posição autoproclamada “universalizante”, é pautada nos valores produzidos por tais sociedades, que envolvem raça, gênero, entre outras normatividades. É, portanto, uma maneira de imaginar o espaço que, conseqüentemente, afirma o constrangimento material das outras formas de imaginá-lo e organizá-lo, bem como das outras formas de estabelecer a relação das sociedades com o tempo (MASSEY, 2008, p.103). Sob as classificações que rotulam espaços como “atrasados” ou “desenvolvidos”, perpassa uma noção de progresso que legitima e naturaliza o movimento de globalização e colonização das diferenças, e institui uma recusa ao que é “fratura”, ao que é dinâmico, múltiplo e destoante (MASSEY, 2008, p.103).

Massey, com isto, não relativiza a fome ou a pobreza, mas questiona a forma como estes argumentos têm sido mobilizados através de discursos modernizantes que, muito longe de promover o bem-estar comum, defendem a *estabilização das instabilidades* – um progresso que homogeneiza e retira do espaço suas características de produto interrelacional, de lugar do encontro, de possibilidade de existência da multiplicidade (MASSEY, 2008, p.29). Desta forma, em nome do progresso, alguns discursos sobre a modernidade são transformados em formas de subjugar espaços e corpos. Por conseguinte, influenciam naquilo que é produzido sobre esses lugares: perpassam o conhecimento geográfico, urbanístico e histórico, além de determinarem a própria materialidade (e contribuem com aquilo que pode sobreviver como memória).

Os processos de modernização vêm, ao longo do tempo, produzindo e reproduzindo suas bordas: margens que, embora frequentemente silenciadas, possibilitam perceber os limites das estruturas sociais que configuram nossas sociedades, especialmente as absurdamente díspares como as latino-americanas. O exercício de observá-las e afirmar suas existências não deixa de ser, neste sentido, o ato de questionar a privação de direitos que sustentou as práticas modernizadoras e seus discursos progressistas, e que acarretou o esquecimento de outras histórias possíveis que foram vividas na cidade. E de questionar a concepção de cidade que construímos e que relega a uma grande parte desta cidade o posto de “menos cidade”, tanto em termos representativos quanto nas políticas e ações cotidianas.

Da mesma forma em que a história do mundo não pode ser apenas a história do Ocidente (MASSEY, 2008, p.31), a história da cidade não pode se resumir unicamente a história de seu “perímetro tradicional”, pois os pobres sempre nela estiveram e sempre dela fizeram parte. Até mesmo quando a cidade os rejeitava e os jogava para as bordas, eram seus atores ativos e reconstituíam-na como uma linha de frente da expansão urbana. Daí a necessidade que recai sobre a análise dos movimentos de modernização, dado que eles inferem no risco de cair nas armadilhas das concepções espaciais subjugadoras, que reduzem as diferenças a lugares temporais e espacialmente delimitados. O movimento de modernização é, por isso, uma forma de narrar o espaço, quando, reorganizando-o em muitas instâncias, impõe quem e o que deve permanecer. Estes processos, desta forma, não podem ser examinados como movimentos que atravessam um espaço liso, estático, morto ou fixo (MASSEY, 2008, p.35) – mas um “reino da configuração de narrativas potencialmente dissonantes (MASSEY, 2008, p.111)”, a fim de que a história da cidade possa ser concebida como coisa de tramas complexas, parte de dinâmicas compostas por conexões, justaposições, interações e mudanças (MASSEY, 2008, p.32).



Imagem 11 - A "antiga Ilhota" esvaziada registrada no relatório da administração municipal de 1969



Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Uma cerca corta um lugar descampado: não há “malocas”, não há gente, não há nada. O fotógrafo capta o vazio, o chão aplainado ocupa uma boa parte da imagem. Ao fundo, marcas urbanas e os morros da cidade. A fotografia aparece em uma das primeiras páginas do relatório de exercício da administração municipal do primeiro ano do mandato de Telmo Thompson Flores – um relatório carregado de informações sobre os projetos ambiciosos que o engenheiro pretendia executar como prefeito da cidade naqueles que seriam anos de milagre econômico, de repressão, de modernização intensa, de transformação de espaços e símbolos urbanos.

“*Aterro Sanitário na Antiga Ilhota*”, diagnostica a legenda da imagem, vinculando-a as ações do Departamento de Limpeza Pública. Espaço limpo, sem “malocas”, sem as pessoas que causavam mal-estar nos porto-alegrenses, agora sujeitos metropolitanos. Sombras enterradas. À Ilhota, por fim, se adicionava o adjetivo “antiga”: em 1969 a Ilhota já não pertencia ao presente, cabia agora ao passado da cidade.

Pouco a pouco agonizaria por completo. Na metade da década de 1970, as políticas habitacionais tomariam uma nova feição e, ironicamente, através do Plano C.U.R.A.<sup>37</sup>, a região se modificaria por completo. Recriava-se o lugar, homogeneizava-se o solo, *vencia o progresso*. À sua gente, outros espaços. Eram, por fim, “periferizados”.

---

<sup>37</sup> O Plano C.U.R.A. (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada) foi um programa desenvolvido pelo governo federal a partir de 1973, onde, através dos recursos do Banco Nacional de Habitação, pretendia-se recuperar regiões decadentes de centros urbanos. Para ler mais sobre o CURA em Porto Alegre, consultar: SOUZA, Anita. **Projeto Renascença: um caso de gentrificação em Porto Alegre durante a década de 1970**. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS (dissertação de mestrado). Porto Alegre, 2008.

### 3 CAPÍTULO II - ARQUEOLOGIA [DAS MARGENS]

Por volta do início da década de 2000, o sociólogo Aldovan Moraes, do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), produziu um grande levantamento de documentos e jornais a respeito dos espaços, entre condomínios, conjuntos residenciais, loteamentos, núcleos, vilas e ocupações em que o órgão municipal atua desde a década de 1950 (MORAES, 2011). Nos dois grandes volumes que o empreendimento resultou, descobre-se, entre tantas coisas, que no final do mês de outubro de 1975 o jornal Folha da Tarde noticiou que na Ilhota restavam apenas 40 “malocas”. Os moradores restantes recusavam a remoção para a Restinga por não terem recursos para bancar o transporte do bairro até seus empregos no centro. Por sua vez, no Acervo do Gabinete, o conjunto de fotografias número 0415 é datado de 30 de outubro de 1975 e traz a legenda “Prefeito visita Nova Restinga”:

Fotografia 4 – Miniaturas do conjunto 0415 - “Prefeito visita Nova Restinga” (30/10/1975, de Humberto Alencastro)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

O contato é pequeno, tem apenas sete imagens, e apresenta muitos sinais de desgaste, como manchas e alguns rasgões nas pontas. O conjunto percorre a visita de um grupo de autoridades, homens brancos cujos ternos escuros se ressaltam sobre o preto e branco fotográfico das lentes de Humberto Alencastro<sup>38</sup>. O contraste de seus corpos com a paisagem compõe uma grande imensidão

<sup>38</sup> Ver o conjunto de contatos 0415 no Anexo X no fim desta tese.

de terreno recortada pelas silhuetas das casas recém-construídas da Segunda Unidade Vicinal da Restinga. Apesar do estado sofrível do material, é possível identificar a presença de Guilherme Socias Villela, prefeito, e Reginaldo Pujol<sup>39</sup>, vereador e então diretor do DEMHAB.

Em quase todas as imagens do conjunto, o grupo de homens é enquadrado no centro da imagem, tal uma medida que afere o terreno circundante. Os homens, por seu turno, discutem-no, observam-no ou avaliam-no por um mapa. A paisagem é tomada por um grande vazio recortado pelas casas simetricamente dispostas pelo chão gramíneo. Se o cenário é bucólico e contemplativo, o eixo central de onde as autoridades são enquadradas funciona como um raio de dinamicidade. Aqui tudo conota movimento, mesmo quando é estático: são representações de homens agindo, observando e discutindo sob a paisagem das novas moradias populares vazias. É pelo gesto ordenador e autocrático deles que o vazio será preenchido pela pulsação dos novos moradores. A mensagem é direta: a ação do poder municipal racionaliza o espaço, organiza o território e enceta progresso no que é visto como estagnado.

### 3.1 AS FOTOGRAFIAS DO GABINETE DO PREFEITO

Extensamente rico e vasto, o acervo de imagens produzidas pelos fotógrafos do setor de comunicação do Gabinete do Prefeito oferece inúmeras possibilidades ao pesquisador que deseje mergulhar nas últimas décadas da história de Porto Alegre. Estes profissionais imprimiam em seus rolos de negativos as atividades dos gestores do Paço Municipal: visitas, encaminhamento de obras, acordos, inaugurações, festividades.

Através de suas câmeras, registraram fragmentos dos bastidores burocráticos de uma cidade que sofreu diversas transformações intensas nas últimas quatro décadas. Estas imagens abrem novos feixes de possibilidades sobre a história da ocupação dos espaços da cidade: inclinadas pelo olhar ordenador do poder estatal que as produz, registram cenários e personagens que talvez não se encontrem tão comumente em outros tipos de narrativas e documentos sobre a história local. Tensionadas com outras fontes e submetidas a um tratamento metodológico, as fotografias estimulam

---

<sup>39</sup> Reginaldo da Luz Pujol foi eleito por 8 vezes vereador em Porto Alegre entre 1972 e 2016 e duas vezes diretor do DEMHAB, tanto na administração Villela quanto na João Dib (1983-1085). Sua imagem política foi construída e é constantemente ativada em torno destes períodos frente ao departamento e as políticas habitacionais executadas pela Ditadura.

também, por sua vez, o exercício crítico de outras formas, sujeitos e possibilidades de imaginar a cidade, em particular os espaços e grupos menos providos com o poder de narrar e afirmar suas existências: os bairros marginalizados e seus moradores, afastados dos grandes empurrados num movimento secular para as bordas urbanas.

O objetivo deste capítulo é perceber como este acervo pode ser pensado enquanto um sistema de enunciados, de práticas que, acumuladas segundo regras determinadas, emergem enquanto *documentos que fazem do passado algo que pode ser contado*, isto é, a partir de imagens que tornam partes do passado e da cidade visíveis. Entre a organização das agendas das autoridades municipais e a necessidade de transformá-las em relatórios fotográficos, o conjunto de práticas que viabilizaram o arquivamento de imagens das áreas vulneráveis da cidade fornece um rastro de formas heterogêneas de viver uma mesma cidade.

Até o momento, estima-se que o acervo do Gabinete do Prefeito comporte quase 40 mil conjuntos de contatos, distribuídos junto com fotogramas negativos, ampliações e slides em cerca de 200 caixas. Qualquer tentativa de resumir ou generalizar tamanha quantidade pecaria grosseiramente diante de um material tão farto e interessante, principalmente quando entrecruzado com outros tipos de fontes documentais, como as levantadas por Aldovan Moraes (2011). A proposta deste capítulo, deste modo, é traçar algumas rotas possíveis, esquemas de análise e questionamentos que possam demonstrar o imenso potencial que este acervo deve vir ainda a oferecer. Ao mesmo tempo, a partir de uma amostra de conjuntos de contatos, pode se perceber os modos como a prefeitura de Porto Alegre enquadrava fotograficamente as visitas institucionais a comunidades distantes dos parâmetros da burguesia vigente por espaço e tipo de habitar.

O recorte temporal é delimitado pelos últimos cinco anos da década de 1970, o que corresponde praticamente ao primeiro mandato do prefeito Guilherme Socias Villela<sup>40</sup>. Neste período, como foi explanado no capítulo anterior, ocorreram mudanças significativas nos arranjos políticos nacionais e nas abordagens dos programas habitacionais a nível federal que, notoriamente, tiveram reflexos importantes no contexto municipal: saía a máxima do “remover para promover” outrora financiado pelo BNH, para entrar as linhas de programas como o ProGente<sup>41</sup>, que pretendiam diminuir as carências destas comunidades através de investimentos em estrutura. Por outro lado,

---

<sup>40</sup> Guilherme Socias Villela foi prefeito de Porto Alegre entre 8 de abril de 1975 e 8 de abril de 1982, o que corresponde a dois mandatos consecutivos.

<sup>41</sup> O ProGente I foi um programa implementado pela administração de Villela logo no início do primeiro mandato. O programa buscava se alinhar às novas diretrizes federais no campo da habitação popular através da implantação de melhorias e infraestrutura nas comunidades vulneráveis da cidade, ao invés de sua mera remoção.

modificaram-se as formas de poder e grupos mais próximos da ala dura militar perdiam força enquanto o MDB conquistava expressivas vitórias nos pleitos legislativos pelo país. Esboçava-se, gradualmente, novas formas de fazer política que traziam para a agenda pública brechas de debate e antigos e novos movimentos sociais denunciavam carências latentes que o autoritarismo agora tinha mais dificuldade em abafar.

Dito de outro modo, já não era possível lidar com a questão habitacional sentado em seu próprio gabinete e através de vultosas inaugurações com palanques bem distantes do cheiro dos pobres: para garantir a legitimidade dos amigos de Geisel era necessário também colocar seu próprio corpo dentro da arena política, disputando a atenção e o mando da narrativa junto aos trabalhadores. Isto parece significar que surgia uma nova demanda pela imagem do prefeito, que passava a dedicar um tempo muito maior de sua agenda percorrendo a cidade em diferentes tipos de eventos. Diferentemente das imagens arquivadas pelo período de seu antecessor, o circunspecto Telmo Thompson Flores, Villela gastou quantidades significativas de negativos sorrindo, gesticulando ou cumprimentando a população, mesmo que ela estivesse descalça e fosse moradora de um barraco.

Fotografia 5 - Miniatura do conjunto 0916 - Prefeito na Vila Tupinambá (07/07/1976, de Floriano Antonieto)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

É perceptível que a partir de 1975 multiplicam-se envelopes com legendas como “Prefeito visita”, “Prefeito inaugura”, “Roteiro do Prefeito na vila...”, “Prefeito inspeciona obras na vila...”. Em termos documentais, esta peculiar conjuntura política propiciou que uma quantidade significativa de topônimos de comunidades marginalizadas passasse a nomear os envelopes com negativos e conjuntos de contatos. Pode-se percorrer, por intermédio dos fotógrafos, fragmentos de comunidades hoje vastas, como a do Morro da Cruz ou da Vila Cruzeiro, ou mais desconhecidas, como a São Borja, a São Gabriel ou a Tupinambá.

Pode-se, deste modo, fitar fisionomias, gestos e vestes de seus moradores, observar as construções, os arranjos urbanos, a existência ou não de recursos, mas não se pode esquecer que quem faz o percurso é o prefeito da cidade: as fotografias, ao cabo, não tratam das localidades e seus agentes e sim do prefeito, da autoridade, e da visão que sua administração buscava legitimar junto às câmeras dos registros oficiais e da opinião pública. Ou seja, as imagens não dão conta da totalidade da realidade e aqui, explicitamente, nem se elas pudessem fazê-lo dariam, pois se tratam de escolhas com um sentido claro - ainda que seja possível tencionar tais escolhas e recolher os desvios que o formato folha de contato nos oferece.

### 3.2 SISMÓGRAFOS: AS FOLHAS DE CONTATO

No dia 22 de setembro de 1976, o fotógrafo João Luis Nodari registra a recepção a Villela em uma rua na Vila Nova Brasília:



Fotografia 6 – Miniatura do conjunto 1120 - “Visita à Vila Brasília” (22/09/1976, de João Ludes Nodari)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

A imagem pertence ao conjunto de contatos 1120, um conjunto relativamente grande com cerca de 52 imagens que seguem o prefeito em uma aparente longa visita a comunidade da Zona Norte e registra, com uma singular riqueza de detalhes, cenas em que Villela aparece caminhando junto aos moradores por ruas não asfaltadas e mal urbanizadas, conversando muito próximo de moradores e até mesmo adentrando espaços comerciais do lugar<sup>42</sup>. Não é possível ter certeza se a sequência de imagens é, de fato, a sequência em que se desenvolveram os acontecimentos retratados, mas a abundância e riqueza nos detalhes permitem um certo grau maior de imersão no cenário.

Aqui, talvez mais do que em outros contatos, o alto contraste do preto e do branco consegue ressaltar ainda mais as carências. Na imagem destacada, toda a composição intensifica essa impressão: cartaz e poste preenchem e traçam perfeitamente os eixos, destacando a frase “*BEM VINDO SR PREFEITO NA RUA 20*” na porção superior. A luz contrasta um pouco mais do que em outras imagens da mesma folha, indicando possivelmente que a cena tenha ocorrido em um horário

---

<sup>42</sup> Ver ANEXO XX ao fim desta tese.



mais próximo do entardecer, o que dificulta muito a identificação das feições borradas que parecem ser corpos em algumas partes da imagem. Essa parece ser outra característica importante a ser afirmada sobre pesquisas históricas realizadas sob quantidades volumosas de folhas de contato: nem sempre é possível ter uma boa apreensão da imagem pois trata-se de imagens minúsculas que não foram feitas para darem conta de detalhes. Por outro lado, as folhas de contato conseguem oferecer uma impressão geral do todo e das tentativas que atravessaram o processo da construção das imagens, uma vez que facilitam identificar os motivos que permearam a escolha do fotógrafo pela imagem que mais se encaixasse em seus objetivos.

O prefeito mal é visível na foto: sabe-se que é ele apenas pela estampa da gravata, pois seu resto está imerso na escuridão dos contrastes. A luz deixa apenas nítidos os corpos dos moradores amontoados junto ao poste, destacando principalmente as colorações claras de suas vestes. Contrapõe-se vestes e céu com os corpos, chão e material das casas e do poste, formando um certo jogo harmonioso coroado pelo olhar furtivo para a câmera de uma criança cujo corpo atua na imagem como uma continuação do poste. Seu olhar e seu vestido rodado imprimem um pouco de ternura e romantismo junto a simplicidade da paisagem. Toda a composição é organizada e eficiente: do chão sucedem-se os corpos e talvez uma cerca, destes sucedem-se algumas casas e árvores e, por fim, acompanhando a estrutura do poste, tem-se o céu e a mensagem inscrita no cartaz.

Um caminho de leitura é facilmente identificável: do povo amontoadado ergue-se a modernização representada pelo poste de luz arrematado pela homenagem ao governo provedor. Em geral, nas fotografias destas sequências é fácil identificar o prefeito dado que as câmeras costumam colocá-lo no centro das imagens, mas aqui, ainda que ele esteja próximo, é a criança que ocupa este lugar. Tal escolha não é ingênua: é a menina que, entre a pureza e a simplicidade, condensa a leitura que o conjunto de contatos quer sugerir sobre a comunidade da Vila Nova Brasília. Ela olha para a câmera enquanto seu corpo parece continuar na direção do poste que, ao fim, saúda o prefeito – e esta é mais uma imagem que mais fala sobre Villela do que sobre o lugar: ela o eleva como um redentor, um representante daqueles que levavam o progresso aos rincões esquecidos e miseráveis do Brasil; a menina, o povo adorável que espera e aclama a ação de seu benfeitor.

Segundo as informações compiladas por Moraes (2011), a Vila Nova Brasília era a as propriedades do DEMHAB que apresentava maiores carências na década de 1970, com suas “ruas e becos mal demarcados, sem calçamento e repletos de sujeira”<sup>43</sup>. Por certo, nas caixas de registros de

---

<sup>43</sup> Segundo as notícias transcritas por Moraes, a situação da Vila Nova Brasília era delicada. O autor transcreve que a Folha de Tarde do dia 13 de julho de 1976 declarava que “*logradouros são mal demarcados; logradouros não têm*

imagens do Gabinete do Prefeito essa informação encontra algum respaldo: os contatos sobre o lugar não apenas são impressionantes em quantidade, mas também pela força do registro da vulnerabilidade social que tratam.

Na visão de Cartier-Bresson, o lendário fotojornalista francês, a folha de contato se comparava com o divã de um analista ou sismógrafo<sup>44</sup>, registrando tudo o que o fotógrafo conseguia captar: como “pedra bruta, vista e nem sempre observada”, que é “lembrança, mas não memória (AVELAR, 2015)” porque, constituída de imagens isoladas agrupadas, não tem necessariamente um sentido definido e coerente, um trajeto, uma narrativa. Folhas de contato, também conhecidas como prova ou copião, são impressões analógicas do material dos rolos direto em chapas que oferecem uma primeira visão das imagens ao fotógrafo e equipe, sem que se necessite olhar um fotograma por vez. Por outro lado, as miniaturas de uma folha são submetidas ao mesmo tempo de exposição à luz, ignorando as singularidades técnicas de cada imagem e resultando em imagens muito claras ou escuras e, portanto, disformes.

De qualquer forma, os contatos atuam “enquanto fenômeno denunciador de um pensamento fotográfico em construção (SOARES; FAVA, 2017, p.35)”: formam uma sequência, aleatória ou não, com a qual o observador pode imprimir um sentido, elaborar um percurso e preencher com sua imaginação as lacunas que as fotografias não conseguem responder. Percursos que se revelam na medida em que o observador traz elementos que potencializam as imagens: memórias, documentos e ou quaisquer outros vestígios que permitem que as miniaturas nas folhas tracem novas conexões e sugiram sentidos.

“La fotografía es impactante, pero es muda (MRAZ, 2003 p.214)” e é aqui que reside o processo que cabe à pesquisa histórica: interpelá-las através de outras fontes, fazê-las aprofundar seus testemunhos sobre o passado. Perante as sequências de imagens, as folhas de contatos do Gabinete do Prefeito instauram percursos que nos levam a passear pelos passados da cidade registrados por seus fotógrafos. Tem-se pouquíssimas informações escritas sobre cada conjunto e conta-se geralmente com uma legenda, uma data e o nome do fotógrafo responsável (e às vezes o jornalista que ficou por compor a notícia para divulgá-la à imprensa posteriormente). Algumas sequências

---

*calçamento; há poças d'água e muito lixo nos logradouros*”. No dia seguinte, o mesmo jornal escrevia que “*logradouros são mal demarcados; logradouros não têm calçamento; há poças d'água e muito lixo nos logradouros*”.

<sup>44</sup> Sismógrafo é o aparelho que registra os movimentos do solo, analisando a propagação das ondas sísmicas e o epicentro de sismos. Na analogia feita aqui as folhas de contato tem um papel similar aos sismógrafos pois registram os movimentos que culminam em imagens específicas, escolhidas para representar um estrato do tempo. A tarefa arqueológica então seria de analisar esses sismógrafos, comparar seus registros e perceber as movimentações que no passado produziram um arquivo visual.

parecem lógicas, outras não tem tanta coerência, mas todas fazem suscitar muitas questões: *Como foi a chegada do prefeito naquela comunidade? Quem eram os moradores que apareceram para as imagens? O que cochicharam enquanto o prefeito falava? O que comentaram nas horas e dias seguintes do evento?*

Não faz parte dos objetivos dessa pesquisa responder tal sorte de indagações, embora elas inevitavelmente permeiem qualquer análise das imagens. Para respondê-las, seria necessário empreender um esforço considerável em localizar e ouvir as memórias dos retratados, algo que teria sido inviável para uma tese de doutorado escrita em tempos pandêmicos. Em contrapartida, o conteúdo das folhas de contato traz, por si, muitas outras questões que, entrecruzadas com o material compilado por Moraes (2011), ajudam a construir um amplo panorama do momento histórico que as originou.

Trata-se, desta forma, de escrever uma história que parta da emergência destas folhas de contato: uma história de e com imagens, uma “*fotohistória*” (MRAZ, 2003, p.203). As miniaturas são o ponto de partida desta proposta, pois traçam caminhos de pedaços de uma Porto Alegre frequentemente esquecida pelos memoriosos da ditadura: pedaços de uma periferia inchada e dilatada pelo êxodo que alimentava o sonho urbano e pelo processo de expulsão deliberada das camadas populares da região central da cidade e, nomeadamente, pedaços de uma cidade miserável, resultante do milagre econômico falido e de políticas públicas que não se preocupavam em garantir, de fato, a cidadania de uma grande parte da população.

E esta é a riqueza destes percursos que estas folhas de contato estabelecem, pois, com o objetivo de enquadrar as benesses do prefeito no lugar, as imagens acabam por registrar, junto, a paisagem, a miséria e a vida em uma Porto Alegre tão pouco fotografada - a vida e seus corpos e rostos periféricos, tão pertencentes a história da cidade quantos quaisquer outros do Menino Deus. Olhar para as imagens para apreender suas paisagens, inquerir suas gentes, observar as dinâmicas que estabelecem frente as autoridades e câmeras: escrever uma história da cidade que também fale dessas outras camadas que as imagens trazem à luz, escovar a história da modernização da cidade à contrapelo (BENJAMIN, 1987, p.225).

Fotografia 7 – Folha de contatos do conjunto 1120 – “Visita à Vila Brasília” (22/09/1976, de João Ludes Nodari)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

As sequências do número 1120 estão divididas em duas grandes folhas de contato que chegam a ter trinta miniaturas cada. Na primeira folha, a incidência do efeito da luz comum nas imagens é nítida: ao passo que as primeiras imagens estão esbranquiçadas, em outras, como na imagem cortada pelo poste, a luz não incide satisfatoriamente, deixando muitas partes não identificáveis. Percebe-se também nas bordas esquerda e inferior marcas que as más condições de armazenamento resultaram ao longo do tempo, como manchas e leves rasgões.

Em termos de conteúdo, pode-se dividir o contato em algumas partes: na primeira, o fotógrafo registra aparentemente uma movimentação de pessoas em torno de Villela; em seguida, surge uma sequência curta em que o prefeito se abaixa para conversar com um senhor sem pernas e sem cadeira de rodas e duas imagens trazem-no conversando próximo a uma senhorinha. Note-se que em todas o

fotógrafo Nodari coloca a autoridade rodeada por um círculo de moradores de modo com que o protagonismo e a motivação das imagens estejam centralizados nele. A partir do meio do contato surgem imagens que enquadram a visita por outros ângulos: ou próximos, como nas que o prefeito cumprimenta moradores junto as casas, ou mais afastadas, em imagens em que os traços das ruas ganham mais espaço e tem-se uma visão melhor dos moradores enquanto pequena multidão.

Em cada imagem não apenas muda o objeto fotografado, como também se modifica um pouco as formas de enquadramento, os arranjos, entre outras tantas possibilidades que existem entre o antes, o durante e o depois do “ato de tomada”. Ou seja, ao examinar uma folha de contato, o observador consegue não apenas reconstituir o provável caminho registrado pelo fotógrafo, como pode analisar o processo de criação que envolve e o desenvolvimento de um pensamento que recorta, enquadra, ilumina e maneja o real. Como escreve Rancière (2012),

A imagem não é o duplo de uma coisa. É um jogo complexo de relações entre o visível e o invisível, o visível e a palavra, o dito e o não dito. Não é a simples reprodução daquilo que esteve diante do fotógrafo ou do cineasta. É sempre uma alteração que se instala numa cadeia de imagens que a altera por sua vez. (RANCIÈRE, 2012, p.92).

Entre aquilo que é fotografado de fato e todas as outras possibilidades encontram-se o fotógrafo, a sua máquina, os motivos para que ele registrasse o evento, as demandas que esses registros precisam cumprir, a reação das pessoas diante da câmera, diante do prefeito e diante do fotógrafo, as reações do prefeito, as instruções de seus assessores antes, depois e durante o evento etc. Todas essas instâncias, somadas as outras tantas técnicas (a capacidade da câmera, do filme, a luz, as habilidades do fotógrafo) negociam os aspectos invisíveis daquele pouco tornado visível em uma folha de contato por mais de quarenta anos.

E mesmo naquilo que restou visível existe o recorte, já que entre as trinta miniaturas, três estão marcadas com caneta: uma tem um “N” em cor azul e duas estão marcadas com “X” de cor vermelha. Ambas as marcações são relativamente frequentes em outros contatos pesquisados, o que deixa subentendido tratar-se de códigos utilizados por aquele grupo de fotógrafos. Outros contatos carregam ainda outros sinais ou círculos e retângulos: cada tipo de marcação ou cor parece indicar escolhas feitas em momentos distintos, por pessoas diferentes ou objetivos diferentes – o “N” seria “notícia”?

Fica evidente que o estudo do processo de escolha deve ser abordado sob o ponto de vista da seleção dentro de um contexto histórico, social e artístico, e que sensações, ações e pensamentos sofrem intervenções do consciente e do inconsciente de quem escolhe e edita. Tanto as imagens selecionadas e editadas de determinada maneira em uma certa época, quanto as imagens não escolhidas, podem ter potencial expressivo, de qualidade técnica e de



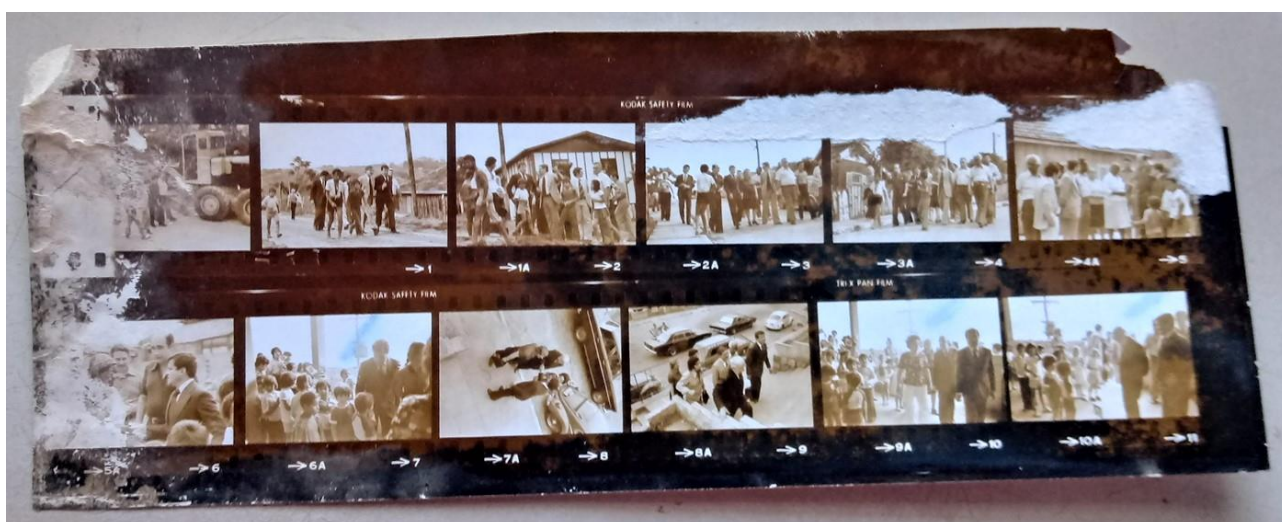
conteúdo, e se tornarem passíveis de outros usos a posteriori (SPINELLI; PFUTZENREÜTER, 2016, p.145).

De qualquer forma, as imagens não foram pensadas para serem exibidas como aqui estão, juntas na folha de contato, e sim isoladas, recortadas e redistribuídas entre narrativas de jornais, documentos ou material publicitário institucional. Lado a lado, em sequência, elas conversam outras coisas entre si, permitindo que seus arranjos sejam desconstruídos e sejam reveladas algumas lógicas que precederam o instante cristalizado. Cada imagem do contato é um lance de tempo transformado em luz sob o negativo e cada tipo de marcação representa as escolhas posteriores dadas em cima desse material; escolhas com razões e objetivos distintos à época, e são ainda mais distantes das que agora trago nesta tese, quarenta anos depois – e apesar de tantas distâncias, compartilho o gosto do editor que marcou o com um X vermelho a fotografia do poste.

### 3.3 MARGENS VISÍVEIS

Ao contrário do conjunto 1120, a folha de contato 1177 é exígua: são apenas doze miniaturas distribuídos entre duas fileiras de um minguado pedaço de papel cujo péssimo estado das bordas compromete parte das imagens.

Fotografia 8 – Folha de contato do conjunto 1177 - “Prefeito nas Vilas MAPA e CEFER” (14/10/1976, de Octacílio Freitas Dias)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

As miniaturas narram, de forma muito mais resumida, uma visita do prefeito as vilas MAPA e CEFER, duas comunidades da zona leste da cidade. A folha não precisa a localidade exata de cada imagem, mas se presume que as primeiras sejam de algum ponto de obras da MAPA, vila mais próxima do que seria chamado de “zona rural”, e as últimas, em uma escola rua asfaltada e automóvel, fossem no CEFER.

As únicas informações restantes são que as imagens foram tiradas em 14 de outubro de 1976 por Octacílio Freitas, contratado pela prefeitura desde o início do mandato de Guilherme Socias Villela como técnico de Comunicação Social e repórter fotográfico. Octacílio permaneceu no Gabinete do Prefeito até se aposentar, em 2008 e pertenceu a última leva de fotógrafos que aprendeu o ofício de forma autodidata, antes da profissionalização e chegou a trabalhar no Jornal do Comércio, na Revista do Globo e na Companhia Jornalística Caldas Júnior. A respeito de como era acompanhar Villela nas visitas, disse:

Eram 4 ou 5 fotógrafos, depende do horário. Aí o que tava na hora, o fulano ia lá. Cada um escolhia e fazia a pauta. Ia acompanhar o prefeito. Ia no carro da redação um repórter. O prefeito ia no carro oficial, com o segurança. Nós só acompanhava, descia e acompanhava o prefeito. As pessoas só pediam. Tem uns que se rebeldiam, que reclamavam demais. (Entrevista cedida pelo fotógrafo Octacílio Freitas, em 28 de outubro de 2019).

Na documentação levantada por Aldovan Moraes (2011), as únicas informações pertinentes são duas notícias do jornal Folha da Tarde: uma primeira, de 21 de outubro de 1976, afirmando que recém teria sido concluída a rede de abastecimento de água da Vila Mapa, e uma outra do dia 25, de igual mês e ano, afirmando que partes da vila ainda eram abastecidas por poços artesianos (MORAES, 2011). Pode-se supor, assim, que a visita do prefeito teria o objetivo de vistoriar esta situação, transmitindo a ideia de que a administração municipal estava resolvendo a questão ao lado da população – uma hipótese que ganha muita força quando entendemos que as eleições para o legislativo da cidade ocorreriam em menos de um mês, no dia 15 de novembro. Portanto, depreende-se que a visita ocorreu em um momento em que os setores governistas estavam em plena campanha eleitoral de seus correligionários, dado que uma vitória ajudaria a manter a imagem de “legitimidade” que os governos militares buscavam passar. Em Porto Alegre, um dos principais candidatos da Arena de Villela era o seu diretor do DEMHAB, Reginaldo da Luz Pujol, que não por acaso aparece em quase todos os fotogramas do contato 1177:

Fotografia 9 – Miniatura do conjunto 1177 - “Prefeito nas Vilas MAPA e CEFER” (14/10/1976, de Octacílio Freitas Dias)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Restos de papel raspado comem as bordas superiores do sexto fotograma do contato em cor sépia. A imagem enquadra um grupo de adultos em diálogo e vê-se no centro uma senhora negra com um lenço amarrado sobre a cabeça e uma expressão de quem inquirir seus interlocutores de roupas formais. Compõe o fundo da imagem uma casa simples de madeira, não muito diferente das outras que aparecem em fotogramas do mesmo conjunto. Três crianças chamam a atenção no canto direito: um menino negro de camiseta clara e shorts curto olha para o fotógrafo, ao mesmo tempo que o mais novo aparenta estar impressionado com algum diálogo da senhora e das autoridades. Ao lado deles, um homem careca alto, Reginaldo Pujol, e outro baixinho de terno e gravata, Guilherme Socias Villela.

Pujol era vereador em Porto Alegre desde 1973 e foi alçado diretor do DEMHAB pela gestão de Villela em 1975. Sua posse marca o início da transformação das orientações do órgão: em consonância com as novas orientações das políticas nacionais, foram criadas políticas públicas com o objetivo de melhorar as condições das comunidades vulneráveis, em contraste com a mera aplicação do lema “remover para promover” aplicado pelo período anterior. À nível local, a articulação entre Villela e Pujol resultaria no Pró-Gente, programa que “visava manter as vilas no espaço em que se



encontravam, a partir do qual várias foram dotadas de infraestrutura e melhorias nas condições urbanísticas (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, PMPA, 2009, p.33)”.

Entre vários outros indícios, o Pró-Gente foi uma das políticas públicas assumidas pela prefeitura municipal que materializavam as novas diretrizes que emanavam desde os círculos do governo Geisel e serviam como uma forma de renovar a imagem do regime, incorporando alguns setores que gradualmente começavam a sentir os sintomas da grave crise econômica que arrebataria o país durante os anos oitenta. Através destas novas diretrizes, se esboçavam ensaios de diálogo e negociação, que passavam pela cooptação de lideranças dessas comunidades e pelos votos nos pleitos parlamentares.

Dito de outro modo, as eleições se tornavam um momento chave para medir a popularidade do governo e planejar as ações subsequentes, de maneira que fossem assegurados os interesses dos grupos no poder. Não foi à toa que Pujol foi o vereador da ARENA mais votado em Porto Alegre, totalizando 14.914 votos e perdendo, no número total, apenas para Ibsen Pinheiro, do MDB<sup>45</sup>. Sua vitória representava não apenas uma vitória do prefeito e do regime que o sustentava, mas também das novas estratégias utilizadas para angariar o apoio das classes populares.

Não era mais possível, nem desejável, ignorar as periferias da cidade: elaboravam-se projetos que as incluíam nas demandas do município, fossem através de leis, projetos ou imagens. Certos lugares deixavam de ser apenas pautas em sessões cansativas da Câmara de Vereadores ou cenários das páginas criminais dos jornais e regularmente passavam a ser parte da agenda do prefeito. Periferias que mal-acabadas, distantes e abandonadas tornavam-se alvo da atenção estatal e de visitas periódicas de suas autoridades. Depois de décadas em um processo de crescimento e invisibilização, as margens faziam-se visíveis diante das novas conjunturas dos donos do jogo do poder, que agora ousavam até ouvi-las diante das câmeras de seus fotógrafos.

Dessas novas demandas, comunidades inteiras passavam a ser registradas imagneticamente: a miséria era transformada em matéria comum da cidade, sujeitos que até outrora eram apenas habitantes das margens passavam a ser tratados como “cidadãos”, tão, ou quase tão pertencentes à cidade quantos quaisquer outros. Era um novo contexto que alterava aquilo que era considerado parte

---

<sup>45</sup> Ibsen Vallss Pinheiro obteve 16.119 votos, de acordo com o site do TSE. Tanto os números de Ibsen como de Pujol podem ainda ser considerados expressivos para os dias de hoje, se pensarmos que os vereadores mais votados da cidade em 2020 tiveram um número parecido de votos. Fontes: [https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais-1976-porto-alegre/rybena\\_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais-1976-porto-alegre/at\\_download/file](https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais-1976-porto-alegre/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais-1976-porto-alegre/at_download/file) e <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2020/noticia/2020/11/16/veja-os-vereadores-eleitos-em-porto-alegre.ghtml>

de um lugar: incluía-se também os filhos das “malocas”, do êxodo rural, os expulsos pela gentrificação. A cidade se expandia como arquivo visual.

As imagens arquivadas do Gabinete do Prefeito na Fototeca Sioma Breitman compreendem um período que começa no início dos anos 1960 e vai até pelo menos a última administração do Partido dos Trabalhadores, em 2005. Não se tem notícias sobre o paradeiro de fotografias do tipo de períodos anteriores, provavelmente vitimadas dos acasos do tempo. Conheci-as em um momento que buscava delas enxergar as transformações que Porto Alegre havia sofrido durante os anos da Ditadura. Queria conhecer os outros tipos de marcas que esse período deixou na cidade: os sintomas da feiura, a rigidez do brutalismo, a fuligem dos ônibus que substituíam os bondes e o fim nostálgico de uma cidade provinciana que queria ser metrópole. Sabia que o cinza dos viadutos se mesclava e fazia parte do nevoeiro que cobria a política da cidade (e do país).

Contudo, a pergunta que guiou o projeto que resultou nesta pesquisa atravessa a experiência empírica que a historicidade das imagens do Gabinete constroem: observei a cidade do segundo mandato de Loureiro da Silva, cheguei a encontrar um negativo de Sereno Chaise com Paulo Freire dias antes do golpe militar e de sua cassação, mergulhei nas sutis transformações de espaço e de discurso de Célio Marques Fernandes e adentrei no mundo do concreto de Telmo Thompson Flores, com seus ônibus, viadutos e fotos oficiais. Quinze anos de imagens concentradas em espaços que eu, moradora da região central quarenta anos depois, conheço bem: espaços que a historiografia e a memória local consolidaram como a resposta possível para uma cidade tão vasta.

A situação se transformou significativamente quando comecei a abrir as primeiras caixas com o material da administração Villela: uma cidade muito mais ampla, imensa e diversificada aparecia nas folhas de contato, com ruas com vários tipos de contornos, habitações de diferentes tamanhos, pessoas de várias cores, tamanhos e classes. As caixas forneciam a experiência de mergulhar em uma cidade fendida, preta de contrastes e abismos. Imagens que tencionavam as certezas com quem muitos conjuraram as memórias sobre o período, porque não apontam para a glória dos arranha-céus e da grande avenida perimetral, mas sugerem o poço de lama, as crianças descalças, a casa de madeira frágil. Ainda que tenha sido construído sob a vigilância dos donos da situação, uma certa conjuntura específica possibilitou que fossem produzidas e arquivadas fotografias que revelam fragmentos dessas “outras cidades” que convivem sob o mesmo perímetro urbano de Porto Alegre, e quebram o senso comum, muito bem difundido à época, de que a Ditadura foi uma época de prosperidade. Elas questionam, mesmo sem a intenção de fazê-lo: *prosperidade para quem?*

Porto Alegre é uma cidade notoriamente segregada tanto em termos socioeconômicos quanto raciais: não é de hoje que pesquisadores denunciam a “existência de regiões bem delimitadas quanto ao nível de renda”, pois “nas zonas mais afastadas do centro de Porto Alegre concentram-se a população de mais baixo rendimento, ao passo que quanto mais próximo da área central, maior é o rendimento médio da região (SANTIN; CUNHA, 2007, p.215)”, e “que a população da cor ou raça ‘preta’ é inversamente proporcional ao rendimento nominal (POLIDORO; DEMICHEI, 2014, p.7)”. Ainda assim, prevalecem até hoje discursos que a exaltam enquanto cidade branca e rica através de uma adaptação frágil, mas potente do “*american way of life*” com açorianos, italianos e alemães. Esses discursos se entranham não só nas imagens que são vendidas da cidade, mas também no cerne das políticas públicas: bairros inteiros postos no esquecimento, aumentando o abismo entre tantos fragmentos da cidade. Isso sem contar nas figuras que são homenageadas nos espaços públicos, combinando uma impressionante ausência de representatividade com a adulação de figuras históricas escravagistas.

Fotografia 10 - Miniatura do conjunto 1177 – “Prefeito nas Vilas MAPA e CEFER” (14/10/1976, de Octacílio Freitas Dias)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Chão batido, horizonte de mato e vegetação baixa, terra remexida e barranco no lugar de paralelepípedo, casas de material simples, cerca de madeira e um poste. A segunda foto do contato 1177 é um exemplo destes mergulhos que as imagens do Gabinete de Villela suscitam: pelas lentes do fotógrafo caminhamos por uma rua não asfaltada da Vila Mapa com alguns garotos e autoridades. Um dos garotos é magro, negro e alto, veste uma camisa branca desbotada, shorts, um colar que reluz na fotografia e os pés descalços.

Comum a outras fotografias do tipo, o cerne da imagem é o contraste entre os corpos que ocupam o centro da foto: o colarinho branco das autoridades, homens brancos adultos, e a simplicidade dos garotos da comunidade. Eles acompanham a comitiva do prefeito em pelo menos mais três fotos do contato, algo que também ocorre em outras folhas de contato e trazem um aspecto de ludicidade e inocência às imagens: dado que estas visitas deveriam causar comoção e empolgação nas comunidades, as crianças revestem um momento político e burocrático em um acontecimento recreativo ao acompanhar as autoridades. Suas existências perante a câmera e, principalmente, as suas faltas de domínio dos códigos sociais, a expressividade e espontaneidade de seus gestos subvertem e escancaram o jogo político que se tece ao redor – além de, inevitavelmente, provocarem-nos sobre o seu futuro e o futuro daquela comunidade.

A experiência do arquivo e no arquivo foi sensível: muitas imagens arquivadas dos anos sessenta e do início dos anos setenta condiziam com às que eu imaginava encontrar e com os espaços que eu me acostumei que representassem a cidade. Eram versões curiosas (e às vezes monótonas) do passado de uma história já conhecida, já escrita pela historiografia e já narrada pela memória popular: com raras exceções as imagens registram outros espaços e atores que também existiam e sentiam o intenso processo modernizador urbano do período. Diferente disto, o conteúdo das caixas a partir de 1975 muda de tom e o que eu entendia sobre os espaços da cidade não era o que as imagens do acervo me mostravam: coexistiam nas mesmas caixas imagens do Moinhos de Vento e da Bom Jesus, diplomatas uruguaios e líderes comunitários. Ainda que não fosse um objetivo deliberado dos seus executores, uma perspectiva de cidade mais ampla, menos homogênea se tornava visível.

### 3.4 ESTRATOS ARQUIVADOS

O governo Villela parece ter produzido quantitativamente muito mais imagens que seus antecessores e, obviamente, essa produção responde, de forma direta, ao estado do desenvolvimento tecnológico de sua época, dado que na segunda metade dos anos 1970 os equipamentos fotográficos

já estavam consideravelmente mais leves para atravessarem várias vezes a cidade. Por outro lado, os governos militares ficaram conhecidos pela afirmação de práticas tecnocráticas e pelo estabelecimento de uma modernização do tipo autoritária e conservadora que, renovando as funções públicas e incentivando a aquisição de novos equipamentos e técnicas, tentava reduzir o atraso do país em relação às potências capitalistas, ao mesmo tempo que mantinha as estruturas que beneficiavam uma parcela ínfima da população.

As imagens do acervo são burocráticas e descrevem as atividades da administração municipal, centrando-se principalmente nas atividades executadas pelo prefeito. Tais práticas já eram perceptíveis nos arquivos do início da década de 1960 e tendem a se especializar e acumular até o início da administração de Villela. Tem-se um pouco de tudo nas muitas caixas abrigadas no sótão do Museu de Porto Alegre: alguns registros fotográficos que serviriam como estudo para futuras obras, registros de funcionários executando estudos de obras e vistorias (por vezes acompanhados de autoridades, como prefeitos e secretários) ou edificações em processo de patrimonialização: muitos encontros oficiais do prefeito com autoridades políticas, militares, representantes da sociedade civil e diplomatas; celebrações; inaugurações e, claro, as visitas que o prefeito realizava. A quantidade de imagens é imensa e não foi, nem deveria ser, o objetivo deste trabalho realizar tal levantamento, ainda que seja possível afirmar que o prefeito está presente em grande parte delas. A própria quantidade e natureza sugere que as fotografias tinham múltiplos destinos, tal qual afirmou o senhor Octacílio Freitas em conversa para esta tese: faziam parte do material destinado à imprensa, assim como ilustravam os inúmeros relatórios que tal administração, cada vez mais especializada, redigia.

Foi uma tarefa difícil definir um recorte diante deste mar de imagens. O objetivo era explorar esses fragmentos tão pouco fotografados da cidade que viraram uma temática comum a partir de 1975, mas era preciso definir, em primeiro lugar, um corte temporal. Guilherme Socias Villela foi prefeito de Porto Alegre por dois mandatos, entre abril de 1975 e abril de 1979 e entre abril de 1979 e abril de 1983. Ainda que sejam contínuos, os dois mandatos pertencem a conjunturas distintas de um processo acelerado e inconstante de mudanças políticas, econômicas e sociais. Enquanto o primeiro mandato esteve diretamente associado com o desenvolvimento e reorientação de pautas ditadas por seu antecessor (como a reestruturação da malha urbana, a continuidade das unidades vicinais da Restinga, a renovação das políticas habitacionais, o desenvolvimento das discussões sobre o patrimônio da cidade, entre tantas), o segundo parece se relacionar mais com as demandas que estariam mais presentes nas discussões dos anos oitenta (o pluripartidarismo, a rearticulação e movimentação de grupos sociais, as eleições diretas para governador e a intensificação da crise econômica).

Na medida que as imagens da década de setenta chamavam mais minha atenção, pesa em cima do ano de 1979 várias camadas de significado: enquanto a nível nacional ele simbolizou o fim do bipartidarismo e a Lei da Anistia, em Porto Alegre, trouxe a promulgação do 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, resultante das discussões e transformações consumadas na cidade nas duas décadas anteriores, quando o primeiro plano diretor havia se tornado lei. Dito de outro modo, a promulgação do 1º PDDU condensava e atualizava as experiências e projetos do poder público diante do planejamento de uma cidade que em vinte anos não apenas quase havia dobrado de tamanho<sup>46</sup> como também desde 1973 era oficialmente reconhecida pelo governo federal parte de uma das oito regiões metropolitanas do país (VIEGAS, 2006, p.92). Assim, em 1979, o governo Villela através do PDDU traçava uma cidade do futuro, ao mesmo tempo que escolhia seu passado e criava o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Outro parâmetro foi necessário estabelecer: os conjuntos de contatos escolhidos deveriam ter, ao menos na maioria das miniaturas, simultaneamente registros das paisagens das comunidades e dos moradores. Ou seja, eram descartados conjuntos produzidos majoritariamente em espaços internos, sem pessoas ou apenas com autoridades, pois desta forma não seria possível visualizar a interação dos moradores em seus espaços quando visitados pela comitiva municipal. Com tais pontos, surgiria o mais pesado: como escolher as comunidades, dentre tantas as que foram arquivadas pelo Gabinete do Prefeito? Importante salientar que o ideia inicial era formar uma grade de dados que colocasse os modos como as imagens foram construídas em perspectiva: em primeiro lugar, pensá-las enquanto um modo de arquivamento das periferias da cidade; e depois, as formas como elas enquadram a paisagem, os sujeitos e as estratégias, através da elaboração de descritores icônicos e formais, e, ao fim, reorganizá-los em séries que formam padrões, inspirados na metodologia proposta por Lima e Carvalho (1997).

Na escolha, pesaram tanto a qualidade e a quantidade de imagens, e um tanto a localização com um pouco de aleatoriedade, de modo com que pudessem formar uma amostra suficiente comparativa que traçasse um panorama geral deste tipo de produção de fotografias que foi resultado de fatores históricos específicos em Porto Alegre na metade dos anos setenta. Ainda assim, faz-se importante destacar que o acervo é muito maior do que as imagens arroladas e que novos olhares podem e devem trazer novas compreensões sobre o fenômeno. As comunidades escolhidas foram a Vila Nova Brasília, localizada na zona norte da cidade, a Restinga, no extremo sul, a MAPA, da zona

---

<sup>46</sup> Segundo o IBGE, Porto Alegre tinha 272.232 habitantes em 1940, 394.151 em 1950, 641.173 em 1960 e em 1970, 903.175. No início da década de 1980, a cidade já possuía 1.158.709 habitantes. Cf: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6> (acesso em janeiro de 2023).

leste e a Batista Xavier e a São José, na zona leste também, mas mais próximas a região central. O mapa abaixo indica as comunidades escolhidas:

Imagem 12 - Mapa de Porto Alegre e comunidades da amostra



Fonte: elaborado pela autora



Ao todo, foram arrolados 21 contatos, que contabilizam 488 imagens dispostas em miniaturas.

Tabela 1 - Total de imagens, conjunto de folhas de contatos e comunidades

TOTAL DE IMAGENS		
Nova Brasília	5 conjuntos de folhas de contato	171 imagens
Restinga	7 conjuntos de folhas de contato	143 imagens
MAPA	5 conjuntos de folhas de contato	73 imagens
Batista Xavier	2 conjuntos de folhas de contato	70 imagens
São José	2 conjuntos de folhas de contato	39 imagens
Total	21 conjuntos de folhas de contato	488 imagens

Fonte: elaborado pela autora

Alguns conjuntos de folhas de contato possuem mais de uma folha, outros, como o 1177, apenas uma, mas em todos a maioria das imagens registra cenas exteriores que articulam a paisagem das comunidades com seus moradores e as autoridades municipais.

A Restinga e a Vila Nova Brasília possuem a maior quantidade de imagens e isto foi algo notório desde o primeiro contato com as caixas. Pode-se especular duas razões: a Restinga era, e ainda é, um dos maiores projetos habitacionais de Porto Alegre e umas das grandes soluções que o regime oferecia aos fastidiosos debates sobre a questão urbana nos anos setenta. Por conseguinte, suas zonas vicinais foram fartamente registradas pelas câmeras da prefeitura, por vezes mais durante as execuções de suas obras do que quando já habitada. A Vila Nova Brasília, por sua vez, além de ser considerada uma das áreas mais carentes do município, fazia divisa com a Vila Respeito, tida como desafiadora por ser dominada por traficantes e por conseguir organizar e engajar a comunidade contra as ameaças de remoção que transitavam na justiça nesta metade dos setenta. Uma ao norte, quase no limite do município com Cachoeirinha; a outra no extremo sul: duas comunidades com histórias muito distintas, mas representativas sobre as formas como a ocupação urbana foi tratada na cidade.

A escolha dos vinte e um conjuntos de contatos teve por objetivo definir uma quantidade suficiente de imagens que funcionasse como uma amostra do farto material sobre a história das periferias de Porto Alegre que compõe o acervo, particularmente no período da administração de Socias Villela. Ao escolhê-las como um recorte deliberado, mas também aleatório, perpassa a ideia de pensar as imagens de forma arqueológica, isto é, pensá-las em quanto material que foi produzido em condições históricas específicas e que subsiste graças a outros contextos também singulares mas



também relacionados. Joga-se dentro desta perspectiva a própria casualidade que compõe as trajetórias das folhas de contato enquanto materiais, afinal, entre aquilo que foi produzido nos anos setenta e o que restou interpõem-se pequenas intermitências, entre acasos, gostos, coincidências e sobrevivências às intempéries, ao pó, ao mofo e a destruição humana.

Analisar as amostras dentro de uma perspectiva arqueológica possibilita apreender o acervo a partir da “[...] sua própria irrupção no lugar e no momento em que se produziu, para reencontrar sua incidência de acontecimento (FOUCAULT, 1987, p.140)”. Cabe reafirmar que tal como a amostra não deixa de ser uma escolha arbitrária, a própria constituição do acervo do Gabinete também o é, pois retira as imagens de suas primeiras funções para reagrupá-las e transformá-las em outra coisa: em um material arquivado por um museu. Afinal, não me parece que os fotógrafos da prefeitura produziam as imagens com o objetivo na cabeça de transformá-las em folhas de contato que seriam encaixotadas por décadas, e sim cumprir as demandas imediatas que as equipes do município solicitavam no momento. Ainda assim, ao executar o ato, os fotógrafos constituíam um material que, ao ser arquivado, convertia o que foi visto, interpretado e transformado em fotografia em algo do qual se pudesse falar sobre no futuro – isto é, em um passado que pudesse ser acessado, narrado, historiografado ou lembrado.

Ou seja, pensar arqueologicamente as imagens arquivadas do Gabinete é compreender cada uma por uma perspectiva que leva em conta os possíveis elementos que as antecedem em relação aos quais se situam, mas que também tem a potência de reorganizar e redistribuir relações novas resultantes de seu lugar enquanto elemento de um arquivo. Tais configurações Foucault nomeia de campo. Com relação ao enunciado, isto é, o elemento arquivado que tem a potência do significado, o campo

[...] constitui seu passado, define, naquilo que o precede, sua própria filiação, redesenha o que o torna possível ou necessário, exclui o que não pode ser compatível com ele. Além disso, coloca o passado como uma forma que se pode modificar, como matéria a transformar ou, ainda, como objeto de que se pode falar (FOUCAULT, 1987, p.143)

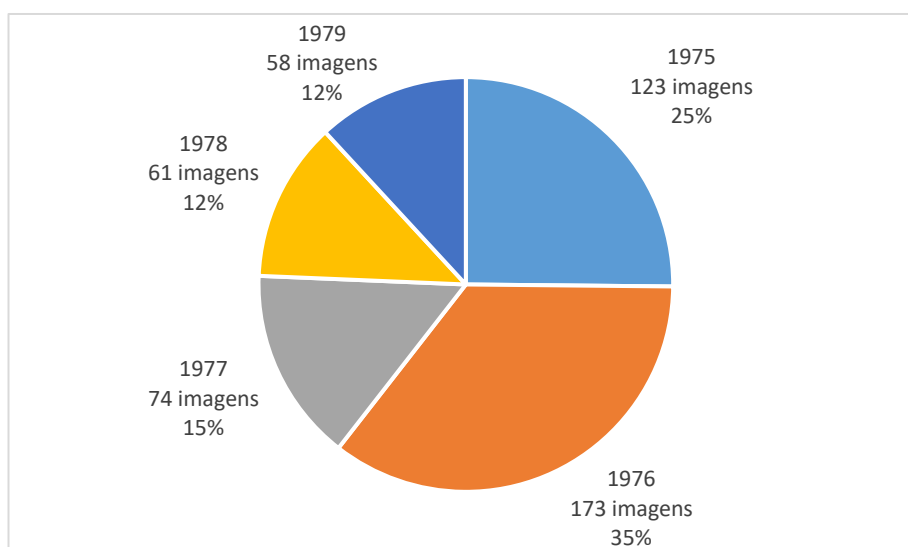
Para tal, o autor convida que sejam examinadas as normas específicas que permitem a agrupação dos elementos enunciados, ou melhor, que sejam examinadas as regras que constituem a acumulação: um acúmulo, para Foucault, é o espaço de uma dispersão (FOUCAULT, 1987, p.12), a fatia acumulada de objetos em um período de tempo. Podem ser acessados com a mesma lógica que faz um arqueólogo acessar um estrato geológico: todas as coisas que se situam em uma determinada faixa de terra ali estão por regras e casualidades que pertencem a um determinado contexto. Cada

estrato, isto é, cada acúmulo comporta um tipo de história “[...] uma forma de dispersão no tempo, um modo de sucessão, de estabilidade de reativação [...] (FOUCAULT, 1987, p.147)”, um formato “que lhes pertence particularmente, mesmo se estiver em relação com outros tipos de história (FOUCAULT, 1987, p.147)”.

É por estes espaços de dispersão que é possível falar do passado: pensar nos vestígios de um período como resquícios acumulados embebidos em um contexto, ou melhor, em regras específicas de acumulação. Ao historiador cabe a tarefa de trabalhar sob esse caldo e transformá-lo em outra coisa, dando-lhe a distinção de passado. Trata-se, pois, da História pensada a partir de rupturas, de descontinuidades, cujo objetivo é apreender o contexto que permite e propicia a irrupção dos vestígios (FOUCAULT, 1987, p.140). E para tal, o exercício arqueológico reivindica a descrição pormenorizada da constituição desta dispersão: o estabelecimento dos documentos em um corpo coerente e homogêneo e um princípio de escolha, a especificação de um método de análise, a circunscrição de conjuntos e subconjuntos resultantes e, assim, a prescrição das relações que se apresentam como subjacentes deste complexo (FOUCAULT, 1987, p.13).

Esse é o exercício que também será feito no próximo capítulo. Para tanto, foi criado um formulário com vinte e oito questões que perpassavam tanto aspectos de identificação das imagens quanto características formais e icônicas. Todas as 488 miniaturas distribuídas em 21 contatos foram analisadas. A respeito do ano de produção das imagens, obteve-se o seguinte gráfico:

Gráfico 1 - Quantidade da amostra por imagens por ano



Fonte: elaborado pela autora

O gráfico expressa o que a experiência empírica deduzia: a quantidade de imagens produzidas entre os anos de 1975 e 1976 foi significativamente maior que a dos anos posteriores. Submeter cada miniatura ao formulário foi importante para poder estabelecer e comparar a produção de imagens e a produção de folhas de contatos, pois, em razão da existência de tamanhos de folhas díspares, um conjunto pode corresponder a um número maior de imagens que vários conjuntos somados. Tal não foi o caso aqui: ao compararmos a quantidade de conjuntos por ano e a quantidade de miniaturas pelo mesmo critério, obteve-se uma relativa diminuição progressiva ao longo dos cinco anos do primeiro mandato de Villela. Isto é, a análise por conjuntos de folhas de contato e a análise da quantidade de miniaturas indicam que entre foram produzidas entre 1975 e 1976 mais da metade do total das imagens selecionadas do Gabinete do Prefeito.

### 3. 5 IMAGENS COMO RELATO

A produção elevada de imagens no período remete, mais uma vez, ao singular contexto político que o Brasil se encontrava. O general Ernesto Geisel assumira a presidência do Brasil em março de 1974, sucedendo o Emílio Garrastazu Médici e o fim de um período de investimentos internacionais e petróleo barato. A crise internacional fez elevar os preços do combustível fóssil e dos juros internacionais e a economia brasileira, dependente de ambos, começou a entrar em crise. A escolha indireta de Geisel para a sucessão representava a saída dos militares linha dura e o retorno da linha castelista no comando da ditadura, buscando novas formas de institucionalização do regime e estratégias que equilibrassem as políticas sufocadas pela crise. Para manter a legitimidade, em queda, investiu-se significativamente em propagandas que construía uma imagem favorável do governo (FREITAS, 2020, p.104), insistindo na ideia de que se cumpria a maior promessa dos golpistas de 1964: garantir a soberania e promover o desenvolvimento nacional.

Freitas (2020, p.104) aponta que o período em que mais se investiu em cinejornais da Agência Nacional foi durante o governo Geisel. Ao lado da continuidade com as práticas de repressão dos movimentos sociais e a negação do dissenso, o governo de Geisel reafirmava a lógica de uma modernização do tipo conservadora que “também passava pela requalificação das representações sobre o papel dos trabalhadores no desenvolvimento nacional (MAIA, 2017, p.281)”. Os cinejornais, pequenos filmes noticiários que eram exibidos antes dos longas-metragens nas salas de cinema, funcionavam como o principal órgão de publicidade da administração federal entre o golpe e 1979.

Segundo Freitas, os cinejornais do período deixam visível uma certa oposição entre a crise e a ideia de um governo que apoiaria os trabalhadores, dado que as imagens se preocupariam em apresentar o presidente em contato com a população fossem em celebrações, comemorações cívicas, ou entregas de obras e títulos de posse ou casas populares. Nessas ocasiões, segundo a autora, o general presidente aparecia em um nível de proximidade que o diferenciava dos governos anteriores e seria uma das grandes características de sua imagem pública:

Cerimônias de entrega de títulos de posse ou de casas populares foram recorrentes durante a conjuntura. Em tais eventos, a aproximação com as pessoas ocorria em proporções menores, porém, com um contato mais direto. Percebemos essas ações como estratégias para difundir a representação otimista da ditadura em regiões de baixa renda e, em alguns casos, distantes dos centros urbanos (FREITAS, 2020, p.109).

Comparando com outros períodos do regime, Freitas identificou mudanças no padrão dos cinejornais do governo Geisel, frequentemente retratado como um ator político popular e familiar, pois também de forma regular aparecia junto à mulher e à filha. As conclusões que a autora chega denotam muitas convergências entre o modo como Geisel e o prefeito de Porto Alegre são retratados: em ambos a personalização do regime passa pela ideia da figura do líder como alguém empático e capaz de dialogar com a população, bem como um chefe de família responsável e laborioso. E, sobretudo: em ambas as situações, a construção da imagem política se dá através da inserção dos trabalhadores continuamente, mas sem significar fossem tratados como agentes políticos – são colaboradores do espetáculo do progresso, não protagonistas, apenas coadjuvantes tutelados.

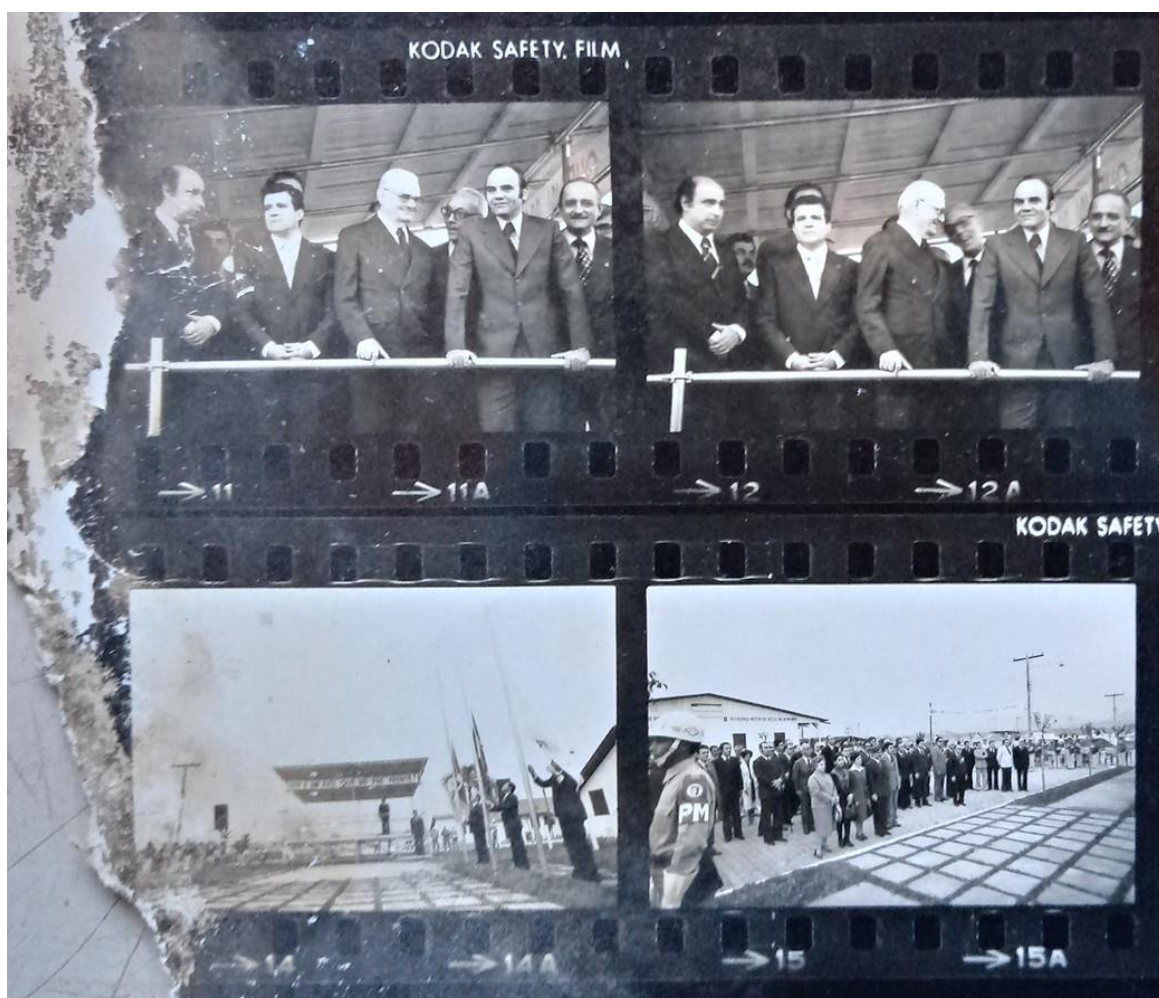
Estas parecem ser algumas das premissas na construção de imagens públicas diante do jogo político que se organizava na segunda metade dos anos setenta. Ademais, a relação entre o regime e os setores populares foi influenciada pela redefinição das políticas públicas de habitação popular ocorridas durante o governo Geisel, de caráter reformista. Entre as políticas públicas desenvolvidas a nível federal destacam-se o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), instituído em 1975, para incorporar o número de famílias inseridas no antigo PLANHAP (Plano Nacional de Habitação Popular), com precária ou instável inserção no mercado de trabalho; o Financiamento de Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria de Habitação de Interesse Social (FICAM), de 1977, que incentivava a autoconstrução como outra possibilidade aos programas convencionais, abrangendo pessoas com menos renda que programas similares de financiamento individual; e o Programa de Erradicação de Subhabitação (PROMORAR), já em 1979, versão mais acabada das novas diretrizes que visavam intervir, e não remover, nos núcleos habitacionais carentes.

A nível local, por outro lado, entre 1965 e meados da década de 1970 o número de remoções não cessou de crescer: marcaram esse período as remoções das vilas Teodora, Marítimos, Santa Luzia e Ilhota, dentre as mais famosas que, instaladas junto ao perímetro urbano central, foram deslocadas para as bordas da cidade. Em 1972 o DEMHAB realizou um levantamento socioeconômico das habitações carentes do município e concluiu que existiriam cerca de 105.833 pessoas habitando núcleos precários ou irregulares, chamados pelo documento de “malocas”. O ano de 1975 marca, por sua vez, a conversão dessas políticas com a implantação do Programa Pró-Gente na administração Villela, que tinha por objetivo canalizar os recursos do BNH afim de desenvolver melhorias em loteamentos e habitações vulneráveis, assim como também desenvolveu um projeto para o reassentamento das vilas.

A questão habitacional foi extremamente fulcral para a legitimação da Ditadura Civil-Militar. No redesenho constante de políticas públicas sob um país que se urbanizava rapidamente, o Estado se transformou, através do BNH e do Sistema Financeiro de Habitação, em agente decisivo na produção, emissão e regulação habitacional nacional. A promessa da casa própria foi um dos anseios cardeais que conduziram a legitimação do regime e a maneira como ele se inseriu na memória popular. Segundo Maricato (1987, p.15), entre 1970 e 1980 cerca de 6 milhões de domicílios foram criados em cidades, entre barracos e apartamentos de luxo: a promessa abarcava, de maneiras distintas, ricos e pobres, ao mesmo tempo que estimulava a construção civil. É possível entender, assim, como as inaugurações de obras habitacionais passaram a tomar tanto tempo e espaço nos registros do regime: a casa própria, transformada em um signo de ascensão individual, era transformada em um bem que os governantes facilitavam para todos. A popularidade de Pujol não era à toa: maquiando as contradições, silenciando o protagonismo dos grupos populares e tentando responder aos conflitos do novo Brasil urbano, a causa transformava-se em um carro-chefe da Ditadura.

Esta conjuntura convida retornar o olhar para o conjunto 1060, mencionado na introdução deste trabalho. Trata-se de duas folhas de contatos em preto e branco e bastante desgastadas. O lado esquerdo das duas folhas foi comido e rasgado provavelmente por mofo. Ao todo, ele aglutina quarenta e sete miniaturas sob a legenda “Inauguração da 3ª Unidade Vicinal da Nova Restinga”, do dia 28 de agosto de 1976.

Fotografia 11 - Miniaturas do conjunto 1060 - “Inauguração da 3ª Unidade Vicinal da Nova Restinga” (28/08/1976, de Otacílio Freitas Dias)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Por elas, o fotógrafo Otacílio Freitas registra a cerimônia de inauguração da unidade e a presença de autoridades como o prefeito, secretários, Geisel e o então governador do estado, Sinval Guazzelli. Aqui as imagens não apontam moradores: diante da arquitetura do bairro planejado, sobressaem os ternos pretos das autoridades que ocupam a centralidade das imagens. São eles que preenchem as lentes e conduzem a uma narrativa visual que percorre a chegada do militar presidente ao bairro em um carro de luxo, o palanque que divide com autoridades e o entorno cuidadosamente preparado para a celebração.

De forma mais evidente, o conjunto 1060<sup>47</sup> desvela o objetivo político que constrói as intenções das fotografias produzidas pela prefeitura, pois Geisel ocupa sempre, em todas os registros que aparece, o eixo central das imagens. Se as imagens também são um relato, num contexto autoritário é do ditador, a autoridade máxima política do contexto, que emana a ordem da narração. Note-se que apesar de se tratar de folhas de contato, onde o fotógrafo tem alguma liberdade de ensaio e erro, a câmera opera sempre posicionando o presidente em primeiro plano. Moraes (2011) traz algumas informações sobre este dia pela Folha da Tarde de 30 de agosto: ao que parece, o evento contou com a segurança de policiais militares em prontidão a cada cem metros da Estrada Juca Batista e teria começado por volta das oito horas da manhã com uma cerimônia referente as trezentas primeiras unidades, seguida pela recepção ao presidente e o descerramento da placa comemorativa. As unidades ocupavam uma área total de 41,5 hectares e já dispunham de rede de drenagem subterrânea, rede de esgoto pluvial, rede de abastecimento de água, rede elétrica e pontos de iluminação pública.

Fotografia 12 - Miniatura do conjunto 1070 - “Vilela na Vila Restinga” (28/08/1976, de Octacílio Freitas Dias)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

---

<sup>47</sup> Ver a conjunto de contatos 1060 no Anexo XIII desta tese.



Se no conjunto 1060 as habitações figuram como cenário por onde desfilam as autoridades, no conjunto 1070 elas operam como personagem determinante nos registros. Trata-se de um pedaço de material pequeno com apenas seis miniaturas também produzidas por Otacílio Freitas no dia 28 de agosto de 1976. Importante destacar duas configurações distintas que regem os dois conjuntos de contatos: enquanto no primeiro conjunto o objeto central são as autoridades, as imagens são construídas por ângulos de cima para baixo, de modo com que o próprio arranjo configure a grandeza das personalidades em questão. No segundo, ao contrário, a paisagem edificada não é apenas cenário: é ela que materializa a grandeza da celebração anterior e, portanto, ocupa a quase totalidade das imagens, batidas de cima para baixo, na altura dos telhados. A escolha dos ângulos conduz o olhar e o significado da foto, determina a atenção do observador e estabelece as medidas que dão a expressividade do registro.

Na reprodução da miniatura acima tais questões ficam evidentes. A imagem pode ser interpretada cortada pela linha da calçada que atravessa em diagonal as suas laterais. De um lado, tem-se a parte inferior que adentra o espaço privado da cerca da casa ainda desabitada; de outro, a parte superior composta pela via pública e pelo panorama do bairro. O horizonte é ainda todo porvir: é o espaço planejado cujo vazio implica na expectativa da ocupação. De forma díspar, a imagem é cortada pela presença humana, que separam, negociam e validam a construção entre público e privado e, principalmente, sentido. A imagem repete a tendência do resto dos conjuntos e quem ocupa o centro é a autoridade mas nesta miniatura ela é compartilhada: o ponto nevrálgico é construído sobre o gesto que o prefeito exerce ao entregar a chave da moradia a uma mulher. A ação consuma o sentido das imagens dispostas nos dois conjuntos: é a concessão que o poder cede ao povo, representado não casualmente por uma mulher jovem, preta e periférica. Todos os outros elementos na imagem confluem para o gesto, ou se movimentam na direção do seu sentido: a ocupação do lugar que naquele momento é vazio.

Aqui é o gesto o protagonista, mas ele só existe porque é exercido pela autoridade. A construção de sentido é clara: a câmera registra a admiração dos espectadores e constrói, assim, uma aura santificada para o momento. *“Veja, Sr. Presidente, aqui também se plantou o progresso”*, exclama um cartaz pendurado entre as casas ainda vazias em uma miniatura anterior também do conjunto 1070. Aqui, por sua vez, também fica explícito a riqueza de sentido que a análise do conjunto documental adquire, pois se as imagens não foram produzidas em contextos isolados, a observação individualizada desperdiça um tanto do potencial de cada uma. Cada miniatura pertence a uma sequência que revela uma pequena história urbana imagética e pode se ligar e dialogar com outras do mesmo arquivo por diferentes possibilidades: autoria, localidade, data ou motivação.



É óbvia a conexão entre os conjuntos 1060 e 1070 quando, não obstante representarem pequenas narrativas distintas, foram produzidos na mesma data pelo mesmo autor e no mesmo evento. Cada um é uma forma de narrar o acontecimento cujo sentido complementa o outro e permite que algumas miniaturas, como a da entrega da chave, sejam destacadas, justamente por estabelecerem um diálogo maior e conseguirem condensar questões que eram sugeridas em outras imagens. Enquanto o conjunto 1060 é um relato da inauguração da 3ª Unidade Vicinal, o conjunto 1070 relata a entrega de casas que aconteceu consecutivamente, mas sem a presença do general presidente.

Fotografia 13 - Miniatura do conjunto 1070 -“Vilela na Vila Restinga”( 28/08/1976, de Octacílio Freitas Dias)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

As imagens de uma das inaugurações mais importantes do primeiro mandato de Vilela em Porto Alegre se associam a análises (FREITAS, 2020; MAIA, 2017) a respeito da forma como a imagem de Geisel foi nos cinejornais do período. Em ambos os casos, a presença da autoridade junto a populares ocupa uma parte significativa do material de propaganda (FREITAS, 2020, p.108), buscava reorientar a imagem do regime e se afastava do aspecto fechado e repressivo dos anos Médici, e garantir uma perspectiva de progresso e otimismo: “não havia espaço para a crise nas imagens oficiais (FREITAS, 2020, p.105)”.

Elas forjavam uma aliança: ao representarem a autoridade próxima da população civil, reforçavam a legitimidade do poder e seus líderes, autoridades responsáveis por fazer chegar os ideais de ordem e progresso aos brasileiros, em contraposição a “desorganização” do período anterior. Desta forma, a presença dos trabalhadores ressignificava o projeto de modernização conservadora e autoritária e era construída de modo a reafirmar conceitos caros ao governo, como progresso, desenvolvimento, soberania. As imagens incluem-nos, portanto, de forma vertical: esse projeto não é uma construção coletiva, mas uma condução do sujeito que incorpora a autoridade.

Fotografia 14 - Miniatura do conjunto 1070 - “Vilella na Vila Restinga” ( 28/08/1976, de Octacílio Freitas Dias)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

A análise arqueológica dos conjuntos permite acompanhar o percurso que o fotógrafo registrou diante de uma sequência de eventos que ocorreu no passado. Esta pesquisa enfrentou muitos limites na sua execução, mas optou também por alguns caminhos que exigiram se centrar mais em uma amostra quantitativa que sugerisse não tanto interpretações do material, mas tensionamentos que o conjunto imagético pode trazer. Não foi possível, por exemplo, rastrear os usos das imagens nem seus atores, dado a dificuldade em saber o que fazer, como fazer e como prosseguir diante de uma quantidade abissal de material pouquíssimo estudado e das consequências do contexto no qual esta tese foi escrita, especialmente em relação à pandemia de Covid-19. Buscou-se, portanto, instigar as

potencialidades do conjunto e as questões que emergiam, formando um quadro que, amparado por outros materiais, traça o contexto de onde e para onde as imagens foram produzidas.

Dentre os vários pontos, as imagens analisadas instigam, sobretudo, uma história sobre pessoas das quais não se sabe muito. São sujeitos habitantes de um tempo ainda pouco produtor de imagens, sem tantos catálogos de rostos nomeados acessíveis sobre e para qualquer cidadão – e muito menos, os creditados como “não-cidadãos”. O minucioso trabalho de Aldovan Moraes (2011), outra vez, fornece-nos algumas pistas: diz que a Folha da Tarde do dia 30 de agosto de 1976 trouxe um pequeno cronograma dos eventos que solenizaram a inauguração da 3ª Unidade, o horário e o tempo chuvoso que caracterizara, o dia. Por último, relata que as atividades teriam sido concluídas com a entrega de duas casas para futuros moradores: um homem e uma mulher, esta chamada de Iriolina Calixto Alves, que recebeu a casa nº 3008. Essa é a única pista que conseguimos localizar sobre a jovem que cuja felicidade por adquirir a chave de seu imóvel é capturada pela fotografia.

Moraes também descreve que no mesma Folha da Tarde do dia 30, e também na edição de 31 de agosto, havia a denúncia de que as casas da Restinga estavam visivelmente adornadas com propagandas do candidato à vereador Reginaldo Luz Pujol. Naquela altura as eleições para o legislativo municipal de 1976 se aproximavam e Pujol recém havia deixado a direção do DEMHAB para concorrer à vereança. Segundo as anotações do autor (MORAES, 2011), cartazes teriam sido afixados por funcionários do departamento em praticamente todas as casas observadas, à exceção de duas, cujos moradores haviam retirado o material.

As informações trazidas por Moraes vêm ao encontro do que pode ser imaginado a partir do material do Gabinete: em primeiro lugar, a presença massiva de Pujol em quase todas as imagens selecionadas não é uma casualidade, mas uma tendência que se explica pela origem do material em si. Se o banco de imagens que restou no Museu Joaquim Felizardo começa com registros de 1960, foram raras as imagens de visitas das autoridades municipais às vilas e comunidades até pelo menos o início de 1975. Esse período marca o início da gestão de Socias Villela como prefeito, Sinval Guazelli como governador, e não por menos, Ernesto Geisel na presidência – e por conseguinte uma nova orientação nas relações entre população civil e militares e, sobretudo, novas formulações quanto à questão urbana, às políticas públicas para as periferias: isto é, a forma como a grande maioria dos brasileiros acessaria a itens básicos da cidadania.

Desta forma, em segundo lugar, tudo sugere que não foram mudanças sutis ou casuais: entendia-se, entre outros pontos, sobre a necessidade de articular esses setores que gradualmente passavam a se reorganizar com mais força. Ou eram captados pelo governo através da projeção de

que o regime distribuía o progresso aos confins; ou acabariam nas fileiras dos movimentos de esquerda, cada vez mais renovados. Associações comunitárias se proliferavam, assim como outros grupos da sociedade civil, e configuravam uma barreira que poderia arrematar a liderança militar.

A propaganda funcionava com um recurso imprescindível para forjar a união da sociedade, recortando e reforçando estes recortes da realidade que seriam substanciais para a manutenção do *status quo* – mascarando, na medida do possível, as fraturas, as rachaduras resultantes da sociedade desigual e plural que existia. O que era, obviamente, impossível: existiria sempre a pessoa que não cumpriria o coro na fotografia, a imagem que escaparia do roteiro ou o morador que recolheria o cartaz.

#### 4 CAPÍTULO III - TIPOLOGIA [DAS IMAGENS SEGREGADAS]

Construído na metade do século XIX, o Solar Lopo Gonçalves é uma antiga casa que originalmente funcionou como chácara de um dos maiores comerciantes da Porto Alegre oitocentista. Quando o município começou a legislar e garantir alguns de seus passados, a casa tão logo foi escolhida como sede de um museu sobre a história da cidade. Esse episódio começou a ser consolidado durante a primeira administração do prefeito Guilherme Socias Villela, um economista *mui amigo* dos generalíssimos que ocupavam as principais cadeiras do poder desde o golpe que instituiu uma ditadura civil-militar no país. É nesse lugar que hoje existe um sótão preenchido por centenas de caixas de plástico que abrigam fotografias impressas, folhas de contato e negativos da história institucional da administração da cidade. Essas fotos pertencem ao Acervo Fotográfico Permanente da Coordenação de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito, um imenso fundo de imagens produzidas entre 1960 e 2006.

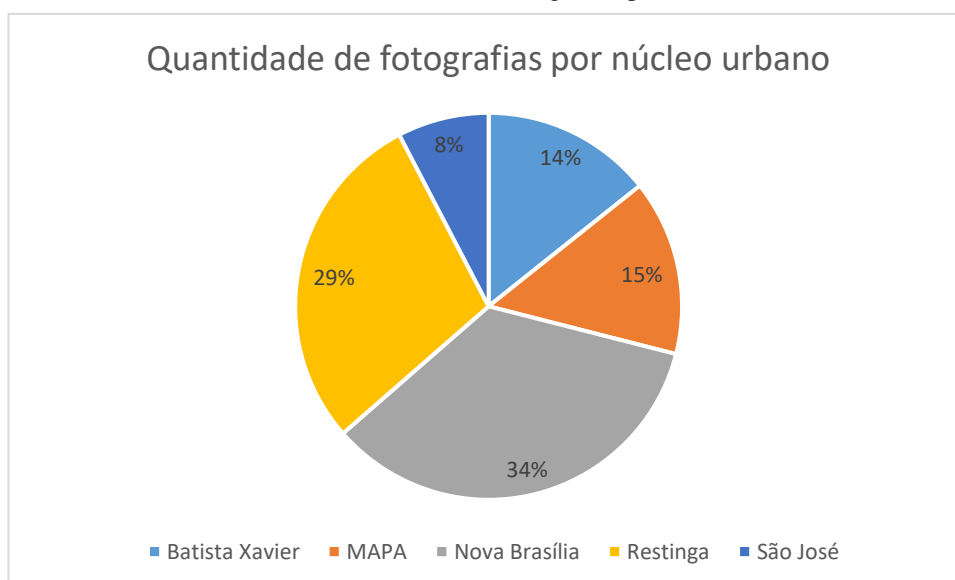
Após reconhecer certos pontos que se entrelaçam na configuração da urbanização porto-alegrense, perscrutar o amplo material imagético deste acervo e estabelecer o recorte que situa e organiza a análise arqueológica, o exercício deste capítulo será uma tentativa de sistematizar a amostra de imagens escolhida. A metodologia escolhida inspira-se na utilizada por Lima e Carvalho (1997), que analisaram dois álbuns de fotografias sobre a cidade de São Paulo produzidos em épocas diferentes e, portanto, formularam uma proposta de análise de vistas urbanas envolvendo tanto descritores icônicos, que situam os elementos significantes da imagem, quanto formais, que sugerem como os sentidos foram forjados a partir do manejo técnico. O entrecruzamento de dados permitiu as autoras diagnosticarem a existência de certos padrões na constituição das imagens: “(...) grupos de imagens que expressam a maneira pela qual esses atributos visuais articulam-se em torno de certos temas” que são “entendidos como categorias abstratas que organizam uma classe de fenômenos recorrentes (LIMA; CARVALHO, 1997, p.57)”. Dito de outro modo, os padrões podem ser lidos como ferramentas concebidas que recombina os elementos arquivados e, reconectando-os, recobrem-nos de novos sentidos possíveis (FOUCAULT, 1987) – configurações que fornecem novas interpretações sobre o contexto em que esses elementos foram produzidos e organizados originalmente.

O caminho proposto pelas autoras serviu de guia e inspiração para o tratamento das 488 miniaturas de imagens dispersas em 21 conjuntos de contatos diferentes. Cada imagem foi submetida

a um fichamento que a enquadró em 20 descritores, além de definir seu tipo de amostra temporal, espacial e numérica, entre outros. Esses dados transformaram as miniaturas em uma amostra quantitativa que tentou abarcar aspectos sensíveis aos objetivos da pesquisa: como a paisagem é representada, como os humanos são dispostos, quais elementos figuram, quais se ausentam, como humanos e paisagem se articulam na imagem e quais efeitos e técnicas foram manejados na produção ou intensificação do sentido.

Importante frisar que a escolha dos conjuntos de contatos foi sim, em muitos aspectos, arbitrária (como seria qualquer outra escolha num projeto que não tivesse a ambição de dar conta da imensa totalidade de conjuntos): em primeiro lugar, a escolha privilegiou comunidades da cidade cujos conjuntos aparecessem com frequência e tivessem imagens mais expressivas. Isto resultou em cinco lugares: a Restinga, imenso bairro popular inaugurado pela ditadura; a *Vila Nova Brasília*, então paupérrima comunidade localizada no outro lado da cidade, nas bordas da região do Sarandi; a *Vila MAPA*, bairro popular cuja ocupação também foi organizada e estimulada já no período autoritário; e as *Vilas São José e Batista Xavier*, postas em uma região que gradualmente era aburguesada mas onde ainda eram (e ainda são) muito visíveis a vulnerabilidade da população e a precariedade dos serviços públicos<sup>48</sup>.

Gráfico 2 – Quantidade de fotografias por núcleo urbano



Fonte: elaborado pela autora

<sup>48</sup> Ver a história da ocupação destas comunidades na *Introdução* e no *Capítulo I – Estratigrafia [da Segregação]* desta tese.

Também é importante destacar que os conjuntos escolhidos foram selecionados porque articulam a paisagem com a presença humana. Isto é, salvo o caso de um conjunto muito específico que estabelece conexão direta com outro, na maioria dos conjuntos prevalece a interação entre a paisagem, criada ou modificada, das comunidades e os grupos humanos, alheios ou não, ao lugar. É esta interação que guiou a análise aqui: como a relação autoridades-comunidade foi construída nas imagens? Como a paisagem foi retratada? Como a comunidade aparece interagindo nela? Como as autoridades surgem sob ela? Que padrões são passíveis de serem identificados diante destas conjunturas?

#### 4 1. DESCRITORES ICÔNICOS

Lima e Carvalho (1997) dividiram em duas grandes áreas os atributos que foram considerados na análise das imagens urbanas: descritores do tipo icônicos e descritores do tipo formais – os primeiros abarcam os elementos figurativos e espaciais e os últimos o tratamento plástico empregado na construção das imagens (LIMA; CARVALHO, 1997, p.32). A amostra aqui analisada possui característica muito diferentes comparadas às imagens discutidas pelas autoras em dois álbuns sobre a cidade de São Paulo em momentos distintos do século XX. As imagens do Gabinete do Prefeito não estão organizadas para a circulação: encontram-se num estágio prévio ao da seleção e reelaboração que receberiam em processos editoriais de diferentes tipos, e não foi o objetivo desta pesquisa rastreá-los. Pode-se dizer, de outra forma, que a análise aqui infere sob uma matéria um pouco “mais bruta” que as imagens das autoras, o que torna impossível (ainda que houvesse intenção, uma vez que não houve) de reproduzir a metodologia. Por um lado, se manteve a divisão primária entre os dois tipos de descritores, dado que isto me permitiria deslindar conteúdo e técnica; por outro, redefini-os para que se adaptassem melhor ao contexto do objeto e as questões desta pesquisa.

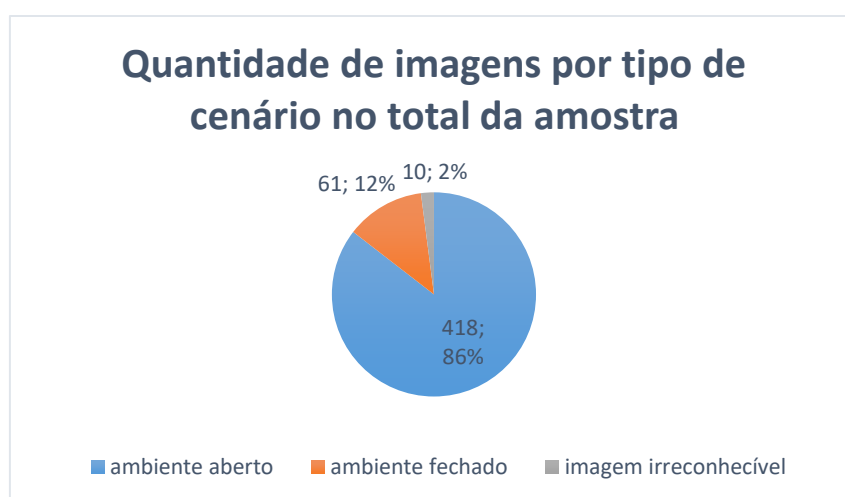
Para tal, a ideia foi selecionar quinze *descritores formais*, “elementos figurativos e espaciais que compreendem aspectos da paisagem (LIMA; CARVALHO, 1997, p.32)”. Para cada descritor foi estipulada algumas respostas. Um formulário no Google Forms foi aberto e respondido para cada uma das 488 miniaturas: primeiro, aspectos gerais da imagem (comunidade, número do conjunto de contatos, lugar que a miniatura ocupa numa contagem da esquerda para direita e de cima para baixo da folha, etc), depois a lista dos 15 descritores icônicos e suas possibilidades de resposta (e espaço para variação, que ocorreu muitas vezes ao longo do preenchimento) e por fim os cinco descritores

formais, de igual modo<sup>49</sup>. As respostas foram transformadas pelo Google Docs em uma imensa tabela de Excel, de onde os dados foram manejados e tornados palatáveis através de gráficos.

Tal processo foi longo e cansativo, mas gerou uma relação maior com cada imagem: perceber os elementos figurativos e os modos de emprego da técnica fez com cada mirada propiciasse novas observações e acredito que a maioria delas pode ser lida nesta tese – mas, principalmente, que possam servir de estímulo para novas análises e novas luzes sob as imagens “marginalizadas” deste acervo.

#### 4.1.1 Cenário

Gráfico 3 - Quantidade de imagens por tipo de cenário no total da amostra



Fonte: elaborado pela autora

O recorte da amostra se baseou em conjuntos de contatos que registrassem predominantemente a interação entre comunidade, autoridades e paisagem. Ainda assim, os conjuntos são complexos e algumas imagens retrataram cenas em espaços fechados, como escolas, casas ou comércio, e por isso foi necessário incluir esse descritor na análise. Os cenários abertos são utilizados de várias formas: como lugar de encontro do prefeito com moradores, como ponto para observação e averiguação de problemas, obras em andamento ou concluídas, como espaço de solenidades como inaugurações e “comícios” e como espaço de visita, através de caminhadas em que as autoridades percorrem as comunidades para verem e serem vistos pelos moradores.

---

<sup>49</sup> Ver o formulário feito através do Google Forms no Anexo XXX desta tese.



Fotografia 15 - Miniaturas do conjunto 1120 -“Visita à Vila Brasília” (22/09/1976, fotógrafo João Ludes Nodari): à esquerda, ambiente aberto, à direita, ambiente fechado



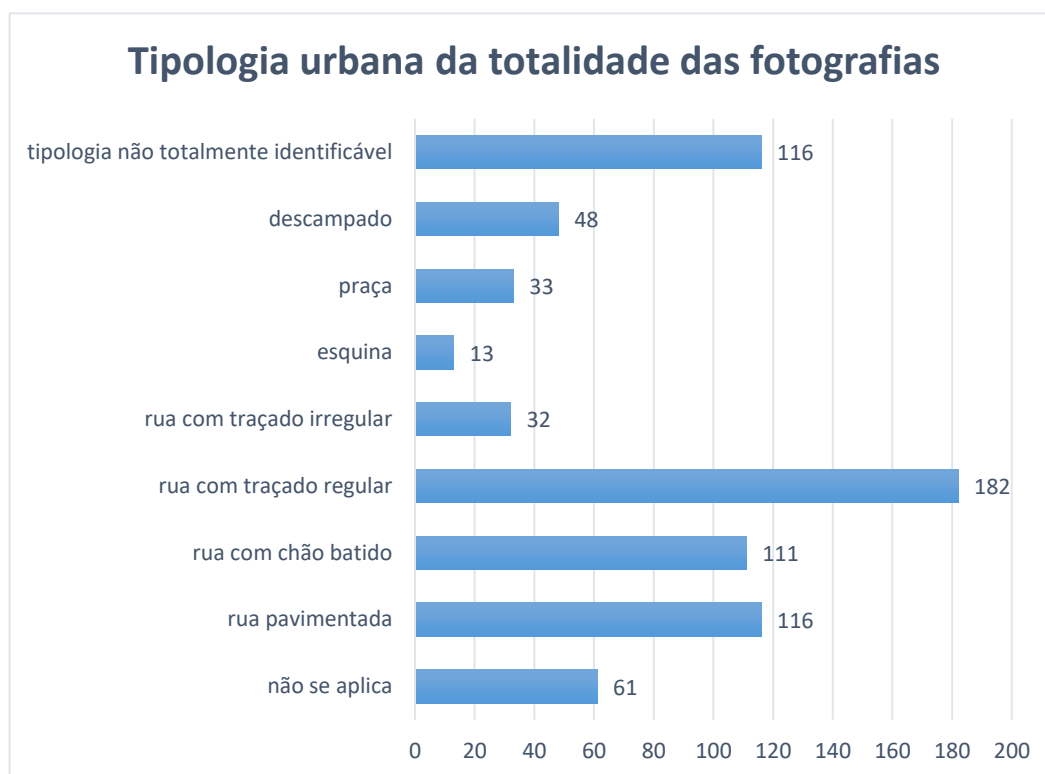
Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Nas miniaturas acima temos duas perspectivas do conjunto de contatos 1120, que registra uma visita do prefeito à Nova Brasília em setembro de 1976. O fotógrafo João Ludes Nodari faz das duas folhas de contatos um diário visual da atividade junto à comunidade, explorando tanto a paisagem e a aglomeração de moradores nas áreas abertas, quanto alguns pequenos encontros do prefeito em cenários fechados.

#### 4.1.2 Tipologia urbana

Esse descritor, adaptado da proposta de Lima e Carvalho (1997) para a realidade das comunidades porto-alegrenses dos anos setenta, é aqui utilizado para indicar o grau de organização urbanística do espaço: se as ruas já estavam demarcadas, se foram pavimentadas ou não, se o terreno tem praça, esquinas organizadas.

Gráfico 4 - Tipologia urbana da totalidade das fotografias da amostra



Fonte: elaborado pela autora

O descritor questiona o quão o poder público teria ainda que intervir e já sugere o grau de vulnerabilidade e a ausência de planejadores urbanos da comunidade. É possível relacionar a resposta “tipologia não identificável” com a presença significativa de imagens tomadas a partir de pontos de vista parciais ou pontuais, que usualmente focam mais na interação do prefeito com moradores do que com o entorno. Fora disso, a maioria das imagens optou por registrar mais ruas com traçado regular do que com chão batido ou traçado irregular, que também apresentam quantidades expressivas.

A miniatura abaixo pertence a folha de contatos do conjunto 0928 em que Villela percorre a Vila São José. A tomada de câmera alta traz os contornos de uma periferia em construção, entre ruas de chão de batido e traçado irregular. A cerca, em primeiro plano, marca a vulnerabilidade de seus habitantes, ao mesmo tempo que dialoga com a exuberância da paisagem.

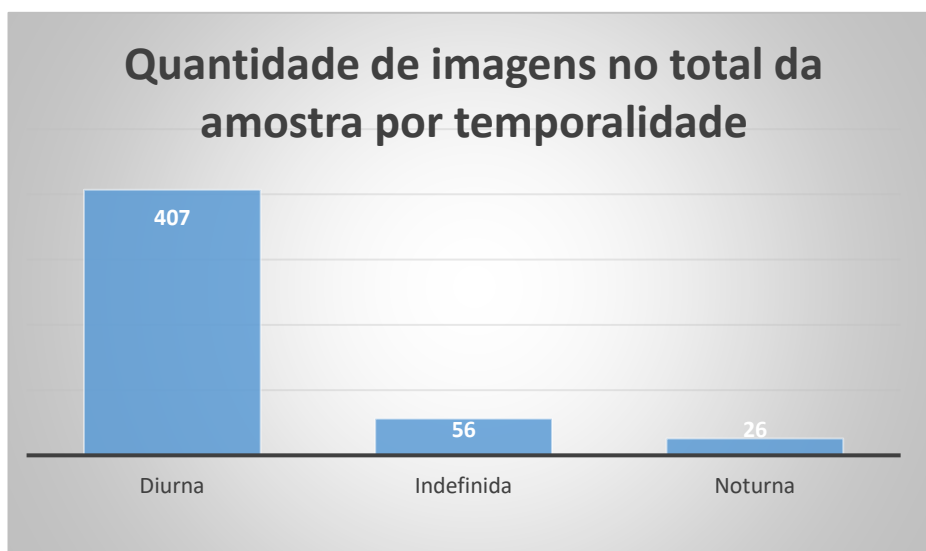
Fotografia 16 - Miniatura do conjunto 0928 - "Prefeito Villela visita Vila São José" (24/06/1976, de Octacílio Freitas Dias)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

### 4.1.3 Temporalidade

Gráfico 5 Quantidade de imagens no total da amostra por temporalidade



Fonte: elaborado pela autora

O descritor temporalidade serve para entender em que momentos do dia eram feitos os registros. A maioria das imagens foi produzida sob a luz do dia, mas há uma pequena quantidade que não é possível ter certeza e isto provavelmente se dá pelas características das folhas de contatos, que ao juntar muitas sequências, podem relatar eventos muito longos ou pedaços intercalados de acontecimentos no mesmo dia e local. Isto também se relaciona com a qualidade de alguns conjuntos e pelo fato de, sendo miniaturas, existirem limites na identificação do que é registrado. A imagem abaixo capta uma visita noturna de 1977 das autoridades municipais na parte mais antiga do bairro Restinga. Ela tem o propósito de divulgar à sociedade porto-alegrense a preocupação e as melhorias que a administração estava efetuando na região.

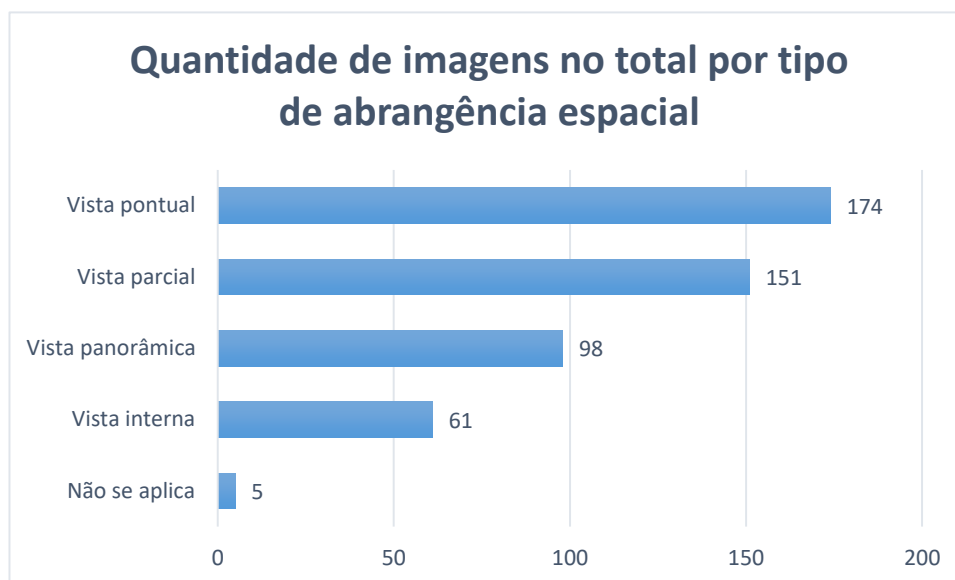
Fotografia 17 – Miniatura do conjunto 1961 - inauguração de rede de iluminação na Vila Restinga Velha (20/10/1977, de Octacílio Freitas Dias)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

#### 4.1.4 Abrangência espacial

Gráfico 6 - Quantidade de imagens no total por tipo de abrangência espacial



Fonte: elaborado pela autora

Esse descritor informa como a comunidade é retratada: se pela vista panorâmica, dando conta do complexo urbano em questão (o horizonte, o tipo de edificação, vegetação e urbanização); se pela vista parcial, que dá conta apenas da malha urbana imediata na qual o registro é produzido (a rua, a obra, a edificação); ou a vista pontual, que isola o motivo do seu contexto espacial.

Ainda temos a vista interna, que acabou surgindo eventualmente nas folhas de contato apesar da amostra ter privilegiado conjuntos em que existissem poucas. Todos esses tipos de abrangência espacial podem ocorrer no mesmo conjunto, e, através da análise, foi notório o uso intercalado da vista pontual com a parcial: o uso da vista parcial pode indicar a tentativa do fotógrafo de inserir o observador na paisagem urbana que será objeto de ação da autoridade, ao mesmo em que retira um pouco da individualidade dos sujeitos, retratando-os como uma massa de moradores. Por outro lado, o uso da vista pontual humaniza estes pontos quando se julga interessante e constrói uma imagem do prefeito como um sujeito sensível que se preocupa com os populares.

A última imagem da primeira folha de contato do conjunto 0379 carrega alguns destes descritores de forma explícita. O conjunto tem ao todo cerca de 50 miniaturas e foi nomeado de “Prefeito visita a Vila Batista Xavier” em 9/10/1975 pelo fotógrafo João Ludes Nodari.



Fotografia 18 – Miniatura do conjunto 0379 - “Prefeito visita a Vila Batista Xavier” (09/10/1975, de João Ludes Nodari): o cenário é aberto e a vista é parcial



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

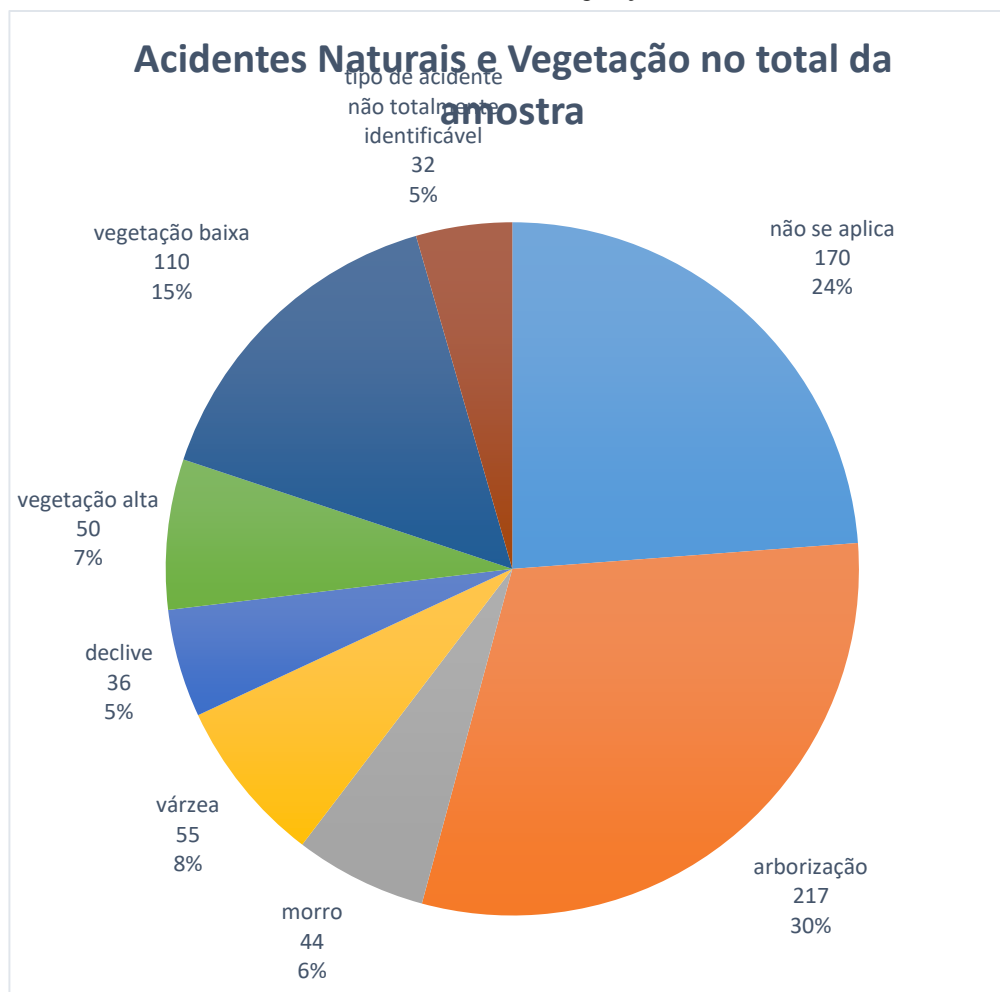
As imagens relatam um grande passeio de Villela pela comunidade que, segundo Moraes (2011), iniciava um processo de implantação de rede de esgoto pluvial misto através do Projeto Pró-Gente. A Vila Batista Xavier era considerada como uma “vila de recuperação” ainda na década de 1940, quando seus terrenos foram desapropriados e vendidos de forma barata aos “maloqueiros” que quisessem ter casa própria. Era uma alternativa perto da região central e, por isso, na década de 1970 era considerada uma comunidade organizada e “menos periférica” em relação a outras – isto é, um espaço que já estava sendo absorvido pelo capital burguês que orienta a dinâmica urbana local.

O cenário é aberto: a imagem registra uma esquina da Vila Batista Xavier. No centro da imagem um grupo de homens caminha com suas roupas formais e basta traçar um “x” entre os dois eixos da foto para visualizar o prefeito Socias Villela. O ponto de vista é parcial, mas a imagem é organizada com descritores formais em uma cadência de elementos que sugere ordem e estabilidade nos lugares onde as autoridades pisaram. Foi tirada de dia, mas a qualidade da imagem não nos permite ter certeza de como o sol incidia ou se é que o sol incidia, A rua é pavimentada e regular: na

esquina há um pouco de vegetação desorganizada e algum lixo, mas as casas ao fundo parecem meticulosamente ordenadas e entremeadas com algumas árvores.

#### 4.1.5 Acidentes naturais e vegetação

Gráfico 7 - Acidentes Naturais e Vegetação no total da amostra



Fonte: elaborado pela autora

Esse descritor tem a função de entender como se está a relação entre cidade e natureza no lugar fotografado. Considerando que as áreas eram de ocupação relativamente recente, a análise tenta perceber em que ponto a ocupação humana está modificando a paisagem e como ela se dá. Neste sentido foram pensadas algumas respostas: foram registradas na maioria das comunidades a presença significativa de arborização, por exemplo. Vegetação do tipo alta ou baixa pode ser associada a baixa



pavimentação do lugar, aparecendo em 15% das imagens a baixa e 7% a alta. Espaços de declive e várzea ocuparam 5% e 8% respectivamente.

Fotografia 19 – Miniatura do conjunto 2510 - "Entrega de obras na Vila Mapa" (06/07/1978, de Octacílio Freitas Dias):  
é possível identificar arborização, morro, várzea, vegetação baixa



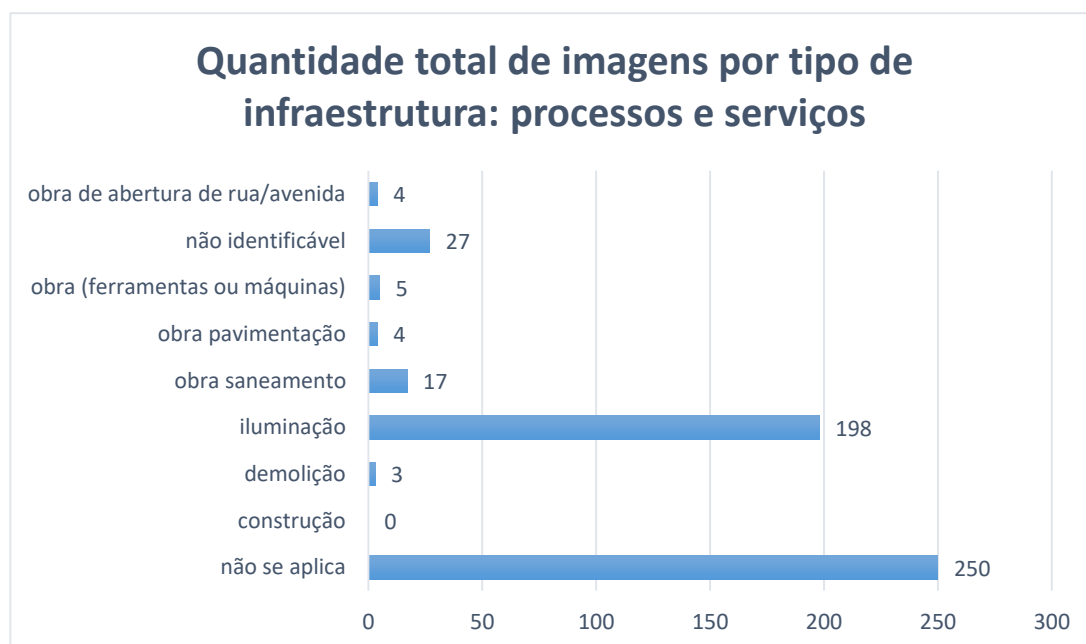
Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

O conjunto de contatos 2510 registra, como uma grande festa, a inauguração de obras pelo prefeito na Vila Mapa. Trata-se de uma grande folha de contatos com 18 miniaturas registradas por Octacílio Freitas Dias em julho de 1978. A festa de inauguração atrai a multidão de moradores que, reunida em uma grande praça, torna-se matéria para o fotógrafo, que necessita de planos altos para

que ela possa caber diante das lentes. E nesse processo a paisagem ganha outra posição, contornando a multidão, com seus morros, árvores e várzeas.

#### 4.1.6 Infraestrutura: processos e serviços

Gráfico 8 - Quantidade total de imagens por tipo de infraestrutura: processos e serviços



Fonte: elaborado pela autora

A palavra infraestrutura irá se repetir em alguns tipos de descritores. Ela se relaciona a transformação concreta do espaço urbano: ela verifica as condições de moradias destes espaços afastados dos serviços da região central da cidade e, desta forma, indica se foram fotografados elementos que contribuem para a dignidade e o bem-estar dos moradores. A maioria das respostas atestou que, ao menos nas partes fotografadas, a maioria das comunidades era atendida pela iluminação pública. O resto das respostas foi ínfima, muito devido a grande quantidade de fotos centralizadas mais na presença do prefeito do que nas comunidades em si. De qualquer forma tal descritor era necessário de ser arrolado.

O fotógrafo João Bicca acompanhou o prefeito Villela e outras autoridades municipais na inauguração de um centro de educação infantil na Restinga Nova em outubro de 1979. As vinte e

quatro miniaturas registram apresentações infantis e encontros com a equipe do espaço escolar e também a infraestrutura do bairro, com destaque para os muitos postes de iluminação.

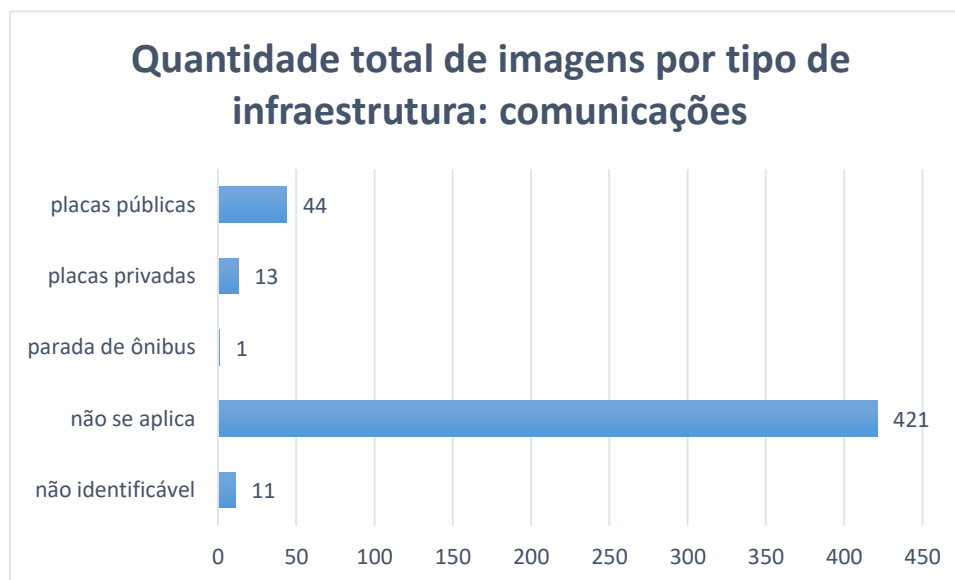
Fotografia 20 - Miniatura do conjunto 3568 - " Inauguração do centro infantil professora Maria Zulmira Abreu Lima - Restinga Nova" (19/10/1979, de João Bicca): é possível identificar os postes de iluminação ao fundo



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

#### 4.1.7 Infraestrutura: comunicação

Gráfico 9 – Quantidade total de imagens por tipo de infraestrutura: comunicações



Fonte: elaborado pela autora

Esse descritor se relaciona com a presença de placas que indicassem algum tipo de comunicação escrita nas comunidades, o que foi pouquíssimo revelado. A maioria das placas se referia a projetos públicos em obras ou inauguração, ou instituições públicas, como escolas. As placas privadas se referem as placas de estabelecimentos comerciais na comunidade. Uma única placa de ônibus foi registrada, o que pode ser sintomático do grande problema de transportes que transpassa toda bibliografia sobre a periferização de Porto Alegre.

Se a maioria das imagens é diurna, há um conjunto de contatos bastante curioso produzido no dia 7/10/1978 pelo fotógrafo Walter Borba. O conjunto chama-se “Reunião do prefeito com moradores da vila São José e inauguração de iluminação” e foi feito todo ao fim da tarde e no início da noite. Segundo Moraes (2011), a vila contava com uma associação comunitária bastante forte e os registros do contato se iniciam com Villela aparentemente conhecendo-a e ouvindo seus moradores. Ao sair da casa onde a reunião era feita, o fotógrafo faz esse registro:

Fotografia 21 – Miniatura do conjunto 2716 – “Reunião do prefeito com moradores da vila São José e inauguração de iluminação” (07/10/1978, de Walter Borba)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

A imagem ainda está centralizada no prefeito, mas o movimento das pessoas torna ele menor e mais insignificante do que costumava quando enquadrado nas outras imagens. Há muitas pessoas em volta: mulheres negras e brancas se espremem às suas costas. Uma delas olha atenta por cima do ombro do prefeito a câmera e o seu *flash* que ilumina o lugar, deixando todas as peles reluzentes. Há uma placa na parte superior à direita da casa indicando uma travessa com nome “João”, com o resto do nome não identificável, motivo pelo qual não foi possível localizá-la no mapa. Também é possível saber que ainda não anoiteceu pelo contraste que o morro ao fundo faz com o céu. O tipo de vista pontual permite-nos observar detalhes de uma cena em movimento, uma imagem que reduz a imagem do prefeito a um sujeito qualquer saindo de uma casa simples da Vila São José.

A folha de contatos prossegue com uma miniatura da caminhada do prefeito no bairro, outras de algumas adolescentes uniformizadas caminhando, e outras de um palco montado onde prefeito, Pujol (mais uma vez) e outras autoridades discursam e dão risadas. Há uma placa atrás que diz “Futura sede”, mas o corpo do “diretor do DEMHAB-vereador” atrapalha a leitura, ainda que se possa



imaginar que seja sobre uma estação de luz. Nas miniaturas seguintes o enquadramento panorâmico revela uma multidão que assiste à inauguração do sistema de luz. E no meio das comemorações, a simplicidade do registro do (novo) cotidiano chama a atenção.

Fotografia 22 - Miniatura do conjunto 2716 – “Reunião do prefeito com moradores da vila São José e inauguração de iluminação” (07/10/1978, de Walter Borba)



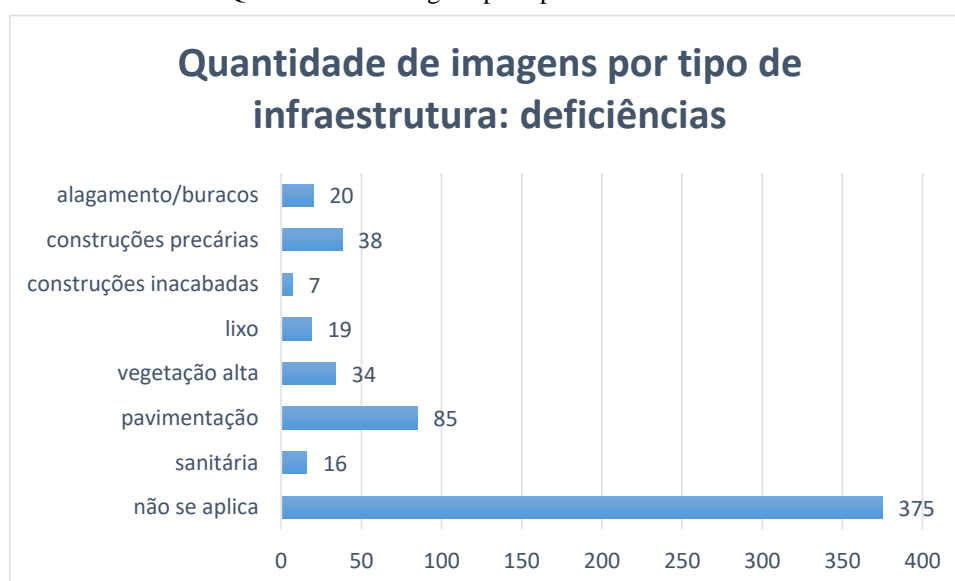
Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Aqui o eixo central é o poste iluminado que é, ao fim, o motivo principal do conjunto de contatos. Há pessoas ao redor do poste, mas a distância e a qualidade da miniatura não nos permitem saber muito sobre elas. Sabemos, entretanto que entre elas há crianças, que há pessoas negras e também que há um cachorro, que altivamente participa do momento festivo da vizinhança. A câmera se esconde atrás da cerca do vizinho da frente: seu *flash* clareia tudo e deixa a cerca em destaque, da mesma forma como destaca as calças boca de sino de um senhor negro do outro lado da rua. O eixo horizontal é ocupado por uma linda casa branca de que parece ser de alvenaria. Uma árvore toma a

borda do canto esquerdo e um fusca rouba a cena ao centro – a miniatura do cotidiano revela, aparentemente, uma comunidade muito menos vulnerável que outros conjuntos de folhas de contatos da mesma São José, ao mesmo tempo que constrói uma imagem simples e aconchegante em torno do advento da luz pública.

#### 4.1.8 Infraestrutura: deficiências

Gráfico 10 - Quantidade de imagens por tipo de infraestrutura: deficiências



Fonte: elaborado pela autora

Este descritor revela as ausências que influem na dignidade e no bem-viver dos sujeitos moradores das comunidades analisadas. Certamente o registro destas deficiências no arquivo visual institucional não era agradável, mas poderia ser utilizado como forma de demonstrar que a prefeitura estava presente e encaminhando a solução. Importante destacar o poder dos fotógrafos em construir a imagem de modo que estas contradições não fossem muito registradas e, ainda assim, isso apareceu de forma expressiva nas imagens, fosse com problemas de pavimentação, de vegetação alta e com o registro de construções muito precárias

Fotografia 23 - Miniatura do conjunto 1120 – “Visita à Vila Brasília” (22/09/1976, de João Ludes Nodari): falta de pavimentação e construções precárias



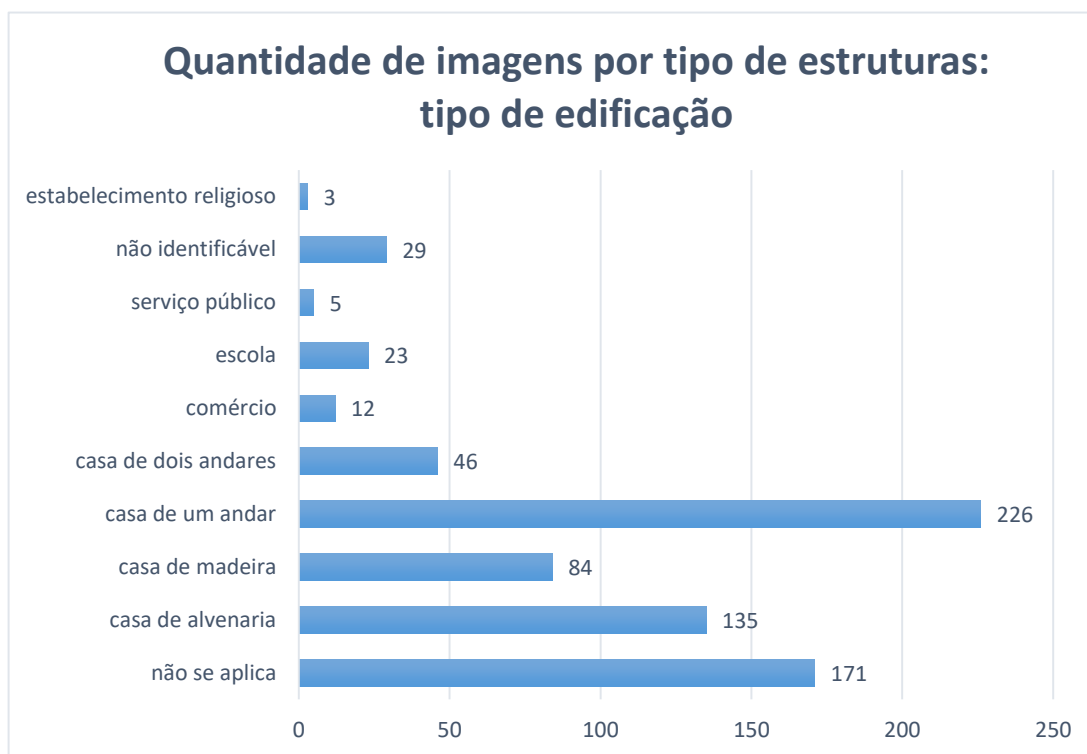
Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Este cenário fica nítido na imagem acima, uma das cerca de 53 miniaturas do conjunto de contatos 1120 que registra a visita do prefeito Villela à comunidade da Vila Nova Brasília em setembro de 1976. O trajeto percorrido pelo prefeito fotografa detalhes bastante sensíveis do lugar, como habitações vulneráveis, chão batido, restos de construções misturados com vegetação entre crianças e descalças e pessoas em estado de pobreza.



#### 4.1.9 Estrutura: tipo de edificação

Gráfico 11 - Quantidade de imagens por tipo de estruturas: tipo de edificação



Fonte: elaborado pela autora

Esse descritor avalia o tipo de edificação que constrói o espaço das comunidades. Ele tenta quantificar o que a experiência de olhar as amostras transmite: o tipo das casas, a presença de estabelecimentos comerciais, públicos, escolares e religiosos. De forma geral, é observável a presença maciça de habitações de um andar, sendo a maioria de alvenaria e algumas de madeira. As habitações estão presentes.

A imagem abaixo pertence ao conjunto de folhas de contatos 1572 e foi registrada por João Bicca no dia 28 de abril de 1977 sob o título “Prefeito visita a Vila Mapa”. Segundo Moraes (2011) a Folha da Tarde daquele dia anunciava que a prefeitura havia assinado acordos para a urbanização e pavimentação da vila, além da construção de um consultório dentário.

Fotografia 24 - Miniatura do conjunto 1572 - "Prefeito visita a Vila Mapa" (28/04/1977, de João Bicca)

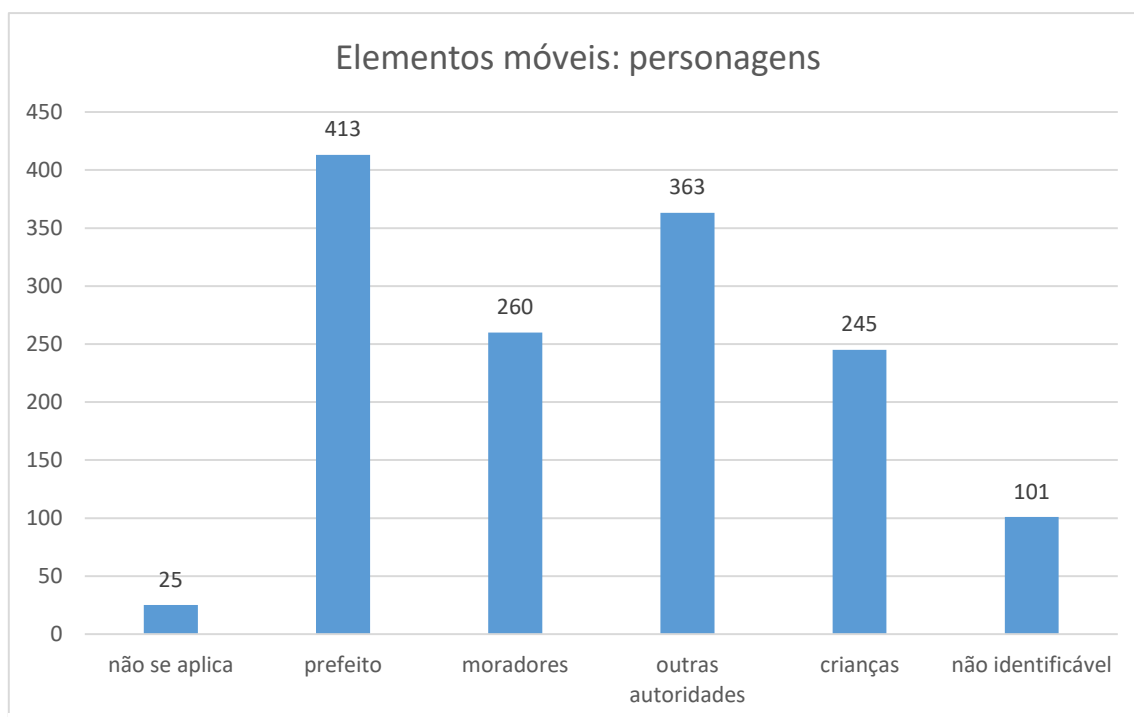


Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Todo eixo principal da folha de contatos se passa junto ao palco em frente a então Creche Maria Marques Fernandes, onde ocorria a solenidade. Em uma parte da foto, o prédio de alvenaria e sua placa centralizada com as autoridades sob a sombra, em outra, a multidão, entre crianças e moradores, iluminados pelo sol. O jogo de contrastes também trabalha aqui a favor da mensagem que organiza os corpos.

#### 4.1.10 Elementos móveis: personagens

Gráfico 12 - Elementos móveis: personagens



Fonte: elaborado pela autora

Após a análise dos elementos que compõem o espaço e a paisagem, os próximos descritores têm por objetivo analisar as figuras retratadas nas miniaturas. Em um primeiro momento, a ideia foi identificar que tipo de sujeito os fotógrafos registraram: o prefeito, presente em pelo 413 das 488 miniaturas; outras autoridades (como secretários, vereadores e até mesmo governador e presidente da República); moradores adultos, em cerca de 260, isto é mais da metade da amostra; e moradores crianças, em cerca de 245 miniaturas. O gráfico indica que o recorte cumpriu a perspectiva inicial de trazer imagens que registrassem a interação entre autoridades e comunidades pois há uma quantidade distribuída entre os quatro tipos de sujeitos na maioria das imagens, ou seja, demonstra que a amostra é relevante para observar as formas como se apresentam diante das câmeras estes atores sociais nos espaços representados.

Fotografia 25 - Miniatura do conjunto 0714 – “Obras nas vilas Mapa, Passo das Pedras e Nova Brasília” (04/12/1975, de Humberto Alencastro): prefeito, moradores e outras autoridades, como Reginaldo Pujol

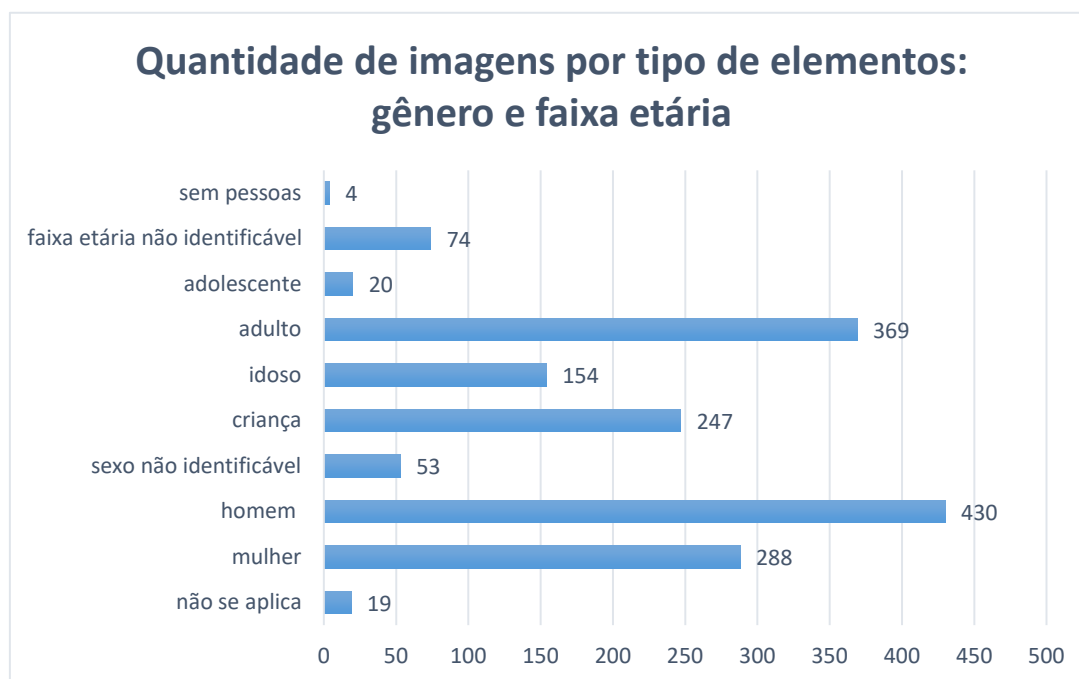


Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Na miniatura acima, registrada em 1975 pelo fotógrafo Humberto Alencastro, é possível a interação entre esses três grupos sob o traçado de uma rua em obras: o morador, à esquerda, se esforça para cumprimentar o prefeito, cuja indumentária preta se destaca centralizada na foto. Ao seu redor, homens de branco constituem as autoridades da comitiva que o acompanha.

#### 4.1.11 Elementos móveis: gênero e faixa etária

Gráfico 13 - Quantidade de imagens por tipo de elementos: gênero e faixa etária



Fonte: elaborado pela autora

Por outro lado, o próximo descritor buscou avançar em algumas características desses personagens: gênero e faixa etária. Segundo a amostra, a grande maioria das pessoas retratadas pelas lentes dos fotógrafos da prefeitura eram adultos, seguidos também por uma quantidade expressiva de crianças. Eram também majoritariamente homens.

Dos conjuntos de folhas de contatos que compõem a amostra dessa pesquisa, um dos que em pior estado de conservação se encontra é o 903<sup>50</sup>. Trata-se de um punhado de imagens em que Villela cumprimenta pessoas em alguma unidade vicinal da Restinga não determina: são várias imagens repetindo o mesmo gesto, sempre colocado no centro da imagem e tornando a paisagem das casas planejadas e moradores um certo cenário comum que permeia todas as miniaturas. Esse padrão é quebrado na oitava imagem da sequência: a cadência das casas planejadas do bairro figura o fundo da imagem onde o jovem prefeito cumprimenta uma sequência de mulheres brancas com lenços na cabeça. O arranjo é desalinhado com a presença súbita de uma menina negra que, desperta pela

<sup>50</sup> Ver as folhas do conjunto de contatos 903 no Anexo XI no final desta tese.

curiosidade diante da câmera, se sobrepõe às demais camadas e quebra a quarta parede: lança um olhar de dúvida e curiosidade para aqueles que, anos depois, redescobrem-na numa caixa de imagens arquivadas.

Fotografia 26 Miniaturas do conjunto 0903 – “Vila Nova Restinga” (10/06/1976, de Octacílio Freitas Dias)

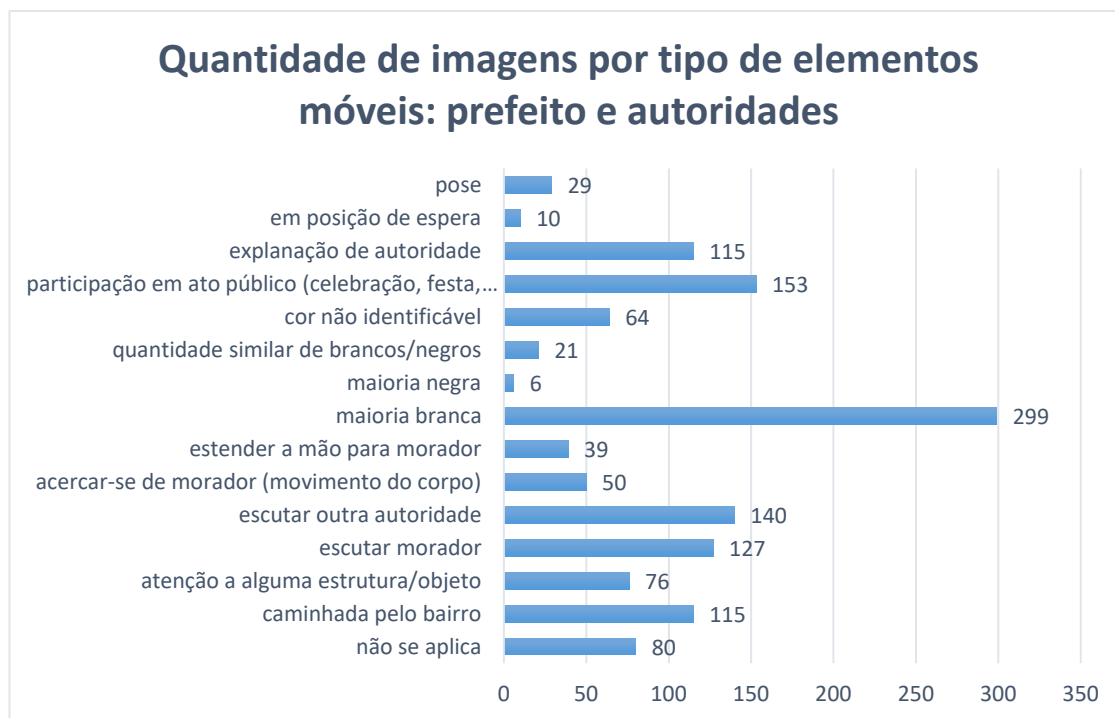


Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo



#### 4.1.12 Elementos móveis: prefeito e autoridade

Gráfico 14 - Quantidade de imagens por tipo de elementos móveis: prefeito e autoridades



Fonte: elaborado pela autora

Este e os próximos dois descritores tem por objetivo perceber qual a maior incidência de gestos pelos três grupos principais que participam das imagens: autoridades (incluindo aí prefeitos e aliados, todos visualmente identificados pela roupa formal e destoante), moradores adultos (porque se entende que são cidadãos ativos, que conhecem os ritos diante de uma autoridade, que lidam com a cena com uma oportunidade a partir do viés do jogo político onde é possível negociar melhorias), e por fim, moradores crianças, alheias praticamente aos ritos e jogos, habitantes de um mundo lúdico e inocente que, por vezes, não tem medo de expressar descontentamento ou indignação

A maioria das autoridades era, como de esperado, branca e participava de algum ato público nas comunidades. Em 115 imagens alguma discursava, em 140 escutavam outra autoridade falar. Em apenas 29 delas posaram para foto, pois nas outras aparecem ação: em 39 estendem a mão para moradores, em 50 inclinam ou aproximam o corpo em direção a moradores e, o mais importante,

escutam alguém da comunidade falar – claramente mais falam que escutam, mas é importante que os fotógrafos tenham conseguido ou acreditado na importância de captar esses momentos.

Por fim, em 70 dessas imagens as autoridades aparecem observando algum objeto (obra, placa) e em 115 caminham pelos bairros. As fotos de caminhada fornecem muitos elementos: a interação entre autoridades e moradores, as tomadas panorâmicas, a paisagem e a ludicidade como as crianças encaravam tais eventos. As miniaturas acima exploram a atividade já mencionada do Prefeito em todas as imagens da frágil folha de contato 903. Tendo a paisagem do bairro como cenário, Villela explora o jogo político do contato físico em um contexto próximo das eleições para o legislativo municipal.

Fotografia 27 - Miniaturas do conjunto 0903 – “Vila Nova Restinga” (10/06/1976, de Octacílio Freitas Dias)

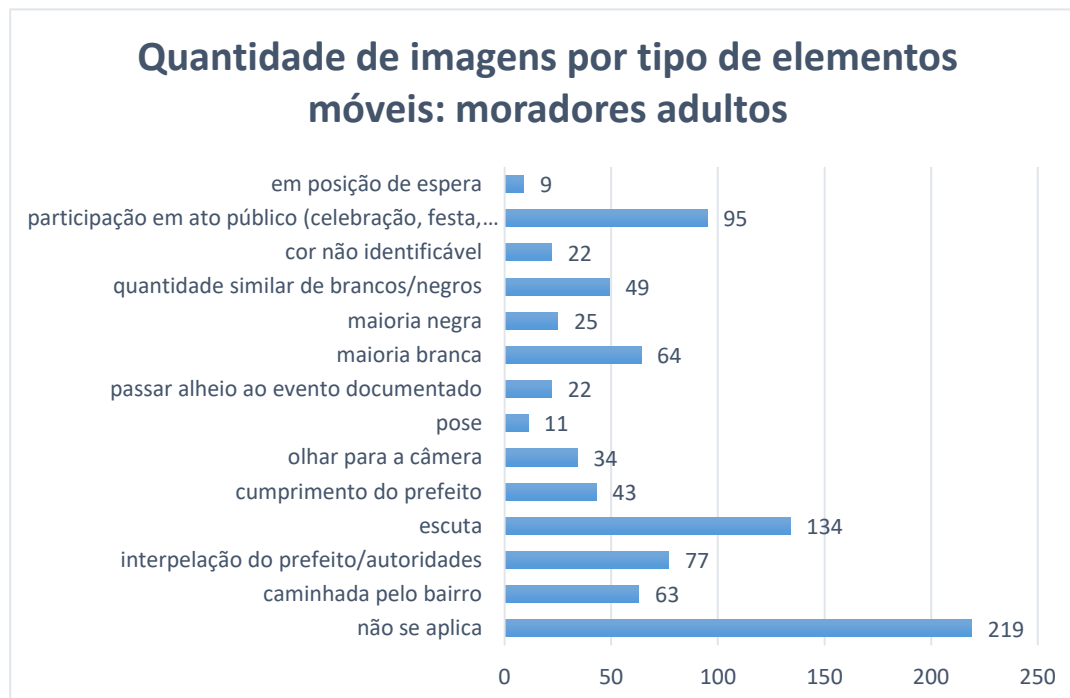


Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo



#### 4.1.13 Elementos móveis: moradores adultos

Gráfico 15 - Quantidade de imagens por tipo de elementos móveis: moradores adultos



Fonte: elaborado pela autora

Por sua vez, aqui há um certo equilíbrio entre a cor dos moradores: não há como ter certeza, muito também em razão das condições físicas das folhas de contato. Os dados mais expressivos se dão pelo gesto de escuta, presente em 134 miniaturas, e pela postura de estar participando de um ato público. Em 63 imagens há moradores caminhando junto as autoridades pelo bairro e em 77 eles interpelem as autoridades, isto é, aproveitam o momento para fazer-se serem escutados. Por fim, duas curiosidades: em 22 imagens há moradores que simplesmente seguem seu caminho, ignorando o evento e a câmera que o registra; mas também há 34 moradores que quebram a “quarta parede” e encaram a câmera e seu operador. Tal a menina do conjunto 903, eles, desta forma, também encaram nós, observadores do futuro.

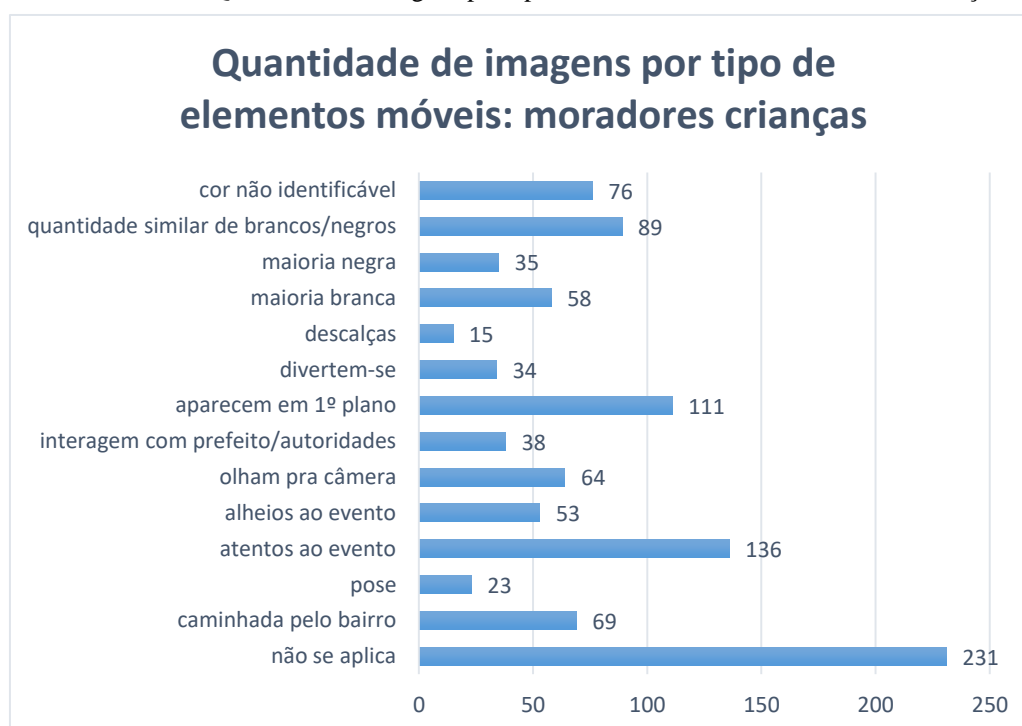
Fotografia 28 - Miniaturas do conjunto 0903 – “Vila Nova Restinga” (10/06/1976, de Octacílio Freitas Dias)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

#### 4.1.14 Elementos móveis: moradores crianças

Gráfico 16 - Quantidade de imagens por tipo de elementos móveis: moradores crianças



Fonte: elaborado pela autora

Um dos elementos mais interessantes nas imagens são as presenças infantis. Para responder esse descritor, buscou-se elencar as formas mais comuns que eram observadas delas nas imagens.

Cerca de 111 crianças ocuparam o primeiro plano das fotografias e há várias possíveis interpretações para isto: as crianças funcionam como uma figura apelativa que cativa, emociona e diverte o receptor das imagens. Não é à toa que costumam ser muito utilizadas em campanhas eleitorais. Crianças são associadas, sobretudo, ao futuro, conceito chave para um governo que quer construir sua legitimidade. Se as imagens das crianças se vinculam ao cuidado com o futuro, também podem ser associadas à inocência e à tutela, ideias que, por sua vez, o governo associava à população: frágeis e potentes, vulneráveis e inocentes com a imagem de um povo infantilizado à espera da tutela do governo liderado pelos generais.

Carregando múltiplos significados possíveis, as crianças se divertiam no momento e gozavam da atenção e das benesses das tais celebrações que o prefeito promovia. É significativo que, comparado aos moradores adultos, o dobro de crianças tenha encarado as lentes dos fotógrafos, assim como também o dobro não se importou de estar totalmente alheia ao evento. Cinquenta e três explicitamente se divertiram, enquanto quinze estavam descalças.

Fotografia 29 - Miniatura do conjunto 1572 - “Prefeito visita a Vila Mapa” (28/04/1977, de João Bicca)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

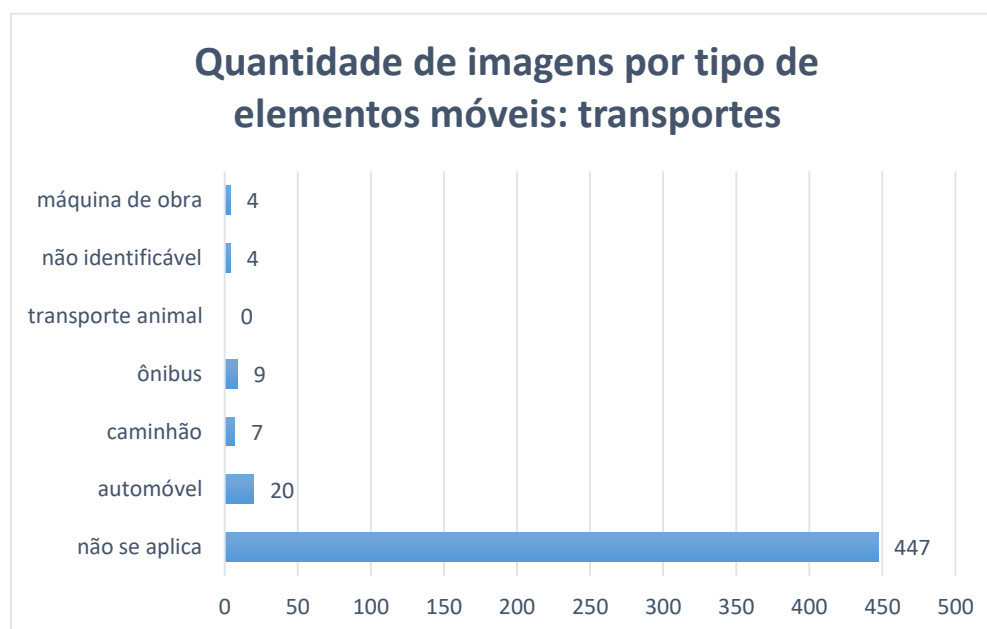
Acima, outra imagem do conjunto da folha de contatos 1572, de abril de 1977 na Vila Mapa: após participar da solenidade que assinava alguns projetos de melhorias na comunidade, o prefeito

faz uma pequena caminhada amplamente registrada pela câmera. Um grupo de crianças sai na frente e se impõe sob as lentes em várias tomadas. Elas dominam a cena: estão em festa e desconhecem ou ousam descumprir os gestos de formalidade que se espera junto a uma autoridade. Na miniatura acima fica visível o incômodo do prefeito, que até então parecia sempre confortável em seu papel. Elas encaram a câmera: querem ser registradas, fazem festa para isso, atropelam as autoridades e ignoram a hierarquia tão bem justaposta em outras sequências de contatos.

Enquanto a menina mais à frente sorri e mostra seus dentes para as lentes, um rapazinho ergue as mãos à frente do prefeito, de modo com que seus braços o espremam e ajudam a intensificar a expressão de irritação captada pela fotografia. Contudo, tecnicamente, a ordem continua posta: há uma edificação em alvenaria atrás e um transporte de obras ao fundo indicando que o prefeito estava os vistoriando. O prefeito e autoridades se encaminham para uma portão de arame, mas as crianças promovem o desarranjo: elas subvertem a organização da imagem, impõem a ludicidade de seu mundo e perturbam a formalidade, enquadrando o prefeito com seus braços infantis.

#### 4.1.15 Elementos móveis: transportes

Gráfico 17 - Quantidade de imagens por tipo de elementos móveis: transportes



Fonte: elaborado pela autora

Este último descritor icônico serviu para identificar possíveis meios de transporte nas imagens, mas pouquíssimas registraram isso, salvo alguns automóveis (que frequentemente pareciam

ser da comitiva do prefeito) e algumas imagens com ônibus, caminhão (relacionado a obras) e máquinas.

Por fim, mais uma miniatura do conjunto 903 e com o roteiro de cumprimentos de Villela e Pujol pelas ruas da Restinga Nova e sua paisagem marcando o horizonte. Aqui, as roupas sugerem que escolares os aguardavam. A imagem, como as demais dessa folha de contato, é construída em função do encontro da autoridade com os populares, geralmente envolvendo gestos que suscitam a ideia de que é ele, a autoridade, o protagonista – o vetor de um progresso ainda não democratizado. Entre os corpos, é possível ver ao fundo a rara aparição de dois veículos automotores.

Fotografia 30 - Miniaturas do conjunto 0903 – “Vila Nova Restinga” (10/06/1976, de Octacílio Freitas Dias)



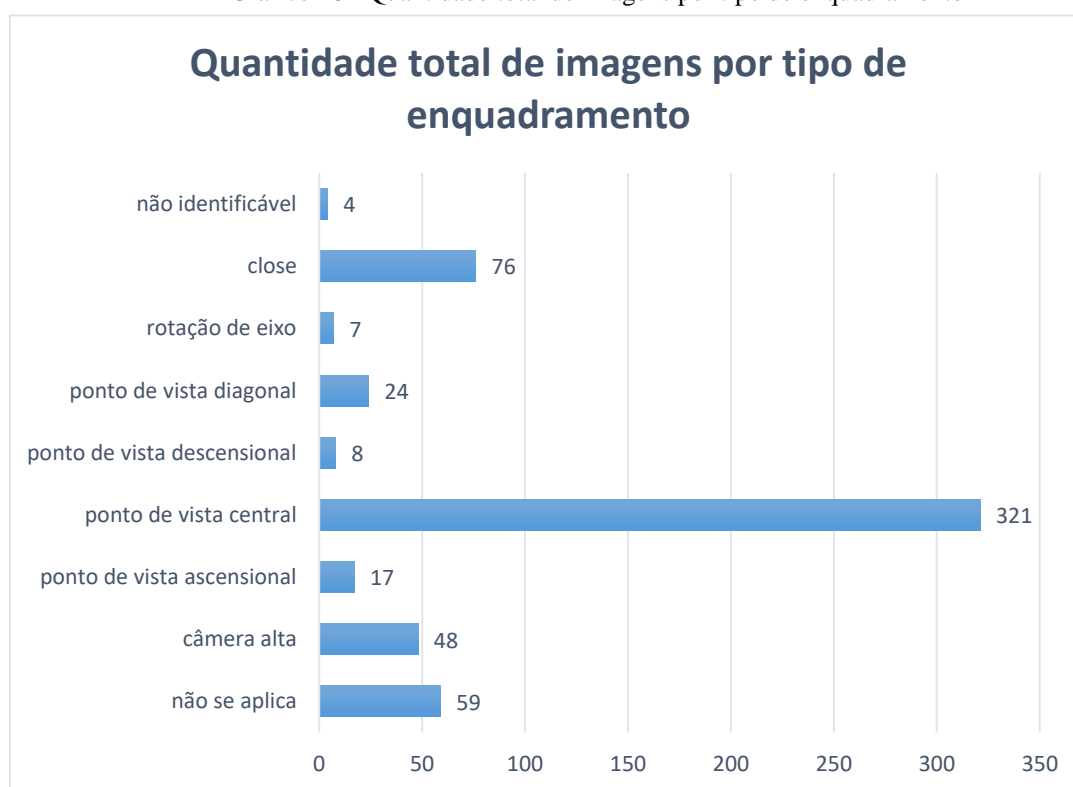
Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

## 4.2. DESCRITORES FORMAIS

Para a análise dos aspectos formais das imagens, buscou-se adaptar, aqui sim de forma mais direta, os descritores sugeridos por Lima e Carvalho (1997). Isto ocorreu por entender que, como vocabulários amplamente utilizados pela bibliografia de estudos de imagem, eles são atributos que abrangem as formas como os espaços urbanos costumam ser registrados. Os cinco tipos de descritores interferem uns aos outros simultaneamente e a observação pormenorizada de cada um contribui para o entendimento mais profundo das formas encontradas pelos fotógrafos para construí-las.

### 4.2.1 Enquadramento

Gráfico 18 - Quantidade total de imagens por tipo de enquadramento



Fonte: elaboração da autora

O enquadramento é a técnica mais utilizada para abarcar a totalidade da paisagem. Na grande maioria das imagens o enquadramento utilizado foi do ponto de vista central, já que o centro da imagem, em geral representado pela autoridade, dá estabilidade e controle sobre o resto. Também foi bastante utilizado o close, que mantém todos os planos da imagem a um primeiro plano. A câmera



alta também aparece com alguma importância, representativa das imagens em que o fotógrafo tenta captar o acontecimento subindo em uma área elevada, como um telhado por exemplo.

Na miniatura do conjunto 3622, o fotógrafo João Ludes Nodari utiliza a câmera alta para dar conta de registrar a multidão que se aglomera na visita do prefeito na Vila Nova Brasília. É a primeira das muitas imagens registradas em um momento em que a comunidade articulava forças diante de questões judiciais que ameaçavam expulsá-los do local. O curioso é que o primeiro cenário utilizado como palco diante desta multidão é um templo neopentecostal da Igreja Assembleia de Deus.

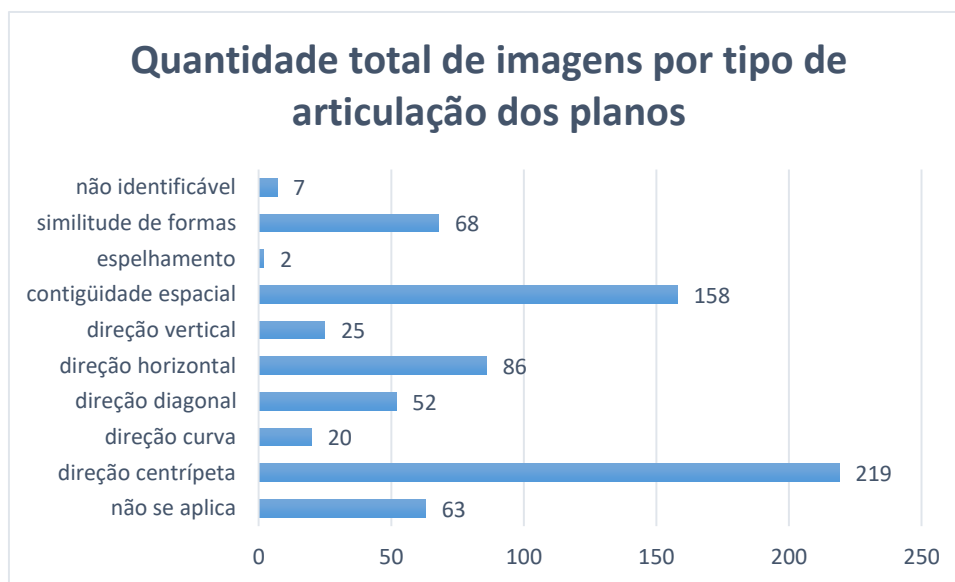
Fotografia 31 - Miniatura do conjunto 3622 – “Villela inspeciona obras na Vila Nova Brasília” (12/11/1979, de João Ludes Nodari): enquadramento tipo câmera alta.



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

## 4.2.2 Articulação de Planos

Gráfico 19 - Quantidade total de imagens por tipo de articulação dos planos



Fonte: elaboração da autora

Este descritor é o que dá conta da forma como lemos a imagem: a forma como os planos se conecta nela. Conjugando-se com o ponto de vista central, foi a forma de direção centrípeta a mais utilizada na amostra analisada, o que corrobora com a ideia de que as imagens produzidas pelo Gabinete do Prefeito revelam muito mais sobre o prefeito do que sobre os lugares e moradores com os quais ele interage. É sua figura central, ou melhor, a figura do regime que ele corporifica, que dá estabilidade e sentido à imagem – e à realidade, segundo a intenção dos grupos no poder. Tanto a contigüidade espacial quanto a similitude de formas são recursos que organizam os elementos e forjam uma noção de estabilidade. O conjunto 1961 é composto por uma folha de contatos pequena de 20 de outubro de 1977 intitulada “Inauguração de rede de iluminação na Vila Restinga Velha”. Suas imagens, de autoria de Otacílio Freitas Dias, se passam todas no período noturno e tem por objetivo celebrar a ação municipal que assava a fornecer iluminação pública no lado mais antigo e vulnerável do bairro.



Fotografia 32 - Miniatura do conjunto 1961 - “Inauguração de rede de iluminação na Vila Restinga Velha” (20/10/1977, de Octacílio Freitas Dias): enquadramento em câmera alta e articulação de planos do tipo direção centrípeta.

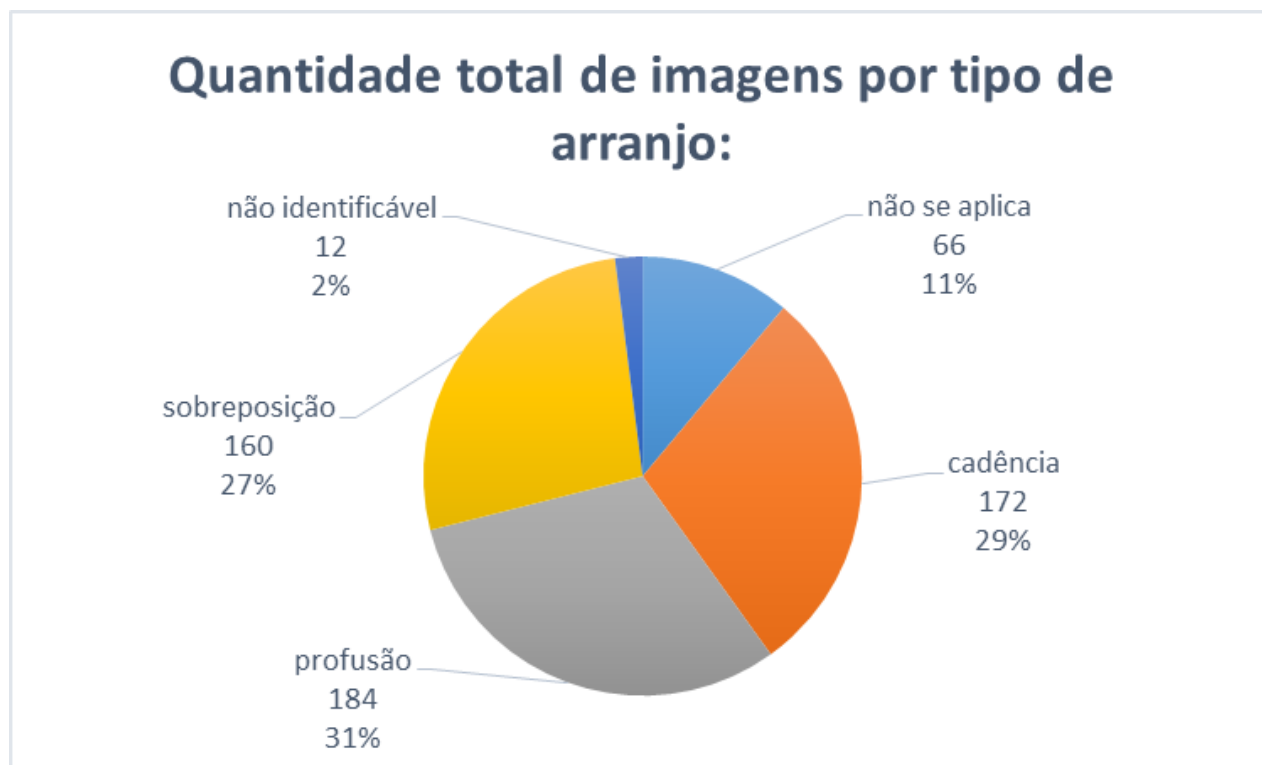


Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Um homem de roupa formal está falando ao microfone no centro da imagem e o prefeito está logo ao seu lado, com a cabeça solenemente erguida e acompanhado de outras autoridades. Ao fundo uma edificação de alvenaria funciona como escola ou centro social, dado o enfeite em uma das paredes. O primeiro plano é todo ocupado por crianças, aparentemente negras, iluminadas também pelo flash que, talvez por isso, faça muitas encararem a câmera. Para captar tantas pessoas densamente aglomeradas, o fotógrafo precisou encontrar um ângulo que o posicionasse acima dos demais, utilizando o enquadramento de câmera alta. Ele direciona a imagem em torno do microfone porque é na ação discursiva em torno do objeto que se concentra o objetivo do registro: a lógica da imagem é presidida pela direção centrípeta que o microfone exerce, ligando o plano das autoridades, o plano da edificação e o plano das crianças espectadoras da festividade da luz.

### 4.2.3 Arranjo

Gráfico 20 - Quantidade total de imagens por tipo de arranjo



Fonte: elaborado pela autora

Esse descritor informa como os elementos se organizam dentro da imagem e os índices da amostra foram muito equivalentes. Uma pequena maioria das imagens apresentou o arranjo do tipo profusão, que é quando um mesmo elemento é apresentado de forma caótica e intensa, dando-a qualidades visuais como ordenação, estabilidade e previsibilidade. As outras 29% foram caracterizadas pelo arranjo do tipo cadência, quando um elemento se repete por várias vezes de forma regular e estável na imagem, fazendo-a imprimir aspectos de homogeneização e abundância. A sobreposição, por sua vez, provoca uma certa descontinuidade visual que enfatiza o motivo fotografado. Ela cria um certo ar dramatizador, reforçando a hierarquia entre os diferentes planos.

Fotografia 33 - Miniatura do conjunto 1717 – “Obras na Vila Mapa” (01/07/1977, de Simpliciano Lisboa): arranjos do tipo cadência e profusão.

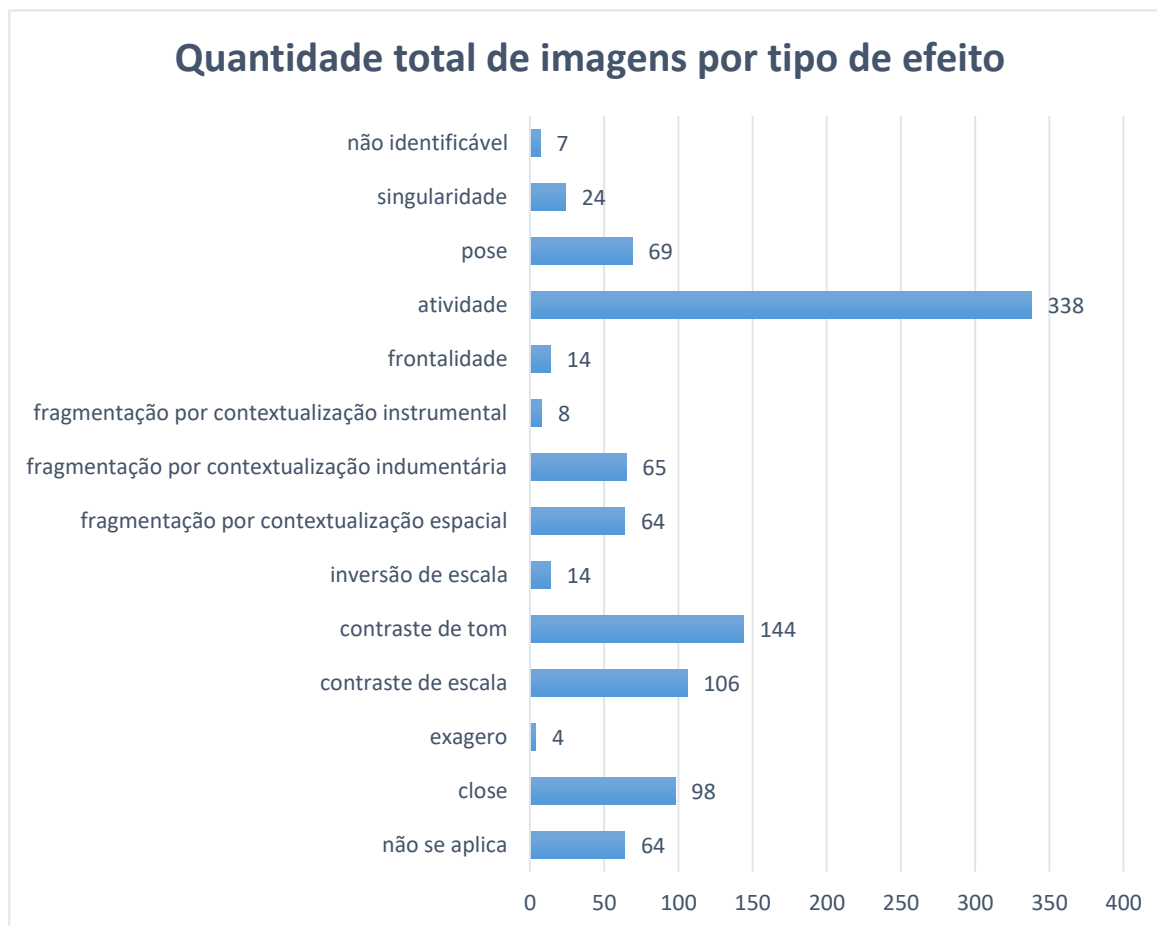


Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Na miniatura do conjunto 1717, outro momento em que Villela e autoridades encontram-se corpo a corpo com habitantes das periferias da cidade. O fotógrafo Simpliciano Lisboa registra um momento que precederia uma troca de presentes entre as autoridades e crianças da Vila Mapa. A imagem se divide entre um primeiro plano, totalmente cadenciado pelos corpos das autoridades à esquerda, e dos moradores, à direita, e um plano atrás onde de forma profusa reconstituímos a paisagem da comunidade. Um “X” de caneta azul marca o código com que o fotógrafo assinala a possível utilização da imagem.

#### 4.2.4 Atributo (tipo de efeito)

Gráfico 21 - Quantidade total de imagens por tipo de efeito



Fonte: elaborado pela autora

Os efeitos são recursos que alteram ou ressaltam um elemento. Eles trabalham em cima dos arranjos, dos enquadramentos e da forma de articulação dos planos. Cerca de 338 miniaturas foram trabalhadas pelo efeito do tipo atividade, que é quando uma ação que indica movimento intensifica os sentidos da imagem. Diferente da pose, que também apareceu de forma significativa na amostra, a atividade se insere no campo da plausibilidade, da dinâmica e do movimento. Outro efeito muito utilizado na amostra foi o contraste, que intensifica as hierarquias entre os elementos e pode ser de tom (como ocorreu 144 imagens) ou de escala (como ocorreu em 106).

Também se destacaram os efeitos do tipo por fragmentação, que desconstrói um objeto fotografado mas deixa elementos que permitem identificá-lo. Aqui este tipo foi dividido em fragmentação por contextualização instrumental (quando algum objeto marca a identidade daquilo que se destaca), por contextualização espacial (quando elementos mínimos sugerem o cenário da foto, como pedaços de uma casa ou de um monumento) e contextualização por indumentária, que em cerca de 65 imagens fez-se possível saber o papel do indivíduo na foto apenas pelas suas vestimentas (as autoridades sempre de roupa formal, por exemplo).

A imagem abaixo é uma miniatura de um conjunto de contatos produzido em 1976 durante uma visita do prefeito Villela, Reginaldo Pujol e outras autoridades. O fotógrafo Octacílio Freitas posiciona a câmera de modo em que as autoridades, analisando o que parece um mapa ou projeto, estejam no centro da imagem. Ao redor, moradores adultos ou crianças, curiosos com a atividade daqueles homens de roupas tão distintas. Aqui a roupa e a atividade funcionam como elementos notoriamente informativos sobre os acontecimentos. A pose também: enquanto as autoridades forjam uma postura do leitor tecnocrata, as cabeças cobertas das senhoras acompanham de forma cadenciada os acontecimentos e uma criança, diante de tal cenário, ousa fugir do protocolo e olhar de forma displicente para o horizonte. A criança, é claro, descumpra o teatro figurativo social porque a enxerga com ludicidade e sem as amarras que constroem as negociações políticas das visitas de autoridades. O sol cai justo sobre o rosto do prefeito, enquanto ele observa as instruções da ciência urbanística que executaria o progresso, do qual ele se constrói como vetor. E atrás de si, numa diferença de escala poética, pode-se ver a paisagem vulnerável e bonita da Vila São José.



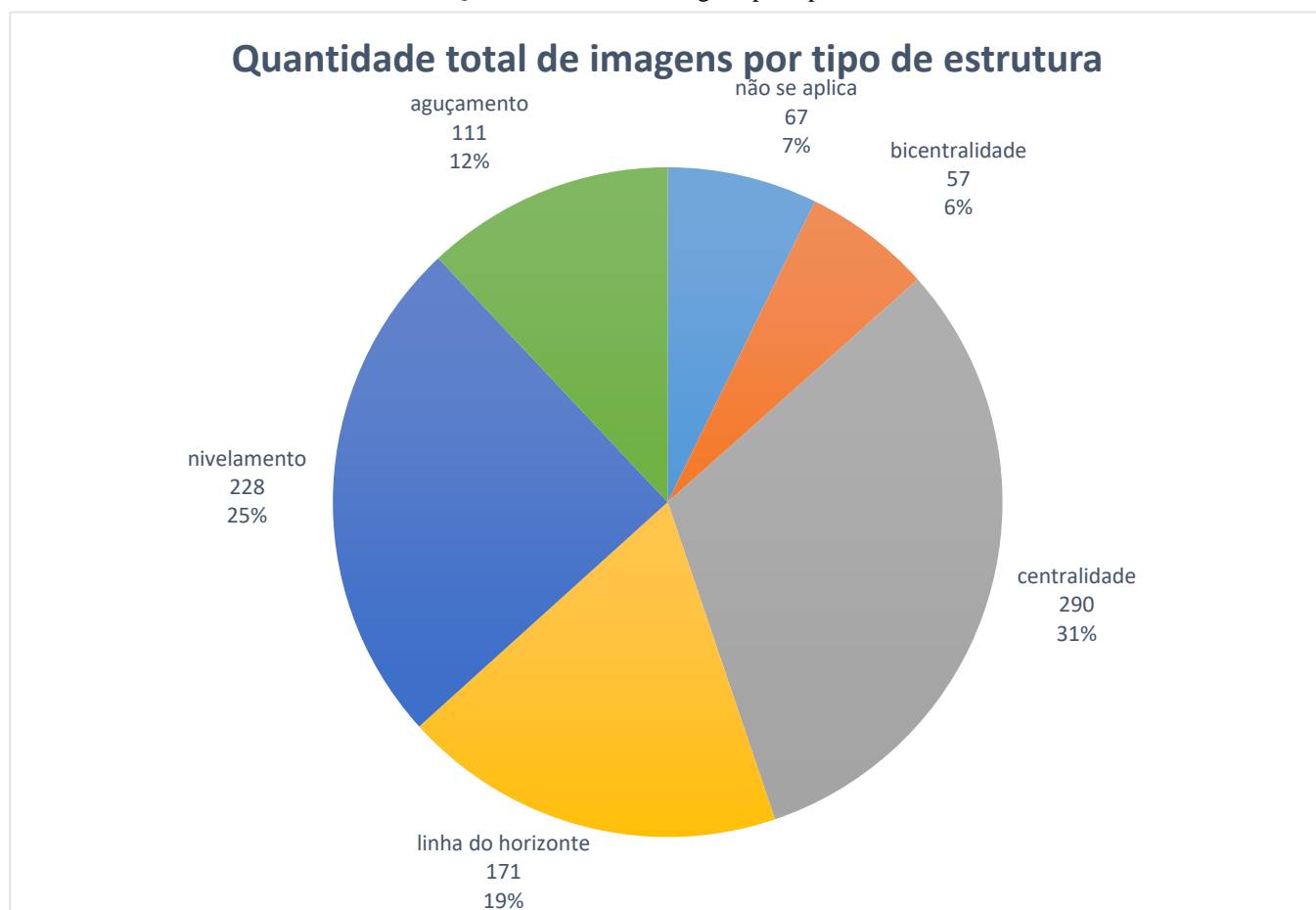
Fotografia 34 - Miniatura do conjunto 0928 - "Visita à São José" (24/06/1976, de Octacílio Freitas Dias): efeitos de atividade, pose, contraste de escala e tom e fragmentação por contextualização espacial.



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

#### 4.2.5 Estrutura

Gráfico 22 - Quantidade total de imagens por tipo de estrutura



Fonte: elaborado pela autora

Por fim, a articulação dos elementos morfológicos de uma imagem traça eixos horizontais e verticais que organizam a leitura que fazemos dela. O último descritor é a estrutura, que pode ser considerada uma junção final das maneiras com que uma imagem é trabalhada para construir sentido.

Seguindo a tendência dos outros descritores, 31% das imagens apresentaram a estrutura do tipo centralidade, que é quando lemos a imagem do centro para as axiais. Quando o motivo está localizado nas linhas estruturantes, ele vira o elemento que dá a estabilidade para a imagem – e nas imagens da amostra este local sempre é ocupado pela figura da principal autoridade. Em 6% das imagens existem dois pontos centrais, que aqui geralmente correspondem a duas autoridades ou a autoridade exercendo alguma ação significativa junto a um objeto ou morador. As imagens caracterizadas pelo nivelamento são as que apresentam muita simetria e repetição de elementos, adquirindo assim alta estabilidade visual. Também se destacam as imagens com estrutura do tipo

linha do horizonte: quando os elementos se aglomeram no terço horizontal, forjando uma certa noção panorâmica da paisagem.

O conjunto 0714 é composto por uma pequena folha de contato cujas três “linhas” parecem ser pedaços colados de três diferentes negativos. De fato, o nome do conjunto é “Obras nas vilas Mapa, Passo das Pedras e Nova Brasília”, o que nos faz apenas imaginar que cada linha pertence em ordem a cada comunidade mencionada, até porque cada uma possui um estilo diferente. Há apenas duas outras informações atrás da folha de contato: a autoria, do fotógrafo Humberto Alencastro, e a data de 4 de dezembro de 1975, ou seja, ainda no primeiro ano do mandato de Villela.

Fotografia 35 - Miniatura do conjunto 0714 - “Obras nas vilas Mapa, Passo das Pedras e Nova Brasília” (04/12/1975, de Humberto Alencastro): estrutura baseada na bicentralidade.



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

A imagem acima é a primeira miniatura da última linha e, tendo em vista muitas imagens do período, parece ser de fato da Vila Nova Brasília. Uma cerca de madeira corta a imagem quase de forma diagonal em dois grandes polos: do lado inferior e ao primeiro plano, temos Villela com suas roupas formais e óculos escuros acompanhado de outro homem enfatotado do qual só vemos o ombro



e o braço esquerdo; do outro, duas moradoras negras e alguns vestígios do que parecem ser crianças por trás da cerca humilde que separa o mundo público e privado. Também há uma sequência de casas de madeira ao fundo junto com um poste e algumas árvores. Uma falha de tinta provocada pelo tempo risca exatamente o eixo vertical da imagem separando a figura do prefeito das figuras das moradoras.

Pode-se inferir três atributos ao menos: o de atividade; pois é a ação que domina a imagem, o gesto plausível do cumprimento e do diálogo entre autoridade e moradoras; o de fragmentação por contextualização indumentária, já que as roupas distinguem notadamente os grupos sociais; e o de fragmentação por contextualização espacial, dado que há indícios suficientes para pelos menos supor que é uma visita a um espaço com carências urbanas.

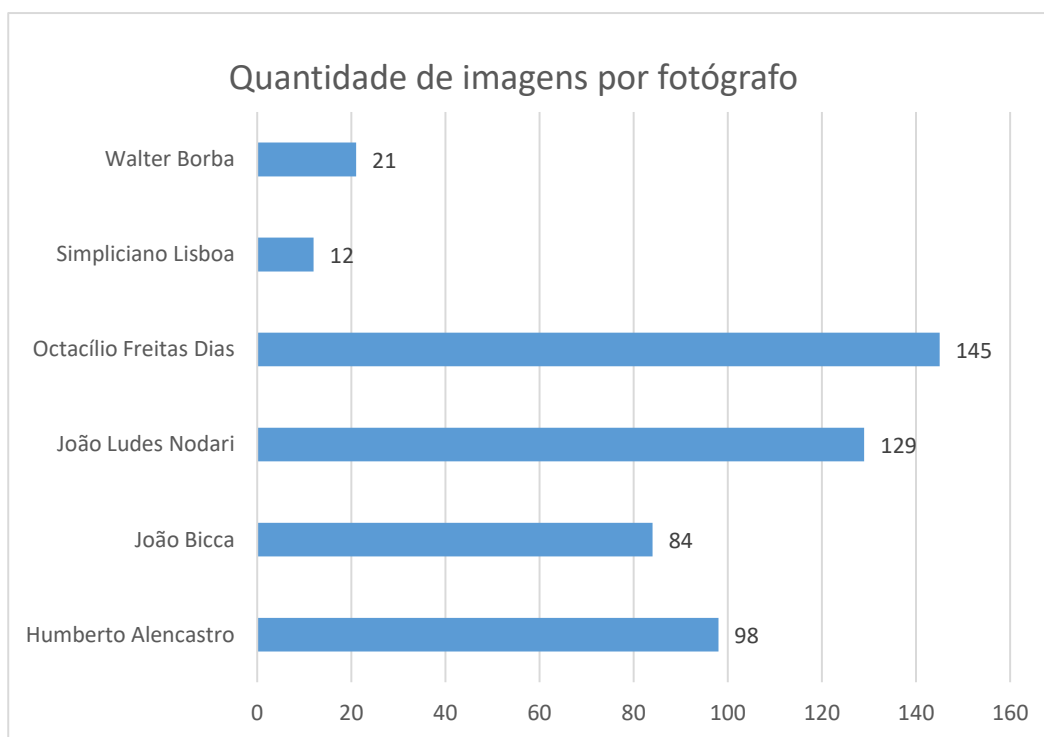
Por outro lado, percebe-se também a utilização do arranjo do tipo sobreposição, pois diferentes tipos de elementos figurativos se articulam, fazendo visível a separação entre os planos da imagem e enfatizando hierarquias: o branco e o negro, o homem e a mulher, o que está fora da cerca e o que está dentro da cerca, o que não se sabe mas se imagina (o ombro do homem de terno, a comitiva de carros que acompanha o prefeito, a máquina fotográfica) e o a miséria que se vê. A estrutura da imagem se baseia, portanto, na bicentralidade com que os dois núcleos são articulados. Ainda que a hierarquia dos nossos códigos sociais esteja explícita, não é a formalidade da figura do prefeito que prevalece: parece que, por conhecer as regras dos jogos de hierarquia que regulam a realidade e também o arquivamento visual dela, seja justo o sorriso da moça o regente da foto e não a ação do prefeito, que é o pretense dono da história.

#### 4.3. PADRÕES

Um conjunto de folhas de contato não tem pretensão de dar conta de um evento todo, e nem ao menos em parte dele: o filme positivado imprime sequências de imagens que podem corresponder, ou não, as sequências reais em que as imagens foram produzidas. De qualquer forma, as folhas funcionam como pequenas narrativas, com projetos de inícios e fins possíveis e capazes de sugerir movimento às imagens que de outra forma poderiam ser “só” estáticas. Esse material costuma ser marcado: nas folhas do Gabinete do Prefeito elas recebem às vezes marcas com símbolos e cores diferentes que correspondem a códigos praticamente impossíveis de serem totalmente decifrados. Estes símbolos supostamente foram feitos pelo fotógrafo que registrou as cenas e na amostra foram localizados o nome de seis fotógrafos diferentes. Estas marcas são desejos de monumentalização das

imagens: são formas com que os autores e editores marcavam as imagens que gostariam que fossem compartilhadas, isto é, vistas, monumentalizadas para posterioridade.

Gráfico 23 - Quantidade de imagens por fotógrafo



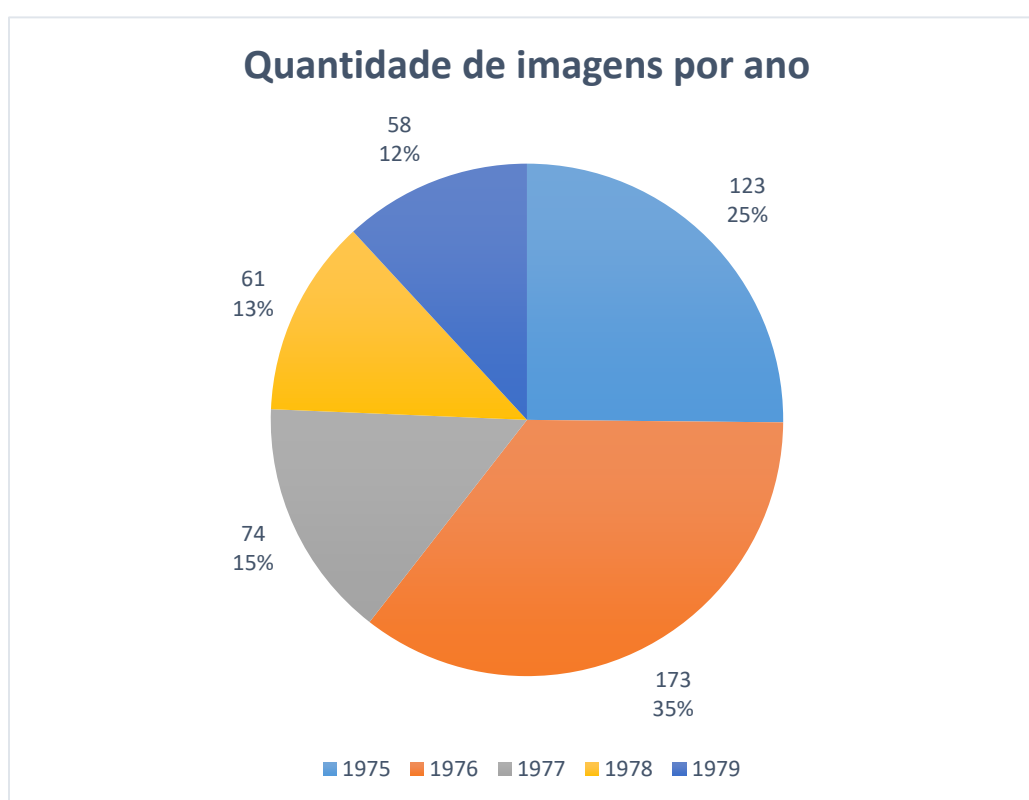
Fonte: elaboração da autora

Os maiores registros aqui foram produzidos pelo fotógrafo Octacílio Freitas Dias, um antigo fotógrafo do BNDES que ingressou como contratado fixo pela prefeitura quando Villela assumiu. Segundo a entrevista que me concedeu em 2019, não havia muitas regras para selecionar qual fotógrafo iria para qual lugar: as pautas eram postas pelos assessores de comunicação do prefeito e o plantonista que estivesse disponível se dirigia com o resto dos funcionários para lá. Essas imagens, segundo ele, eram utilizadas de diferentes formas pela prefeitura: iam parar nos relatórios oficiais, nos boletins informativos e eram distribuídas para que a imprensa publicasse a rotina do prefeito ou em matérias incentivadas pela administração municipal nos jornais locais. Essas características reafirmam a existência de um projeto e de um investimento na condução da produção das imagens, que influi na sua relativa uniformização. Por outro lado, também sugerem a possibilidade de autoria, dado que, por mais treinados na técnica que pudessem ser, as imagens não deixam de ser a expressão

do olhar do sujeito que opera a máquina – o que fica especialmente visível quando analisamos as sequências de miniaturas das folhas de contato.

Por sua vez, os registros foram produzidos entre abril de 1975 e novembro de 1979, isto é, do imediato início do mandato de Villela até alguns meses depois do início do segundo. Os contatos do final de 1979 não foram descartados porque o material não parecia ter características tão discrepantes dos produzidos nos meses anteriores: o que ocorre, de fato, é uma sutil mudança na produção das imagens ao longo dos quatro anos observados e, ao invés do marco administrativo, preferi aqui manter a escolha no recorte temporal.

Gráfico 24 - Quantidade de imagens por ano



Fonte: elaboração da autora

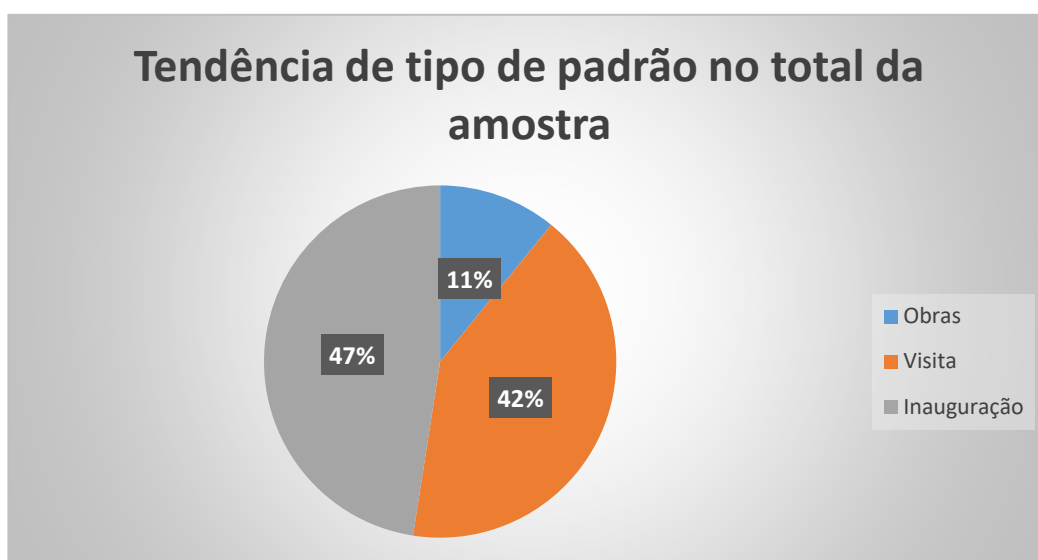
Afinal, o ano de 1979 em si foi simbólico: o bipartidarismo e o governo de Geisel se encerravam e, a nível local, era promulgado o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade, que substituíra o Plano Diretor de 1959, a lei que legitimou as poderosas alterações urbanas pela ditadura em Porto Alegre. Não por menos, também foi o ano que o Museu de Porto Alegre deixou de ser uma ideia e passou a ser um projeto concreto da prefeitura. Um ano que determinou o futuro e o

passado da cidade em consonância com as transformações que irradiavam do resto do país e, de certa forma, sugeriam novos contextos para a década seguinte.

O gráfico é sucinto: a maioria das imagens foi produzida em 1976, ano em que a cidade se preparava para a eleição da câmara municipal. Ou seja, um ano de disputarem que a presença do prefeito e de suas autoridades, especialmente do candidato e diretor do DEMHAB Reginaldo Luz Pujol, era crucial. A existência dessas porcentagens é um indicativo também daquilo que elas não revelam diretamente: a disputa por espaços, a reorganização dos movimentos comunitários, o surgimento de lideranças – novas demandas que exigiam visitas frequentes do poder e faziam com que certos lugares e seus moradores devessem ser visualizados e publicizados junto as autoridades.

Neste sentido, a pesquisa identificou a possibilidade de três grandes tendências na amostra que, como colocadas no método desenvolvido por Lima e Carvalho (1997). Nomearei de **PADRÕES**: o padrão de imagens do tipo *inauguração*, o padrão de imagens do tipo *visita* e o padrão de imagens do tipo *obras*.

Gráfico 25 - Tendência de tipo de padrão no total da amostra



Fonte: elaboração da autora

A divisão entre os três tipos se deu, antes de tudo, pelo assunto principal que cada conjunto trata, explícito no título que recebe e no tema da maioria das suas imagens. A isso, soma-se os tipos

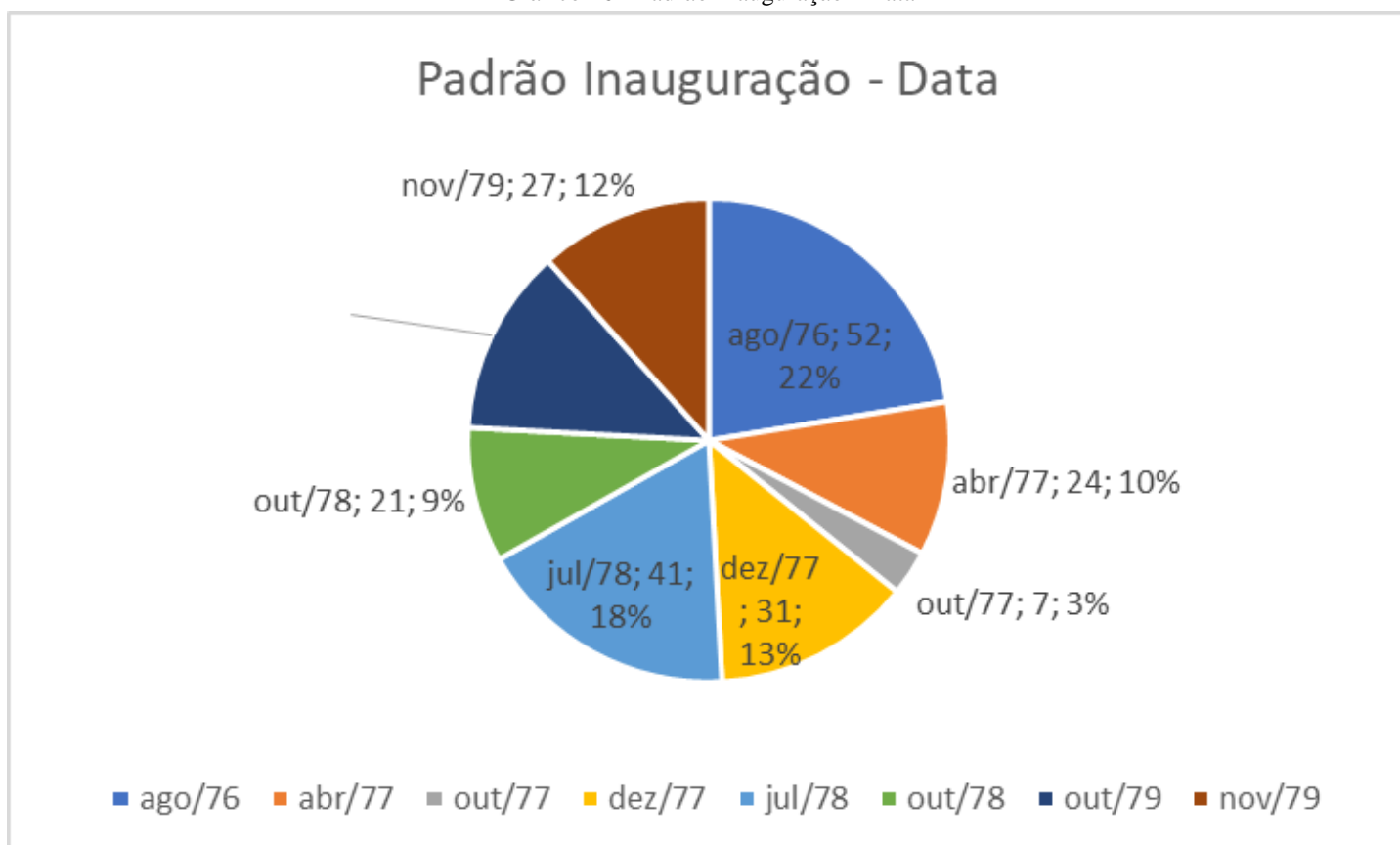
de descritores que foram identificados na tabulação das miniaturas e que oferecem uma perspectiva pormenorizada da forma e dos porquês que constituíram esses sentidos.

A título de exemplo, no descritor icônico do tipo de abrangência espacial o padrão tipo obras é o que mais apresentou proporcionalmente tanto a vista pontual quanto a panorâmica (cerca de 45% e 28%, respectivamente), enquanto o padrão tipo visita foi o que mais utilizou o ponto de vista parcial, em cerca de 36% das imagens.

Por sua vez, as diferenças de análise do descritor icônico da tipologia urbana ficam muito interessantes se pensarmos a partir da divisão dos padrões: as imagens do tipo obra possuem a maior proporção de registros de ruas com chão batido, são 35% para 10% apenas de ruas pavimentadas. Enquanto isso, no padrão inauguração as ruas com chão batido representam apenas 4% da amostra, para 21% de ruas pavimentadas e significantes 31% de ruas com traçado regular (que representam 7% no padrão visita e 20% no padrão obra). Outra resposta importante é a que indicam se há descampados na imagem, ou seja, espaços com vegetação livre, muitas vezes misturada a chão batido e restos. Apenas 3% das imagens categorizadas no padrão tipo inauguração registraram descampados, enquanto nos padrões tipo visita e obra essa proporção variou entre 10 a 13% dos registros. A análise desse descritor permite elaborar a hipótese de que as imagens do tipo inauguração enquadravam mais espaços organizados, para registrar a imagem de uma periferia “civilizada” pelas mãos do regime e possivelmente também eram as que mais seriam repassadas à imprensa. As imagens dos padrões tipo obra e visita teriam outros objetivos: fotografar a vulnerabilidade como sinal da preocupação estatal em transformá-la, afinal, eram os tempos em que se fazia necessário afirmar que os objetivos de 1964 eram para todos.

### 4.3.1 Padrão Inauguração

Gráfico 26 - Padrão Inauguração - Data



Fonte: elaboração da autora

As imagens do tipo inauguração ocupam quase metade da amostra: cerca de 47% do total, envolvendo dez conjuntos de contatos. São conjuntos que se colocam a narrar solenidades de inauguração de ações envolvendo a municipalidade e suas autoridades: conjuntos habitacionais, infraestrutura, escolas e semelhantes. Tais características fazem com que 51% das imagens tratem da Restinga, a área que no período a prefeitura incentivava intensamente a ocupação – e a propaganda do qual resultava muitas destas imagens foi fundamental tanto para atração de habitantes quanto para a legitimação do grupo no poder.

Outra grande característica desse padrão são suas ocorrências espaçadas no tempo, não se concentrando em um recorte definido específico, dado que, sem dúvidas, a produção de imagens em situações análogas é condição fundamental de um arquivamento de imagens urbanas:

O padrão Inauguração tem características celebrativas: as imagens têm por objetivo valorizar e engrandecer o Estado que proporciona e concretiza “o progresso”. Entre as características gerais

observadas pela tabulação dos descritores pode-se inferir a preferência por registrar ruas pavimentadas e com traçado regular, registrando um espaço ordenado e civilizado. Percebe-se mais enfoque em placas públicas que em outros padrões e mais da metade das imagens representam o prefeito e outras autoridades (29% e 27%, respectivamente), seguidas em proporção menor por crianças e moradores (cerca de 19% e 18%).

Fotografia 36 - Miniatura do conjunto 3568 - "Inauguração do centro infantil professora Maria Zulmira Abreu Lima - Restinga Nova" (19/10/1979, de João Bicca): padrão tipo inauguração.



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

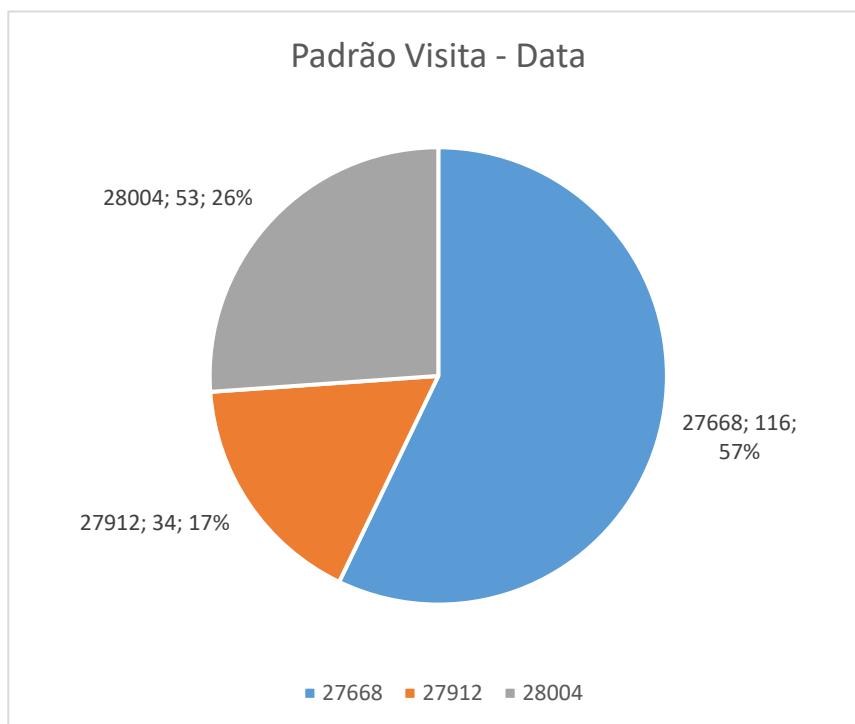
A imagem acima foi produzida pelo fotógrafo João Bicca no dia 19 de outubro de 1979. Sob o título de “Inauguração do centro infantil professora Maria Zulmira Abreu Lima - Restinga Nova”, o conjunto 3568 é composto por 22 miniaturas que relatam a abertura da escola infantil com a presença do prefeito que discursa, cumprimenta e assiste apresentações de alunos. Ele também parece prestar atenção na fala de algumas mulheres, provavelmente professoras. Em um determinado momento há o descerramento de uma placa na parede da escola. Na imagem selecionada, vários planos são articulados: a faixa da inauguração, a sequência de crianças, o prefeito ao centro prostrado

diante delas, algumas autoridades conversando atrás, o público da solenidade organizado e as casas padronizadas características do bairro. Ela converge também com os descritores técnicos para as imagens do tipo inauguração: enquadramento centralizado, elementos organizados em profusão (a relativa desordem do lado esquerdo), sobreposição (a mistura de planos) e cadência (a ordenação de das casas e crianças do lado direito), ao mesmo tempo em que tudo é ordenado a partir do centro (o prefeito) e se forja uma noção de espaço (o que chamamos de contiguidade espacial). Esses efeitos são provocados pelo uso dos contrastes de tom, pela localização espacial (que fragmenta e caracteriza a paisagem) e pelas atividades dos sujeitos registrados. Os aspectos ordenadores se articulam entre os desordenadores, ou seja, os que trazem surpresa no movimento tradicional do olhar: a expressão da criança à esquerda, o gesto da autoridade logo atrás, a posição da professora com as crianças à direita, etc.



### 4.3.2 Padrão Visita

Gráfico 27 - Padrão Visita - Data



Fonte: elaborado pela autora

As imagens do padrão do tipo visita ocupam um pouco menos da amostra que as do tipo inauguração: cerca de 42%, o que equivale a 6 conjuntos de folhas de contato, um pouco mais longos que os do tipo inauguração, produzidos apenas entre 1975 e 1976. Existem imagens do padrão visita para todas as comunidades analisadas na amostra (São José, Batista Xavier, Mapa e Restinga), mas mais da metade (54%) são registros da Vila Nova Brasília. Segundo Moraes (2011), a Folha da Tarde de 14 de julho de 1976 descrevia a miséria do lugar e ponderava que

Dentre as vilas e loteamentos de propriedade do DEMHAB é a que apresenta maiores carências. Oito meses atrás a vila não tinha rede de abastecimento de água e no momento quase toda ela tem, instalações domiciliares foram feitas gratuitamente para os habitantes. Aterramento de um beco e iluminação pública são as reivindicações dos habitantes (MORAES, 2011).

A miséria, a vizinhança com uma comunidade onde o Estado não conseguia adentrar (a Vila do Respeito) e a reivindicação de seus moradores em prol da regularização do território

provavelmente contribuíram para que a Nova Brasília fosse tão registrada no período. Não por acaso, dentre as imagens da amostra, as do tipo visita são as que mais aparentam deficiências, com uma significativa quantidade de imagens de ruas de chão batido, traçado irregular ou descampado, ainda que as com traçado regular também sejam muito presentes. São visíveis ruas com ausência de pavimentação, construções precárias e vegetação alta, compondo um equilíbrio maior entre aquilo que não costumava ser fotografado com a periferia idealizada da amostra.

Fotografia 37 Miniatura do conjunto 0418 – “Prefeito visita Vila Brasília” (23/10/1975, de Humberto Alencastro): padrão tipo visita.



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Esta é uma miniatura do contato 0418 registrada por Humberto Alencastro em 23 de outubro de 1975 na Nova Brasília, apenas alguns meses depois da notícia transcrita por Moraes. É um conjunto extenso de mais de duas folhas em frágil estado de conservação, pois ora as bordas estão manchadas, ora rasgadas. O título é simples e direto, “Prefeito visita Vila Brasília”, e as imagens percorrem as

ruas descampadas e com lixo da comunidade, entre pequenas casas precárias e valões. Muitas crianças se agitam sob a lente e não parece haver qualquer repreensão nas sequências pois, ao contrário, o fotógrafo parece estimular, ocupando uma considerável quantidade de tomadas com elas. Villela surge ora sozinho, ora com as crianças ou interagindo com o espaço e moradores. O fotógrafo acompanha o passeio do prefeito, que age com certo conforto diante das câmeras: um corpo branco em trajes formais atuando em um palco de miséria.

A foto é vigésima quarta de uma folha de contato de trinta miniaturas. A vista é panorâmica e os elementos se colocam em uma cadência não exatamente previsível: se à esquerda se organizam uma sequência de “malocas”, à direita o horizonte contempla a várzea e o chão bagunçado de terra, vegetação e restos. Entre as duas retas diagonais, o amontoado humano espremido entre as casas e um valão. Uma figura posa e fixa a câmera no primeiro plano enquanto a cena se desenrola atrás e o prefeito tenta transpor o valão para cumprimentar os moradores. Três pontos que se sobressaem: o homem que à direita se senta e observa o cenário, o prefeito que, ao centro, faz o gesto da aproximação, e a moça que à esquerda encara o observador. A riqueza da imagem está na multiplicidade de informações que tornam possíveis várias camadas: quem ganha a foto é o prefeito que ocupa o centro ou a criança que, descoberta pelo primeiro plano da câmera, se esconde na mãe que a encara?

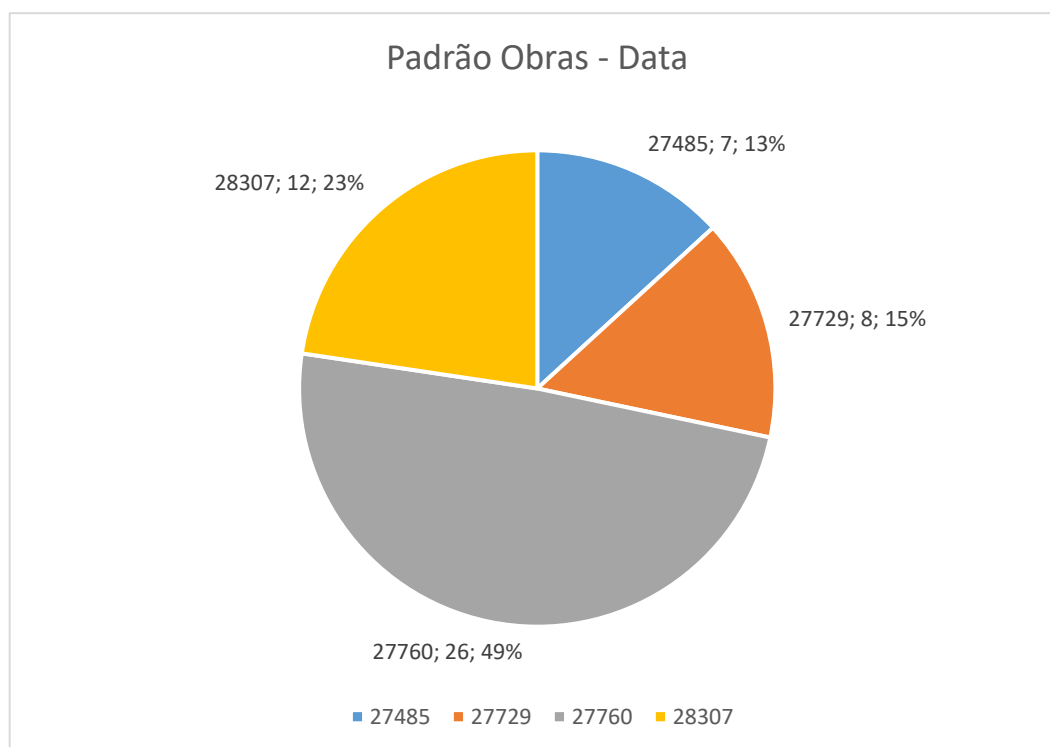
É impossível não se impressionar com a riqueza do material: a postura de Villela modula um político que tenta se aproximar a todo custo de uma população extremamente ignorada. A centralidade em sua figura e a segurança de quem sabia como se posicionar diante da câmera retiram a carga de denúncia que o registro de uma miséria tão latente provavelmente adquiriria: são imagens feitas sobretudo sobre o prefeito e sobre a sua agência, sobre a capacidade da administração nomeada pelos generais de levar o progresso e o conforto (material e moral) até os lugares esquecidos. Retirando essas pessoas da invisibilidade e colocando-as a se apresentarem diante das câmeras, a prefeitura forja um discurso que tenta recuperar suas dignidades.

Contudo, é importante recordar que, mais uma vez, as imagens não se preocupam com a transformação prática da situação de “sub-cidadania” desses sujeitos, nem as suas demandas reais: aqui existe, acima de tudo, um cenário de escuta e presença, um momento de contato, que poderia ser muito bem utilizado estrategicamente tanto pelas autoridades quanto pelos moradores. Um simulacro sim, mas não menos um palco de luta, afinal, para uma gente acostumada a ter sua imagem só em

páginas policiais, ter o prefeito em sua casa sorrindo poderia ser uma forma de reconhecimento da existência – e da possibilidade de barganha.

### 4.3.3 Padrão Obra

Gráfico 28 - Padrão Obras - Data



Fonte: elaborado pela autora

O grupo que foi classificado como padrão do tipo obra é o menor. É importante salientar que a divisão foi uma forma arbitrária de buscar sentidos aos conjuntos de contatos, classificando-os pelo objetivo que parecem se impor ao longo das miniaturas – se impor, não se restringir, dado que visitas do prefeito não podem ser totalmente dissociadas da vistoria de obras e por vezes de inaugurações. Ambos os sentidos se complementam e se reforçam no objetivo geral que as imagens recortadas por este trabalho sugerem: o registro imagético de um determinado governo em um determinado contexto da grande questão que é o crescimento das periferias urbanas no Brasil – questão que clama por soluções até hoje, diga-se de passagem.

As imagens do padrão do tipo obra correspondem a quatro conjuntos de contatos produzidos entre abril de 1975 e julho de 1977. De forma similar ao padrão do tipo vila, mais da metade (57%) também são de registros da Vila Nova Brasília. Proporcionalmente há uma quantidade maior de

imagens cujas ruas têm o chão batido e, ao contrário dos outros dois padrões, todas as imagens foram produzidas em um cenário aberto e no período do dia, sem quaisquer tipos de vistas internas. Preponderam vistas pontuais em 45% das imagens e existe um equilíbrio maior entre os tipos de deficiências na infraestrutura: falta de pavimentação, vegetação alta, lixo e deficiências sanitárias apresentam proporções significativas. O gesto de dar atenção a alguma estrutura ou objeto também se destaca comparado aos outros padrões, pois aqui é uma materialidade em transformação (um sistema de encanamento, uma construção) que determina todo o sentido dos relatos imagéticos. A esmagadora maioria das imagens foi construída a partir de enquadramentos centralizados, reforçando a perspectiva generalizada que tal manejo forneceu sobre o sentido do total da amostra. Há pouca variedade nas formas de articulação dos planos, contudo, comparativamente, há um uso um pouco mais significativo da similitude de formas, da contiguidade espacial e, como em toda amostra no geral, da direção centrípeta.

Fotografia 38 - Miniatura do conjunto 0579 - “Água na Vila Brasília” ( 22/01/1976, fotógrafo Humberto Alencastro): padrão tipo obra.



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

A miniatura do conjunto 0579 escancara a periferia desencantada de outros conjuntos: trata-se do contato 0579, “Água na Vila Brasília”, registrada em 22 de janeiro de 1976 por Humberto Alencastro em uma folha de contato com 22 miniaturas. Elas narram um momento que Villela e autoridades visitaram a comunidade, mas se concentram na questão hídrica: em algumas fotografias há a abertura de um poço, em outras é possível ver alguns valões junto a casas precárias e, por fim, há uma sequência de três imagens em que o prefeito conversa com crianças que estão carregando água em latas. As crianças não posam para a imagem: o registro é imediato, acontece durante o contato. O chão é batido e seus pés estão descalços. A centralidade é, mais uma vez, no prefeito, que se posiciona no meio da estrada de chão batido: existe uma certa sequência proporcionada pela perspectiva do caminho, contudo ela é embaraçada pelos elementos confusos que interpolam nesse espaço – o caminhão, o mato, o fundo com as casinhas paupérrimas. A imagem se quebra com a indumentária das autoridades e esse parece ser o argumento mais profundo: o prefeito conhece um lugar que não lhe pertence. O caminhão ajuda a criar ponte entre as partes da cidade tão desconexas e a angústia do contraste incita a empatia com a autoridade que se direciona aos corpos que, ainda que vulnerabilizados, reivindicam sua cidadania, negociam com o poder público e permitem tornar-se visíveis perante estas imagens das margens da cidade.

## 5. ATRAVESSAMENTOS FINAIS

Esta tese de doutorado foi escrita em um momento em que o bairro Restinga era o quarto maior bairro de Porto Alegre, com uma população superior a 50 mil habitantes, dos quais quase 40% se declararam negros (para a cidade, no total, este percentual era de cerca de 20%) (IBGE, 2010)<sup>51</sup>.

Em pouco menos de um século, Porto Alegre expandiu suas margens, alimentada pelos fluxos migratórios dos processos que expulsavam os trabalhadores do campo em direção aos centros urbanos, e alimentada pela falta de políticas públicas suficientes que resolvessem o imenso quociente de moradia e saneamento. Durante a Ditadura Civil-Militar, simultaneamente a cidade que se erguia imponentes arranha-céus e viadutos, as margens construíram os espaços dos excluídos da cidade formal e dos serviços que dela se associam.

Este trabalho foi um esforço investigativo a respeito destas outras marcas com que este período autoritário recente reverbera no presente das cidades brasileiras e partiu de quatrocentas e oitenta e oito miniaturas, divididas em vinte e um conjuntos de folhas de contatos.

Dessa imensa quantidade, cento e setenta e três imagens, ou seja 35%, foram produzidas no ano de 1976. Isto é, de todos os anos que a amostra extraída do Acervo Fotográfico Permanente da Coordenação de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito, foi o ano que mais forneceu imagens pertinentes ao tema desta tese: o alargamento da noção de cidade no arquivamento visual institucional das atividades da autoridade máxima municipal.

Em 1976, o Brasil, de um modo muito geral, e Porto Alegre, de uma forma bastante específica, foi o palco de uma infinidade de disputas políticas e ideológicas, perceptíveis em distintas camadas do corpo social. Essas batalhas, indiscutivelmente, não eram novas: o Brasil é um país tradicionalmente desigual, contraditório e violento, características que são acentuadas na medida em que o país se insere, de forma dependente, nos jogos políticos e financeiros do chamado capitalismo tardio.

O número de imagens é sintomático também porque em 1976 podemos dizer, talvez, que as batalhas estivessem numa configuração de algum modo singular: se, por um lado, existia um regime

---

<sup>51</sup> De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o Bairro Restinga possuía 60.729 habitantes, 4,31% do total do município, sendo 38,50% declarados negros. Porto Alegre possui 1.409.351 habitantes, sendo 20,24% declarados negros. Cf: Observatório da Cidade de Porto Alegre, disponível em <http://www.observapoa.com.br/> (acesso em março de 2020).

autoritário que cerceava as liberdades individuais e tentava sufocar qualquer aspiração à discórdia, por outro, o mesmo regime via sua política econômica derreter diante da crise financeira internacional e perdia a barganha material com que havia sustentado a legitimidade de seu caos institucional junto as classes médias e altas. Se a fome crescia, também se rearticulavam os grupos de oposição, organizando novas e velhas demandas forjadas pelo sangue e pelo suor dos traumas que a última década havia proporcionado.

Os novos *fronts* que ameaçavam o *status quo* emergiam nas artes, na imprensa, nos grupos estudantis, nos grupos ambientalistas, nos movimentos negros, indígenas e feministas, nas associações rurais, nas associações de trabalhadores e, também, nas associações de bairro. Lentamente, a sociedade se organizava de diferentes modos para recuperar o protagonismo popular, alimentando-se de conceitos que se tornavam parte das agendas de outras partes do mundo – *ecologia, carestia, racismo, direitos reprodutivos, liberdades democráticas, direito à educação, à saúde, à moradia, à cidade*.

Na política tradicional não era diferente. Os generais e seus lacaios bem que tentaram obstaculizar o máximo as eleições legislativas municipais que ocorreram naquele ano, mas em alguns lugares a vitória da oposição foi esmagadora. Porto Alegre foi um destes: sem poder eleger prefeito desde 1964, quando o trabalhista Sereno Chaise foi cassado pouco tempo após tomar posse, a cidade era administrada por alcaides escolhidos pelo governador estadual e consagrados pelo presidente. As eleições para o legislativo eram, assim, a grande oportunidade de os cidadãos exporem seus vereditos sobre a governança local – e se o prefeito construía uma imagem popular percorrendo as comunidades até então sumariamente ignoradas, a eleição de uma maioria de 14 eleitos do MDB sob 7 da Arena foi um fator absurdamente significativo.

Diversas batalhas então: nos porões dos torturados, nas estratégias da imprensa, no burburinho dos movimentos sociais, na divulgação artística, na disputa pelo voto, mas também nas corpo a corpo dos políticos nas favelas, redefinindo políticas sociais, concedendo respiros e teatralizando um diálogo cujas câmeras fotográficas eternizariam nos arquivos.

Em um ponto da política institucional da cidade, os vinte e um vereadores eleitos no pleito do ano anterior tomavam posse no último dia de janeiro de 1977, assistidos pelo prefeito e outras autoridades locais. Glênio Peres, um homem de quarenta e poucos anos, declamou o texto que ficaria



conhecido como “Discurso na Terra do Silêncio”: Peres foi o líder da bancada do MDB, a maior bancada de oposição com que os golpistas haviam lidado na cidade desde a destituição de Chaise.

O propósito do ato foi objetivo: Peres tentou explicar aos pares e as demais autoridades que o papel da bancada de oposição não era obstruir as ações da administração municipal pois eles estavam lá pela vontade popular e, como tal, tinham um compromisso que também era esperado dos demais: servir ao bem-estar comum da cidade. Mas ele ousou e recordou mais coisas, pois as responsabilidades dos vereadores

[...] não se encontram no buraco da rua, embora muitos queiram que a Casa viva somente para os buracos da rua; que não se encontram somente nas dificuldades de iluminação, embora alguns de mentalidade facistoide, ditatorial e autoritária pretendam que a Casa exista apenas para iluminar determinadas ruas, de preferência aquelas onde têm mais os que vivem melhor, e aos que querem, senhor presidente, que esta seja uma Casa do silêncio quando, senhor presidente e senhor prefeito, uma casa de silêncios exige a coragem do discurso (PERES, G. Discurso feito no dia de sua posse como vereador e líder do MDB. Porto Alegre, 31 de janeiro de 1977).

Sua fala colocava em xeque o esvaziamento dos legislativos desde a tomada do poder pelos militares e a função quase ornamental que a casa ocupava desde então, executando atividades burocráticas e dando suporte as ações do executivo municipal. Naquele momento, Peres contabilizava mais de vinte anos de vida pública, fosse na vereança ou trabalhando como jornalista. Também havia sido um dos líderes do MDB na legislatura anterior, período em que Vladimir Herzog, outro jornalista, foi encontrado morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em São Paulo.

Cerca de 62% dos votantes das eleições de 1976 elegeram os vereadores opositores em Porto Alegre<sup>52</sup>. Mais do que uma questão eleitoral, o número era também uma brecha em um sistema abafado e um sinal óbvio de descontentamento com o rumo das coisas por parte dos habitantes da cidade. E o discurso de Peres, por conseguinte, desatava a aparência de conformidade com o qual zelava Villela e seus apoiadores, revelando as contendas travadas entre as aparências legalistas da administração municipal. Além de expor as múltiplas cidades que existiam nas prioridades das negociações, a fala reivindicava que a Câmara devesse ser o lugar da denúncia, do apelo, da luta e da discórdia para que essa pluralidade pudesse coexistir. Os buracos nas ruas faziam parte grande buraco aberto nos direitos do cidadão brasileiro: Peres exigia poder pensar e falar e voltar para sua casa sem

---

<sup>52</sup> Para outras informações, ver: [https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/viii-legislatura-2/#\\_ftn1](https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/viii-legislatura-2/#_ftn1). Acesso em janeiro de 2023.

medo. Peres foi cassado logo depois, no dia 2 de fevereiro de 1977. Um jovem vereador do MDB o substituiu como líder da Câmara: uma semana Marcos Klassmann teria o mandato também cassado.

Em outro ponto da política institucional local, um homem jovem, com cerca de quarenta anos, bem aprumado e muito simpático: Guilherme Socias Villela assumiu a prefeitura de Porto Alegre em abril de 1975. Nomeado, e não eleito, o economista recebeu uma cidade abruptamente transformada pelo seu antecessor, Telmo Thompson Flores: no lugar dos antigos bondes, circulavam ônibus; onde antes havia uma estação férrea, agora existia um complexo com elevado, viaduto e rodoviária. Mas os tempos não eram os mesmos, e Villela precisou ajustar àquela cidade grandalhona às novas conjecturas políticas da segunda metade dos anos setenta.

Se seu antecessor era um sisudo tecnocrata, Villela foi o amigável economista que inaugurou parques públicos, reorganizou a burocracia municipal e criou uma série de órgãos e instituições para enfrentar a larga distância existente entre a vida administrativa e a vida daqueles que sentiam e eram impactados diretamente pelas mudanças na cidade. Porto Alegre ganhou um museu histórico que lhe conferiu a materialidade de um passado oficializado, e também uma nova legislação municipal, o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que lhe direcionou um caminho de crescimento futuro<sup>53</sup>.

Do centro do poder, em Brasília, emanavam novas diretrizes para o velho problema da miséria urbana: ao invés de antigos *slogans* como “*remover para promover*”, o governo federal passava a articular programas e linhas de crédito que incentivassem melhorias na infraestrutura das comunidades em estado de vulnerabilidade – reduziam-se as expropriações e “embelezavam-se” regiões carentes. Villela soube captar as novas perspectivas e, adaptando estas ideias à nível local, foi remexendo nos becos e vielas que haviam sido por tanto tempo apenas esquecidos pelo poder público. Ao oferecer um pouco de dignidade habitacional àqueles que cresciam sob as margens da cidadania, forjava uma nova legitimação de uma ditadura que já se mantinha há mais de uma década: era a necessidade de difundir que os ideais que a sustentava poderiam ser oferecidos também as classes populares, aquelas que até então apenas carregavam o país sob políticas que ignoravam suas necessidades.

---

<sup>53</sup> A fundação do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo foi, sobretudo, resultado da luta de jornalistas, historiadores e arquitetos durante a década de 1970. Cf: GIOVANAZ, Marlise. **Lugares de história: a preservação patrimonial na cidade de Porto Alegre (1960-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. E também POSSAMAI, Zita. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

Villela construiu sua imagem assim: era um “deles”, mas era um “deles” que sorria e conversava, um “deles” que percorria suas ruas, que adentrava suas casas, conversava com seus idosos e abraçava suas crianças. Não apenas emitia ordens e assinava decretos de seu gabinete: ensaiava uma forma de fazer política que o misturava à multidão das vilas marginalizadas da cidade. Na sua ação, os moradores dividiam com o prefeito as imagens dos noticiários sobre a prefeitura: participavam de um extenso arquivo visual que até então era só preenchido por encontros diplomáticos e reuniões palacianas.

As memórias visuais deste período são públicas e preenchem muitas caixas do acervo abrigado pelo no Museu de Porto Alegre. Fotografias públicas (MAUAD, 2016, p.13) podem funcionar como um suporte incrível para contar histórias urbanas porque tem o transformam-se em narrativa visuais de tempos em determinados espaços e fazem emergirem questões sociais importantes. Dito de outra forma, são memórias que registram e projetam sentidos aos espaços que eu enquanto historiadora, e sujeita do mesmo, participo e não posso me omitir.

Nestas últimas páginas de tese, é importante lembrar: a pesquisa historiográfica é, antes de tudo, um meio de elaboração do passado com determinações próprias, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade de um presente (CERTEAU, 1982, p.65): é um gesto que liga ideias a lugares - um gesto historiador é precisamente compreendido como a relação entre um lugar (um recrutamento, uma profissão), procedimentos de análise e a construção de um texto (CERTEAU, 1982, p. 64).

É em função do lugar que me situo e para o qual e no qual produzo que são escolhidos e produzidos métodos, questões e interesses: um “não dito”, que tenta ser dito, e que permeia todo o trabalho e situa a produção dentro de uma constelação de práticas e narrativas sobre a sociedade da qual ele também faz parte e para a qual produz.

Essa pesquisa, para ser construída, partiu de uma investigadora que encontrou suporte em um tipo de documentação e uma instituição de pesquisa para se concretizar – o lugar de onde construo este discurso sobre a cidade é determinado, em parte, pelos lugares físicos com os quais me relaciono subjetivamente. O percurso que originou os questionamentos desta tese se justapõe a historicidade destes lugares com os quais mantenho uma relação de afeto e que foram intensamente modificados com a modernização promovida pela Ditadura. Estas mudanças impactaram a relação da minha família com estes espaços e me fizeram desde criança imaginar um tipo de vivência urbana extinta.

Foi ao buscar imagens destes espaços que me defrontei com a periferia escancaradamente fotografada no primeiro mandato de Socias Villela. A antiga pergunta se metamorfoseou ao se deparar com *outras* cidades latentes: de “*malocas*” e removidos, de crianças descalças e falta de água e luz, toponímias muitas vezes estranhas ou meramente conhecidas pelos letreiros dos ônibus. O ver, para Didi-Huberman (2010), é uma operação do sujeito: entre aquilo que vemos e aquilo que nos olha, há inquietude, fenda, abertura. As imagens do Acervo abrem outras histórias sobre Porto Alegre – tornam visíveis pedaços que se deseja que sejam invisíveis, habitados por sujeitos despossuídos e empurrados à própria sorte para as margens urbanas e, principalmente, abrem para outras formas de pensarmos a cidade.

Entre os anos de 1976 e 1979, a governança da Ditadura em Porto Alegre precisou olhar e ver as periferias da cidade, cavando uma brecha com qual a população pode articular espaços, direitos e a própria visibilidade na memória pública da cidade. As imagens do Gabinete capitam outras histórias possíveis da cidade: simultâneo à construção de tantos viadutos foram também o crescimento de tantas comunidades alojadas nas margens da cidade. Comunidades construídas e reconstruídas por gentes que, seguindo em frente, compõem a mão-de-obra que sustenta e provém de serviços a cidade formal, da qual nem sempre são convidados a entrar se não for para servir.

São estas pessoas que os fotógrafos da prefeitura registram em tantas imagens do Gabinete do Prefeito – e esta tese fez um pequeno percurso e uma história que também tenta visualizar essas gentes.

Fotografia 39 - Miniatura do conjunto 3622 - “Vilela inspeciona obras na Vila Nova Brasília” (12/11/1979, de João Ludes Nodari)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

*Vila Nova Brasília, doze de novembro de 1979*: a nona miniatura do contato 3622 revela as ruas do bairro cheias. Em todos os contatos, o prefeito é enquadrado em diálogo ou discursando junto aos moradores. Os moradores tomam as ruas e erguem cartazes. Não há sinal de dissenso: parece mais uma festa do que um protesto. As pessoas sorriem, as crianças brincam. O fotógrafo João Ludes Nodari segue o *script* e busca inserir Vilela sempre ao centro da foto, mas na nona miniatura, enquanto a multidão caminha em uma aparente celebração à presença do prefeito, um menino se posiciona à frente de Vilela e encara a câmara. Ele não sorri, ou demonstra curiosidade: fecha os punhos e fixa o observador, e continua a fazê-lo nas duas imagens seguintes. O fotógrafo, consciente ou não, permite que seu pequeno corpo ocupe a frente da posição da autoridade: para você observar o prefeito, precisa reconhecer o olhar inquisidor do menino.

A Vila Nova Brasília é umas cinco comunidades analisadas na amostra de imagens deste estudo, junto com a Restinga, a São José, a Batista Xavier e a MAPA. A ela correspondem cerca 34% das 488 miniaturas elencadas, o equivalente a 5 conjuntos de contatos que, apesar de poucos, são extensos. Ela pertence a uma área da zona norte da cidade contígua à Vila Respeito, atualmente Vila Minuano, ocupada por moradias populares desde a década 1950. A urbanização intensa e os processos

de gentrificação das décadas de 1960 e 1970 fizeram com que as duas vilas inchassem acumulando pobreza e falta de infraestrutura. Nas reportagens pesquisadas por Moraes (2011), a região é descrita como uma das mais vulneráveis da cidade, com ruas não calçadas, miséria e muito lixo acumulado, além de sofrerem frequentemente com alagamentos.

Imagem 13 - Parte da capa da Zero Hora de 22/06/1979



Fonte: Arquivo Zero Hora

*Jornal Zero Hora, 22 de junho de 1979:* é sexta-feira e a principal manchete do dia é a possibilidade de renúncia do general Anastasio Somoza García diante da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Um quadro quase ao pé da capa traz uma fotografia de uma pequena multidão ocupando o espaço em frente ao paço municipal com cartazes. Um dos cartazes grita que “A união faz a força, por isso vamos ficar e vencer” ao lado do título da chamada: “Vila do Respeito ouvida por Amaral e Villela”:

A reportagem da sessão “Geral” do jornal não era assinada e descrevia a movimentação que trezentos moradores das vilas Nova Brasília e Respeito haviam realizado no dia anterior no centro de Porto Alegre. “Crianças, velhos, homens, mulheres, recém-nascidos” se deslocaram da zona norte para recorrer a diferentes autoridades em busca da garantia de que não seriam despejados. Naquela altura de 1979, as áreas das duas vilas sofriam distintas e simultâneas ações de reintegração de posse que ameaçavam a qualquer momento serem efetivadas e assim, “amendrontados que estão por algumas notificações a respeito (Zero Hora, 22/06/1979, p.32-33)”, encontraram-se com o prefeito

Villela e seus secretários, o governador Amaral de Souza e chegaram a conversar com alguns deputados da Assembleia Legislativa.

Segundo Fedozzi (2000), não foram poucas as manifestações como as das Vila Nova Brasília e Respeito na segunda metade dos setenta: de diferentes formatos e com cobertura ou não da mídia, cada vez mais sensível ao noticiar as ações das comunidades e disseminar a ideia da organização comunitária como legítima (FEDOZZI, 2000, p.33), as reivindicações ingressavam dentro da agenda pública de interesses do período. Além das eleições para os cargos legislativos, que criavam um certo contato de candidatos com as zonas mais vulneráveis, a promulgação do Plano Diretor também acabou envolvendo as comunidades e provocando a percepção da alocação desigual de recursos no espaço da cidade, além da frustração já que muitas de suas demandas acabaram não sendo colocadas no projeto.

Mas, acima de tudo, a propagação de reivindicações pode ser interpretada como um resultado das próprias ações operadas pela Prefeitura a partir do mandato de Villela: por um lado, aumentavam as burocracias para a obtenção dos novos projetos que prometiam oferecer estrutura a esses lugares; por outro, também cresciam as ações de reintegração de posse e a perseguição às ocupações clandestinas. Tudo isto fervia num grande caldeirão onde cresciam as associações de bairro em lugares que, obviamente, o prefeito e suas autoridades passaram a visitar regularmente, forjando negociações e tentando estabelecer diálogos com aqueles que mal usufruíam da proteção do Estado. Em outras palavras, pode-se dizer que a cidadania de uma grande parte da população porto-alegrense passou a ser reconhecida por algumas classes em um determinado momento da grande batalha política travada no Brasil a partir das décadas de 1960 e de 1970. Mas, justamente através deste reconhecimento – visitando, conversando e, particularmente, registrando-o – que esses grupos também se fortaleceram para inserir suas próprias demandas dentro desta grande batalha: em outros termos, a presença do prefeito nas vilas pode ser considerada tanto um sintoma quanto uma consequência do movimento reivindicatório das vilas populares que emergia em Porto Alegre a partir dos anos setenta e que também era consequência da forma brutal como esses espaços foram conduzidos durante as reformas de Thompson Flores.

O que fica explícito na reportagem da Zero Hora é, sobretudo, fosse pelo número expressivo de moradores ou pela companhia da imprensa, todas autoridades comprometeram-se a encontrar uma solução conjunta que beneficiasse as comunidades. Uma grande parte das duas páginas do jornal foi

ocupada por um texto redigido pelos próprios moradores, onde a palavra terra e moradia é associada as palavras direito e justiça:

Somos nós os trabalhadores que construímos a boniteza para o nosso país (...). Todos estes milhares de pessoas que moram nesta Vila, como em tantas, são pessoas que saem de manhã cedo para trabalhar e que por isso têm seu direito de morar (...). Isso que estamos pedindo se chama JUSTIÇA. Temos muito que exigir mas nós não sabemos nos expressar mas junto com este povo unido queremos onde morar. (Zero Hora, 22/06/1979, p.32-33).

A organização comunitária e o novo sopro que insuflava a luta dos movimentos sociais criavam o contexto que possibilitava com que os moradores de comunidades tradicionalmente segregadas conquistassem espaço para afirmar suas demandas como direitos e suas existências como protagonistas da história nacional. Assumiam-se sujeitos da cidade, e não apenas existências enquadradas pelas lentes institucionais ou pelas páginas criminais de jornais e processos judiciais.

*“Construímos o Brasil, um pedaço é nosso”*, dizia um dos cartazes descrito pelo jornal.

Entre 1975 e 1979 as visitas regulares da prefeitura a partes até então esquecidas das listas de necessidades municipais observaram e, por que não, concorreram para que as relações clientelistas que as baseavam se transformassem em negociações que já não passavam pela ideia do *favor* e mas sim do *direito*. Nas páginas da reportagem de Zero Hora sobre o episódio das vilas Nova Brasília e Respeito, Villela aparece discursando, e em certo momento, “taxando-se de um veterano das vilas populares” enquanto pede atenção contra “os falsos líderes das vilas que moram longe das vilas”. A reportagem, o texto dos moradores e a posição do prefeito tornavam a questão mais do que evidente: as comunidades vulneráveis da cidade não estavam se comportando como quiseram-nas enquadrar, na eterna espera da autoridade que lhes concedesse a dignidade e a permissão para sorrir diante das câmeras - eram, pois, a essa altura, corpos sociais organizados, levando trezentos moradores aos focos do poder e ocupando espaços. Se na década de 1960 a mesma Zero Hora chamava-as de vilas de “malocas”, agora elas as chamavam de *vilas populares*.



Fotografia 40 - Miniaturas do conjunto 3622 - “Villela inspeciona obras na Vila Nova Brasília” (12/11/1979, de João Ludes Nodari)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Vila Nova Brasília, doze de novembro de 1979: duas outras miniaturas horizontais do mesmo conjunto de contatos 3622 captam um bebê que se empolga com a movimentação e tenta escapar da cerca que protege sua casa. Ao longo das vinte e oito imagens do contato o prefeito discursa, caminha e conversa com moradores. Há vários cartazes que parecem saudar sua presença. Segundo Moraes (2011), uma semana depois, no dia 19 de novembro, a Vila Nova Brasília e a Vila do Respeito foram declaradas áreas de utilidade pública.

Quando tive contato com as centenas de caixas que compõe o Acervo do Gabinete do Prefeito, tanto eu, enquanto historiadora, quanto meu país estávamos imersos e aflitos em uma grande confusão desoladora. A quantidade de imagens se multiplicava com os desesperos de um tempo que, tal qual o presente, não merece ficar escondido à sombra do sótão de museu. Buscava ingenuamente preencher as lacunas de uma história da cidade que correspondia a história das ruas que estava acostumada a percorrer: seria então o que eu queria escrever uma história espelhada à minha, tão branca e espacialmente centrada, digna de ser escrita, mas óbvia, e por que não dizer, tradicional?

As caixas, porventura, não concordaram comigo: trouxeram-me para alguns espaços conhecidos apenas pelo nome, outros pela fama, mas nenhum, sobretudo, por estar nos livros de história sobre a cidade. Com um pouco de vergonha, fui me fascinando e percorrendo com Villela as ruas mal asfaltadas de distintas Portos ALEGRES que ainda figuram ausentes no repertório imagético da cidade. Pedacos tratados de forma marginalizada pela própria cidade que os abriga: múltiplas

geografias, formas de habitar e de existir esquecidas em um sótão de forma deliberada pela parte central.

As páginas desta tese foram, antes de qualquer coisa, uma grande imersão emocionante em recortes do tempo e do espaço registrados em imagens que são propriedade pública e por isso deveriam ocupar espaços maiores que sótãos. Sob a quantidade de imagens, exerci o método arqueológico sugerido por Foucault: primeiro observar os resíduos, os elementos que diagnosticam a riqueza do que está acondicionado pelo tempo, depois estabelecer um recorte, um limite e uma questão que direcione onde a pá irá fincar e, por fim, analisar a camada de tempo extraída, observar seus elementos, redistribuí-los, entender como e por que podem ser transformados em testemunhas de uma história viva, rica e múltipla.

Este trabalho acabou sendo dividido em três partes: uma para o reconhecimento da questão urbana em Porto Alegre e a forma como a cidade produziu e reproduziu a marginalização de suas partes; outra para a investigação do estado de coisas que provocaram a produção de um arquivo imagético sobre estas partes até então tratadas como marginais; e uma terceira em que foram desembaraçadas as condições de enquadramento destes sujeitos e espaços pelo arquivo, reorganizando-o em padrões temáticos e reconhecendo os artifícios e estilos mais utilizados para a produção de sentidos.

A amostra de imagens utilizada nesta pesquisa é extensa, mas ainda sim muito pequena comparada com as imagens que compõem o Acervo do Gabinete do Prefeito, e por isso é difícil estabelecer parâmetros que diferenciem o comportamento frente às câmeras de cada lugar estudado. De qualquer forma, esse comportamento também era uma forma de luta, uma vez que as comunidades entendiam a presença estatal como um momento de negociação e construção das suas imagens públicas.

Nos conjuntos da Vila Brasília, a comunidade se permite ser registrada junto à simplicidade de sua situação: são fotografias menos formais e mais abertas, ainda que a situação de despejo fosse imediata. Não há muita formalidade diante da câmera, tanto da parte dos moradores, quanto do fotógrafo e das autoridades. Nos conjuntos da Restinga, ao contrário, o tom da solenidade prevalece: talvez pela frequência das visitas, pelo tipo de visitante, pela maciça quantidade de solenidades e pela presença maior de policiais nesses momentos, conseqüentemente. Nas fotografias da MAPA, os dois de certa forma tons se combinam, sugerindo uma comunidade antiga e pautada pela organização municipal necessitasse aderir um pouco a algumas formalidades diante das câmaras.

Tanto a Vila São José quanto a Vila Batista Xavier são vilas que, nos anos setenta, já contavam com algumas décadas de existência e organização. Em ambas a formalidade persiste, mas é quebrada nos momentos que o prefeito se aproxima ou que a comunidade o guia para os espaços mais desabitados. De todas as formas, persiste, em todas as imagens, alguma tentativa de diálogo por parte dos adultos e a total negação dos rituais por parte das crianças: delas irrompem risos, desaprovação e, na maioria das vezes, felicidade e surpresa por serem registradas pela câmera.

A sequência das duas miniaturas em que o bebê tenta escapar da cerca na Vila Nova Brasília termina com uma outra imagem, desta vez em posição vertical. Entre os pedaços de madeira, a criança, ainda meio esmagada, ergue a cabeça e encontra o olhar da câmera encarando-a. Parece ser seu momento de espanto que o fotógrafo transfigura e cristaliza com um gesto doçura para o futuro. Finalmente ela consegue se desprender para e nos fixa, com as mãos na boca e os olhos arregalados.

Fotografia 41 - Miniatura do conjunto 3622 – “Vilella inspeciona obras na Vila Nova Brasília” (12/11/1979, de João Ludes Nodari)



Fonte: Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Este trabalho é uma proposta para que novos percursos sejam feitos nos obstáculos que cerceiam a história das nossas cidades e, principalmente, das nossas conquistas cidadãs: a história das cidades brasileiras é feita de cercas mas sobretudo de lutas e de gentes que seguem em frente.

## 6. REFERÊNCIAS

### 6.1 FONTES PRIMÁRIAS:

Acervo do Gabinete do Prefeito (Fototeca Sioma Breitman/Museu de Porto Alegre)

ANÚNCIO da Albarus S.A. Correio do Povo: Porto Alegre, 8 de nov. de 1970, p.25 (Museu da Comunicação Hipólito José da Costa).

ANÚNCIO da Siderúrgica Riograndense. Correio do Povo: Porto Alegre, 8 de nov. de 1970, p.18 (Museu da Comunicação Hipólito José da Costa).

MARTINS, Justino. A Miséria Organizada. **Revista do Globo**. Porto Alegre, Ano XVIII, Nº339, capa, p.21-25 e p.57. Junho 1945. Fotografias de Ed.Keffel). Zero Hora, Porto Alegre: 26 de janeiro de 1967. (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho).

CÉLIO prepara sua guerra contra malocas da cidade. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.03, 10 mar 1967. (Museu da Comunicação Hipólito José da Costa).

FAILLACE, Tania Jamardo. Restinga, a nova Ilhota. **Zero Hora**. Porto Alegre, capa e página central, 18 maio 1967 (Museu da Comunicação Hipólito José da Costa).

DIAS, Octacílio Freitas: depoimento em 28 de outubro de 2019. Entrevistadora: Doutoranda Alexandra Lis Alvim. Dois Irmãos, 2019. Material gravado com celular e salvo em nuvem.

MORAES, Aldovan de Oliveira. **Poder público municipal e habitação de interesse social em Porto Alegre**. Porto Alegre: DEMHAB, 2011. V.2 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho).

PREFEITO e governador recebem os moradores da Vila do Respeito. Zero Hora, Porto Alegre, capa e páginas 32 e 33, 22 de junho de 1979 (CDI - Centro de Documentação e Informação – Zero Hora).

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Pôrto Alegre. **4 anos de progresso. Administração CÉLIO MARQUES FERNANDES**. Porto Alegre, 1969. (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho).

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Relatório do Exercício de 1969**. Administração Telmo Thompson Flores. Porto Alegre, 1970. (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho).

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Seis anos de Realizações. Porto Alegre 1969-1974. Administração Telmo Thompson Flores**. Porto Alegre, 1975. (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho).

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**, Porto Alegre: PMPA, 2009;

PERES, Glênio. Discurso na Terra do Silêncio: discurso feito no dia de sua posse como vereador e líder do MDB em 31 de janeiro de 1977. **CÂMARA MUNICIPAL**, Porto Alegre, 1977. Disponível

em [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu\\_doc/cassacoes.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/cassacoes.pdf) Acesso em janeiro de 2023.

## 6.2 BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As tempestades que habitam os paraísos: reflexões em torno das utopias no mundo contemporâneo. Palestra. **XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: Democracias, Liberdades e Utopias**. Porto Alegre: ANPUH, julho de 2018. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/as-tempestades-que-habitam-os-paraisos-reflexoes-em-torno-das-utopias-no-mundo-contemporaneo/> Acesso em março de 2020.

ALVES, José Francisco Alves de. **A escultura pública em Porto Alegre: história, contexto e significado**. Porto Alegre: Artfolio, 2004.

ALVIM, Alexandra Lis. **Um Tardio Sonho Hippie em Porto Alegre: a cidade de Super-8 em "Deu Pra Ti, Anos 70" (1981) e "Coisa na Roda" (1982)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/168134/341813.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em março de 2020.

AVELAR, José Carlos. As folhas de contatos e o fotojornalismo. **Blog do IMS**, São Paulo, 26 de maio de 2015. Disponível em: <https://blogdoims.com.br/as-folhas-de-contatos-e-o-fotojornalismo/> Acesso em março de 2021.

ARAUJO, Neila Prestes de. Vilas de malocas e Bairro Restinga: a versão dos removidos sobre o plano de confinamento em vila de transição-eugenia na Porto Alegre de 1967-1970. **Anais do XIV Encontro Estadual de História - ANPUHRS**. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018. Disponível em: [http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1531175958\\_ARQUIVO\\_RestingaANPHU2018.pdf](http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1531175958_ARQUIVO_RestingaANPHU2018.pdf) Acesso em fevereiro de 2020.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendent**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BAUER, Caroline. Ditadura Civil-Militar e imprensa gaúcha: a construção de uma conciliação com o passado (1979-1988). *Escritas*, v.7, n.1, p.149-170, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1637/8322> Acesso em junho 2020.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. **Obras escolhidas I**. São Paulo: Ed.Brasiliense, 1987.

BORGES, Júlio de Azambuja. O perigo vermelho nas páginas de Zero Hora: anticomunismo e a construção da legitimidade da ditadura civil-militar (1964-1968). Anais do IX Encontro Estadual de História – ANPUH-RS. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. Disponível em: [http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212344321\\_ARQUIVO\\_ArtigoIXENCONTROANPUHRevisaoFinalJulioBorges.pdf](http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212344321_ARQUIVO_ArtigoIXENCONTROANPUHRevisaoFinalJulioBorges.pdf) Acesso em junho 2020.

BRANDS, Juliana Bredow. Verticalização e regularização do Centro de Porto Alegre. **XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – SEPesq Centro Universitário Ritter dos Reis**. Porto Alegre, Centro Universitário Ritter dos Reis, 2015. Disponível em: [https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos\\_trabalhos/3612/1146/1325.pdf](https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/1146/1325.pdf) Acesso em maio de 2020.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea - Revista de Sociologia da USFCar**. São Carlos, n.1, jan.-jun. 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3> Acesso em janeiro de 2020.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CABETTE, Amanda; STROHAECKER, Tânia Marques. A dinâmica demográfica e a produção do espaço urbano em Porto Alegre. **Cadernos Metropolitanos**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 481-501, Nov. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-99962015000200481](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000200481) Acesso em fevereiro de 2020.

CAMPOS, Marcello. **Almanaque do Lupi**. Editora Letra e Vida: Porto Alegre, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 115-147, Mar. 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

[52582005000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) Acesso em maio de 2020.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. **Habitação Social em Pelotas (1987-2010): influências das políticas públicas na promoção de conjuntos habitacionais**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2014.

D'AVILA, Naida. **DEM HAB: com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

ELMIR, Claudio Pereira. Porto Alegre: a perdida cidade una (Fragmentos de modernidade e exclusão social no Sul do Brasil). **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: PUCRS, v.XXX, n.2, 2004. p.105-119.

FEDOZZI, Luciano. **O Poder da Aldeia: Gênese e História do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S.C. O Sistema Partidário: a redemocratização (1945-1964). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **República: da revolução de 30 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, vol.4).

GIOVANAZ, Marlise. **Lugares de História: a preservação patrimonial na cidade de Porto Alegre(1960-1979)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

HERRLEIN JR., Ronaldo; CORAZZA, Gentil. Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1930-1985). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **República: da revolução de 30 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, vol.4).



FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FREITAS, Isadora Dutra de. **Otimismo nas telas : a propaganda oficial da ditadura civil-militar nos cinejornais da agência nacional (1964-1979)**. Programa de Pós-Graduação em História - PUCRS (dissertação de mestrado). Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9150> Acesso em maio de 2021.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica de consumo. Álbuns de São Paulo (1887 1954)**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1997.

KLAFKE, Álvaro A.; WEIMER, Rodrigo de A.; FURINI, Vinícius R. **A cidade que devora malocas: habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (1943-1973)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

MAIA, Tatyana de Amaral. As 'Comemorações Cívicas' do 1º de Maio nos Cinejornais da Agência Nacional na Ditadura Militar (1964-1979). **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, n. 09, abr. 2017. p.280-299.

MAIA, Tatyana de Amaral. A Imagem Pública da Ditadura Civil-Militar nas lentes dos Cinejornais da Agência Nacional. In: In: MAIA, Tatyana. **Imagens e Propaganda Política na Ditadura Civil-Militar (1964-1979): Tópicos de Pesquisa**. Paco: Jundiá, 2018. p.23-39.

MARICATO, Ermínia. **A política habitacional do regime militar**. Petrópolis, Vozes, 1987.

MARTINS, Marisângela T.A. O comunismo e a União Soviética nas páginas da Revista do Globo (1930-1945). **História em Revista – Revista do Núcleo de Documentação Histórica**. UFPel. N.16. Pelotas: 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12243> Acesso em junho de 2020.

MARTINS, Marisângela T.A. O comunismo de Justino Martins e a evidência das classes populares na Revista do Globo (Porto Alegre/1939-1947). **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364673684\\_ARQUIVO\\_XXVIISimposioNacionaldeHistoria-Textocompleto-MarisangelaT.A.Martins.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364673684_ARQUIVO_XXVIISimposioNacionaldeHistoria-Textocompleto-MarisangelaT.A.Martins.pdf) Acesso em março de 2020).

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.



MASSIA, Rodrigo de Souza. **Fotógrafos, espaços de produção e usos sociais da fotografia em Porto Alegre nos anos 1940 e 1950**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2008.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura visual em perspectiva histórica. In: **Revista Brasileira de História da Mídia**, vol. 5, nº 1, jan jun 2016, p. 11 20.

MEDEIROS, Laudelino Teixeira de. **Vila de malocas: Ensaio de sociologia urbana**, Porto Alegre: Serviço de Imprensa Universitária, 1951.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MONTEIRO, Charles. História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.8, n.17.p.64-89, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MRAZ, John. ¿QUÉ TIENE DE NUEVO LA HISTORIA GRAFICA? **Revista Diálogos**. Maringá: EDUEM, v. 7. p. 201-217, 2003. Disponível em:  
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37921> Acesso em março de 2020.

OUTTES, Joel. O Nascimento das Vilas de malocas em Porto Alegre: a contribuição de Laudelino de Medeiros. **Anais do XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE)**. São Paulo: ANPEGE, 2019. Disponível em  
[https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562628181\\_ARQUIVO\\_IVANPEGE\\_2019-OnascimentodasvilasdemalocasemPortoAlegre-RS.AcontribuicaodeLaudelinodeMedeiros\(c.1951\)VERSAOCURTA.pdf](https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562628181_ARQUIVO_IVANPEGE_2019-OnascimentodasvilasdemalocasemPortoAlegre-RS.AcontribuicaodeLaudelinodeMedeiros(c.1951)VERSAOCURTA.pdf) Acesso em março de 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre : Editora da Universidade/UFRGS : FAPERGS, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Revista Brasileira de História**. Vol.19 n.37. São Paulo: set - 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho - 1880-1920**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

POLIDORO, M.; DEMICHEI, N.A. Segregação sociorracial na periferia da metrópole gaúcha: análise do bairro Restinga, Porto Alegre/RS. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Vitória, 2014. Disponível em:

[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403712887\\_ARQUIVO\\_CBG\\_POLIDORO\\_DE\\_MICHEI\\_23JUN.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403712887_ARQUIVO_CBG_POLIDORO_DE_MICHEI_23JUN.pdf) Acesso em janeiro de 2020.

PORTO ALEGRE. **Restinga - Coleção Memória Dos Bairros**. Editora: Secretaria Municipal da Cultura. Porto Alegre, 1990.

PORTO ALEGRE. **A Grande Santa Rosa - Coleção Memória Dos Bairros**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1993.

PORTO ALEGRE. **Lomba do Pinheiro - Coleção Memória Dos Bairros**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio e Museu: História e Memórias da Cidade. **Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, n.14, p.23-37, dez.2000. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/download/6807/4105> Acesso em janeiro de 2020.

POSSAMAI, Zita R. Cidade Fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. 2005. 287 f. **Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. Vol. 4. O tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

QUÍJANO, Aníbal. Notas sobre o Conceito de Marginalidade Social. In: **PEREIRA, Luiz. Populações "Marginais"**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RICŒUR, Paul. Arquitectura y narratividad. **Revista Architectonics, Arquitectura y hermenéutica**. Barcelona: Ediciones UPC, 2002. Disponível em: <https://bibliodarq.files.wordpress.com/2015/10/muntac3b1ola-j-arquitectura-y-hermeneutica.pdf>

Acesso em janeiro de 2020.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. Vol. 4. O tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RODEGHERO, Carla. Regime Militar e Oposição. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **República: da revolução de 30 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, vol.4).

RODEGHERO, Carla; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTMANN, Gabriel. **Não calo, grito: memória visual da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, p.31-50, nov. 2009. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/219> Acesso em junho de 2020.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante a pós-abolição (1884-1918)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social (UNICAMP). Campinas: Unicamp, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281205> Acesso em fevereiro de 2020.

SALOMAO, Ivan Colangelo; MARQUES JUNIOR, Karlo. De Milagres e Espetáculos: O Ciclo Vicioso do Eterno País do Futuro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 3, p. 735-772, Sept. 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582018000300735&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582018000300735&script=sci_arttext) Acesso em março de 2020.

SANTIN, Maria Fernanda C. de L.; CUNHA, Juliana C. A segregação residencial em Porto Alegre: uma análise geográfica e socioeconômica. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, p. 204-220, setembro-dezembro 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056856011> Acesso em março de 2020.

SERRA, Geraldo. **Urbanização e Centralismo Autoritário**. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

SOARES, Camila Manguiera; FAVA, Fabrício. A fotografia por meio dos arquivos de processo: reflexões sobre a publicação das folhas de contato. Porto Arte: **Revista de Artes Visuais**. Porto Alegre: PPGAV-UFRGS, v. 22, n. 36, p.1-11, jan.-jun. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PortoArte/article/viewFile/51374/46857> Acesso em dezembro de 2022.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Rio Grande do Sul - Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-19885). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **República: da revolução de 30 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, vol.4).

SOUZA, Célia F.; MÜLLER, Dóris M. **Porto Alegre e sua Evolução Urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

SOUZA, Anita. **Projeto Renascença: um caso de gentrificação em Porto Alegre durante a década de 1970**. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS (dissertação de mestrado). Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15858> Acesso em junho de 2020.

SPINELI, Patricia K.; PFUTZENREÜTER, Edson do P. Sobre o uso das marcas de seleção e edição em folhas de contato e cópia de trabalho na criação fotográfica. **Manuscrita: revista de crítica genética**. São Paulo: Portal de Revistas da USP, n.31,p.136-146, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TOCHETTO, Daniel; SOUZA, Celia Ferraz de. Do planejamento urbanístico ao planejamento integrado: a trajetória de Porto Alegre nas décadas de 1960 e 1970. **Anais do XVIII ENANPUR**. Natal: ANPUR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1069> Acesso em março de 2020.

TUCCI, Carlos E.M. Conflitos do Controle de Inundação Ribeirinha em Porto Alegre. **XIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 1999. Disponível em: <http://rhama.com.br/blog/wp-content/uploads/2017/01/conflitosinudacao.pdf> Acesso em abril de 2020.

VIEGAS, Danielle Heberle. **O planejamento da região metropolitana de Porto Alegre/RS a partir da cooperação técnica entre o Brasil e a república federal da Alemanha (1963-1978)**. Tese (Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História (PUCRS), Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6756> Acesso em fevereiro de 2020.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande Sul (dissertação de mestrado). Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/177570> Acesso em março de 2020.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Análise da constituição racial da população de duas vilas de malocas no início da década de 1950 e início da década de 1960. **Anais do VIII Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre: UFRGS, 2017a. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/rodrigodeazevedoweimer.pdf> Acesso em março de 2020.

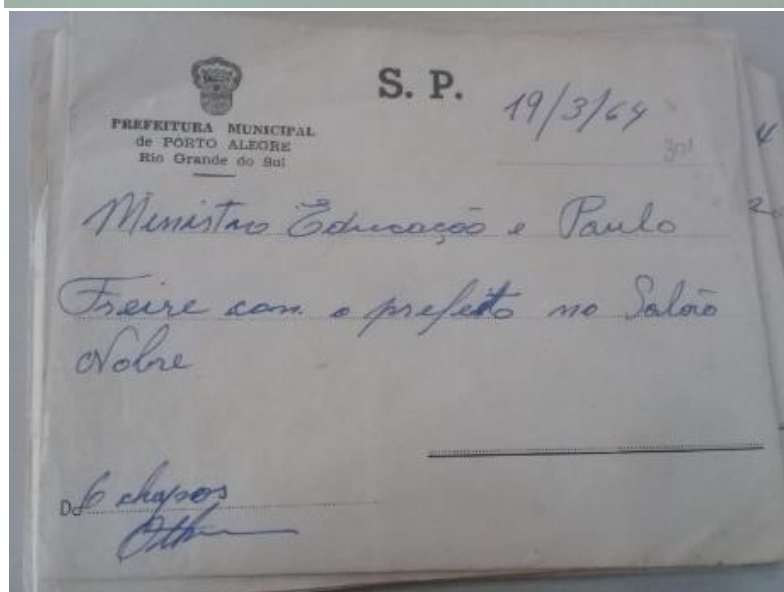
WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Do centro à periferia: “malocas” e remoções na constituição do espaço urbano de Porto Alegre. (1951-1973). **Anais do Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles**. Natal, UFRN: 2017b. Disponível em: [https://cchla.ufrn.br/rmnatal/evento\\_2017/anais/ST1/do\\_centro\\_a\\_periferia.pdf](https://cchla.ufrn.br/rmnatal/evento_2017/anais/ST1/do_centro_a_periferia.pdf) Acesso em março de 2020.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Gildas de todas as cores: construção de imagens racializadas das vilas de malocas. Porto Alegre, décadas de 1940 e 1950. In: OSÓRIO, Helen, XAVIER; Regina. **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Homossexualidade masculina na “vila” Santa Luzia: comportamentos não-normativos e alegações para expulsão de moradias populares (Porto Alegre, década de 1950). **AEDOS - Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS**. Porto Alegre, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 32-48, Ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/92319> Acesso em março de 2020.

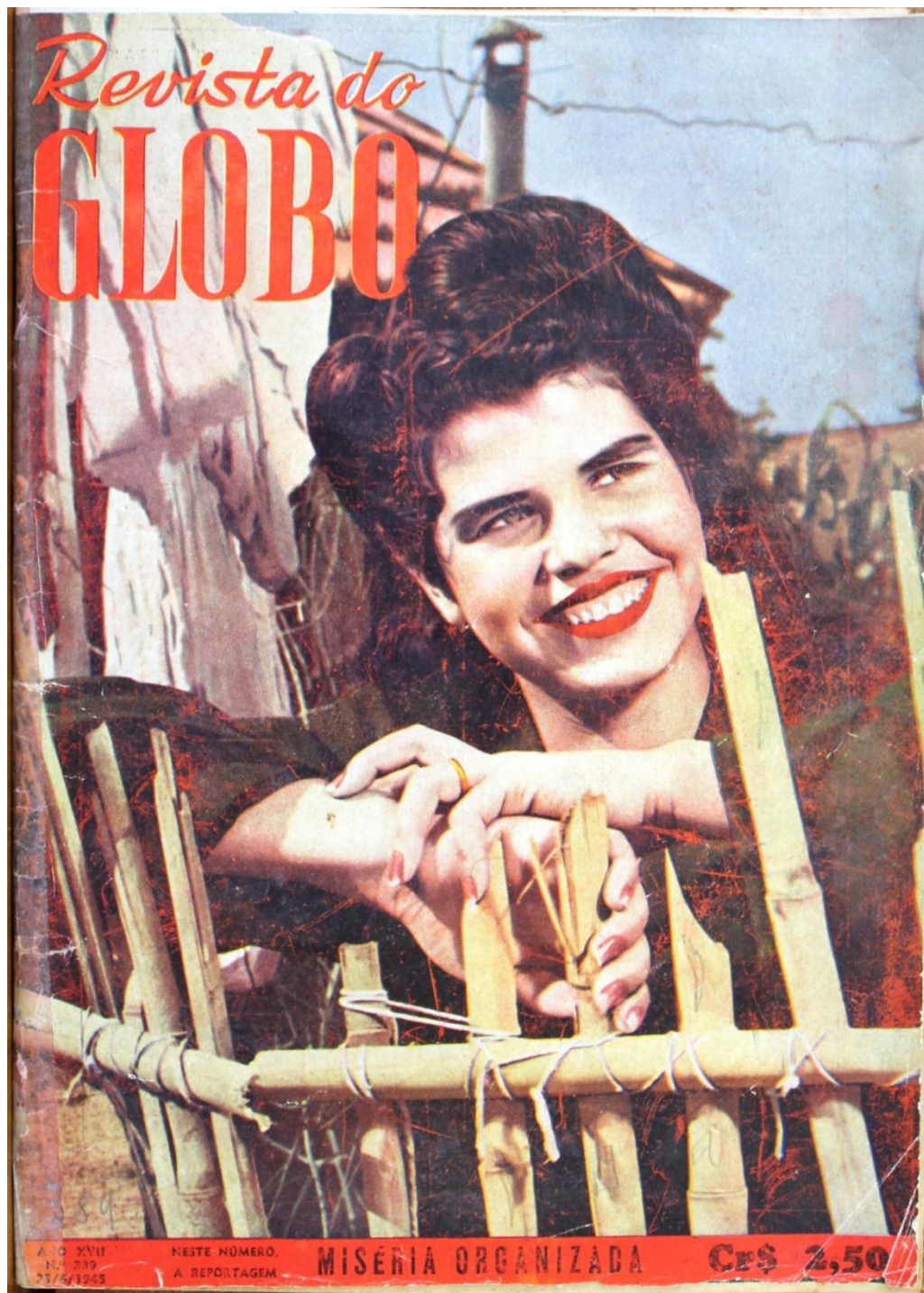
## 7. ANEXOS

7.1 ANEXO I – NEGATIVO E ENVELOPE: PAULO FREIRE E PREFEITO SERENO CHAISE EM 19/03/1964 (ACERVO DO GABINETE DO PREFEITO – FOTOTECA SIOMA BREITMAN/ MUSEU DE PORTO ALEGRE)





7.2 ANEXO II – GAROTA BRANCA DA VILA MARGINAL NA CAPA DA REVISTA DO GLOBO  
(JUNHO/1945)



7.3 ANEXO III – BEBÊ CHORA EM PORTA DE MALOCA DA VILA MARGINAL (REVISTA DO GLOBO, JUNHO/1945)





## 7.4 ANEXO IV – CELIO PREPARA SUA GUERRA CONTRA AS MALOCAS DA CIDADE

(ZERO HORA, 10/03/1967)

Fernandes, os comandantes do Exército e 5.ª Zona Aérea, e alguns secretários de Estado. Às 9,30 ho-

vêrno, mas ela havia terminado por falta de tinta.

## CÉLIO PREPARA SUA GUERRA CONTRA MALOCAS DA CIDADE

O prefeito Célio Marques Fernandes esteve reunido ontem com o sr. Milton Pozzolo de Oliveira e Luiz Carlos Bohel, respectivamente diretores do Departamento Municipal de Habitação e da Divisão de Fiscalização, acertando que este último órgão será o responsável pela fiscalização nas vias populares e nos diversos bairros da Capital, para evitar a construção de novas malocas, além das já existentes. A determinação do Prefeito prende-se ao fato de que dia a dia em nossa Capital, aumenta o número de malocas, não só nas vilas, mas nos diversos bairros, alguns dos quais, até bem centrais. Com isso não será permitida a construção de mais nenhuma maloca dentro de Porto Alegre e as que forem construídas, serão imediatamente demolidas e levadas de volta

ao seu local de origem.

### A REMOÇÃO

Por outro lado, voltou a reafirmar o sr. Marques Fernandes que a remoção das malocas da Ilhota prossegue em ritmo acelerado, devendo até o fim do mês estar concluída aquela "operação". Até agora já foram removidas cerca de 300 malocas daquela vila.

### OUTRAS VILAS

Ainda com relação ao assunto, o prefeito informou que outras vilas, após o término da remoção na Ilhota, serão deslocadas para a Estrada da Restinga. De imediato serão atacadas as malocas existentes na zona sul da cidade, em especial na Vila Assunção.



SCHMIER  
caxiense  
COM FRUTAS DE  
CAXIAS DO SUL

Vonfobel

DOCE DE FRUTAS  
caxiense

COMPRE A GRANEL  
•é mais econômico•

Porto Alegre, 10-3-67 ★ ZERO HORA ★ Página 3



7.5 ANEXO V – ÊNCHENTES PODEM REPETIR-SE EM 67 (ZERO HORA, 26/01/1967)

apenas 10 por cento para os outros meios.

# Enchentes podem repetir-se em 67

Se vier outra enchente neste inverno, o Rio Grande do Sul ficará à mercê das águas, podendo repetir-se tôdas as tragédias que viveram as populações de cidades do Interior e algumas vilas da Capital. Segundo informou o sr. Tolmo Thompson Flôres, chefe do distrito do DNOS do Rio Grande do Sul, apenas uma das obras pôde ser completada, não havendo respectiva de melhoramentos nas demais zonas perigosas, até o inverno, pela falta absoluta de recursos financeiros para continuidade das obras.

Apenas as Vilas Teodora e Farrapos podem deixar a chuva vir tranqüila, assim mesmo enquanto o Guaíba não alcançar a quota de 3 metros acima de seu nível. A proteção do dique, agora com suas bombas em fase final de instalação; no ano passado, as águas do Guaíba chegaram ao máximo de 2,80. A Vila Rio Branco, às margens do Gravatá, continua na mesma situação. 350.000.000 de cruzeiros velhos foram despendidos em desapropriações de 92 residências para as obras do dique. As verbas totais para este ano, do DNOS no Rio Grande do Sul, são de 1.400.000 cruzeiros novos, acreditando o sr. Thompson Flôres que no 2.º semestre as obras vão ficar paralisadas, se não houver suplementação de verbas.

Quanto ao escoamento das águas que inundam as ruas, nas grandes enxurradas, está concluído o coletor geral, faltando apenas a Prefeitura ligar a rede pluvial a êsse coletor, para ficar resolvido o problema da zona portuária da cidade, onde são mais sérios os problemas de inundação de vias.

## 7.6 ANEXO VI – PROPAGANDA ALBARUS S.A. (CORREIO DO POVO, 08/11/1970)



7.7 ANEXO VII – PROPAGANDA SIDERÚRGICA RIOGRANDENSE (CORREIO DO POVO,  
08/11/197



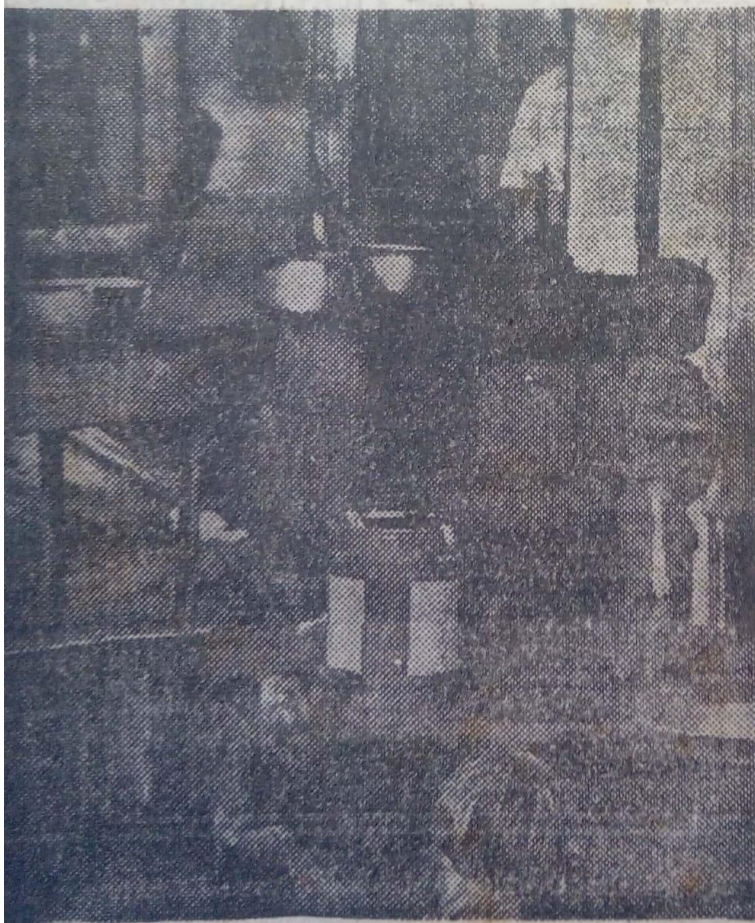


7.8 ANEXO VIII – CAPA DA ZERO HORA DE 18/05/1967

# ZERO HORA

ANO IV — Pôrto Alegre, 5.<sup>a</sup>-feira, 18-5-67 — N.º 920 — 20 centavos

## Restinga, a nova Ilhota



*Vocês conhecem a Restinga? Quarenta minutos de jipe, quarenta centavos novos de ônibus . . . A Restinga não é uma vila, nem uma grãja, nem um loteamento. Não é coisa alguma. Um deserto. Areia fina e seca, côr de cinza. Nem capim, nem árvores . . . capões de arbustos secos, também cinzentos, barbas de pau, plantas em agonia, uma sanga esverdeada de limo . . . Nem luz, nem água, nem comércio, nem hortas, nem indústria. . . nem trabalho. (Reportagem na PÁGINA CENTRAL)*



7.9 ANEXO IX – REPORTAGEM PRINCIPAL DA ZERO HORA DE 18/05/1967



Quando cheira ao fim, a água dos tanques públicos e a cisterna se esgota mais de 15 dias, e isso custa água que sobe. João de Sousa Lima.



Cocherona, até agora, dorme... a situação de fome, frio e falta de higiene, imposta há mais de um mês de existência.



Seus tanques, sem projeto, sem telhas, sem manutenção e outros que deixaram muitas crianças, enquanto os pais trabalham no campo e os pais trabalham "cansados" no mundo.

# RESTINGA, UMA «VILA» AO ABANDONO

texto de Tháin Jansardo Follace • fotos de Reinaldo Soares

**a vila**

— Foi uma vez um aglomerado de gente pobre... a vila de Restinga, no bairro de São Paulo, surgiu há mais de 15 anos, segundo os moradores. Mas ninguém sabe ao certo quem foi o responsável por ela. E não se sabe se ela nasceu ou se foi criada. Ela é um aglomerado de gente pobre, com uma estrutura precária, que vive em condições de extrema pobreza e abandono. Ela é a vila de Restinga, no bairro de São Paulo.

**a restinga**

Não é um sítio de fazenda sobre um planalto distante e isolado... Mas restinga é uma vila de gente pobre que nasceu no meio de um loteamento construído há mais de 15 anos, e que vive em condições de extrema pobreza e abandono. Ela é a vila de Restinga, no bairro de São Paulo.

**o trabalho**

— Mas o pior de tudo é que não há trabalho... a vila de Restinga, no bairro de São Paulo, vive em condições de extrema pobreza e abandono. Ela é a vila de Restinga, no bairro de São Paulo.



Contra o abandono das novas obras, construídas e abandonadas, a vila de Restinga vive em condições de extrema pobreza e abandono.



Faltam água, e a situação é crítica... a vila de Restinga, no bairro de São Paulo, vive em condições de extrema pobreza e abandono.

7.10 ANEXO X – CONJUNTO DE CONTATOS 0415 (PREFEITO VISITA NOVA RESTINGA, 30/10/1975, HUMBERTO ALENCASTRO)





7.11 ANEXO XI – CONJUNTO DE CONTATOS 903(VILA NOVA RESTINGA, 10/06/1976, OCTACÍLIO FREITAS DIAS)





7.12 ANEXO XII- CONJUNTO DE CONTATOS 1060 (INAUGURAÇÃO DA 3ª UNIDADE VICINAL DA NOVA RESTINGA, 28/08/1976, OCTACÍLIO FREITAS DIAS)



7.13 ANEXO XIII – CONJUNTO DE CONTATOS 1070 (VILLELA NA VILA RESTINGA, 28/08/1976, OCTACÍLIO FREITAS DIAS)



7.14 ANEXO XIV – CONJUNTO DE CONTATOS 1961 (INAUGURAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO NA VILA RESTINGA VELHA, 20/10/1977, OCTACÍLIO FREITAS DIAS)





7.15 ANEXO XV – CONJUNTO DE CONTATOS 2069 (VILA RESTINGA, INÍCIO DA PAVIMENTAÇÃO, 06/12/1977, JOÃO BICCA)







7.16 ANEXO XVI – CONJUNTO DE CONTATOS 3568 (INAUGURAÇÃO DO CENTRO INFANTIL PROFESSORA MARIA ZULMIRA ABREU LIMA - RESTINGA NOVA, 19/10/1979, JOÃO BICCA)



7.17 ANEXO XVII – CONJUNTO DE CONTATOS 0418 (PREFEITO VISITA VILA BRASÍLIA, 23/10/1975, HUMBERTO ALENCASTRO)







## 7.18 ANEXO XVIII – CONJUNTO DE CONTATOS 579 (ÁGUA NA VILA NOVA BRASÍLIA,



22/01/1976, HUMBERTO ALENCASTRO)

## 7.19 ANEXO XIX – CONJUNTO DE CONTATOS 714 (OBRAS NAS VILAS MAPA, PASSO DAS PEDRAS E NOVA BRASÍLIA, 04/12/1975, HUMBERTO ALENCASTRO)







7.20 ANEXO XX – CONJUNTO DE CONTATOS 1120 (VISITA À VILA BRASÍLIA, 22/09/1976, JOÃO LUDES NODARI)

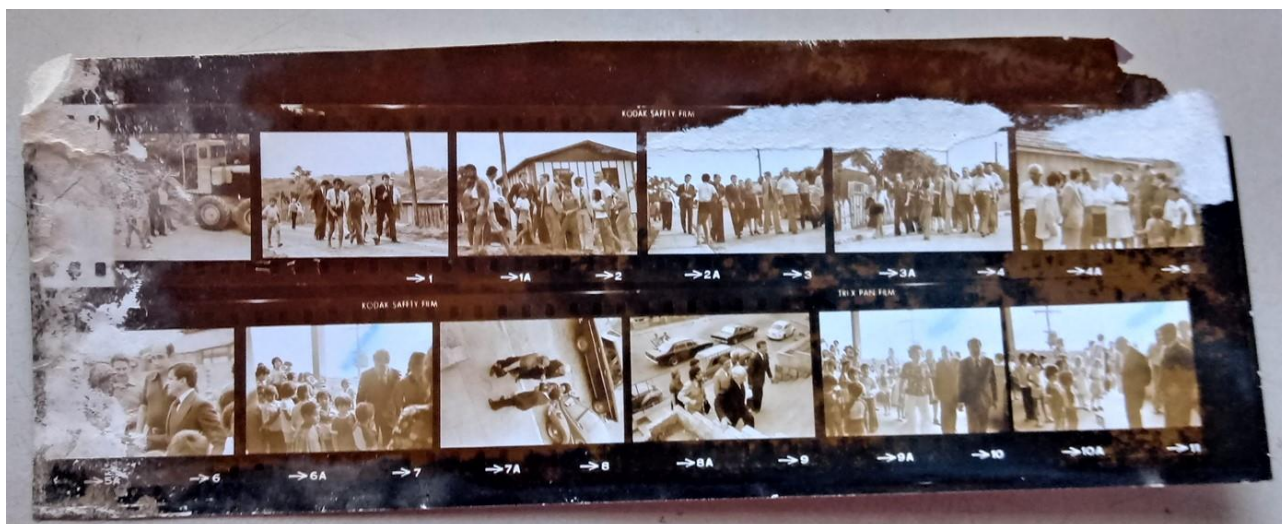




7.21 ANEXO XXI – CONJUNTO DE CONTATOS 3622 (VILLELA INSPECIONA OBRAS NA VILA NOVA BRASÍLIA, 12/11/1979, JOÃO LUDES NODARI)

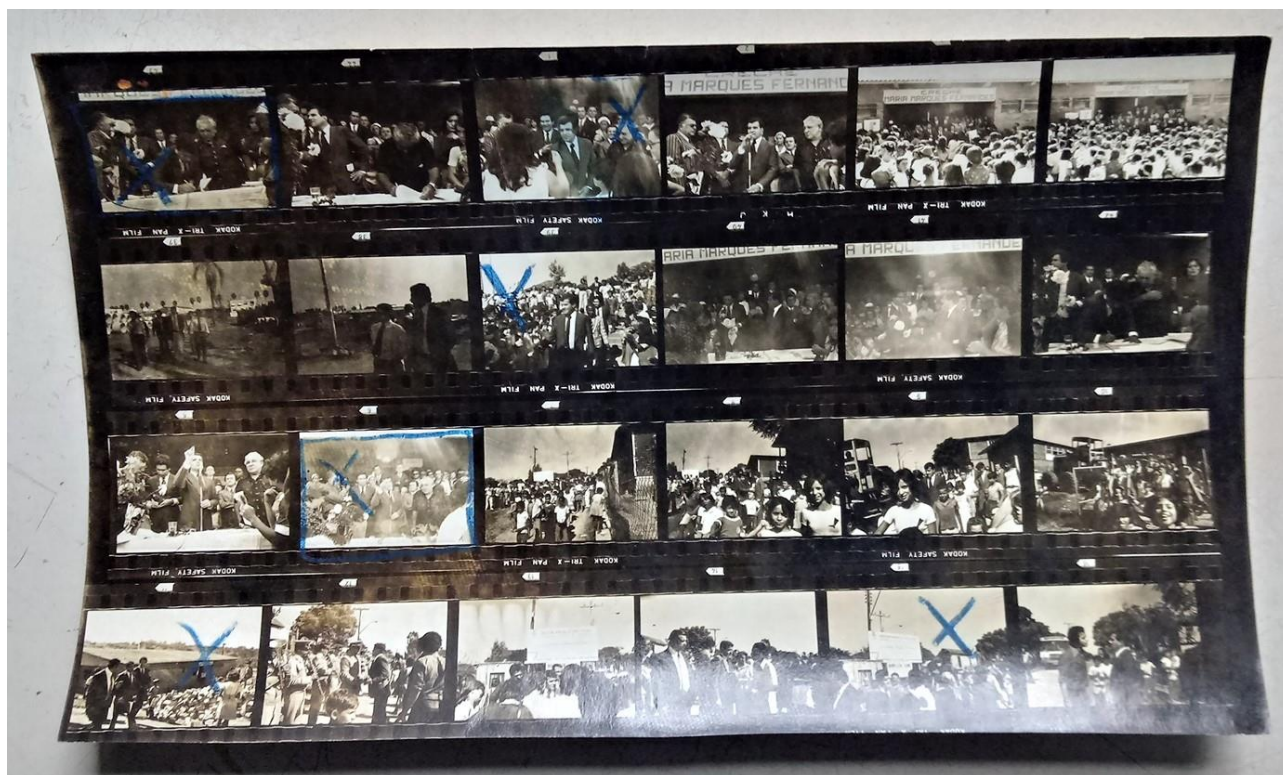


7.22 ANEXO XXII – CONJUNTO DE CONTATOS 1177 (PREFEITO NAS VILAS MAPA E CEFER, 14/10/1976, OCTACÍLIO FREITAS DIAS)





7.23 ANEXO XXIII – CONJUNTO DE CONTATOS 1572 (VILA MAPA, 28/04/1977, JOÃO BICCA)





7.24 ANEXO XXIV – CONJUNTO DE CONTATOS 1717 (OBRAS NA VILA MAPA, 01/07/1977, SIMPLICIANO LISBOA)



7.25 ANEXO XXV – CONJUNTO DE CONTATOS 2510 (ENTREGA DE OBRAS – VILA MAPA, 13/07/1978, OCTACÍLIO FREITAS DIAS)

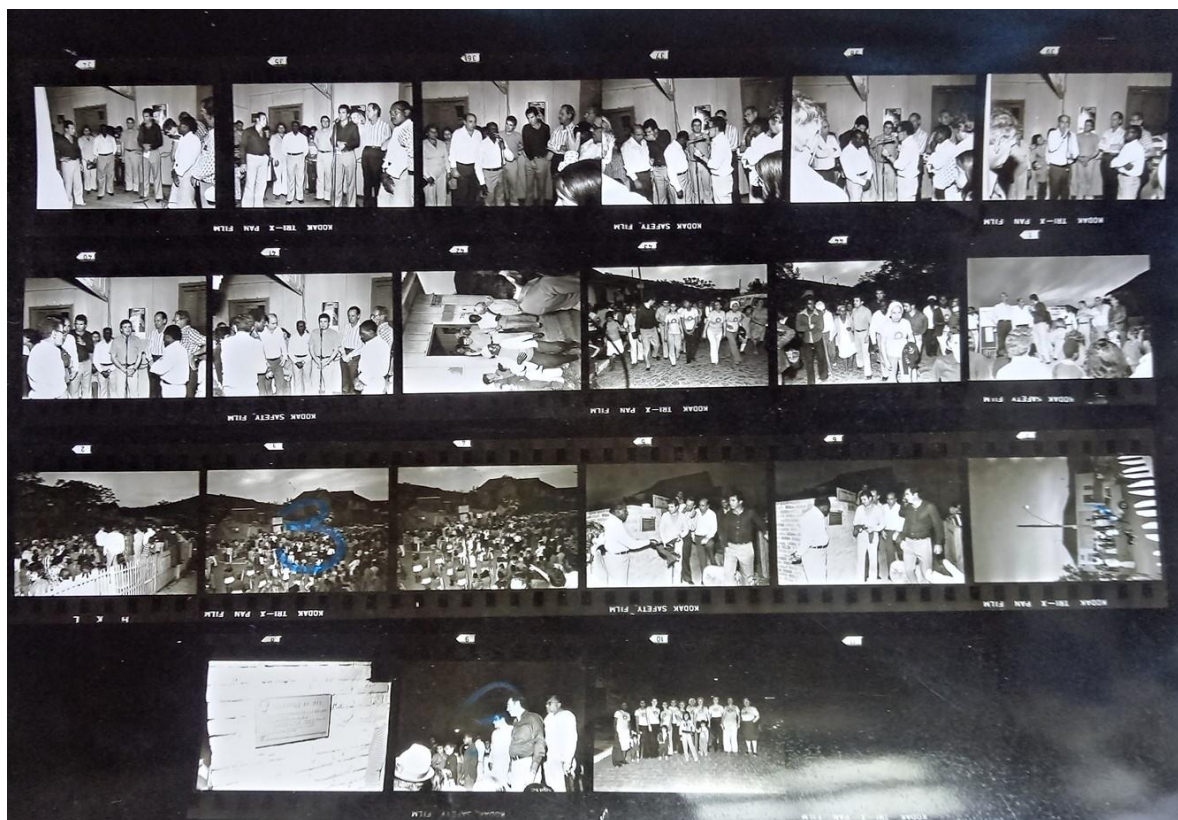


7.26 ANEXO XXVI – CONJUNTO DE CONTATOS 0928 (VISITA VILA SÃO JOSÉ, 24/06/1976, OCTACÍLIO FREITAS DIAS)





7.27 ANEXO XXVII – CONJUNTO DE CONTATOS 2716 (REUNIÃO DO PREFEITO COM MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ E INAUGURAÇÃO DE ILUMINAÇÃO, 07/10/1978, WALTER BORBA)



7.28 ANEXO XXVIII – CONJUNTO DE CONTATOS 0379 (PREFEITO VISITA A VILA BATISTA XAVIER, 09/10/1975, JOÃO LUDES NODARI)







7.29 ANEXO XXIX – CONJUNTO DE CONTATOS 2507 (ROTEIRO DO PREFEITO NA VILA BATISTA XAVIER, 06/07/1978, OCTACÍLIO FREITAS DIAS)





## 7.30 ANEXO XXX – FORMULÁRIO DO GOOGLE FORMS UTILIZADO PARA FICHAR AS MINIATURAS

140523\_1903 Análise das Fotografias - Tese

---

### Análise das Fotografias - Tese

\* Indica uma pergunta obrigatória

Dados

1. Vila

Marque todas que se aplicam.

Nova Brasília  
 Restinga  
 MAPA  
 São José  
 Batista Xavier  
 Santa Rosa

2. Nº registo

\_\_\_\_\_

3. Nº imagem (de cima para baixo, da esquerda para direita) / nºfolha de contato

\_\_\_\_\_

4. Fotógrato

Marcar apenas uma oval:

Walter  
 Nodari  
 Octacilio  
 Humberto  
 Biceca  
 Lisboa  
 José

140523\_1903 Análise das Fotografias - Tese

---

5. Data

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

\_\_\_\_\_

6. Legenda

Descritores Icónicos

7. Cenário \*

Marcar apenas uma oval:

ambiente aberto  
 ambiente fechado  
 indetectável

8. 1. Tipologia urbana

Marque todas que se aplicam.

Rua pavimentada  
 Rua com chão batido  
 Rua com traçado regular  
 Rua com traçado irregular  
 Esquina  
 Praça  
 Descampado  
 Tipologia não totalmente identificável

9. 2. Temporalidade

Marcar apenas uma oval:

Diurna  
 Noturna  
 Indetectável

[https://docs.google.com/forms/d/1Ez\\_AyDE5Rt1t0QdM7ZTL3a9s7rQpEg1j2mzozsveat](https://docs.google.com/forms/d/1Ez_AyDE5Rt1t0QdM7ZTL3a9s7rQpEg1j2mzozsveat) 1/9

[https://docs.google.com/forms/d/1Ez\\_AyDE5Rt1t0QdM7ZTL3a9s7rQpEg1j2mzozsveat](https://docs.google.com/forms/d/1Ez_AyDE5Rt1t0QdM7ZTL3a9s7rQpEg1j2mzozsveat) 2/9

14/05/23, 19:03

Análise das Fotografias - Tese

## 10. 3. Abrangência espacial

Marque todas que se aplicam.

- Vista panorâmica
- Vista parcial
- Vista pontual
- Vista interna

14/05/23, 19:03

Análise das Fotografias - Tese

## 14. 7. Infra-estrutura/deficiências:

Marque todas que se aplicam.

- sanitária
- pavimentação
- vegetação alta
- lixo
- construções inacabadas
- construções precárias
- alagamento/buracos

## 11. 4. Acidentes Naturais/Vegetação:

Marque todas que se aplicam.

- Arborização
- Morro
- Varzea
- Declive
- Vegetação alta
- Vegetação baixa
- Tipo de acidente não totalmente identificável

## 15. 8. Estruturas/Funções Arquiteturais:

Marque todas que se aplicam.

- casa de alvenaria
- casa de madeira
- casa de um andar
- casa de dois andares
- comércio
- escola
- serviço público
- identificável
- estabelecimento religioso

## 12. 5. Infra-estrutura/Processos, Serviços:

Marque todas que se aplicam.

- Construção
- demolição
- iluminação
- obra saneamento
- obra pavimentação
- obra (ferramentas ou máquinas)
- Não identificável

## 16. 9. Elementos Móveis – Gênero/Etário:

Marque todas que se aplicam.

- homem
- mulher
- Sexo não identificável
- criança
- idoso
- adulto
- adolescente
- Faixa etária não identificável
- sem pessoas

## 13. 6. Infra-estrutura/Comunicações:

Marque todas que se aplicam.

- Parada de ônibus
- Placas privadas
- Placas públicas
- Não identificável

14/05/23, 19:03

Análise das Fotografias - Tese

## 17. 10. Elementos Móveis/Personagens:

Marque todas que se aplicam.

- prefeito  
 moradores  
 outras autoridades  
 crianças  
 Não identificável

## 18. 11. Elementos Móveis/Gestos do prefeito e autoridades:

Marque todas que se aplicam.

- caminhada pelo bairro  
 atenção a alguma estrutura/objeto  
 escutar morador  
 escutar outra autoridade  
 acercar-se de morador (movimento do corpo)  
 estender a mão para morador  
 Maioria branca  
 maioria negra  
 quantidade similar de brancos/negros  
 cor não identificável  
 participação em ato público (celebração, festa, inauguração)  
 Exposição de autoridade  
 Em posição de espera  
 Pose pra câmera

14/05/23, 19:03

Análise das Fotografias - Tese

## 19. 12. Elementos Móveis/Gestos de moradores adultos:

Marque todas que se aplicam.

- caminhada pelo bairro  
 interpelação do prefeito/autoridades  
 escuta  
 cumprimento do prefeito  
 olhar para a câmera  
 Pose para a câmera  
 passar alheio ao evento documentado  
 Maioria branca  
 maioria negra  
 quantidade similar de brancos/negros  
 cor não identificável  
 participação em ato público (celebração, festa, inauguração)  
 Em posição de espera

## 20. 13. Elementos Móveis/Gestos de moradores crianças:

Marque todas que se aplicam.

- caminhada pelo bairro  
 pose pra câmera  
 atentos ao evento  
 alheios ao evento  
 olham pra câmera  
 interação com prefeito/autoridades  
 aparecem em 1º plano  
 divertem-se  
 descalças  
 Maioria branca  
 maioria negra  
 quantidade similar de brancos/negros  
 cor não identificável

140923, 19/03

Análise das Fotografias - Teó

## 21. 14. Elementos Móveis/Transporte:

Marque todas que se aplicam.

- automóvel  
 Caminhão  
 ônibus  
 transporte animal  
 Não identificável  
 Máquina de obra

## 22. 15. Observações:

---



---



---



---



---



---

## 23. 16. Problema na imagem

Marque todas que se aplicam.

- Manchada  
 Rasgada  
 Faca

## Descritores Formais

## 24. 17. Enquadramento:

Marque todas que se aplicam.

- câmera alta  
 ponto de vista ascensional  
 ponto de vista central  
 ponto de vista descendental  
 ponto de vista diagonal  
 rotação de eixo  
 close  
 Indefinível

[https://docs.google.com/forms/d/1Ez\\_xj0E5t1tP0QWzYTLseSTqHj1Xmzcsveit](https://docs.google.com/forms/d/1Ez_xj0E5t1tP0QWzYTLseSTqHj1Xmzcsveit)

7/9

140923, 19/03

Análise das Fotografias - Teó

## 25. 18. Arranjo:

Marque todas que se aplicam.

- cadência  
 profusão  
 sobreposição  
 Não indefinível

## 26. 19. Articulação dos Planos:

Marque todas que se aplicam.

- direção centripeta  
 direção curva  
 direção diagonal  
 direção horizontal  
 direção vertical  
 contiguidade espacial  
 espelhamento  
 similitude de formas  
 Não identificável

## 27. 20. Efeitos:

Marque todas que se aplicam.

- close  
 exagero  
 contraste de escala  
 contraste de tom  
 inversão de escala  
 fragmentação por contextualização espacial  
 fragmentação por contextualização indumentária  
 fragmentação por contextualização instrumental  
 frontalidade  
 atividade  
 pose  
 singularidade  
 Não indefinível

[https://docs.google.com/forms/d/1Ez\\_xj0E5t1tP0QWzYTLseSTqHj1Xmzcsveit](https://docs.google.com/forms/d/1Ez_xj0E5t1tP0QWzYTLseSTqHj1Xmzcsveit)

8/9

140523\_1903

Análise das Fotografias - Teia

28. 21. Estrutura:

Marque todas que se aplicam.

- bicentralidade
- centralidade
- linha do horizonte
- nivelamento
- aguçamento

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

7.31 ANEXO XXXI – ZERO HORA DE 22/06/1979

# EUA PEDEM A RENÚNCIA DE SOMOZA



**Ditador  
estaria  
disposto  
a sair**

Em meio à intensa repercussão mundial com o bárbaro assassinato de jornalista norte-americano, os funcionários da OEA reuniram-se em Washington para tentar uma solução política ao conflito. Esta prossegue em todos os frentes. Notícias de um Mensaje que o soldado que atirou no jornalista foi morto em combate. PÁG. 18/19

## Proposta de cinco pontos

- 1  
Formação de  
governo interno  
de reconciliação  
nacional.
- 2  
Envio de missão  
especial da  
OEA a Nicarágua.
- 3  
Cessação do  
envio de armas  
às duas partes.
- 4  
Cessação das  
hostilidades  
nos frentes  
de guerra.
- 5  
Presença de força  
interamericana  
para manter  
a paz



Ata da reunião, realizada em 22 de junho, fora da OEA, na reunião da OEA. A sua frente, o secretário de Estado Carter, James

# zero hora

ANO XVI — Sexta-feira, 22.6.79 — Nº 919  
PORTO ALEGRE — 6,00



Manifestantes em Vila Nova Brásia e em Itaipava torcem por justiça ao morto de Lajotas

## Vila do Respeito ouvida por Amaral e Villela

Tanto o prefeito como o governador permitiram aos 300 moradores das vilas uma solução para a questão da posse das terras em que moram. PÁGINAS 12/13

## EM NOTA, BRIZOLA DIZ QUE NÃO CRITICOU MILITARES

PÁGINAS 12/13



GERAL

2000 WORDS — 2000 LINHAS — 22 x 28 — PÁGINA 21

# PREFEITO E GOVERNADOR RECEBEM OS MORADORES DA VILA DO RESPEITO

CITIZENS, NENHUM MORADOR DESPEJADO, NENHUM MORADOR — TODOS MORADORES DA VILA DO RESPEITO (VILA BRASILEIRA) DO BARRIO JARDIM SÃO CARLOS SÃO GRUPO DE APROXIMADAMENTE 100 PESSOAS E ESTÃO SE REUNINDO EM UM LOCAL PERTO DO TERRENO DA VILA DO RESPEITO PARA RECEBER O PREFEITO DA CIDADE DE SÃO PAULO, JOSÉ MARQUES DE OLIVEIRA, E O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, JOSÉ GELBES, QUE ESTÃO VISITANDO A CIDADE DE SÃO PAULO PARA VISITAR O LOCAL DO RESPEITO.

Com o prefeito José Marques de Oliveira e o governador José Gelbes, os moradores da Vila do Respeito foram recebidos no Palácio Municipal de São Paulo. O prefeito disse que a Prefeitura não vai despejar ninguém da Vila do Respeito e que vai trabalhar para melhorar as condições de vida dos moradores.

Os moradores da Vila do Respeito foram recebidos no Palácio Municipal de São Paulo. O governador disse que o Estado vai trabalhar para melhorar as condições de vida dos moradores e que vai garantir que ninguém seja despejado.

Uma visita ao local — O prefeito José Marques de Oliveira e o governador José Gelbes foram recebidos no Palácio Municipal de São Paulo. O prefeito disse que a Prefeitura não vai despejar ninguém da Vila do Respeito e que vai trabalhar para melhorar as condições de vida dos moradores.

Depois de receber os representantes da Vila do Respeito no Palácio Municipal, o prefeito José Marques de Oliveira e o governador José Gelbes foram recebidos no local da Vila do Respeito. O prefeito disse que a Prefeitura não vai despejar ninguém da Vila do Respeito e que vai trabalhar para melhorar as condições de vida dos moradores.

Os moradores da Vila do Respeito foram recebidos no Palácio Municipal de São Paulo. O governador disse que o Estado vai trabalhar para melhorar as condições de vida dos moradores e que vai garantir que ninguém seja despejado.

## Ninguém será despejado das Vilas

Depois de receberem mais de mil moradores da Vila do Respeito de São Paulo, os prefeitos José Marques de Oliveira e José Gelbes foram recebidos no local da Vila do Respeito. O prefeito disse que a Prefeitura não vai despejar ninguém da Vila do Respeito e que vai trabalhar para melhorar as condições de vida dos moradores.

Apresentando que a Prefeitura não vai despejar ninguém da Vila do Respeito e que vai trabalhar para melhorar as condições de vida dos moradores, o prefeito José Marques de Oliveira e o governador José Gelbes foram recebidos no local da Vila do Respeito.

O governador José Gelbes e o prefeito José Marques de Oliveira foram recebidos no local da Vila do Respeito. O governador disse que o Estado vai trabalhar para melhorar as condições de vida dos moradores e que vai garantir que ninguém seja despejado.

Depois de receberem mais de mil moradores da Vila do Respeito de São Paulo, os prefeitos José Marques de Oliveira e José Gelbes foram recebidos no local da Vila do Respeito. O prefeito disse que a Prefeitura não vai despejar ninguém da Vila do Respeito e que vai trabalhar para melhorar as condições de vida dos moradores.

Preocupados com a possibilidade de serem despejados, os moradores das Vilas Nove Brasil e do Respeito estiveram com o prefeito e o governador reivindicando a posse da terra. Das autoridades escutaram o comprometimento de que será estudada uma forma de loteamento



PONHA A COLEÇÃO RBS/EDITORA GLOBÓ NO SEU TÁXI. VOCÊ VAI VALORIZAR AINDA MAIS CADA QUILOMETRO RODADO.

Este é um livro inteligente e simpático de você fazer um pouco mais. O livro é simples. Fazer no Zero Hora e pegar no táxi de Colômbia RBS/Editora Globo para levá-lo em seu carro. A carteira que você ganha com o revenda vai lhe dar uma pequena quantidade rodadas à frente.

Maiores informações no Departamento de Projetos Especiais de Zero Hora — Av. Magalhães, 1075.

COLEÇÃO RBS EDITORA GLOBÓ

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO — CRM  
CONCORRÊNCIA Nº 05/79  
EDITAL

A COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO — CRM, com sede na rua Sete de Abril, nº 100, nesta Capital, informa que está recebendo propostas de empresas com capacidade em trabalhos de Mineração, para o obra especificada:

OBRA: Abertura, revestimento e serviços complementares de dois grandes túneis de mineração, com seção retangular, com área útil de 20 metros, comprimento de dois túneis de 500 metros cada um, com inclinação 1:4.

LOCAL: Minas de Lado — Município de Itati — RS

As especificações de editais para apresentação de propostas, encontram-se à disposição das interessadas na rua Sete de Abril, nº 100, Distrito Menino Deus, Porto Alegre, no horário das 9:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:30 horas, entre os dias 27 de Junho e 15 de Julho de 1979.

As propostas serão recebidas até dia 27 de Julho, às 14 horas, na sede da CRM.

Porto Alegre, 26 de Junho de 1979.  
Eng. Arthur Wenzel Schneider  
Diretor-Prezente

# O documento com as principais reivindicações

Como já tem, bastantemente, as palavras das principais representações das vilas ao Prefeito e Governador do Estado, através das quais relatamos de uma maneira bem sucinta os seus motivos e as suas reivindicações:

**Do Governador:**  
Aqui, vimos declarar ao problema do trabalhador da Vila do Raposo como também de todas as outras Vilas do Porto Alegre e de todo o Estado.

O Povo das Vilas quer conhecer o Governador por isso aqui chegamos.

Podem ao Prefeito e a ele declararem nossa palavra que declaramos aqui o Senhor Prefeito e todos nós aqui para os atender.

A todos nós para todos os trabalhadores de todas as Vilas de todo o Estado.

Algumas coisas mais, em respeito ao Povo das Vilas.

Para criar novas fábricas e se pagar os salários devidos.

Não podemos pagar de graça mas sim trabalhar e pagar em base de salário mínimo como todos os outros.

Trabalhar, como qualquer um que trabalha em qualquer lugar, não temos nada de mais. Para onde que vamos? De baixo para cima!

Por isso mesmo trabalhadores, trabalhem para a nossa sobrevivência e a base de todos os salários e dar resposta para todos nós.

O que acha melhor, não precisa a respeito do trabalhador?

Então os trabalhadores que concordam a trabalhar para o nosso país.

Todos estes motivos de pessoas que trabalham nesta Vila, como em todas, são pessoas que não de nada vão para trabalhar e que por isso têm, seu direito de trabalhar e que trabalham aqui para e por isso temos o direito de um trabalho digno.

Não que estamos pedindo ao chefe "CITIZÃO".

Temos muito que exigir mas não são sabemos em qualquer caso não com este povo todos os trabalhadores de todas as Vilas.

Perguntem ao aqui porque não vamos trabalhar. Então depois Vila são estas são pessoas que podem trabalhar em terras. De nós vivemos aqui porque não temos nada de mais com eles.

O que será dos nossos filhos e das nossas filhas que aqui vão se estudar?

Os salários não aqui estamos pagando e não o salário não-declarar?

Essa terra é nossa e aqui não vamos ficar. Não nos vamos trabalhar, estamos trabalhando em terra para que não nos vamos trabalhar.

De se declarar alguma lei neste lugar que melhorem a vida.

Do Governador: Lás agradecemos por deixar nossas palavras e levantamos também os seus problemas.

Porque não se está entre duas coisas importantes destas terras de que a importância destas terras de todas as Vilas?

Então Governador: Não o senhor que não são as nossas Vilas onde está aqui, está lá e todos os outros problemas? Para onde vamos a situação melhorar? Para e melhor nos dizer o que vai acontecer?

Não, estamos aqui presentes e para das Vilas representações. Que vamos um representante para nos servir a situação de todos de todas as Vilas.

Por isso mesmo Governador, ao lado direito e respeito ao Povo, esta terra é nossa e trabalhamos para ser a terra. Muitos anos de trabalho de trabalhadores que vamos de trabalhar para não serem destruídos e sem terra para plantar.

Não estamos aqui presentes, o Povo da Vila do Raposo, com representantes de outras Vilas, para um compromisso do Senhor Governador para resolver a situação da terra. Não é um direito nosso e todos os outros direitos de todos os outros de não sair daqui. Não pode daqui e não vai sair daqui.



Uma das 30 manifestações das Vilas organizadas pelo Prefeito e do Prefeito.



**TRANSASOM**  
AO VIVO

**NESTE SÁBADO, EM NOVO HAMBURGO, PEDRINHO NO COMANDO. BIRA NO SOM. FOCUS E FAC-SOM. TELAÓ FANTÁSTICO E ROBERTO GIGANTE VESTIDO DE SUPERMAN. LOCAL: GINÁSIO DE ESPORTES DA FENAC. HORA: 9 DA NOITE - INGRESSOS NO LOCAL - Cr\$ 100,00.**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM**  
CONCORRÊNCIA Nº 86/78  
EDITAL

A COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, com sede na rua Botafogo nº 401, nesta Capital, está convocando em aberto para a realização de licitação, para as Minas de Leão, localizadas no Município de Itapuaçu - RS.

**ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS**

- 1.326 (trezentos e sessenta e seis) toneladas de cascalhos médios para enrocamento de túnel, construídos em parte "H" 8" x 8", incluindo talas e peralças.
- 30 (trinta e cinco) toneladas de cascalhos médios para enrocamento de túnel, construídos em parte "B" 8" x 8", incluindo talas e peralças.
- 800 (oitocentas) toneladas de áreas misturadas para enrocamento de galerias, construídas em parte "H" 8" x 8", incluindo fôrmas, sapatas e espaçadores.

Podem ser usados opcionalmente parte "C" de 8" no 7º nível.

As especificações referentes ao presente Edital, encontram-se à disposição das interessadas na sede da CRM, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

As propostas serão recebidas no dia 10 de julho de 1979, às 14:00 horas, na sede da CRM.

Porto Alegre, 19 de Junho de 1979  
Eng. Arthur Werne Schwilke  
Diretor Presidente



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo  
Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone: (51) 3320-3513  
E-mail: [propesq@pucrs.br](mailto:propesq@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)